

Ministério Público Federal

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARANÁ

FORÇA-TAREFA LAVA JATO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 1ª VARA CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

Distribuição por dependência à AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA N.º 5006674-13.2017.4.04.7000 em virtude do disposto no artigo 57 do CPC¹.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelos Procuradores Regionais da República e Procuradores da República signatários, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, vem, perante Vossa Excelência, propor com assento nos artigos 127 e 129, inciso III, e 37, *caput* e § 4º da Constituição Federal, e nos artigos 5º, inciso I, *h*, inciso III, *b*, 6º, inciso VII, *b*, e XIV, *f*, da Lei Complementar nº 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), na Lei nº 8.429/92 e na Lei nº 7.347/85,

AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DE BENS E VALORES

em face de

PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO, brasileiro, casado, ex-Deputado Federal pelo Partido Progressista, nascido em 07/01/1948, filho de Clarice Roma de Oliveira Andrade e Fábio Correa de Oliveira Andrade, portador do RG [REDACTED] e

¹ A presente AIA é continente em relação à AIA referida em epígrafe, sob o aspecto objetivo, porquanto imputados atos de improbidade em maior extensão, veiculando, de consequência, pretensão condenatória mais ampla. Ademais, a presente demanda traz ampliação subjetiva e objetiva em relação à contida, porquanto aqui figuram como demandados Pedro da Silva Correa de Oliveira Andrade Neto, Pedro Henry Neto, Nelson Meurer, João Cláudio Genu e o Partido Progressista, integrantes do esquema ilícito narrado, aos quais são imputados atos de improbidade e/ou concurso e benefício decorrente dos atos ímprobos e formulada pretensão condenatória, além da postulação de tutela provisória cautelar.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

do CPF [REDACTED], residente na Avenida [REDACTED]
[REDACTED] atualmente
cumprindo prisão domiciliar temporária;

PEDRO HENRY NETO, brasileiro, ex-Deputado Federal pelo Partido Progressista, nascido em 19/04/1957, filho de Mário Duílio Evaristo Henry e Hortência Henry, portador do CPF [REDACTED], residente na Rua [REDACTED];

JOÃO ALBERTO PIZZOLATTI JUNIOR, brasileiro, divorciado, Secretário Extraordinário de Promoção de Investimentos – SEPIN do Estado de Roraima, ex-Deputado Federal pelo Partido Progressista, nascido em 31/10/1961, natural de Blumenau/SC, filho de João Alberto Pizzolatti e Lucy do Carmo Batschauer Pizzolatti, portador do RG [REDACTED] e do CPF [REDACTED] residente na Rua [REDACTED], com domicílio funcional no [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED];

NELSON MEURER, brasileiro, casado, Deputado Federal pelo Partido Progressista, nascido em 23/07/1942, natural de Bom Retiro/SC, filho de Herculano Meurer e Adeliria Derner de Souza, portador do RG [REDACTED] e do CPF [REDACTED] residente na Avenida [REDACTED]
[REDACTED] com domicílio funcional na [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE, brasileiro, casado, Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, ex-Deputado Federal pelo Partido Progressista, nascido em

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

06/07/1950, natural de Recife/PE, filho de Adarico Negromonte e Natércia Mendes Negromonte, portador do RG [REDACTED] e do CPF [REDACTED] residente na Rua [REDACTED] [REDACTED]A, com domicílio funcional no [REDACTED]

MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE JÚNIOR, brasileiro, casado, Deputado Federal pelo Partido Progressista, nascido em 31/08/1980, natural de Paulo Afonso/BA, filho de Mário Silvio Mendes Negromonte e Ena Vilma Pereira de Souza Negromonte, portador do RG [REDACTED] e do CPF [REDACTED], residente na Avenida [REDACTED]

[REDACTED], com domicílio funcional na [REDACTED]

JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU, brasileiro, casado, nascido em 07/01/1948, filho de Nady Bastos Genu e Maria de Lourdes de Carvalho Genu, natural de Belém/PA, portador do RG [REDACTED]

[REDACTED] e do CPF [REDACTED] residente na [REDACTED]

ou [REDACTED]

[REDACTED] atualmente recolhido na carceragem da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba/PR;

ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA, brasileiro, casado, Deputado Federal pelo Partido Progressista, nascido em 25/06/1969, natural de Maceió/AL, filho de Benedito de Lira e Ivanete Pereira de Lira, portador do RG [REDACTED] e do CPF [REDACTED], residente na Avenida [REDACTED],

NOGUEIRA LIMA FILHO, Senador pelo Partido Progressista, portador do CPF [REDACTED],

nos termos a seguir expostos.

I – A OPERAÇÃO LAVA JATO E O DESLINDADO ESQUEMA DE PAGAMENTO DE VANTAGENS INDEVIDAS EM DETRIMENTO DA PETROBRAS

A presente ação decorre dos desdobramentos cíveis das apurações realizadas no âmbito da Operação Lava Jato, que, iniciada com o descortinar de diversas estruturas paralelas ao mercado de câmbio, abrangendo um grupo de doleiros com âmbito de atuação nacional e transnacional, chegou à identificação de colossal esquema criminoso engendrado no seio e em detrimento da **Petrobras**, pelo menos entre 2004 e 2014, envolvendo, dentre outros, a prática de crimes contra a ordem econômica, corrupção e lavagem de dinheiro, com a formação de um grande e poderoso **cartel** do qual participaram as empresas ODEBRECHT, OAS, UTC, CAMARGO CORREA, TECHINT, ANDRADE GUTIERREZ, MENDES JÚNIOR, PROMON, MPE, SKANSKA, QUEIROZ GALVÃO, IESA, ENGEVIX, SETAL, GDK e GALVÃO ENGENHARIA, as quais, por meio de seus executivos, fraudaram a competitividade dos procedimentos licitatórios referentes às maiores obras contratadas pela Petrobras entre os anos de 2006 e 2014, majorando ilegalmente os lucros das empresas em centenas de milhões de reais.

Desvendou-se que, para o perfeito funcionamento deste cartel de grandes empreiteiras, foi praticada a **corrupção de diversos empregados públicos do alto escalão da Petrobras**, notadamente dos então Diretores de Abastecimento e de Serviços, PAULO ROBERTO COSTA e RENATO DUQUE, e do Gerente Executivo de Engenharia, PEDRO BARUSCO, bem assim dos dirigentes da Diretoria Internacional, NESTOR CERVERÓ e JORGE ZELADA, certo que foram recrutados, para a concretização dos ilícitos e lavagem dos ativos, diversos **operadores financeiros** – notadamente ALBERTO YOUSSEF, JOÃO VACCARI NETO, FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES, conhecido como FERNANDO BAIANO, e JOÃO AUGUSTO REZENDE HENRIQUES, entre outros – que, embora formassem grupos autônomos, relacionavam-se entre si, em alianças pontuais, para o desenvolvimento das atividades criminosas.

Surgiram, no curso da apuração, elementos probatórios a evidenciar que o esquema trespassava a corrupção dos agentes públicos da Petrobras, já que também **agentes políticos** eram corrompidos, servindo o esquema para financiar **partidos políticos** com os recursos provenientes dos crimes.

Efetivamente, as provas coletadas na Operação Lava Jato trouxeram a lume que as **diretorias da Petrobras estavam divididas entre partidos políticos, notadamente o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Progressista (PP) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)** que haviam negociado a nomeação desses diretores e que, portanto, eram destinatários, assim como os parlamentares integrantes das agremiações que dominavam as diretorias da estatal, de parcela substancial dos valores ilícitos obtidos no esquema criminoso.

O avançar das apurações evidenciou mais: que no vértice do esquema criminoso revelado figurava o então Presidente da República, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, orquestrando uma sofisticada estrutura ilícita de apoio parlamentar, assentada na distribuição de cargos públicos na Administração Pública Federal, **como foi o caso das mais importantes diretorias da Petrobras**, que geravam recursos que eram repassados para seu enriquecimento ilícito próprio, dos agentes políticos e das próprias agremiações que participavam do loteamento dos cargos públicos, alimentando campanhas eleitorais com dinheiro criminoso, assim como funcionários públicos detentores dos cargos e operadores financeiros.

Neste contexto, as investigações evidenciaram que LULA, que ocupou o cargo de Presidente da República no período compreendido entre 01/01/2003 e 31/12/2010, autorizou a nomeação e manteve, por longo período de tempo, **Diretores da Petrobras comprometidos com a geração e arrecadação de propinas para a compra do apoio dos partidos de que dependia para formar confortável base aliada, garantindo o enriquecimento ilícito dos parlamentares dessas agremiações**, de si próprio, dos detentores dos cargos diretivos da estatal e de operadores financeiros, financiando caras campanhas eleitorais em prol de uma permanência no poder assentada em recursos públicos desviados. Na Diretoria de Serviços, cuja direção cabia a RENATO DUQUE, parcela substancial dos valores espúrios foi destinada ao **Partido dos Trabalhadores (PT) e seus integrantes**. Já na Diretoria de Abastecimento, comandada por PAULO ROBERTO COSTA, parte expressiva da propina foi destinada a partidos da base aliada do governo de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,

como o **Partido Progressista (PP)** e o **Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)**.

Efetivamente, descortinou-se, no decorrer das investigações, a atuação de enorme e complexa organização criminosa, estruturada em **quatro núcleos básicos**:

(a) O **núcleo político**, formado principalmente por **parlamentares** que, utilizando-se de suas **agremiações partidárias**, comprometiam-se a apoiar o governo do então presidente da República LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – por meio da aprovação de projetos de lei, medidas provisórias e assuntos de interesse do governo, inclusive buscando impedir a criação ou instalação de CPIs ou comissões especiais que tivessem por objetivo investigar assuntos do governo, ou, quando instaladas, impedir a convocação de agentes vinculados e comprometidos com o governo – em troca de que LULA autorizasse a nomeação e mantivesse diretores da Petrobras (integrantes do núcleo administrativo) engajados na geração e arrecadação de propinas para a compra do apoio dos partidos e seus integrantes, bem como para o financiamento de campanhas eleitorais e enriquecimento ilícito dos envolvidos no esquema. Os pagamentos de propina feitos aos parlamentares ocorriam de maneira periódica e sistemática, e também de forma episódica e extraordinária, sobretudo em épocas de eleições ou de escolhas das lideranças. A repartição política das diretorias da Petrobras² revelou-se mais evidente em relação à Diretoria de Abastecimento, à Diretoria de Serviços e à Diretoria Internacional, envolvendo sobretudo o **Partido Progressista (PP)**, o **Partido dos Trabalhadores (PT)** e o **Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)**.

(b) O **núcleo econômico**, formado pelas **empreiteiras cartelizadas** contratadas pela Petrobras, que ofereciam e pagavam vantagens indevidas a funcionários de alto escalão da sociedade de economia mista, é dizer, aos integrantes do núcleo administrativo, e aos componentes do núcleo político, por meio da atuação dos operadores financeiros, para a manutenção do esquema. Por vezes, o pagamento das vantagens indevidas era feito diretamente pelas empreiteiras aos partidos políticos ou agentes políticos sob o disfarce de doações eleitorais “oficiais”. Esse cartel era formado, entre outras, pelas

² A Petrobras, na época, possuía as seguintes Diretorias: Financeira; Gás e Energia; Exploração e Produção; Abastecimento; Internacional; Serviços.

seguintes empreiteiras: ODEBRECHT, UTC, OAS, CAMARGO CORRÊA, QUEIROZ GALVÃO, MENDES JÚNIOR, ANDRADE GUTIERREZ, GALVÃO ENGENHARIA, IESA, ENGEVIX, SETAL, TECHINT, PROMON, MPE, SKANSKA e GDK. Eventualmente, participavam das fraudes as empresas ALUSA, FIDENS, JARAGUÁ EQUIPAMENTOS, TOMÉ ENGENHARIA, CONSTRUCAP e CARIOCA ENGENHARIA. Especialmente a partir de 2004, essas empresas cartelizadas passaram a dividir entre si as obras da Petrobras, evitando que empreiteiras não participantes do cartel fossem convidadas para os correspondentes processos seletivos. Referido cartel atuou ao longo de anos, de maneira organizada, inclusive com “regras” previamente estabelecidas, semelhantes ao regulamento de um campeonato de futebol³. Havia, ainda, a repartição das obras ao modo da distribuição de prêmios de um bingo⁴. Assim, antes do início dos certames, já se sabia qual seria a empresa ganhadora. As demais licitantes apresentavam propostas – em valores maiores do que os ofertados pela empresa que deveria vencer – apenas para dar aparência de legalidade à falsa disputa.

(c) O **núcleo administrativo**, formado pelos **funcionários de alto escalão da Petrobras, especialmente os diretores**, cuja nomeação e manutenção nos cargos era assegurada por LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, após a indicação feita pelos integrantes do núcleo político, e recebiam vantagens indevidas das empresas cartelizadas, componentes do núcleo empresarial, para viabilizar o funcionamento do esquema. Efetivamente, o sucesso do esquema demandava a participação de dirigentes da Petrobras, que detinham grande poder de decisão na empresa. A atuação desses dirigentes, que recebiam vantagens indevidas das empresas cartelizadas, envolvia não apenas a tolerância quando à existência do cartel, mas também a sua facilitação, por exemplo, restringindo a participação de empresas dele não integrantes e adotando

3 AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO, representante de uma das empresas cartelizadas, pertencente ao GRUPO SETAL, a SOG – ÓLEO E GÁS S/A, celebrou acordo de colaboração premiada com o Ministério Público Federal e, na ocasião, apresentou um documento, dissimuladamente intitulado “Campeonato Esportivo”, o qual continha as regras de funcionamento do cartel (Processo 5083351-89.2014.404.7000/PR, Evento 1, ANEXO10, Páginas 1-5) - **Doc. 135**.

4 Vários documentos apreendidos na sede da empresa ENGEVIX ENGENHARIA S/A retratam o funcionamento do cartel, destacando-se o papel intitulado “reunião de bingo”, em que são indicadas as empresas que deveriam participar das licitações do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, bem como o papel intitulado “proposta de fechamento do bingo fluminense” (COMPERJ), em que são listados os “prêmios” (diversos contratos do empreendimento) e os “jogadores” (diferentes empreiteiras) (Processo 5083351-89.2014.404.7000/PR, Evento 1, MANDBUSCAAPREENC11, Páginas 1-27) - **Doc. 134**.

medidas tendentes a que a empresa escolhida fosse vencedora das licitações, tais como negociações diretas injustificadas, celebração de aditivos desnecessários e com preços excessivos, contratações aceleradas com supressão de etapas relevantes e vazamentos de informações sigilosas, entre outras posturas favoráveis às empresas do cartel. Como referido, o loteamento e a apropriação política da estatal revelou-se mais evidente nas seguintes diretorias: **(i) a Diretoria de Abastecimento**, ocupada por PAULO ROBERTO COSTA entre 2004 e 2012, **era de indicação do Partido Progressista (PP), com posterior apoio do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)**; **(ii) a Diretoria de Serviços**, ocupada por RENATO DUQUE entre 2003 e 2012, **era de indicação do Partido dos Trabalhadores (PT)**; e **(iii) a Diretoria Internacional**, ocupada por NESTOR CERVERÓ entre 2003 e 2008 e por JORGE ZELADA entre 2008 e 2012, **era de indicação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)**. Assim, restou evidenciada a **comunhão de esforços e interesses entre os poderes econômico e político para implantação e funcionamento do esquema.**

(d) O núcleo financeiro era formado pelos **operadores** do recebimento das vantagens indevidas das empresas cartelizadas integrantes do núcleo econômico e também do repasse da propina para os integrantes dos núcleos político e administrativo, por meio de expedientes de lavagem de dinheiro, com vistas a escamotear a origem ilícita das vantagens. Cada diretoria da empresa estatal, respectivo dirigente e partido político que lhe dava sustentação contava com operadores próprios. Durante boa parte em que o esquema funcionou, o operador do Partido Progressista (PP) era o doleiro ALBERTO YOUSSEF, ao passo que o operador do Partido dos Trabalhadores (PT) era JOÃO VACCARI NETO e, quanto ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), funcionavam como operadores FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES, conhecido como FERNANDO BAIANO, e JOÃO AUGUSTO REZENDE HENRIQUES, entre outros. Numa **primeira etapa**, a propina era repassada das empresas integrantes do núcleo econômico para o operador, usualmente de três maneiras: **(i)** entrega de valores em espécie; **(ii)** depósito e movimentação no exterior; **(iii)** contratos simulados de consultoria com empresas de fachada. Em seguida, quando a propina já havia sido disponibilizada para o operador, passava-se a uma **segunda etapa**, na qual os valores eram remetidos pelo operador aos beneficiários finais (integrantes dos núcleos

administrativo e político), descontada a comissão do operador, basicamente de três maneiras: **(i)** entrega de valores em espécie (forma mais utilizada para o pagamento dos agentes políticos envolvidos no esquema), diretamente pelo operador ou por intermediários; **(ii)** transferências eletrônicas para empresas ou pessoas indicadas pelos destinatários ou, ainda, entrega de bens ou pagamento de contas em nome dos beneficiários; e **(iii)** transferências e depósitos em contas no exterior, em nome de empresas *offshores* de responsabilidade dos agentes públicos ou de seus familiares. Ademais, em época de campanhas eleitorais, o pagamento de propina era eventualmente feito diretamente pelas empresas do núcleo econômico para os políticos ou partidos políticos, de maneira disfarçada como doações eleitorais “oficiais”, mediante o respectivo desconto do caixa de propinas mantido junto ao operador.

Em acordos de colaboração premiada celebrados entre o Ministério Público Federal e os principais envolvidos no esquema ilícito, dentre os quais o Diretor de Abastecimento **PAULO ROBERTO COSTA**, o operador **ALBERTO YOUSSEF** e seus transportadores de valores **RAFAEL ÂNGULO LOPEZ**, **CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA (“CEARÁ”)** e **JAYME ALVES DE OLIVEIRA FILHO (“CARECA”)**, foram revelados e descritos com minúcias o funcionamento dos núcleos referidos, a corrupção político-partidária e o loteamento das diretorias da Petrobras, o que foi, depois, amplamente corroborado por outras provas, especialmente documental⁵. Em especial, quanto à nomeação de PAULO ROBERTO COSTA para a Diretoria de Abastecimento da Petrobras, por indicação do Partido Progressista (PP), destacam-se também as declarações prestadas pelo ex-Deputado Federal **PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO** no Procedimento Investigatório Criminal n.º 1.25.000.003350/2015-98 e na Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000 (13ª Vara Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba/Paraná).

A prova reunida, conforme será a seguir melhor descrito, apontou que, a partir da nomeação de **PAULO ROBERTO COSTA**, para a **Diretoria de Abastecimento**, em **todos os contratos** e em **todos os aditivos** firmados pelas empresas cartelizadas com a **Petrobras no interesse da Diretoria de Abastecimento**, houve o pagamento de vantagens

⁵ As provas obtidas nas investigações criminais realizadas na Operação Lava Jato foram compartilhadas para utilização em ações de improbidade administrativa pelo Juízo da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Curitiba, em decisão proferida nos autos nº 5073697-78.2014.404.7000/PR, e pelo Supremo Tribunal Federal em decisões proferidas na Petição nº 6.274 - **Doc. 9 e Doc. 168**.

indevidas aos empregados corrompidos da estatal e a pessoas por eles indicadas no montante de ao menos 1% do valor total dos contratos. Apurou-se que, na divisão das vantagens indevidas pagas no âmbito da referida diretoria, o valor da propina era repassada a **PAULO ROBERTO COSTA** e às pessoas por ele indicadas, sobretudo **operadores financeiros** do mercado negro e **integrantes do Partido Progressista (PP)**⁶.

Por sua vez, o valor da propina repassada a empregados corrompidos da **Diretoria de Serviços, em especial RENATO DUQUE**, era de ao menos 2% do valor dos contratos, sendo que parte desses valores seria destinada a integrantes do **Partido dos Trabalhadores (PT)**.

Com o avanço das investigações também evidenciou-se que a organização criminoso contava um núcleo de atuação na área internacional. Efetivamente, vieram a lume elementos ponderáveis a apontar que, no âmbito da **Diretoria Internacional** da Petrobras, houve pagamento de propina a **NESTOR CERVERÓ** que ocupou o cargo de Diretor de 20/03/2003 a 07/03/2008, e que se valia, por exemplo, do operador FERNANDO SOARES,

6 Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de PAULO ROBERTO COSTA no processo criminal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) - **Doc. 10**:

"[...]

Juiz Federal: - Mas e quem, como chegou, como foi definido esse 3%, esse repasse, foi algo que precedeu a sua ida para lá ou surgiu no decorrer?

Interrogado: -Possivelmente já acontecia antes de eu ir pra lá. Possivelmente já acontecia antes, porque essas empresas já trabalham para Petrobras há muito tempo. E como eu mencionei anteriormente, as indicações de diretoria da Petrobras, desde que me conheço como Petrobras, sempre foram indicações políticas. Na minha área, os dois primeiros anos, 2004 e 2005, praticamente a gente não teve obra. Obras muito pe..., de pouco valor porque a gente não tinha orçamento, não tinha projeto. **Quando começou a ter os projetos pra obras de realmente maior porte**, principalmente, inicialmente, na área de qualidade de derivados, qualidade da gasolina, qualidade do diesel, foi feito em praticamente todas as refinarias grandes obras para esse, com esse intuito, **me foi colocado lá pelas, pelas empresas, e também pelo partido, que dessa média de 3%, o que fosse de Diretoria de Abastecimento, 1% seria repassado para o PP. E os 2% restantes ficariam para o PT dentro da diretoria que prestava esse tipo de serviço que era a Diretoria de Serviço.**

[...]

Juiz Federal: - Mas isso em cima de todo o contrato que...

Interrogado: -Não.

Juiz Federal: - Celebrado pela Petrobras?

Interrogado: -Não. Em cima desses contratos dessas empresas do cartel.

Juiz Federal: - **Do cartel.**

"[...]"

No mesmo sentido, o interrogatório de ALBERTO YOUSSEF - **Doc. 10**:

"[...]

Interrogado: -Sim senhor, Vossa Excelência. Mas toda empresa que... desse porte maior, ela já sabia que qualquer obra que ela fosse fazer, **na área de Abastecimento da PETROBRAS, ela tinha que pagar o pedágio de 1%.**

"[...]"

encarregado de negociar, captar e intermediar as vantagens com que ambos eram beneficiados, assim como também o **Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)**⁷⁻⁸. Também, na mesma diretoria, veio a lume o envolvimento de JORGE LUIZ ZELADA, que sucedeu NESTOR CERVERÓ, no período de 04/03/2008 a 20/07/2012.

II – A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DA PRESENTE AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Consoante deslindado na Operação Lava Jato, um dos maiores **beneficiários diretos** do esquema de pagamento de propinas perpetrado no âmbito dos contratos celebrados pela Petrobras foi o **PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e seus integrantes**, no bojo da corrupção político-partidária ocorrida na **Diretoria de Abastecimento** da estatal.

O Ministério Público Federal, a par das ações penais que vêm sendo promovidas na medida em que as investigações se ultimam, notadamente pelos delitos de organização criminosa (art. 1º, § 1º, da Lei 12.850/2013), corrupção ativa e passiva (arts. 333 e 317 do Código Penal), lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei 9.613/98) e crimes contra o sistema financeiro nacional (arts. 16, 21, parágrafo único, e 22, *caput* e parágrafo único, da Lei 7.492/1986), também ajuizou, inicialmente, **seis ações de improbidade administrativa** – cinco delas relativas aos **atos perpetrados no âmbito da Diretoria de Abastecimento** sob

7 Termo de Colaboração n. 9 de PAULO ROBERTO COSTA e Termo de Colaboração n. 13 de ALBERTO YOUSSEF - **Docs. 136 e 137**.

8 Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de PAULO ROBERTO COSTA na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) - **Doc. 10**:

"[...]"

Juiz Federal: - E os diretores também da Petrobras também recebiam parcela desses valores?

Interrogado: - Olha, em relação à Diretoria de Serviços, era, todos, todos sabiam, que tinham um percentual desses contratos da área de Abastecimento, dos 3%, 2% eram para atender ao PT. Através da Diretoria de Serviços. Outras diretorias como gás e energia, e como exploração e produção, também eram PT, então você tinha PT na Diretoria de Exploração e Produção, PT na Diretoria de Gás e Energia e PT na área de serviço. Então, o comentário que pautava lá dentro da companhia é que, nesse caso, os 3% ficavam diretamente para, diretamente para o PT. Não era, não tinha participação do PP porque eram diretorias indicadas, tanto para execução do serviço, quanto para o negócio, PT com PT. Então, o que rezava dentro da companhia é que esse valor seria integral para o PT. A Diretoria Internacional, tinha indicação do PMDB. Então, tinha também recursos que eram repassados para o PMDB, na Diretoria Internacional.

[...]"

Interrogado: [...] Dentro da Diretoria Internacional, era o Nestor Cerveró, que foi indicado por um político e tinha uma ligação muito forte com o PMDB.

[...]"

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

o comando de PAULO ROBERTO COSTA, e uma delas envolvendo condutas perpetradas tanto na **Diretoria de Abastecimento** como na Diretoria de Serviços e Gerência de Engenharia, sendo cada uma delas relativa às propinas pagas pelas empreiteiras a seguir identificadas e seus dirigentes, com os seguintes polos passivos:

- autos n.º 5006628-92.2015.4.04.7000 – pagamentos de propina pela empresa **ENGEVIX ENGENHARIA ao ex-Diretor de Abastecimento PAULO ROBERTO COSTA**. Partes rés: PAULO ROBERTO COSTA, JACKSON ENGENHARIA S.A., ENGEVIX ENGENHARIA, GERSON DE MELLO ALMADA, CARLOS EDUARDO STRAUCH ALBERO, NEWTON PRADO JÚNIOR, LUIZ ROBERTO PEREIRA⁹.
- autos n.º 5006675-66.2015.4.04.7000 – pagamentos de propina pela empresa **OAS ENGENHARIA ao ex-Diretor PAULO ROBERTO COSTA**. Partes rés: PAULO ROBERTO COSTA, OAS S/A (OAS ENGENHARIA E PARTICIPACOES S/A), CONSTRUTORA OAS LTDA, COESA ENGENHARIA LTDA, JOSE ALDEMARIO PINHEIRO FILHO, AGENOR FRANKLIN MAGALHAES MEDEIROS, MATEUS COUTINHO DE SA OLIVEIRA, JOSE RICARDO NOGUEIRA BREGHIROLI, FERNANDO AUGUSTO STREMEL ANDRADE, JOAO ALBERTO LAZZARI¹⁰.
- autos n.º 5006694-72.2015.4.04.7000 – pagamentos de propina pela empresa **GALVÃO ENGENHARIA ao ex-Diretor de Abastecimento PAULO ROBERTO COSTA**. Partes rés: PAULO ROBERTO COSTA, GALVÃO PARTICIPAÇÕES S/A, GALVÃO ENGENHARIA S/A, ERTON MEDEIROS FONSECA, JEAN ALBERTO LUSCHER CASTRO, EDUARDO DE QUEIROZ GALVÃO, DARIO DE QUEIROZ GALVÃO FILHO¹¹.
- autos n.º 5006695-57.2015.4.04.7000 – pagamentos de propina pela empresa **MENDES JÚNIOR ao ex-Diretor de Abastecimento PAULO ROBERTO COSTA**. Partes rés: PAULO ROBERTO COSTA, MENDES JÚNIOR PARTICIPAÇÕES S/A, MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A., SÉRGIO CUNHA MENDES, ROGÉRIO CUNHA DE OLIVEIRA, ÂNGELO ALVES MENDES, ALBERTO ELÍSIO VILAÇA GOMES, JOSÉ HUMBERTO CRUVINEL RESENDE¹².

⁹ Este caso está relacionado à Ação Penal n.º 5083351-89.2014.4.04.7000/PR – denúncia e sentença: **Docs. 1 e 2**.

¹⁰ A denúncia relacionada especificamente a este caso foi oferecida nos autos n.º 5083376-05.2014.404.7000/PR – **Doc. 3**.

¹¹ A denúncia relacionada especificamente a este caso foi oferecida nos autos n.º 5083360-51.2014.404.7000/PR – **Docs. 4 e 5**.

¹² A denúncia relacionada especificamente a este caso foi oferecida nos autos n.º 5083401-

- autos n.º 5006717-18.2015.4.04.7000 – pagamentos de propina pela empresa **CAMARGO CORREA ao ex-Diretor de Abastecimento PAULO ROBERTO COSTA**. Partes rés: PAULO ROBERTO COSTA, CAMARGO CORRÊA S/A, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A (CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA), DALTON DOS SANTOS AVANCINI, JOÃO RICARDO AULER, EDUARDO HERMELINO LEITE (“LEITOSO”), SANKO SIDER COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO e EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA, SANKO SERVIÇOS DE PESQUISA E MAPEAMENTO LTDA., MARCIO ANDRADE BONILHO¹³.
- autos n.º 5011119-11.2016.4.04.7000¹⁴ – pagamentos de propina pela empresa **ODEBRECHT ao ex-Diretor de Abastecimento PAULO ROBERTO COSTA**, ao ex-Diretor de Serviços PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO e ao ex-Gerente de Engenharia RENATO DE SOUZA DUQUE. Partes rés: PAULO ROBERTO COSTA, PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO, RENATO DE SOUZA DUQUE, MARCELO BAHIA ODEBRECHT, CELSO ARARIPE D'OLIVEIRA, CESAR RAMOS ROCHA, MARCIO FARIA DA SILVA, PAULO SÉRGIO BOGHOSSIAN, ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO, CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT, ODEBRECHT S.A, FREITAS FILHO CONSTRUÇÕES LTDA, EDUARDO DE OLIVEIRA FREITAS FILHO, HOCHSTIFF DO BRASIL SA ¹⁵.

Ao serem promovidas as referidas demandas, ressaltou-se, em cada uma delas, que seriam objeto de **ações autônomas (a)** os atos concretos de frustração da licitude de cada processo licitatório e de contratação por preços superiores aos de mercado perpetrados pelas referidas empreiteiras e seus dirigentes e outros partícipes, e o ressarcimento dos prejuízos causados por tais atos; **(b)** todos os atos relativos às vantagens indevidas pagas por outras empreiteiras a **PAULO ROBERTO COSTA**, aquelas pagas pelas empreiteiras a outros diretores e empregados do alto escalão de outras áreas da Petrobras e, ainda, as vantagens indevidas pagas pelas empreiteiras por intermédio de outros operadores financeiros que não ALBERTO YOUSSEF; e, por derradeiro **(c) os atos de improbidade perpetrados por agentes políticos integrantes dos partidos políticos que se conluiaram**

18.2014.404.7000/PR – **Doc. 6.**

13 A denúncia relacionada especificamente a este caso foi oferecida nos autos n.º 5083258-29.2014.4.04.7000/PR – **Doc. 7.**

14 Esta ação civil pública por atos de improbidade administrativa também trata de atos praticados no âmbito da Diretoria de Serviços da Petrobras

15 A denúncia relacionada especificamente a este caso foi oferecida nos autos n.º 5036528-23.2015.404.7000/PR – **Doc. 8.**

com PAULO ROBERTO COSTA, bem assim a participação dos partidos políticos, ex-agentes políticos e terceiros integrantes das agremiações como indutores e beneficiários dos atos de improbidade, causadores de enriquecimento ilícito desses agentes e causadores, na mesma medida, de dano ao erário.

Nesse contexto, a presente ação tem por objeto especificamente o sancionamento dos atos de improbidade referidos na **letra c** acima, mas destacadamente no que se refere aos atos de improbidade perpetrados por agentes políticos integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), em relação aos contratos e aditivos celebrados pela Petrobras no interesse da **Diretoria de Abastecimento**, em conluio, nas circunstâncias a seguir descritas, com o então Diretor de Abastecimento **PAULO ROBERTO COSTA** e com os dirigentes das empresas **ENGEVIX, OAS, GALVÃO ENGENHARIA, MENDES JÚNIOR, CAMARGO CORREA, ODEBRECHT, UTC, QUEIROZ GALVÃO** e **ANDRADE GUTIERREZ** integrantes do cartel que atuava na Petrobras, e também em conluio com os dirigentes da empresa **BRASKEM**, integrante do grupo **ODEBRECHT**, no que toca ao favorecimento desta empresa, especialmente na renegociação de contrato de fornecimento de nafta, bem assim a participação do referido PARTIDO PROGRESSISTA (PP), ex-agentes políticos e terceiros integrantes dessa referida agremiação como indutores e beneficiários dos atos de improbidade imputados tanto a PAULO ROBERTO COSTA quanto aos próprios detentores de mandato parlamentar do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), causadores de enriquecimento ilícito e, na mesma medida, de dano ao erário, nos termos dos artigos 9º, *caput* e inciso I, 10, *caput* e incisos I e XII, e 11, *caput*, combinados com o artigo 3º, todos da Lei 8.429/92.

Registra-se que não integrarão o polo passivo desta demanda os demandados que já figuram no polo passivo das outras seis ações civis públicas acima referidas, anteriormente propostas, porquanto, em face da causa de pedir ora deduzida, que em parte é a mesma daquelas ações civis públicas, já se postulou naqueles feitos para todos os litisconsortes passivos lá arrolados a aplicação das sanções previstas no artigo 12 da Lei n.º 8.429/92, o que ora é perseguido para os integrantes do núcleo político, na condição de corresponsáveis e beneficiários diretos dos atos de improbidade administrativa praticados por PAULO ROBERTO COSTA. Na parte em que as causas de pedir não forem coincidentes, conforme adiante delimitado, ressalva-se que PAULO ROBERTO COSTA e as demais empresas envolvidas serão demandadas em ações próprias. De todo modo, é importante enfatizar que figuram no polo passivo desta ação os agentes políticos filiados ao PARTIDO PROGRESSISTA

(PP) que praticaram, diretamente, atos de improbidade administrativa no exercício de mandatos eletivos, ou concorreram, induziram e se beneficiaram desses atos ímprobos.

Aqui também se ressalva que serão objeto de ação autônoma, a par do referido nas letras a e b acima, também as condutas relacionadas às vantagens indevidas pagas por outras empreiteiras aos agentes políticos, ex-agentes políticos ou terceiros relacionados ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP), assim como os atos de improbidade perpetrados por agentes políticos integrantes de outros partidos políticos e a participação mesma de outros partidos e terceiros deles integrantes que se tenham conluiado com o então Diretor de Abastecimento PAULO ROBERTO COSTA ou com outros diretores e empregados do alto escalão de outras áreas da Petrobras.

Como anteriormente referido, registra-se que o Supremo Tribunal Federal, na Petição nº 6.274, deferiu o requerimento do Ministério Público Federal para o compartilhamento dos elementos de prova colhidos nos procedimentos investigatórios instaurados em desfavor de parte dos demandados nesta Ação Civil Pública, que foram investigados, no âmbito criminal, perante aquela corte^{16 17}.

III – O ESQUEMA DE CORRUPÇÃO DE QUE SE BENEFICIARAM O PARTIDO PROGRESSISTA (PP) E SEUS INTEGRANTES NO ÂMBITO DA DIRETORIA DE ABASTECIMENTO DA PETROBRAS

Como visto, a Operação Lava Jato trouxe a lume um esquema de **ampla corrupção político-partidária** e de **loteamento de cargos públicos** com o fito de angariar propinas pagas por empreiteiras cartelizadas que, para terem seus interesses atendidos com a celebração de contratos com a Petrobras, financiavam ilicitamente agremiações partidárias e promoviam o enriquecimento criminoso de seus integrantes, os quais, em contrapartida, apoiavam amplamente o governo de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, responsável por assegurar a nomeação e manutenção dos diretores da estatal que estavam comprometidos com a arrecadação das vantagens ilícitas, conforme minuciosamente narrado nas denúncias que originaram as Ações Penais nº 5046512-94.2016.4.04.7000 e n.º 5063130-17.2016.4.04.7000 (13ª Vara Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba/Paraná).

16 **Doc. 9.**

17 **Doc. 168.**

A prova colhida, especialmente a partir dos acordos de colaboração premiada celebrados, revelou que, desde a nomeação de PAULO ROBERTO COSTA para o cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras, em 14 de maio de 2004, até a sua exoneração do cargo, em maio de 2012, em **todos os contratos** e em **todos os aditivos** firmados pelas já referidas empresas cartelizadas com a **Petrobras no interesse da Diretoria de Abastecimento**, houve o pagamento de vantagens indevidas a PAULO ROBERTO COSTA e às pessoas por ele indicadas, **sobretudo aos integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP)**, seus líderes, dentre os quais agentes políticos detentores de mandato parlamentar responsáveis pela indicação desse diretor para o cargo, além dos operadores financeiros do mercado negro, no montante de **ao menos 1% do valor total dos contratos**. O esquema intensificou-se a partir de 2006, quando a estatal passou a realizar empreendimentos de maior porte e vulto, e seus efeitos estenderam-se até maio de 2014, mesmo após PAULO ROBERTO COSTA deixar o cargo, pois as propinas continuaram sendo pagas em decorrência dos contratos firmados no período em que ocupou a Diretoria de Abastecimento.

A prova colhida também revelou que, paralelamente ao esquema de empresas cartelizadas, no período de 2006 até a exoneração de PAULO ROBERTO COSTA do cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras, em maio de 2012, também houve o pagamento de propinas pela BRASKEM a PAULO ROBERTO COSTA e às pessoas por ele indicadas, **sobretudo aos integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP)**, seus líderes, dentre os quais agentes políticos detentores de mandato parlamentar responsáveis pela indicação desse diretor para o cargo, além dos operadores financeiros do mercado negro, em montante de US\$ 5 milhões anuais, **totalizando US\$ 35 milhões em todo o período**, com vistas a que PAULO ROBERTO COSTA velasse pelos interesses da BRASKEM junto à Petrobras, do que houve especial favorecimento à empresa petroquímica, em 2006, na renegociação do contrato de fornecimento de nafta pela estatal.

De fato, foi especialmente na Diretoria de Abastecimento que o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e seus integrantes garantiram, por uma década, estrondoso locupletamento ilícito em detrimento da Petrobras. A prova colhida deixou patenteado que as vantagens indevidas eram repassadas aos agentes políticos do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) de maneira **periódica e ordinária** (em um “mensalão” da Petrobras), e também de forma **episódica e extraordinária**, sobretudo em épocas de eleições ou de escolhas das lideranças.

III.1 – A ATUAÇÃO DO PARTIDO PROGRESSISTA (PP) E SEUS INTEGRANTES PARA QUE PAULO ROBERTO COSTA FOSSE NOMEADO DIRETOR DE ABASTECIMENTO DA PETROBRAS, EM TROCA DE SEU APOIO AO ESQUEMA CRIMINOSO DE PAGAMENTO DE PROPINAS

PAULO ROBERTO COSTA foi nomeado para o cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras em 14 de maio de 2004, após intensa atuação política realizada pelos Deputados Federais integrantes da cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), JOSÉ JANENE, PEDRO CORRÊA e PEDRO HENRY, junto à cúpula da Administração Pública Federal, em especial com o então presidente da República LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. Essa movimentação espúria do grupo da cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) em prol da nomeação ocorreu sob a condição de que PAULO ROBERTO COSTA garantisse o locupletamento ilícito para o referido partido e seus agentes políticos, para tanto atendendo aos interesses das empreiteiras integrantes do cartel em ordem a que obtivessem contratos com a Petrobras¹⁸. Em contrapartida, o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e os seus parlamentares

18 Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de **PAULO ROBERTO COSTA** na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc. 10**:

[...]

Juiz Federal: - Uma referência na acusação que o senhor teria assumido essa posição de Diretor de Abastecimento por conta de uma indicação política do ex-Deputado Federal José Janene. O que o senhor pode me dizer a esse respeito?

Interrogado: -Perfeito. É, foi, esta correta essa colocação, a Petrobras, **desde que eu me conheço como Petrobras, as diretorias da Petrobras, e a presidência da Petrobras foram sempre por indicação política**. Eu dava sempre o exemplo aí, nas discussões aí, como General, ninguém chega a General se não for indicado. Você, dentro de uma força, forças armadas, você para como Coronel e se reforma como Coronel. Então, as diretorias da Petrobras, quer seja no governo Sarney, quer seja no governo Collor, quer seja no governo Itamar Franco, quer seja no governo Fernando Henrique, quer seja nos governos do Presidente Lula, foram sempre por indicação política, e **eu fui indicado, realmente, pelo PP, para assumir essa Diretoria de Abastecimento**.

[...]

Interrogado: - O Conselho de Administração da PETROBRAS, ela examina sua competência técnica, e eu, nos 27 anos de companhia, antes de exercer a Diretoria de Abastecimento, todos os cargos que eu exerci dentro da companhia foi especificamente por competência 1 técnica. Então eu fui gerente da, principal gerente da maior unidade de produção da Bacia de Campos, de 1900 e..., do ano de 2000, não, desculpe de 1990 a 95, por exclusiva competência técnica. Como eu mencionei aqui, **para chegar à diretoria da Petrobras não basta competência técnica, se não tiver a indicação política, não chega**. Então, o objetivo sempre do conselho é olhar a capacidade técnica e a indicação política que dá suporte àquela indicação.

[...]"

Cite-se, ainda, o seguinte trecho do interrogatório judicial de PAULO ROBERTO COSTA na ação penal nº 5023135-31.2015.4.04.7000/PR (conforme constante na sentença – evento 432, SENT1) – **Doc. 138**:

"Paulo Roberto Costa:- *É, eu fui procurado, na primeira reunião participou o deputado José Janene, estava também participando o deputado Pedro Correia, e me propuseram indicar meu nome para uma*

integravam a base aliada governista e apoiavam amplamente o governo de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, responsável por assegurar a nomeação e manutenção de PAULO ROBERTO COSTA, que estava comprometido com a arrecadação de vantagens ilícitas no âmbito da Petrobras.

A respeito, o ex-Deputado Federal PEDRO CORRÊA¹⁹ expôs em depoimentos prestados no Procedimento Investigatório Criminal n.º 1.25.000.003350/2015-98, em 01/09/2016, e na Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000, em 12/01/2017, com minúcia, a forma pela qual a formação da base aliada do governo federal desde 2003 foi

diretoria da Petrobras, apoiado pelo PP, e assim foi feito, tratativas foram feitas, depois de cerca de 3 a 4 meses eu fui chamado numa reunião de conselho de administração da Petrobras, onde meu nome então foi aprovado no conselho de administração para exercer a função de diretor de abastecimento.

Ministério Público Federal:- E por que Pedro Correia participou dessa reunião?

Paulo Roberto Costa:- Ele tinha uma ligação muito forte com o José Janene, que era do partido, houve também uma reunião em Brasília que José Janene me levou para participar de uma reunião em Brasília, que também participou na época o Pedro Henry que também era do partido, eu não me lembro mais quem era o líder, quem era o presidente do partido, eu não tenho mais essa lembrança, mas eram as pessoas que comandavam o partido, eram os principais líderes do partido.

Ministério Público Federal:- Ou seja, **José Janene, Pedro Correia e Pedro Henry**, é isso?

Paulo Roberto Costa:- É.

Ministério Público Federal:- Mais alguém?

Paulo Roberto Costa:- Bom, eu fiquei conhecendo depois, inicialmente foram essas pessoas, **depois eu fiquei conhecendo o Pizzolatti, fiquei conhecendo o Nelson Meurer**, mas inicialmente as pessoas que eu tive contato foram esses 3 que eu acabei de mencionar.

Ministério Público Federal:- Para a sua indicação para a diretoria da Petrobras eles falaram já das supostas contribuições financeiras para o Partido Progressista?

Paulo Roberto Costa:- Inicialmente, nas primeiras conversas, me foi dito que eu precisaria ajudar o partido e aí qual seria a ajuda? Nas primeiras conversas falaram "Não, que você indica empresas que possam participar das licitações, a Petrobras tem um cadastro de empresas grande, então dependendo das licitações você tem 40 empresas e chama 15, 20", então falaram "Vamos ver se você consegue que as empresas que a gente indique participem das licitações e tal". Agora, no início, nesses primeiros contatos, não se falou de percentuais, não se falou de nada. A minha área, como eu já dei aqui em vários depoimentos, a minha área de abastecimento nos anos de 2004, 2005 e 2006, praticamente nós não tínhamos projetos nem tínhamos orçamento, então o envolvimento, vamos dizer, em grandes projetos era praticamente nenhum, todo o orçamento da Petrobras nesses primeiros anos era direcionado a área de exploração e produção, então as obras de maior porte na diretoria de abastecimento começaram a partir de final de 2006 para frente, então tinha muita atividade, mas obviamente que o partido tinha interesse de que empresas participassem e obviamente uma empresa participando iria ter algum benefício para o partido, óbvio.

Ministério Público Federal:- Esse tipo de benefício seriam contribuições financeiras, é isso?

Paulo Roberto Costa:- Sim, sim. Se indicasse uma empresa, essa empresa entrava no processo de licitação e essa empresa fosse vencedora, alguma coisa, imagino, que o partido ia auferir de resultado em cima desse processo.

Ministério Público Federal:- Esse acordo que foi feito para você ajudar o partido, se você não cumprisse poderia ocorrer algum tipo de problema com o senhor?

Paulo Roberto Costa:- Simplesmente não seria nem indicado para ser o diretor de abastecimento.

Ministério Público Federal:- E já indicado, você poderia ter tido, o partido poderia buscar sua substituição caso o senhor não cumprisse com o acordado?

Paulo Roberto Costa:- Sim."

19 PEDRO CORRÊA ocupou o cargo eletivo de Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, por dois mandatos consecutivos, de 1979 a 1987, e, por quatro mandatos consecutivos, a partir de 1991, tendo sido

construída a partir do loteamento das diretorias das grandes estatais e como ele, no exercício de mandato parlamentar, atuou, com os demais dirigentes da cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), nos expedientes ilícitos de indicação dos ocupantes dos mais altos cargos da República, agindo para atender o interesse de empresários, possibilitando, assim, a arrecadação de propina destinada ao partido e seus integrantes.

O primeiro contato para o início das tratativas entre os partidos se deu com José Genoíno, então presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), o qual agendou uma reunião com Sílvio Pereira e Marcelo Sereno, assessores do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Iniciada a reunião, os representantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) disseram que a agremiação tinha interesse em obter cargos estratégicos em diversos órgãos e estatais, a exemplo da TBG (Gasoduto Brasil-Bolívia), IRB, FURNAS, Ministérios, ANVISA, Secretarias Nacionais dos Ministérios e Fundos de Pensão²⁰. Logo em seguida, considerando as dificuldades inerentes à acomodação dos interesses do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) pelo Partido dos Trabalhadores (PT), os representantes de ambos os partidos começaram a realizar diversas reuniões periódicas, nas terças, quartas e sextas, com o então Ministro-Chefe da Casa Civil José Dirceu.

Algumas das pretensões do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) foram atendidas. Especificamente no que se refere aos fatos objeto da presente ação civil pública, foi acatada por LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA e José Dirceu a indicação de PAULO ROBERTO COSTA²¹ para o cargo de Diretor-Superintendente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S/A – TBG²², uma subsidiária da Petrobras. O PARTIDO PROGRESSISTA (PP) também foi contemplado com a Diretoria de Abastecimento da Petrobras, tendo sido ajustado que o então Diretor Rogério Manso permaneceria no cargo, mas passaria a atender ao PARTIDO

cassado em 15/03/2006 por envolvimento no escândalo do “Mensalão”. É filiado ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) desde 1995, agremiação da qual foi Vice-Presidente da Executiva Nacional a partir de 2001, durante a presidência de Paulo Maluf, e, em 2003, foi eleito Presidente da Executiva Nacional, tendo sido reeleito em 2005 em Convenção Nacional. PAULO ROBERTO COSTA, interrogado na Ação Penal nº 5083351-89.2014.4.04.7000, confirmou que mesmo após a cassação do mandato parlamentar em 2006, PEDRO CORREA ainda exercia uma forte liderança no comando do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) (Evento 606, Vídeo 5, 13:25' e Evento 654, TERMO1) – **Doc. 11**.

20 Termo de declarações prestado por PEDRO CORRÊA no Procedimento Investigatório Criminal n.º 1.25.000.003350/2015-98, em 01/09/2016. Depoimento judicial prestado por PEDRO CORRÊA na Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000, em 12/01/2017 – **Docs. 12 e 13**.

21 Relatório de Informação nº 175/2016 – **Doc. 14**

22 “Em operação desde 1999, a TBG é pioneira no transporte de gás natural em grandes volumes no Brasil. A Companhia é proprietária e operadora do Gasoduto Bolívia-Brasil, em solo brasileiro, com capacidade de entrega de até 30,08 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia”. Disponível em: <http://www.tbgr.com.br/pt_br/a-tbgr/perfil/quem-somos.htm>.

PROGRESSISTA (PP) repassando-lhe recursos ilícitos²³.

Rogério Manso, contudo, não concordou em utilizar o seu cargo para obter recursos ilícitos das empresas contratadas pela Petrobras em favor do PARTIDO PROGRESSISTA (PP). Na primeira reunião que houve com JOSÉ JANENE, PEDRO CORRÊA e PEDRO HENRY, integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), Rogério Manso mencionou que apenas deveria prestar satisfações a José Eduardo Dutra, então presidente da Petrobras²⁴.

Descontentes com essa resposta os membros do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) voltaram a se reunir com José Dirceu, o qual disse que conversaria com Rogério Manso novamente, explicando-lhe como este deveria proceder. Ocorre que, mesmo depois dessa conversa, quando estiveram novamente com Rogério Manso, os integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) ouviram dele que, não obstante a explicação de José Dirceu, ele não contribuiria com o partido²⁵.

Foi então que os integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) passaram a pensar em um outro nome para a Diretoria de Abastecimento da Petrobras, tendo sido aventado o nome de PAULO ROBERTO COSTA. Este último, que ainda em 2003 havia sido nomeado ao cargo de superintendente da TBG, estava "arrecadando" propinas, para o PARTIDO PROGRESSISTA (PP), de empresas que eram contratadas por essa estatal, cerca de R\$ 200 mil por mês – isso em um cenário de queda do orçamento da TBG.

Assim, para melhor conhecer PAULO ROBERTO COSTA, reuniram-se PEDRO CORRÊA e JOSÉ JANENE com ele em 2003²⁶, em um restaurante no aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro. Nessa ocasião, os membros do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) falaram que cogitavam nomear PAULO ROBERTO COSTA para a Diretoria de Abastecimento, caso ele se comprometesse a atender as demandas do partido. PAULO ROBERTO COSTA mencionou saber como as "coisas funcionavam", ou seja, que no exercício do cargo ele deveria arrecadar vantagens indevidas junto aos empresários e repassar uma parcela para o PARTIDO

23 Termo de declarações prestado por PEDRO CORRÊA no Procedimento Investigatório Criminal n.º 1.25.000.003350/2015-98, em 01/09/2016. Depoimento judicial prestado por PEDRO CORRÊA na Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000, em 12/01/2017 – **Docs. 12 e 13**.

24 Termo de declarações prestado por PEDRO CORRÊA no Procedimento Investigatório Criminal n.º 1.25.000.003350/2015-98, em 01/09/2016. Depoimento judicial prestado por PEDRO CORRÊA na Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000, em 12/01/2017 – **Docs. 12 e 13**.

25 Segundo PEDRO CORRÊA, que esteve presente na reunião, ROGÉRIO MANSO teria dito: "*entendi a ordem do Ministro JOSÉ DIRCEU, só que não fui nomeado para este cargo para cumpri-la*" (Termo de declarações prestado por PEDRO CORRÊA, em 01/09/2016) – **Doc. 12**.

26 Termo de declarações prestado por PEDRO CORRÊA no Procedimento Investigatório Criminal n.º 1.25.000.003350/2015-98, em 01/09/2016. Depoimento judicial prestado por PEDRO CORRÊA na Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000, em 12/01/2017 – **Docs. 12 e 13**.

PROGRESSISTA (PP). Ajustados esses compromissos, o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) levou o pleito de nomeação a José Dirceu²⁷.

Se a nomeação de PAULO ROBERTO COSTA para a TBG se deu sem maiores discussões, tendo sido aprovada pelo próprio José Dirceu²⁸, a nomeação daquele para a Diretoria de Abastecimento da Petrobras foi bem mais demorada e veio a envolver a atuação direta de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. Após a indicação do nome de PAULO ROBERTO COSTA pelo PARTIDO PROGRESSISTA (PP), passaram-se seis meses até que o governo possibilitasse sua nomeação.

Devido à demora na nomeação de PAULO ROBERTO COSTA, que também envolvia pleitos não atendidos de outros partidos que estavam se dispendo a integrar a base aliada (PTB e PV), tais agremiações obstruíram a pauta da Câmara dos Deputados por cerca de três meses. Tal circunstância é corroborada por notícias jornalísticas da época²⁹, das quais se depreende que efetivamente a pauta da Câmara dos Deputados esteve trancada no primeiro semestre de 2004, por manobra da oposição que ganhou apoio de três partidos da base – PARTIDO PROGRESSISTA (PP), PTB e PV.

Houve, assim, uma nova reunião entre PEDRO CORRÊA, PEDRO HENRY e JOSÉ JANENE, com o então Ministro José Dirceu, ocasião na qual esse confidenciou para os representantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) que já tinha feito de tudo que podia, dentro do governo, para cumprir a promessa de nomeação de PAULO ROBERTO COSTA, de sorte que a solução dependeria da atuação direta de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA³⁰⁻³¹.

Foi então agendada uma reunião com LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA em seu gabinete presidencial, na qual se fizeram presentes PEDRO CORRÊA, PEDRO HENRY, JOSÉ JANENE, Aldo Rebelo, José Dirceu e o então presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra.

27 Termo de declarações prestado por PEDRO CORRÊA no Procedimento Investigatório Criminal n.º 1.25.000.003350/2015-98, em 01/09/2016. Depoimento judicial prestado por PEDRO CORRÊA na Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000, em 12/01/2017 – **Docs. 12 e 13**.

28 Termo de declarações prestado por PEDRO CORRÊA no Procedimento Investigatório Criminal n.º 1.25.000.003350/2015-98, em 01/09/2016. Depoimento judicial prestado por PEDRO CORRÊA na Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000, em 12/01/2017 – **Docs. 12 e 13**.

29 Disponível em: <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-04-15/oposicao-obstrui-votacao-de-mps-que-trancam-pauta-da-camara>> - **Doc. 15**.

30 Termo de declarações prestado por PEDRO CORRÊA no Procedimento Investigatório Criminal n.º 1.25.000.003350/2015-98, em 01/09/2016. Depoimento judicial prestado por PEDRO CORRÊA na Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000, em 12/01/2017 – **Docs. 12 e 13**.

31 Termo de Depoimento de PAULO ROBERTO COSTA na ação penal nº 5045241-84.2015.4.04.7000/PR: *“Eu fui indicado para assumir a diretoria de abastecimento em 2004 pelo PP e, como já falado, eu vou repetir aqui, não há ninguém que assumisse qualquer diretoria da Petrobras ou Eletrobrás, ou o quer que seja, nos últimos, talvez nas últimas décadas, se não tivesse apoio político, então todos os diretores da Petrobras, todos os presidentes da Petrobras assumiram com apoio político”* - **Doc. 16**.

Nessa reunião LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA indagou a José Eduardo Dutra acerca dos motivos para a demora na nomeação de PAULO ROBERTO COSTA, sendo que o presidente da Petrobras mencionou que essa seria uma decisão do Conselho de Administração da estatal. Foi então que LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA disse para José Eduardo Dutra repassar ao Conselho de Administração da Petrobras o recado de que se PAULO ROBERTO COSTA não fosse nomeado em uma semana, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA demitiria e trocava todos os conselheiros da Petrobras. José Eduardo Dutra argumentou na ocasião que não era da tradição da Petrobras a troca injustificada de Diretores, ao que LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA retorquiu que *"se fosse pensar em tradição, nem DUTRA era Presidente da Petrobras, nem ele era Presidente da República"*³².

A determinação de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA na referida reunião surtiu os efeitos desejados. **A nomeação de PAULO ROBERTO COSTA veio a se concretizar em 14/05/2004**³³. A partir de então, e até 29/04/2012, ele ocupou a Diretoria de Abastecimento da Petrobras.

Por determinação direta e indireta de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, ao conferir o cargo ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) em troca de apoio político, a fim de que este pudesse arrecadar propina usada para enriquecimento ilícito e financiamento eleitoral, **PAULO ROBERTO COSTA, desde sua nomeação, atendeu os interesses de arrecadação de vantagens ilícitas em favor de partidos da base aliada do governo, notadamente do PARTIDO PROGRESSISTA (PP)**. Dias depois da nomeação de PAULO ROBERTO COSTA para a Diretoria de Abastecimento da Petrobras, e de outras pessoas indicadas pelos demais partidos cooptados para a base aliada, a pauta da Câmara dos Deputados foi desobstruída³⁴ **e começaram a ser vertidos recursos da Petrobras para o PARTIDO PROGRESSISTA (PP)**.

Em contrapartida às nomeações de agentes públicos efetuadas por LULA a partir das indicações do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), com destaque para PAULO ROBERTO COSTA, toda a bancada do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) no Congresso Nacional apoiava amplamente a aprovação de projetos de lei, medidas provisórias e assuntos de interesse do governo, sendo que para tanto seguiam as orientações dos líderes do governo no Senado e

32 Termo de declarações prestado por PEDRO CORRÊA no Procedimento Investigatório Criminal n.º 1.25.000.003350/2015-98, em 01/09/2016. Depoimento judicial prestado por PEDRO CORRÊA na Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000, em 12/01/2017 – **Docs. 12 e 13**.

33 Comprovante de nomeação de PAULO ROBERTO COSTA – **Doc. 17**.

34 Termo de declarações prestado por PEDRO CORRÊA no Procedimento Investigatório Criminal n.º 1.25.000.003350/2015-98, em 01/09/2016. Depoimento judicial prestado por PEDRO CORRÊA na Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000, em 12/01/2017 – **Docs. 12 e 13**.

na Câmara dos Deputados. Tais orientações incluíam, até mesmo, movimentos de retirada ou manutenção de parlamentares do plenário, de modo a garantir a existência ou a inexistência de quórum para votação de projetos de lei. Além disso, a bancada do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) buscava impedir a criação ou instalação de CPIs ou de Comissões Especiais que tivessem por objetivo investigar assuntos do governo, ou então, quando instaladas, buscavam impedir a convocação de agentes vinculados e comprometidos com o governo.

PAULO ROBERTO COSTA assim tornou-se o arrecadador de propina para o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) na Petrobras.

Os depoimentos prestados por PAULO ROBERTO COSTA nas ações penais a ele relativas, dados na condição de réu colaborador, são de clareza solar no quanto afirma que, já no momento em que procurado para a nomeação, os líderes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), notadamente JOSÉ JANENE, PEDRO CORRÊA e PEDRO HENRY deixaram evidente para ele que **deveria atuar no sentido de direcionar os procedimentos licitatórios às empresas indicadas pelo partido**, do que concluiu, já de plano, que haveria uma contraprestação econômica pelas empresas³⁵. No mesmo sentido, são os depoimentos

35 Trechos do depoimento de PAULO ROBERTO COSTA, tal qual transcrito no evento 191, TERMOTRASCDEP1: *“Ministério Público Federal: O senhor estava falando do Pedro Correia e da sua nomeação... Depoente: É, eu fui procurado, na primeira reunião participou o deputado José Janene, estava também participando deputado Pedro Correia, e me propuseram indicar meu nome para uma diretoria da Petrobras, apoiado pelo PP, e assim foi feito, tratativas foram feitas, depois de cerca de 3 a 4 meses eu fui chamado numa reunião de conselho de administração da Petrobras, onde meu nome então foi aprovado no conselho de administração para exercer a função de diretor de abastecimento. Ministério Público Federal: E por que Pedro Correia participou dessa reunião? Depoente: Ele tinha uma ligação muito forte com o José Janene, que era do partido, houve também uma reunião em Brasília que José Janene me levou para participar de uma reunião em Brasília, que também participou na época o Pedro Henri que também era do partido, eu não me lembro mais quem era o líder, quem era o presidente do partido, eu não tenho mais essa lembrança, mas eram as pessoas que comandavam o partido, eram os principais líderes do partido. Ministério Público Federal: Ou seja, José Janene, Pedro Correia e Pedro Henri, é isso? Depoente: É. Ministério Público Federal: Mais alguém? Depoente: Bom, eu fiquei conhecendo depois, inicialmente foram essas pessoas, depois eu fiquei conhecendo o Pizzolatti, fiquei conhecendo o Nelson Meurer, mas inicialmente as pessoas que eu tive contato foram esses 3 que eu acabei de mencionar. Ministério Público Federal: Para a sua indicação para a diretoria da Petrobras eles falaram já das supostas contribuições financeiras para o Partido Progressista? Depoente: Inicialmente, nas primeiras conversas, me foi dito que eu precisaria ajudar o partido e aí qual seria a ajuda? Nas primeiras conversas falaram Não, que você indica empresas que possam participar das licitações, a Petrobras tem um cadastro de empresas grande, então dependendo das licitações você tem 40 empresas e chama 15, 20”, então falaram “Vamos ver se você consegue que as empresas que a gente indique participem das licitações e tal”. Agora, no início, nesses primeiros contatos, não se falou de percentuais, não se falou de nada. A minha área, como eu já dei aqui em vários depoimentos, a minha área de abastecimento nos anos de 2004, 2005 e 2006, praticamente nós não tínhamos projetos nem tínhamos orçamento, então o envolvimento, vamos dizer, em grandes projetos era praticamente nenhum, todo o orçamento da Petrobras nesses primeiros anos era direcionado a área de exploração e produção, então as obras de maior porte na diretoria de abastecimento começaram a partir de final de 2006 para frente, então tinha muita atividade, mas*

do réu colaborador ALBERTO YOUSSEF³⁶.

Assim é que, pelo fato de ter sido politicamente indicado ao cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras pelo PARTIDO PROGRESSISTA (PP), PAULO ROBERTO COSTA tinha o dever de viabilizar o repasse de vantagens indevidas à agremiação partidária em questão e a seus integrantes. O cumprimento dessa obrigação ocorreu de forma mais intensa a partir de 2006, quando se iniciou um ciclo de grandes obras, principalmente refinarias, na esfera de atribuições e responsabilidades da Diretoria de Abastecimento da sociedade de economia mista, conforme rol de contratos que serão apontados no item III.2 desta inicial.

Os réus colaboradores PAULO ROBERTO COSTA e ALBERTO YOUSSEF relataram de forma uníssona que, na Diretoria de Abastecimento, o montante da propina era **correspondente a pelo menos 1% do valor dos contratos e aditivos**, bem assim que, após o desconto do valor destinado ao pagamento de despesas operacionais do esquema, **60% do quanto arrecadado em propinas era destinado ao PARTIDO PROGRESSISTA e seus integrantes**. Ademais, ALBERTO YOUSSEF esclareceu que, a respeito do valor remanescente, **30% eram destinados a PAULO ROBERTO COSTA e os outros 10% destinavam-se, em parcelas iguais de 5%, ao próprio doleiro ALBERTO YOUSSEF e JOÃO GENU**, então

obviamente que o partido tinha interesse de que empresas participassem e obviamente uma empresa participando iria ter algum benefício para o partido, óbvio. Ministério Público Federal: Esse tipo de benefício seriam contribuições financeiras, é isso? Depoente: Sim, sim. Se indicasse uma empresa, essa empresa entrava no processo de licitação e essa empresa fosse vencedora, alguma coisa, imagino, que o partido ia auferir de resultado em cima desse processo. Ministério Público Federal: Esse acordo que foi feito para você ajudar o partido, se você não cumprisse poderia ocorrer algum tipo de problema com o senhor? Depoente: Simplesmente não seria nem indicado para ser o diretor de abastecimento. Ministério Público Federal: E já indicado, você poderia ter tido, o partido poderia buscar sua substituição caso o senhor não cumprisse com o acordado? Depoente: Sim. Ministério Público Federal: De que forma o partido poderia fazer isso? Depoente: A indicação, como eu falei, o partido indicou, agora a aprovação final, como foram com outros diretores, não só de 2003 para cá, mas antes de 2003, e não só na Petrobras, mas em outras estatais como Eletrobras, como Banco do Brasil, como Caixa Econômica, a indicação, a aprovação final de um nome para presidir uma empresa dessas que eu mencionei, no final é do Presidente da República, o Presidente da República é quem define, então eu soube pelo José Janene que ele esteve com o Presidente da República na época para levar meu nome para ser aprovado, como era de praxe para Caixa Econômica, para Banco do Brasil e tantas outras estatais, Eletrobras, e assim por diante. Na hipótese de eu não colaborar com o partido, o partido poderia chegar lá e falar "Olha, queremos trocar, essa pessoa não está atendendo os interesses do partido", então poderia ser substituído. (...)". – Doc. 18.

³⁶ No mesmo sentido, a afirmação de ALBERTO YOUSSEF: "(...) Juiz Federal: Por que o Paulo Roberto Costa não ficava com todo o dinheiro? Desses 1%? Interrogado: Porque na verdade quem colocou ele como diretor de abastecimento na Petrobras foi o Partido Progressista, na época quando o Deputado José Janene ainda era vivo e comandava o partido, na época o Senhor Pedro CORRÊA era o presidente e se eu não me engano o Senhor Pedro Henry era o líder do partido. Juiz Federal: A permanência do Senhor Paulo Costa dependia desse grupo político? Interrogado: Sim, dependia. (...)". Trecho do interrogatório de ALBERTO YOUSSEF, transcrito no evento 380, TERMOTRASCDEP1 – Doc. 18.

assessor parlamentar de JOSÉ JANENE³⁷.

A princípio, o grande responsável por organizar o esquema criminoso foi JOSÉ JANENE, que exerceu o mandato parlamentar de Deputado Federal pelo PARTIDO PROGRESSISTA (PP) até o ano de 2007. Ele fazia reuniões com PAULO ROBERTO COSTA e representantes de empreiteiras interessadas em obter contratos na Petrobras, a fim de ajustar tanto o favorecimento das empresas no que tange às contratações quanto o correlato pagamento de propinas, destinadas ao Diretor de Abastecimento, ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e a seus membros. Mesmo depois do fim de seu mandato eletivo, JOSÉ JANENE continuou a desempenhar essa função, fazendo-o até 2010, quando seus problemas de saúde se agravaram e ele veio a falecer³⁸.

A liderança de JOSÉ JANENE no PARTIDO PROGRESSISTA (PP) era consolidada e com forte apoio das bases da agremiação, notadamente porque este sempre atendia e repassava aos demais integrantes do

37 Trecho do Termo de Colaboração .º 01 de PAULO ROBERTO COSTA: “[...] QUE como dito anteriormente a média de percentual pago a título de propina para os grupos políticos era em regra de 3% do valor total da obra, podendo ser reduzido a 2% ou 1,5% dependendo do andamento obra; QUE no caso das diretorias do PT o percentual era encaminhado integralmente para o partido na pessoa de JOSÉ VACCARI, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores; QUE cada empreiteira tinha o seu mecanismo de fazer com que o valor da propina chegasse ao grupo político correspondente; QUE tudo isto é válido para qualquer área de contratação do governo; QUE no caso da diretoria de abastecimento onde atuava o depoente, do percentual de 3% antes mencionado, 2% ficava diretamente para o PT (diretamente repassado a JOSÉ VACCARI) e a **outra parte (1% restante) era repassada ao grupo político que o indicou para diretoria, o PP**; QUE mesmo desse 1% restante, as vezes era necessário repartir com o PT, PMDB e uma vez o PSDB; QUE em regra esse 1% era dividido da seguinte forma: **60% para o partido**, 20% para custear a operacionalização do esquema (como empresas para fornecer notas, pagamento de operador e etc) e 20% ao depoente e às vezes a ALBERTO YOUSSEF; QUE os maiores valores de propinas eram repassados diretamente para os agentes políticos sem a intermediação de nenhum operador; QUE no caso do depoente os repasses de valores era feitos diretamente em espécie ao demandante político; QUE os valores da propina do PP ficavam concentrados em uma caixa único do ALBERTO YOUSSEF que funcionava como verdadeiro banco da propina; QUE assim passou a ser feito a partir de 2007 com o agravamento dos problemas de saúde do ex-deputado federal JOSÉ JANENE que, até então era o responsável por este “caixa”; QUE a parte dos valores que seria do depoente eram enviadas por ALBERTO YOUSSEF por meio de mensageiros como por exemplo RAFAEL ÂNGULO LOPEZ, ADARICO NEGROMONTE e JAIME (conhecido como “CARECA”)” - **Doc. 19**

Na mesma linha, trecho do Termo de Colaboração n. 01 de ALBERTO YOUSSEF: “[...] QUE, questionado acerca da distribuição dos valores pagos pelas empreiteiras, ou seja de 1% sobre os contratos, afirma que inicialmente eram deduzidos os custos de emissão de nota fiscal e transporte (fretamento de aviões ou voos comerciais), em torno de 25%; QUE,, após a dedução dos custos, a comissão era rateada da seguinte forma: 30% para PAULO ROBERTO COSTA, 5% para o declarante, 5% para JOAO CLAUDIO GENU e 60% para JOSE JANENE; QUE, o declarante informa que era responsável pelo controle de caixa dos valores, sendo que nos casos de recebimento de parcelas de contratos o declarante retinha os valores em espécie ou os recursos eram buscados junto as empreiteiras conforme a necessidade; QUE, a divisão dos valores entre os membros do Partido Progressista (dentro da margem de 60%) era definida por JANENE, sendo que após a morte deste o próprio declarante se encarregou dessa divisão [...]” - **Doc. 20**.

Cite-se, nesse sentido, o seguinte trecho do interrogatório judicial de PAULO ROBERTO COSTA na ação penal 5026212-82.2014.404.7000 (Eventos 1025 e 1101) – **Doc. 10**.

Cite-se, ainda, os seguintes trechos do interrogatório judicial de PAULO ROBERTO COSTA na ação penal nº 502313531.2015.4.04.7000/PR, item 114 da sentença – **Doc. 138**.

38 JOSÉ JANENE faleceu em 14/09/2010, conforme certidão de óbito – **Doc. 21**.

partido parcela das vantagens indevidas provenientes da Diretoria de Abastecimento da Petrobras³⁹.

JOSÉ JANENE era auxiliado diretamente pelo doleiro ALBERTO YOUSSEF e também por JOÃO GENU, que se encarregavam de operacionalizar o recebimento e o repasse das vantagens indevidas, mediante estratégias de ocultação da origem ilícita do dinheiro.

JOSÉ JANENE mantinha relação mais próxima o grupo de parlamentares do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) capitaneado pelos ora demandados PEDRO CORRÊA, PEDRO HENRY, MÁRIO NEGROMONTE, JOÃO PIZZOLATTI e NELSON MEURER, que foram formalmente os líderes da agremiação partidária na Câmara dos Deputados, de modo sucessivo e alternado.

Tais deputados – PEDRO CORRÊA, PEDRO HENRY, MÁRIO NEGROMONTE, JOÃO PIZZOLATTI e NELSON MEURER – exatamente pelo papel de comando que exerciam no PARTIDO PROGRESSISTA (PP), foram os grandes articuladores e beneficiários do esquema de corrupção e lavagem de dinheiro implantado na Diretoria de Abastecimento da Petrobras. Continuaram a receber vantagens indevidas dessa fonte após a morte de JOSÉ JANENE, a partir de quando ALBERTO YOUSSEF passou a administrar com exclusividade, com acompanhamento por JOÃO GENU, tanto a relação entre as empreiteiras e PAULO ROBERTO COSTA, como o recebimento, a contabilização e o repasse de propinas ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e a seus integrantes. Nesse período, é dizer, de 2003 a 2011, os Deputados Federais PEDRO CORRÊA, PEDRO HENRY, MÁRIO NEGROMONTE, JOÃO PIZZOLATTI e NELSON MEURER estiveram no comando da agremiação partidária.

39 Nesse sentido, declarações prestadas pelo Colaborador ALBERTO YOUSSEF (**Doc. 20**) e por PEDRO CORRÊA (**Docs. 11 e 12**).

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

O réu colaborador ALBERTO YOUSSEF⁴⁰ narrou que JOSÉ JANENE, enquanto vivo, administrava o caixa de propinas de PARTIDO PROGRESSISTA (PP), com o auxílio direto de seu assessor JOÃO GENU, e distribuía os valores, oriundos das empreiteiras cartelizadas e repassados especialmente por intermédio dele, doleiro ALBERTO YOUSSEF, entre os integrantes do partido, sendo certo que os citados políticos do grupo hegemônico, em virtude de sua posição de destaque na cúpula partidária, ordinariamente recebiam os valores individuais mais altos, que variavam de R\$ 250.000,00 a R\$ 300.000,00 mensais, ou até mesmo em importâncias ainda mais elevadas, de acordo com a arrecadação de propina do mês. Todos os demais políticos integrantes da agremiação na Câmara dos Deputados, com poucas exceções na bancada, também participavam do esquema e recebiam sua parte na distribuição das propinas, porém em valores menores, que variavam de R\$ 30.000,00 a R\$ 150.000,00 por mês, entre os quais estavam LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA, JOSÉ OTÁVIO GERMANO e ROBERTO PEREIRA BRITTO.

Em 2011, um grupo do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) que se sentia preterido na distribuição de vantagens indevidas resolveu assumir o comando da agremiação partidária e o consequente controle da repartição de valores relativos ao esquema de corrupção da Diretoria de Abastecimento da Petrobras. Esse conjunto de parlamentares era formado principalmente pelos Senadores CIRO NOGUEIRA e BENEDITO DE LIRA e pelos Deputados Federais ARTHUR LIRA, EDUARDO DA FONTE e AGUINALDO RIBEIRO. A

40 Termo de Colaboração n. 17 de ALBERTO YOUSSEF: *“QUE quem comandava a alta cúpula do Partido Progressista tinha **participação maior nos valores a serem recebidos, como JOSE JANENE, MARIO NEGROMONTE, JOAO PIZZOLATTI, PEDRO CORREIA e NELSON MEURER**; QUE recebiam em torno de R\$ 250.000,00 a R\$ 300.000,00 mensais; (...) QUE havia outros deputados do PP, cuja posição era de menor relevância dentro do partido, que recebiam entre R\$ 30.000,00 a R\$ 150.000,00 por mês; QUE dentre os deputados que tem certeza de que receberam valores, estão **GLADISON CAMELI, ARTHUR LIRA, JOÃO LEÃO, ROBERTO BRITTO, JOSÉ LINHARES, ROBERTO BALESTRA, SANDES JÚNIOR, WALDIR MARANHÃO, LUIZ FERNANDO FARIA, AGUINALDO RIBEIRO, DILCEU SPERAFICO, EDUARDO DA FONTE, ROBERTO TEIXEIRA, SIMÃO SESSIM, JULIO LOPES, JERÔNIMO GOERGEN, AFONSO HAMM, JOSÉ OTÁVIO GERMANO, LUIS CARLOS HEINZE, RENATO MOLLING, VILSON COVATTI, CARLOS MAGNO, ALINE CORRÊA, MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO, LÁZARO BOTELHO**” – Doc. 22.*

No mesmo sentido, Termo Complementar n. 27 de ALBERTO YOUSSEF: *“QUE cada um dos líderes do Partido recebia, por mês, entre R\$ 250.000 e R\$ 500.000, a depender do recebimento do mês; QUE os líderes eram **NELSON MEURER, MÁRIO NEGROMONTE, JOÃO PIZZOLATTI e PEDRO CORREA**; QUE para o restante da Bancada era entregue uma média de R\$ 1,2 milhão a R\$ 1,5 por mês, que seria dividido pelo líder elo Partido Progressista; QUE nem todos da bancada receberam; QUE dentre os deputados que o declarante tem certeza de que receberam valores estão **GLADISON CAMELI, ARTHUR LIRA, JOÃO LEÃO, ROBERTO BRITTO, PADRE JOSÉ LINHARES, ROBERTO BALESTRA, SANDES JÚNIOR, WALDIR MARANHÃO, LUIZ FERNANDO FARIA, AGUINALDO RIBEIRO, DILCEU SPERAFICO, EDUARDO DA FONTE, ROBERTO TEIXEIRA, SIMÃO SESSIM, JERÔNIMO GOERGEN, AFONSO HAMM, JOSÉ OTÁVIO GERMANO, LUIS CARLOS HEINZE, RENATO MOLLING, VILSON COVATTI, CARLOS MAGNO, ALINE CORRÊA, MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO, LÁZARO BOTELHO**” – Doc. 23.*

reviravolta em questão foi marcada pela substituição do Deputado Federal NELSON MEURER pelo Deputado Federal AGUINALDO RIBEIRO na liderança do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) na Câmara dos Deputados, em agosto de 2011, no meio do ano legislativo, o que não era comum. Pouco tempo depois, ocorreu outra mudança ilustrativa da troca de comando no PARTIDO PROGRESSISTA (PP). Em fevereiro de 2012, o Deputado Federal AGUINALDO RIBEIRO assumiu o Ministério das Cidades em substituição ao Deputado Federal MÁRIO NEGROMONTE. O Ministério das Cidades e a Diretoria de Abastecimento da Petrobras eram os principais cargos que compunham a cota política do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) na Administração Pública Federal, em contrapartida ao apoio e à integração do partido à base governista no Congresso Nacional. Com a ida do Deputado Federal AGUINALDO RIBEIRO para o Ministério das Cidades, a liderança do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) na Câmara dos Deputados foi assumida pelo Deputado Federal ARTHUR LIRA.

Com a ascensão do novo grupo à cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), houve uma tentativa de substituição de ALBERTO YOUSSEF no controle do “caixa de propinas” oriundas da Diretoria de Abastecimento da Petrobras. PAULO ROBERTO COSTA, depois de reunião com os novos comandantes da agremiação partidária, chegou a tentar viabilizar a atuação de uma outra pessoa no desempenho exclusivo dessa tarefa. No entanto, na prática, ALBERTO YOUSSEF, por já ter bom relacionamento com as empreiteiras, continuou exercendo a função de operador e recebendo as propinas das empresas, porém o repasse para os políticos integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) foi cindida, permanecendo ALBERTO YOUSSEF como responsável por entregar, de forma paralela, os valores aos políticos do antigo grupo hegemônico, ao passo que Henry Hoyer de Carvalho, após receber os valores do doleiro, efetuava os pagamentos aos demais políticos⁴¹.

41 Toda a sucessão de eventos envolvendo o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e sua relação com a Diretoria de Abastecimento da Petrobras foi narrada por ALBERTO YOUSSEF em seu Termo de Colaboração n. 14. De acordo com os esclarecimentos do doleiro, as mudanças ocorridas em função das disputas internas do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) limitaram-se a alterações procedimentais e a certa desorganização no controle do recebimento e repasse de propinas: “*QUE em verdade o declarante praticamente continuou a fazer o mesmo que fazia anteriormente, com a única modificação de que, ao invés de repassar os valores diretamente aos integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA, passou a fazê-lo por intermédio de HENRY, que, por sua vez, entregava os valores a ARTHUR DE LIRA; (...) QUE o declarante continuou a receber os 5% dos valores de todos os repasses por ele efetivados, mesmo após HENRY assumir a responsabilidade pela entrega aos parlamentares do PP; QUE acredita que HENRY retirava o seu percentual logo após receber o dinheiro do declarante; QUE nesta época a contabilidade dos repasses ficou “confusa”, sendo controlada por PAULO ROBERTO e pelo declarante, de modo que os integrantes do PP não os questionaram acerca desta nova dinâmica de repasses; QUE, contudo, de forma paralela e oculta, a pedido de PAULO ROBERTO COSTA, o grupo anterior do PP, composto por PEDRO HENRY, PEDRO CORREA, NELSON MEURER, JOÃO PIZZOLATI, MARIO NEGROMONTE, LUIZ FERNANDO SOBRINHO (sic) e JOSÉ OTÁVIO, continuaram (sic) a receber as comissões da PETROBRAS por intermédio do declarante; QUE isto ocorreu com o objetivo de amenizar a briga*”

III.2 – O PAGAMENTO DE PROPINAS AO PARTIDO PROGRESSISTA (PP) E SEUS INTEGRANTES EM VIRTUDE DO ESQUEMA DE CORRUPÇÃO ESTABELECIDO NA DIRETORIA DE ABASTECIMENTO DA PETROBRAS

III.2.1 – O PAGAMENTO DE PROPINAS AO PARTIDO PROGRESSISTA (PP) E SEUS INTEGRANTES NOS CONTRATOS OBTIDOS MEDIANTE CARTEL E AJUSTE DE LICITAÇÕES

Como exposto, o esquema de corrupção instalado na Diretoria de Abastecimento da Petrobras, engendrado pelo PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e seus integrantes com o fito de arrecadar propinas pagas pelas empreiteiras cartelizadas, estendeu-se de 14 de maio de 2004, quando da nomeação de PAULO ROBERTO COSTA, com quem se haviam conluiado, até a sua exoneração do cargo em maio de 2012, mas é certo que o esquema intensificou-se a partir de 2006, quando a estatal passou a realizar empreendimentos de maior porte e vulto, bem assim que seus efeitos estenderam-se até 2014, mesmo após o diretor deixar o cargo, pois as propinas continuaram sendo pagas em decorrência dos contratos firmados no período em que ocupou a Diretoria de Abastecimento.

Nesse período em que PAULO ROBERTO COSTA ocupou o cargo de diretor, **ENGEVIX, GALVÃO ENGENHARIA, CAMARGO CORREA, UTC, OAS, MENDES JÚNIOR, QUEIROZ GALVÃO** e **ODEBRECHT** celebraram os seguintes contratos, aditivos e transações extrajudiciais com a Petrobras, no âmbito da Diretoria de Abastecimento, nos quais houve o pagamento de propina no montante de pelo menos 1% de seus valores globais, considerando contrato e aditivo⁴²:

CAMARGO CORREA				
ICJ	Instrumento	Data	Valor	Valor da propina (1%)

interna existente no seio do PP; (...)" - Doc. 24.

42 Foram considerados os contratos celebrados com as empresas ENGEVIX, GALVÃO ENGENHARIA, CAMARGO CORREA, UTC, OAS, MENDES JUNIOR, QUEIROZ GALVÃO e ODEBRECHT, sendo que, quando qualquer delas integra um mesmo consórcio, o contrato respectivo é apresentado de forma destacada com a referência às empresas em questão que o integram.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

0800.0043403.08.2	Inicial	07/07/08	R\$ 2.488.315.505,20	R\$ 24.883.155,05
	Aditivo 2	18/02/09	R\$ 4.949.728,18	R\$ 49.497,28
	Aditivo 5	15/09/09	R\$ 503.875,19	R\$ 5.038,75
	Planilha de aditivos	18/09/09	R\$ 24.071.005,95	R\$ 240.710,06
	Aditivo 6	22/09/09	R\$ 3.466.035,30	R\$ 34.660,35
	Planilha de aditivos	12/08/10	R\$ 4.732.687,48	R\$ 47.326,87
	Aditivo 10	25/11/10	R\$ 3.389.100,81	R\$ 33.891,01
	Aditivo 11	21/02/11	R\$ 11.899.034,25	R\$ 118.990,34
	Aditivo 12	05/04/11	R\$ 2.688.243,85	R\$ 26.882,44
	Aditivo 13	15/08/11	R\$ 1.901.185,32	R\$ 19.011,85
	Aditivo 14	06/02/12	R\$ 1.660.482,35	R\$ 16.604,82
0800.0087624.13.2 / 8500.0000060.09.2 / 0800.0053457.09.2	Inicial	22/12/09	R\$ 3.411.000.000,00	R\$ 34.110.000,00
TOTAL			R\$ 6.038.548.052,64	R\$ 60.385.480,51

ENGEVIX				
ICJ	Instrumento	Data	Valor	Valor da propina (1%)
0800.0030725.07.2	Inicial	30/03/07	R\$ 224.989.477,13	R\$ 2.249.894,77
	Aditivo 3	18/03/08	R\$ 1.880.515,60	R\$ 18.805,16
	Aditivo 4	21/05/08	R\$ 1.461.258,51	R\$ 14.612,59
	Aditivo 5	08/07/08	R\$ 291.215,21	R\$ 2.912,15
	Aditivo 6	23/12/08	R\$ 2.823.101,16	R\$ 28.231,01
	Aditivo 7	16/04/09	R\$ 12.929.465,28	R\$ 129.294,65
	Aditivo 8	25/05/09	R\$ 4.773.234,41	R\$ 47.732,34
	Aditivo 11	06/11/09	R\$ 1.186.087,59	R\$ 11.860,88
	Aditivo 17	10/06/10	R\$ 21.092.353,90	R\$ 210.923,54
	Aditivo 22	04/01/11	R\$ 3.705.138,80	R\$ 37.051,39
	Aditivo 24	28/02/11	R\$ 2.565.268,91	R\$ 25.652,69
Aditivo 25	23/03/11	R\$ 300.067,46	R\$ 3.000,67	
0800.0034522.07.2	Inicial	31/08/07	R\$ 165.500.000,00	R\$ 1.655.000,00
	Aditivo 2	21/10/08	R\$ 1.338.881,80	R\$ 13.388,82
	Aditivo 3	01/12/09	R\$ 2.099.567,71	R\$ 20.995,68
	Aditivo 5	30/12/09	R\$ 3.257.094,20	R\$ 32.570,94
	Aditivo 9	25/08/10	R\$ 2.718.434,71	R\$ 27.184,35
	Transação Extrajudicial	01/04/11	R\$ 21.928.421,00	R\$ 219.284,21
Aditivo 15	02/12/11	R\$ 4.704.265,96	R\$ 47.042,66	
8500.0000037.09.2 / 0800.0049742.09.2	Inicial	30/04/09	R\$ 591.324.228,09	R\$ 5.913.242,28
	Planilha de aditivos	15/03/12	R\$ 61.794.587,63	R\$ 617.945,88
0800.0051917.09.2	Inicial	30/07/09	R\$ 1.218.000,00	R\$ 12.180,00
	Aditivo 3	09/11/09	R\$ 124.032,00	R\$ 1.240,32
0800.0051044.09.2	Inicial	06/10/09	R\$ 493.508.317,61	R\$ 4.935.083,18
	Aditivo 1	31/03/10	R\$ 56.487,00	R\$ 564,87
	Aditivo 2	03/05/10	R\$ 2.148.548,80	R\$ 21.485,49

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

	Aditivo 3	14/03/11	R\$ 5.372.906,07	R\$ 53.729,06
0800.0056801.10.2 / 6810.0000074.10.2	Inicial	08/03/10	R\$ 1.115.000.000,00	R\$ 11.150.000,00
0800.0063220.10.2	Inicial	06/12/10	R\$ 17.911.328,41	R\$ 179.113,28
	Aditivo 2	25/07/11	R\$ 1.441.969,06	R\$ 14.419,69
	Aditivo 3	28/11/11	R\$ 325.520,24	R\$ 3.255,20
TOTAL			R\$ 2.769.769.774,25	R\$ 27.697.697,75

GALVÃO ENGENHARIA				
ICJ	Instrumento	Data	Valor	Valor da propina (1%)
0802.0032087.07.2	Inicial	07/05/07	R\$ 12.716.909,83	R\$ 127.169,10
0802.0032088.07.2	Inicial	07/05/07	R\$ 12.639.601,78	R\$ 126.396,02
0802.0032615.07.2	Inicial	24/05/07	R\$ 5.980.000,00	R\$ 59.800,00
0800.0037269.07.2	Inicial	21/12/07	R\$ 737.415.837,24	R\$ 7.374.158,37
	Aditivo 3	19/03/09	R\$ 41.958.147,78	R\$ 419.581,48
	Aditivo 4	12/02/10	R\$ 11.740.848,13	R\$ 117.408,48
	Aditivo 5	26/03/10	R\$ 61.577.918,89	R\$ 615.779,19
	Aditivo 10	04/10/10	R\$ 101.956.310,61	R\$ 1.019.563,11
	Aditivo 14	21/09/11	R\$ 58.140.563,34	R\$ 581.405,63
0802.0045222.08.2	Inicial	05/09/08	R\$ 537.616.945,47	R\$ 5.376.169,45
	Aditivo 5	02/06/10	R\$ 25.872.295,46	R\$ 258.722,95
	Aditivo 8	04/03/11	R\$ 38.159.222,22	R\$ 381.592,22
	Aditivo 9	01/07/11	R\$ 39.384.435,01	R\$ 393.844,35
	Aditivo 10	12/09/11	R\$ 105.006.797,97	R\$ 1.050.067,98
	Planilha de aditivos	16/09/11	R\$ 12.058.978,22	R\$ 120.589,78
	Aditivo 12	29/12/11	R\$ 88.689.113,98	R\$ 886.891,14
0800.0049738.09.2 / 8500.0000039.09.2	Inicial	30/04/09	R\$ 730.750.000,00	R\$ 7.307.500,00
	Planilha de aditivos	14/09/11	R\$ 1.492.028,64	R\$ 14.920,29
0802.0057461.10.2	Inicial	18/03/10	R\$ 122.024.562,53	R\$ 1.220.245,63
	Planilha de aditivos	11/11/11	R\$ 1.721.643,57	R\$ 17.216,44
	Aditivo 4	23/01/12	R\$ 3.029.651,11	R\$ 30.296,51
0859.0059374.10.2	Inicial	14/07/10	R\$ 711.070.084,88	R\$ 7.110.700,85
	Aditivo 6	23/03/12	R\$ 4.491.875,21	R\$ 44.918,75
0800.0060661.10.2	Inicial	26/08/10	R\$ 568.967.025,10	R\$ 5.689.670,25
0800.0060702.10.2 / 6810.0000125.10	Inicial	10/09/10	R\$ 977.814.500,00	R\$ 9.778.145,00
0800.0087262.13.2 / 8500.0000080.10.2	Inicial	10/09/10	R\$ 498.047.383,64	R\$ 4.980.473,84
	Aditivo 2	03/06/11	R\$ 3.245.092,44	R\$ 32.450,92
0800.0062504.10.2	Inicial	29/10/10	R\$ 1.162.083.989,03	R\$ 11.620.839,89
	Aditivo 4	09/11/11	R\$ 478.289,57	R\$ 4.782,90
	Aditivo 5	12/12/11	R\$ 77.632.651,68	R\$ 776.326,52
	Planilha de aditivos	06/03/12	R\$ 37.756.205,48	R\$ 377.562,05
0802.0066782.11.2	Inicial	01/06/11	R\$ 188.522.663,78	R\$ 1.885.226,64
TOTAL			R\$ 6.980.041.572,59	R\$ 69.800.415,73

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

MENDES JUNIOR				
ICJ	Instrumento	Data	Valor	Valor da propina (1%)
0800.0038600.07.2	Inicial	21/12/07	R\$ 696.910.620,73	R\$ 6.969.106,21
	Aditivo 9	18/12/09	R\$ 4.917.234,38	R\$ 49.172,34
	Aditivo 10	26/04/10	R\$ 1.752.145,42	R\$ 17.521,45
	Aditivo 11	07/07/10	R\$ 61.875.012,09	R\$ 618.750,12
	Aditivo 14	16/03/11	R\$ 73.188.266,70	R\$ 731.882,67
	Aditivo 17	05/12/11	R\$ 112.521.146,14	R\$ 1.125.211,46
0800.0043363.08.2	Inicial	07/07/08	R\$ 2.252.710.536,05	R\$ 22.527.105,36
	Aditivo 2	23/01/09	R\$ 4.226.610,11	R\$ 42.266,10
	Aditivo 5	18/06/09	R\$ 2.497.772,84	R\$ 24.977,73
	Planilha de aditivos	30/07/09	R\$ 14.185.201,48	R\$ 141.852,01
	Aditivo 8	23/03/10	R\$ 2.000.707,45	R\$ 20.007,07
	Aditivo 10	21/06/10	R\$ 20.132.536,49	R\$ 201.325,36
	Planilha de aditivos	31/08/10	R\$ 2.824.567,00	R\$ 28.245,67
	Aditivo 13	05/01/11	R\$ 15.441.243,16	R\$ 154.412,43
	Aditivo 14	06/05/11	R\$ 316.138.786,64	R\$ 3.161.387,87
	Planilha de aditivos	11/07/11	R\$ 1.136.882,17	R\$ 11.368,82
	Aditivo 15	29/08/11	R\$ 2.862.303,65	R\$ 28.623,04
Aditivo 18	02/12/11	R\$ 10.527.457,50	R\$ 105.274,58	
0802.0045377.08.2	Inicial	05/09/08	R\$ 493.561.194,26	R\$ 4.935.611,94
	Planilha de aditivos	03/02/10	R\$ 4.447.921,59	R\$ 44.479,22
	Planilha de aditivos	18/02/10	R\$ 556.502,87	R\$ 5.565,03
	Planilha de aditivos	03/03/10	R\$ 1.050.308,95	R\$ 10.503,09
	Planilha de aditivos	17/03/10	R\$ 1.544,30	R\$ 15,44
	Planilha de aditivos	18/05/10	R\$ 518.743,51	R\$ 5.187,44
	Planilha de aditivos	24/05/10	R\$ 92.148,08	R\$ 921,48
	Planilha de aditivos	14/06/10	R\$ 2.915,04	R\$ 29,15
	Planilha de aditivos	09/08/10	R\$ 2.275.309,26	R\$ 22.753,09
	Planilha de aditivos	08/09/10	R\$ 241.641,11	R\$ 2.416,41
	Aditivo 4	27/09/10	R\$ 9.321.544,22	R\$ 93.215,44
	Planilha de aditivos	16/11/10	R\$ 969.187,64	R\$ 9.691,88
	Planilha de aditivos	06/12/10	R\$ 922.117,86	R\$ 9.221,18
	Transação Extrajudicial (Planilha de aditivos)	06/12/10	R\$ 64.388.303,72	R\$ 643.883,04
	Planilha de aditivos	17/12/10	R\$ 762.934,27	R\$ 7.629,34
	Planilha de aditivos	02/02/11	R\$ 101.450,68	R\$ 1.014,51
	Planilha de aditivos	08/02/11	R\$ 311.118,08	R\$ 3.111,18
	Planilha de aditivos	15/03/11	R\$ 793.380,08	R\$ 7.933,80
	Planilha de aditivos	27/04/11	R\$ 6.707,45	R\$ 67,07
	Planilha de aditivos	08/07/11	R\$ 403.933,18	R\$ 4.039,33
	Planilha de aditivos	01/08/11	R\$ 165.313,08	R\$ 1.653,13
Transação Extrajudicial (Planilha	30/09/11	R\$ 443.860,15	R\$ 4.438,60	

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

	de aditivos)			
	Aditivo 6	30/09/11	R\$ 83.364.082,38	R\$ 833.640,82
	Planilha de aditivos	27/10/11	R\$ 2.266.320,28	R\$ 22.663,20
	Planilha de aditivos	30/12/11	R\$ 1.345.224,63	R\$ 13.452,25
	Planilha de aditivos	30/12/11	R\$ 7.943.670,37	R\$ 79.436,70
	Aditivo 10	30/03/12	R\$ 107.273.036,38	R\$ 1.072.730,36
0802.0048659.09.2	Inicial	12/01/09	R\$ 220.990.000,00	R\$ 2.209.900,00
	Aditivo 7	24/11/10	R\$ 12.804.954,51	R\$ 128.049,55
	Inicial	07/05/07	R\$ 711.924.823,57	R\$ 7.119.248,24
	Aditivo 6	25/04/08	R\$ 280.042,00	R\$ 2.800,42
	Aditivo 9	21/11/08	R\$ 138.419,00	R\$ 1.384,19
	Aditivo 10	24/11/08	R\$ 4.957.068,31	R\$ 49.570,68
	Aditivo 12	07/04/09	R\$ 2.877.295,29	R\$ 28.772,95
	Aditivo 14	28/08/09	R\$ 34.590.682,34	R\$ 345.906,82
	Aditivo 22	30/04/10	R\$ 124.916.546,43	R\$ 1.249.165,46
	Aditivo 28	02/12/10	R\$ 93.711.779,47	R\$ 937.117,79
TOTAL			R\$ 5.586.571.054,34	R\$ 55.865.710,51

QUEIROZ GALVÃO				
ICJ	Instrumento	Data	Valor	Valor da propina (1%)
	Inicial	15/02/07	R\$ 627.000.000,00	R\$ 6.270.000,00
	Aditivo 5	29/06/09	R\$ 23.602.301,22	R\$ 236.023,01
	Aditivo 9	17/12/09	R\$ 169.546.543,18	R\$ 1.695.465,43
	Aditivo 11	30/11/10	R\$ 161.920.654,11	R\$ 1.619.206,54
	Aditivo 13	20/09/11	R\$ 120.187,56	R\$ 1.201,88
	Aditivo 16	16/12/11	R\$ 36.271.006,96	R\$ 362.710,07
0800.0029680.07.2	Inicial	19/06/08	R\$ 347.999.691,64	R\$ 3.479.996,92
	Inicial	10/03/10	R\$ 2.694.950.143,93	R\$ 26.949.501,44
	Aditivo 3	18/10/11	R\$ 29.827.859,75	R\$ 298.278,60
TOTAL			R\$ 4.091.238.388,35	R\$ 40.912.383,88

QUEIROZ GALVÃO – ENGEVIX				
ICJ	Instrumento	Data	Valor	Valor da propina (1%)
	Inicial	20/08/08	R\$ 909.448.100,48	R\$ 9.094.481,00
	Aditivo 7	14/04/11	R\$ 12.041.032,47	R\$ 120.410,32
	Aditivo 8	22/09/11	R\$ 98.259.865,59	R\$ 982.598,66
	Aditivo 9	29/12/11	R\$ 37.925.548,46	R\$ 379.255,48
	Transação Extrajudicial	02/01/12	R\$ 21.485.668,86	R\$ 214.856,69
0800.0044602.08.2				
TOTAL			R\$ 1.079.160.215,86	R\$ 10.791.602,15

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ODEBRECHT – QUEIROZ GALVÃO ⁴³				
ICJ	Instrumento	Data	Valor	Valor da propina (1%)
0800.0040907.08.2	Inicial	28/03/08	R\$ 819.800.000,00	R\$ 8.198.000,00
	Aditivo 3	09/03/09	R\$ 11.422.927,68	R\$ 114.229,27
	Aditivo 5	10/09/09	R\$ 116.039.671,54	R\$ 1.160.396,71
	Aditivo 7	27/11/09	R\$ 141.388.355,43	R\$ 1.413.883,55
	Aditivo 10	11/02/10	R\$ 70.047.093,64	R\$ 700.470,93
	Aditivo 15	08/09/10	R\$ 21.147.271,01	R\$ 211.472,71
TOTAL			R\$ 1.179.845.319,30	R\$ 11.798.453,17

ODEBRECHT – CAMARGO CORREA – GALVÃO ENGENHARIA – QUEIROZ GALVÃO				
ICJ	Instrumento	Data	Valor	Valor da propina (1%)
0800.0033808.07.2 / 8500.0000003.09.2	Inicial	31/07/07	R\$ 429.207.776,71	R\$ 4.292.077,77
	Aditivo 10	13/08/09	R\$ 19.395.608,32	R\$ 193.956,08
	Aditivo 14	05/03/10	R\$ 78.836.278,05	R\$ 788.362,78
	Planilha de aditivos	15/04/10	R\$ 49.809.727,23	R\$ 498.097,27
	Aditivo 17	01/04/11	R\$ 6.732.199,22	R\$ 67.321,99
TOTAL			R\$ 583.981.589,53	R\$ 5.839.815,89

ODEBRECHT – OAS				
ICJ	Instrumento	Data	Valor	Valor da propina (1%)
0800.0055148.09.2 / 8500.0000056.09.2	Inicial	10/12/09	R\$ 3.190.646.503,15	R\$ 31.906.465,03
	Planilha de aditivos	12/01/12	R\$ 38.562.031,42	R\$ 385.620,31
8500.0000057.09.2 / 0800.0053456.09.2 / 0800.0087625.13.2	Inicial	10/12/09	R\$ 1.485.103.583,21	R\$ 14.851.035,83
	Planilha de aditivos	28/12/11	R\$ 8.032.340,38	R\$ 80.323,40
TOTAL			R\$ 4.722.344.458,16	R\$ 47.223.444,57

ODEBRECHT – OAS – UTC				
ICJ	Instrumento	Data	Valor	Valor da propina (1%)
0800.0035013.07.2	Inicial	31/08/07	R\$ 1.821.012.130,93	R\$ 18.210.121,31
	Planilha de aditivos	06/06/08	R\$ 6.196.729,27	R\$ 61.967,29
	Aditivo 2	17/11/08	R\$ 258.681,39	R\$ 2.586,81
	Aditivo 3	17/11/08	R\$ 828.226,03	R\$ 8.282,26
	Aditivo 4	03/02/09	R\$ 9.875.000,00	R\$ 98.750,00
	Aditivo 5	17/04/09	R\$ 29.601.051,52	R\$ 296.010,52
	Aditivo 6	31/08/09	R\$ 20.501.924,03	R\$ 205.019,24
	Aditivo 9	12/04/10	R\$ 3.301.764,39	R\$ 33.017,64
	Aditivo 11	30/07/10	R\$ 345.986.318,13	R\$ 3.459.863,18

⁴³Esse consórcio é também integrado pela ANDRADE GUTIERREZ.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

	Aditivo 12	17/02/11	R\$ 9.427.610,90	R\$ 94.276,11
	Aditivo 14	18/07/11	R\$ 11.098.862,32	R\$ 110.988,62
	Aditivo 16	16/12/11	R\$ 15.901.701,95	R\$ 159.017,02
	Planilha de aditivos	11/01/12	R\$ 18.675.869,52	R\$ 186.758,70
	Planilha de aditivos	23/01/12	R\$ 47.360.664,16	R\$ 473.606,64
TOTAL			R\$ 2.340.026.534,54	R\$ 23.400.265,34

ODEBRECHT – UTC				
ICJ	Instrumento	Data	Valor	Valor da propina (1%)
0858.0072004.11.2	Inicial	27/12/11	R\$ 3.824.500.000,00	R\$ 38.245.000,00
TOTAL			R\$ 3.824.500.000,00	R\$ 38.245.000,00

ODEBRECHT – MENDES JUNIOR – UTC				
ICJ	Instrumento	Data	Valor	Valor da propina (1%)
0858.0069023.11.2	Inicial	02/09/11	R\$ 1.869.624.800,00	R\$ 18.696.248,00
TOTAL			R\$ 1.869.624.800,00	R\$ 18.696.248,00

TOTAL GERAL	Valor	Valor da propina (1%)
	R\$ 41.065.651.759,56	R\$ 410.656.517,60

De acentuar que, no esquema engendrado, logo após o término do procedimento licitatório, confirmação da seleção da empreiteira cartelizada escolhida em fraude ao certame, e a celebração do contrato, mediante o efetivo início das obras e respectivos pagamentos pela Petrobras, começavam os procedimentos para a distribuição das propinas aos seus destinatários.

Na Diretoria de Abastecimento da Petrobras, ALBERTO YOUSSEF era o operador que efetuava o pagamento de propinas a PAULO ROBERTO COSTA, bem como ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP), aos seus integrantes, além de JOÃO GENU. Esse operador era responsável, assim como JOSÉ JANENE o era enquanto vivo, por entrar em contato com os representantes da empreiteira selecionada para com eles iniciar as tratativas sobre aspectos específicos do repasse das vantagens indevidas, após as quais os valores espúrios começavam a ser destinados aos seus beneficiários, depois de devidamente “lavados” pelo operador.

Nessa **primeira etapa**, a propina era repassada das empresas integrantes do núcleo econômico para o operador, usualmente de três maneiras: **(i)** entrega de valores em espécie; **(ii)** depósito e movimentação no exterior; **(iii)** contratos simulados de consultoria com empresas de fachada.

Enfatize-se que, de forma mais destacada, na primeira fase acima descrita, a propina chegava na mão do operador mediante a contratação fictícia, pelas empreiteiras, de empresas de fachada controladas por ALBERTO YOUSSEF⁴⁴. O pagamento da propina era disfarçado sob a forma de adimplemento por serviços na verdade nunca prestados.

Entre as empresas de fachada usadas pelo doleiro para esse tipo de artifício, podem ser citadas as seguintes: MO CONSULTORIA COMERCIAL E LAUDOS ESTATÍSTICOS LTDA., EMPREITEIRA RIGIDEZ LTDA., RCI SOFTWARE E HARDWARE LTDA. e GFD INVESTIMENTOS LTDA. Nenhuma dessas pessoas jurídicas tinha atividade econômica real, três delas não tinham empregados (ou, mais exatamente, uma delas tinha um único empregado⁴⁵) e muito menos eram capazes de prestar os serviços a que supostamente se destinavam. Ademais, os serviços contratados, geralmente de consultoria, eram bastante especializados, e os objetos falsos dos contratos incluíam: prestação de serviços de consultoria para recomposição financeira de contratos; prestação de consultoria técnica empresarial, fiscal, trabalhista e de auditoria; consultoria em informática para desenvolvimento e criação de programas; projetos de estruturação financeira; auditoria fiscal e trabalhista; levantamentos quantitativos e proposta técnica e comercial para construção de *shopping*; e consultoria na área de petróleo.

Apesar de não executados os serviços, ocorriam os respectivos pagamentos. Eram, então, emitidas notas fiscais pelas empresas de fachada em favor das construtoras, que depositavam os valores nas contas das pessoas jurídicas fictícias. O valor depositado era, em seguida, sacado em espécie e entregue a ALBERTO YOUSSEF, transferido para contas-correntes por ele controladas ou utilizado para realização de pagamentos em seu favor. A respeito, as empreiteiras ENGEVIX, GALVÃO ENGENHARIA, CAMARGO CORRÊA, UTC, OAS, QUEIROZ GALVÃO e MENDES JÚNIOR celebraram os seguintes contratos

44 Conforme informado por WALDOMIRO DE OLIVEIRA em interrogatório na Ação Penal 5026212-82.2014.404.7000 (**Doc. 25**) e depoimento prestado por MEIRE POZA na Ação Penal 5025699-17.2014.404.7000 (**Doc. 26**).

45 Conforme Relatório de Pesquisa 6811/2014 – **Doc. 27**.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

fraudulentos com as empresas operadas pelo doleiro, como estratégia de lavagem do dinheiro advindo da corrupção⁴⁶:

TABELA DE CONTRATOS COM EMPRESAS DE FACHADA					
EMPREITEIRA	DATA	REPASSE	EMPRESA DE FACHADA	CONTRATOS FRAUDULENTOS	NOTAS FISCAIS "FRIAS"
ENGEVIX	26/02/2010	R\$ 291.355,95	EMPREITEIRA RIGIDEZ	1 CONTRATO	12 NOTAS
	31/03/2010	R\$ 291.355,95			
	04/05/2010	R\$ 291.355,95			
	10/09/2010	R\$ 291.355,95			
	01/10/2010	R\$ 291.355,95			
	01/08/2011	R\$ 291.355,95			
	26/08/2011	R\$ 291.355,95			
	03/10/2011	R\$ 291.355,95			
	10/11/2011	R\$ 291.355,95			
	02/01/2012	R\$ 150.488,57			
	16/01/2012	R\$ 50.000,00			
	20/01/2012	R\$ 50.000,00			
	26/01/2012	R\$ 50.488,47			
	13/11/2009	R\$ 362.261,00	MO CONSULTORIA	1 CONTRATO	10 NOTAS
	10/12/2009	R\$ 362.261,00			
	14/01/2010	R\$ 362.261,00			
	26/02/2010	R\$ 362.261,00			
	30/03/2010	R\$ 362.261,00			
	03/05/2010	R\$ 362.261,00			
	02/08/2010	R\$ 362.261,00			
	30/08/2010	R\$ 362.261,00			
	14/10/2010	R\$ 362.261,00			
	30/11/2011	R\$ 362.261,00			
23/01/2014	R\$ 2.132.000,00	GFD INVESTIMENTOS	1 CONTRATO	3 NOTAS	
GALVÃO	01/03/2011	R\$ 560.284,50	MO CONSULTORIA	1 CONTRATO	2 NOTAS
	04/04/2011	R\$ 560.284,50		1 CONTRATO	2 NOTAS
	03/05/2011	R\$ 560.284,50			
	10/06/2011	R\$ 560.284,50		1 CONTRATO	2 NOTAS
	08/07/2011	R\$ 560.284,50			
	08/09/2011	R\$ 560.284,50			
	07/10/2011	R\$ 560.284,50		1 CONTRATO	1 NOTA
	06/08/2008	R\$ 252.456,50		-	1 NOTA
	13/08/2008	R\$ 252.456,50		-	1 NOTA
	23/12/2008	R\$ 336.921,50		-	1 NOTA
	16/03/2009	R\$ 204.794,78		-	1 NOTA
	13/04/2009	R\$ 204.794,78		-	1 NOTA
OAS	08/09/2010	R\$ 140.775,00	RCI SOFTWARE	1 CONTRATO	2 NOTAS
	20/09/2010	R\$ 70.383,50	MO CONSULTORIA	1 CONTRATO	1 NOTA
	03/01/2011	R\$ 619.410,00			

46 Os contratos e notas fiscais fictícias das empreiteiras com empresas de fachada de ALBERTO YOUSSEF, bem como informações sobre os respectivos pagamentos, serão encaminhados em mídia magnética para Secretária da Vara Federal responsável pelo processamento e julgamento da presente Ação Civil Pública, requerendo permanência acautelada e disponível para consulta pelas partes interessadas.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

	08/09/2010	R\$ 337.860,00	EMPREITEIRA RIGIDEZ	1 CONTRATO	2 NOTAS
	20/09/2010	R\$ 225.240,00		-	1 NOTA
	03/01/2011	R\$ 435.509,70		1 PROPOSTA	1 NOTA
	20/12/2011	R\$ 732.030,00		1 PROPOSTA	1 NOTA
	27/12/2011	R\$ 1.004.195,00		1 CONTRATO	1 NOTA
	30/06/2010	R\$ 1.632.122,54		1 CONTRATO	1 NOTA
	03/12/2010	R\$ 1.079.275,00		1 CONTRATO	1 NOTA
	18/03/2011	R\$ 1.749.409,71		1 CONTRATO	1 NOTA
	29/05/2012	R\$ 938.500,00		1 CONTRATO	1 NOTA
	08/09/2010	R\$ 366.015,00		1 CONTRATO	-
	20/09/2010	R\$ 244.010,00			
	MENDES JUNIOR	08/08/2011		R\$ 281.550,00	GFD INVESTIMENTOS
31/08/2011		R\$ 281.550,00			
29/09/2011		R\$ 281.550,00			
28/10/2011		R\$ 281.550,00			
06/12/2011		R\$ 957.270,00			
16/05/2012		R\$ 938.500,00			
05/01/2012		R\$ 2.533.950,00	1 CONTRATO	1 NOTA	
25/05/2012		R\$ 989.179,00	1 CONTRATO	1 NOTA	
25/06/2012		R\$ 494.589,50	EMPREITEIRA RIGIDEZ	1 CONTRATO	1 NOTA
16/07/2012		R\$ 247.294,75			
07/06/2013	R\$ 247.294,75				
CAMARGO CORREA	23/07/2009	R\$ 1.501.600,00	MO CONSULTORIA	REPASSES POR MEIO DA SANKO SIDER	
	02/09/2009	R\$ 35.000,00			
	08/09/2009	R\$ 4.990,00			
	08/09/2009	R\$ 4.990,00			
	08/09/2009	R\$ 70,00			
	08/09/2009	R\$ 4.990,00			
	08/09/2009	R\$ 4.990,00			
	08/09/2009	R\$ 4.990,00			
	08/09/2009	R\$ 4.990,00			
	08/09/2009	R\$ 4.990,00			
	08/09/2009	R\$ 4.990,00			
	08/09/2009	R\$ 65.000,00			
	14/09/2009	R\$ 300.000,00			
	17/09/2009	R\$ 77.800,00			
	21/09/2009	R\$ 37.800,00			
	22/09/2009	R\$ 4.900,00			
	22/09/2009	R\$ 4.300,00			
	22/09/2009	R\$ 4.900,00			
	22/09/2009	R\$ 4.900,00			
	22/09/2009	R\$ 4.900,00			
	23/09/2009	R\$ 47.034,78			
	01/10/2009	R\$ 112.000,00			
	27/10/2010	R\$ 520.000,00			
	27/10/2010	R\$ 630.000,00			
	21/12/2010	R\$ 1.912.000,00			
	14/01/2011	R\$ 500.000,00			
	18/01/2011	R\$ 850.000,00			
	18/01/2011	R\$ 862.000,00			
	21/01/2011	R\$ 106.829,82			
	24/02/2011	R\$ 227.660,00			

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

29/03/2011	R\$ 1.078.000,00		
29/03/2011	R\$ 213.658,91		
31/03/2011	R\$ 79.681,00		
29/04/2011	R\$ 372.750,00		
17/05/2011	R\$ 768.443,80		
17/05/2011	R\$ 1.639.779,11		
27/06/2011	R\$ 271.045,37		
28/06/2011	R\$ 1.093.352,50		
29/06/2011	R\$ 546.601,17		
19/07/2011	R\$ 437.275,31		
27/07/2011	R\$ 1.639.780,05		
28/07/2011	R\$ 109.319,30		
28/07/2011	R\$ 54.660,12		
28/07/2011	R\$ 700.945,21		
29/07/2011	R\$ 33.637,72		
02/08/2011	R\$ 96.200,94		
03/08/2011	R\$ 386.690,23		
04/08/2011	R\$ 320.000,00		
04/08/2011	R\$ 96.755,94		
22/03/2012	R\$ 556.149,00		
27/04/2012	R\$ 281.550,00		
27/04/2012	R\$ 170.000,00		
30/04/2012	R\$ 281.550,00		
15/05/2012	R\$ 40.433,55		
11/07/2012	R\$ 26.000,00		
23/07/2012	R\$ 163.978,47		
05/10/2012	R\$ 407.212,33		
08/07/2013	R\$ 291.224,16		
10/07/2013	R\$ 94.949,92		
01/08/2013	R\$ 168.000,00		
01/08/2013	R\$ 58.000,00		
01/08/2013	R\$ 18.704,49		
06/08/2013	R\$ 79.763,11		
09/08/2013	R\$ 140.000,00		
11/12/2013	R\$ 4.999,99		
19/12/2013	R\$ 50.000,00		
20/12/2013	R\$ 57.707,32		
02/05/2012	R\$ 656.950,00		
13/06/2012	R\$ 457.518,75		
20/07/2012	R\$ 700.000,00		
31/07/2012	R\$ 163.000,01		
19/10/2012	R\$ 400.000,00		
		GFD INVESTIMENTOS	REPASSES POR MEIO DA SANKO SERVIÇOS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

nos casos em que a execução dos contratos se estendeu no tempo após a sua saída, já que dependiam das medições pelos serviços realizados. As tratativas para o recebimento de tais vantagens indevidas pendentes foram efetuadas diretamente entre PAULO ROBERTO COSTA e os executivos das empreiteiras corruptoras, sendo que, para operacionalizar tais recebimentos, o ex-Diretor de Abastecimento se serviu da celebração de contratos fraudulentos de consultoria entre a sua empresa, a COSTA GLOBAL CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., e as empreiteiras, conforme reconhecido pelo colaborador PAULO ROBERTO COSTA em seus depoimentos.

Nesse sentido, destaca-se que no curso da Operação Lava Jato foram apreendidas planilhas na residência de PAULO ROBERTO COSTA apontando contratos assinados e "em andamento" entre construtoras e a COSTA GLOBAL, empresa de consultoria do ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras. Nessas planilhas estão relacionados contratos com algumas das empreiteiras cartelizadas, constando, ainda, o valor dos pagamentos.

Eis a tabela relativa aos valores repassados pelas empreiteiras a PAULO ROBERTO COSTA, por intermédio da empresa COSTA GLOBAL:

Tabela de recebimentos da Costa Global:

MES/ANO	CAMARGO CORRÊA	ENGEVIX	IESA	QUEIROZ GALVÃO	TOTAL
10/2012	5.331,00				5.331,00
11/2012	5.331,00				5.331,00
12/2012	5.331,00				5.331,00
1/2013	5.331,00				5.331,00
3/2013	10.662,00				10.662,00
4/2013	98.831,00			93.850,00	192.681,00
5/2013	94.181,00			93.850,00	188.031,00
6/2013	5.631,00		93.850,00	93.850,00	193.331,00
7/2013	193.031,00	65.695,00	93.850,00	93.850,00	446.426,00
8/2013	99.481,00	65.695,00	93.850,00	93.850,00	352.876,00
9/2013	93.850,00	32.847,50		93.850,00	220.547,50
10/2013	99.481,00	32.847,50			132.328,50
11/2013		32.847,50			32.847,50
12/2013	2.158.550,00	65.695,00			2.224.245,00
TOTAL	2.875.022,00	295.627,50	281.550,00	563.100,00	4.015.299,50

De observar que a quota de propina que, por acordo prévio, era destinada ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e a parlamentares da legenda, correspondente a 60% (sessenta por cento) de 1% (um por cento) de valores ilícitos devidos por contrato, também continuou a ser paga pelas empreiteiras após a saída de PAULO ROBERTO COSTA do cargo de Diretor de Abastecimento.

Por isso, de acordo com a tabela acima colacionada, as empreiteiras cartelizadas continuaram a realizar contratos fictícios com as empresas de fachada controladas por ALBERTO YOUSSEF, inclusive no ano de 2014, os quais também consistiam em meios para ocultar e dissimular o repasse das propinas devidas em razão dos contratos firmados sob a gestão de PAULO ROBERTO COSTA, e destinados ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e seus integrantes.

Todas essas operações envolvendo as empresas de fachada de ALBERTO YOUSSEF, além de pagamentos em espécie e transferências realizadas no exterior por meio de *offshores*, criavam um “*crédito de propina*” perante ALBERTO YOUSSEF. O doleiro, então, tinha a obrigação de efetuar o repasse dos valores aos seus destinatários, no caso PAULO ROBERTO COSTA, o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e seus integrantes, além de JOÃO GENU.

Em seguida, quando a propina já havia sido disponibilizada para o operador ALBERTO YOUSSEF, passava-se à **segunda etapa**, na qual os valores eram remetidos pelo doleiro aos beneficiários finais, descontada a sua comissão, basicamente de três maneiras: **(i)** entrega de valores em espécie (forma mais utilizada para o pagamento dos integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA), diretamente pelo operador ou por intermediários; **(ii)** transferências eletrônicas para empresas ou pessoas indicadas pelos destinatários ou, ainda, entrega de bens ou pagamento de contas em nome dos beneficiários; e **(iii)** transferências e depósitos em contas no exterior, em nome de empresas *offshores* de responsabilidade dos agentes públicos ou de seus familiares. Ademais, em época de campanhas eleitorais, o pagamento de propina também foi feito diretamente pelas empresas do cartel para o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e vários de seus integrantes que eram candidatos, de maneira disfarçada como doações eleitorais “oficiais”, mediante o respectivo desconto do caixa de propinas mantido junto ao operador.

As entregas de valores em espécie eram feitas **(i) diretamente por ALBERTO YOUSSEF ou seu empregado RAFAEL ÂNGULO LOPEZ**, em seus escritórios localizados na cidade de São Paulo/SP, aos próprios parlamentares beneficiários ou terceiros por eles indicados que lá compareciam para tanto, bem como **(ii) indiretamente, por meio de entregadores** contratados por ALBERTO YOUSSEF, entre os quais se destacavam RAFAEL ÂNGULO LOPEZ, CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA (“CEARÁ”), ADARICO NEGROMONTE e JAYME ALVES DE OLIVEIRA FILHO (“CARECA”), aos próprios parlamentares

beneficiários ou terceiros por eles indicados, nos seus estados de origem ou mesmo em seus apartamentos funcionais em Brasília/DF.

Nesse contexto, considerando o teor dos depoimentos dos réus colaboradores PAULO ROBERTO COSTA e ALBERTO YOUSSEF, integrantes dos núcleos administrativo e financeiro, respectivamente, uníssonos no quanto afirmam que as empreiteiras vertiam 1% do valor dos contratos e aditivos celebrados sob responsabilidade da Diretoria de Abastecimento da Petrobras a título de propina, para os integrantes desse esquema criminoso e ímprobo perpetrado pelo PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e seus integrantes, e considerando o valor desses contratos celebrados pela estatal no período em questão, conclui-se que houve o efetivo locupletamento equivalente a **R\$ 410.656.517,60 em vantagens indevidas.**

Essa totalidade da vantagem ilícita vertida ao esquema montado na Diretoria de Abastecimento constitui **efetivo prejuízo ao erário**, por ser indene de dúvida que o custo da propina foi repassado à Petrobras, por meio da cobrança de preço superior à estimativa dos contratos e aditivos celebrados no esquema envolvendo as empresas cartelizadas, o que evidentemente era propiciado pela própria corrupção, com o que a estatal arcou com prejuízo no valor equivalente.

Consoante exaustivamente esclarecido por PAULO ROBERTO COSTA em inúmeros depoimentos prestados, com a finalidade de balizar a condução de seus processos licitatórios, a Petrobras estimava internamente o valor total da obra, mantendo em segredo tal montante dos interessados. Além disso, estabelecia, para fins de aceitabilidade das propostas dos licitantes interessados, uma faixa de valores que varia entre **-15% (“mínimo”)** até **+20% (“máximo”)** em relação a tal estimativa. Tendo em vista esse procedimento, como narrou o ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras, as empresas integrantes do cartel estabeleciam o valor das propostas ofertadas com acréscimo para fazer face ao valor da propina que era arrecada com a contratação específica. Desta maneira, ainda que a proposta estivesse dentro das referidas margens, todos os contratos sempre eram efetivamente superfaturados, eis que acrescidos de percentual que variava de 2% a 3% especificamente com finalidade de garantir o pagamento das propinas respectivas. A respeito, confira-se as suas esclarecedoras declarações nos autos da Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000 (**Doc. 140**):

“Defesa: E essa estimativa comportava uma variação que poderia ir de 15 a +20, né?

Deponente: Isso.

Defesa: Quem foi que estabeleceu essa variação?

Deponente: O pessoal da área de engenharia lá, a diretoria de engenharia, mas eu não lembro a data que foi colocado isso, essa informação eu não me lembro.

Defesa: Isso foi aprovado em diretoria?

Deponente: Esse range era aprovado na diretoria, a diretoria que aprovou esse range.

Defesa: Então a Petrobras considerava que era um range correto, ou seja, se a obra tivesse variação dentro desse range era correto?

Deponente: Sim.

Defesa: Era correto?

*Deponente: Sim, mas se não tivesse o cartel das empreiteiras, vamos dizer, **obras que podiam ser feitas dentro desse range, mas com 10% a mais, foram feitas, por exemplo com 12 ou 13% a mais, poderia ter sido feita com 10, então, vamos dizer, as empresas como sabiam, esse range era divulgado, todo mundo sabia disso, então elas davam lá e podia ter essa variação, se não tivesse o cartel, vamos dizer, obras que foram dentro do range 10% a mais saíram 12 a 13% a mais, então a Petrobras perdeu nesse range 2 ou 3%.***

(...)

Defesa: E o fato então de uma contratação se dar no teto desse range, então não significa dizer que ela era irregular?

*Deponente: **Eu vou responder da mesma maneira que eu já fiz a pergunta anterior, se deu lá um valor de 20% dentro do cartel das empresas, se não tivesse o cartel talvez esse resultado podia ser 17% acima do orçamento básico e não 20.***

Defesa: O senhor disse talvez, mas nós estamos tratando aqui com fatos objetivos.

(...)

*Deponente: Eu tiro o talvez, o que eu coloquei é que essa variação do valor ilícito das empresas variava às vezes, às vezes não, **variava de 2 a 3%, às vezes era 3%, às vezes era 2%, então podia ser 20% menos 2, 18%, 20% menos 3, 17%, isso que eu falei.**”*

Efetivamente, consoante a prova colhida, o pagamento de propina nos percentuais que variavam de 2% a 3% sobre contratos e aditivos era a “regra do jogo” e, por isso, já negociada de antemão, de forma que as empreiteiras cartelizadas, no momento de apresentação de suas propostas, já consideravam o pagamento da vantagem indevida e, assim, **embutiam esses valores nos contratos e aditivos, presentes ou futuros, de modo a repassar os custos da propina para a Petrobras**, o qual, portanto, experimentava o prejuízo decorrente, que é ainda mais evidente quando se considera que as empreiteiras cartelizadas possuíam relacionamento de natureza estável, duradoura, prospectiva e, sobretudo, de beneficiamento recíproco no conluio com os agentes públicos e políticos corrompidos.

Não por outra razão, a PETROBRAS, em atenção aos padrões internacionais de contabilidade, foi forçada, no Resultado Financeiro de 2014, a dar baixa contábil em R\$ 6.194.000.000,00 (seis bilhões, cento e noventa e quatro milhões de reais) correspondentes ao valor estimado de gastos adicionais capitalizados indevidamente no ativo imobilizado oriundos do custeio de vantagens indevidas, reconhecendo o prejuízo suportado decorrente do esquema criminoso e ímprobo deslindado.

III.2.2 – O PAGAMENTO DE PROPINAS AO PARTIDO PROGRESSISTA (PP) E SEUS INTEGRANTES A PARTIR DA ATUAÇÃO DE PAULO ROBERTO COSTA EM FAVOR DOS INTERESSES DA BRASKEM, ESPECIALMENTE NA RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE NAFTA PELA PETROBRAS

De forma paralela ao pagamento da propina originada dos contratos celebrados pelas empreiteiras cartelizadas e a Petrobras com base nos ajustes de licitação, como exposto, deslindou-se ainda que PAULO ROBERTO COSTA, o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e seus integrantes também recebiam propina paga pela BRASKEM, empresa controlada pelo Grupo ODEBRECHT, entre 2006 e 2012, decorrente da atuação do então Diretor de Abastecimento no sentido de velar pelos interesses da BRASKEM junto à Petrobras, no que se inseriu, especialmente, a renegociação do contrato de fornecimento de nafta pela estatal à empresa petroquímica.

O acerto com vistas a que PAULO ROBERTO COSTA atuasse para resguardar os interesses da BRASKEM junto à estatal deu-se ainda em 2006, a partir de contato mantido entre o então Deputado Federal JOSÉ JANENE – que era um dos protagonistas do esquema responsável por manter PAULO ROBERTO COSTA no cargo de diretor – e ALEXANDRINO ALENCAR – dirigente da BRASKEM, controlada pelo Grupo ODEBRECHT, que estava diretamente envolvido no esquema de corrupção estabelecido na Petrobras. Em contrapartida, a BRASKEM efetuava o pagamento anual de US\$ 5 milhões, totalizando US\$ 35 milhões em todo o período, do qual 30% foram destinados a PAULO ROBERTO COSTA e, os outros 70%, ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e seus integrantes⁴⁷,

47 Interrogatório de PAULO ROBERTO COSTA na Ação Penal n. 503652823.2015.4.04.7000/PR:

Juiz Federal: No caso da Braskem, o senhor mencionou que o senhor foi membro do conselho, o **senhor recebeu também valores de comissão, propina, da Braskem?**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

consoante esclarecido na Ação Penal n. 503652823.2015.4.04.7000/PR (Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR).

Neste acerto ilícito se inseriu, especialmente, a renegociação do contrato de fornecimento de nafta pela Petrobras à BRASKEM, em 2009. Desde 2005, a Petrobras cobrava da BRASKEM, pelo fornecimento de nafta, o preço equivalente ao preço de referência internacional (ARA) mais US\$ 2,00 por tonelada. Contudo, a partir de maio de 2008, até 13/09/2009, foram entabuladas sucessivas negociações entre a estatal e a empresa

Paulo: Sim, recebi.

Juiz Federal: Esse era um acerto junto com aquele acerto da Odebrecht ou era uma coisa separada?

Paulo: Esse, que eu me lembro, teve uma reunião em São Paulo onde eu participei com o José Janene e com o Alexandrino, onde foi definido então um valor anual que seria pago para o PP e isso foram vários anos desse acordo, e a minha parte em relação à Odebrecht, que a maior acionista da Braskem é a Odebrecht, a minha parte também o Bernardo mencionou várias vezes que parte minha da Braskem estava sendo paga nessas contas do exterior, agora, além disso, era pago também aqui no Brasil para o PP.

Juiz Federal: Então essas contas do exterior também receberam valores a título de propina da Braskem?

Paulo: Perfeitamente, da minha parte sim.

Juiz Federal: E até quando aproximadamente o senhor recebeu esses pagamentos no caso da Braskem, o mesmo período da Odebrecht?

Paulo: No mesmo período da Odebrecht.

Juiz Federal: O senhor Alberto Youssef também intermediava pagamentos nesse caso da Braskem?

Paulo: Ele teve contato também com algumas pessoas, acho que com o Alexandrino, ele chegou a conhecer o Alexandrino, acho que ele teve contato também, e deve ter recebido, porque o Janene recebia, então ele deve ter recebido parte da Braskem.

Juiz Federal: Mas o senhor recebia também propinas por intermédio do senhor Alberto Youssef, relativamente aos acertos da Braskem?

Paulo: O que o Alberto me pagava eu não tinha também esse tipo, nunca fiz esse tipo de controle, é provável que sim, é provável que sim.

(...)

Juiz Federal: Isso era um percentual em cima de alguma coisa no caso da Braskem?

Paulo: O que eu me lembro dessa reunião com o Janene e com outra pessoa que eu mencionei aí, Alexandrino, tinha sido acertado um valor anual, se eu não me engano alguma coisa como 5 milhões de dólares por ano, ia pagando mensalmente de acordo com o desenvolvimento do contrato, então era um valor fixo anual, que eu me lembro.

Juiz Federal: E esse acerto foi até 2012, quando da sua saída?

Paulo: Acredito que sim.

Juiz Federal: Com que executivos da Braskem o senhor tratou desse assunto da propina?

Paulo: O assunto da propina foi tratado nessa reunião com o Alexandrino e com o José Janene.

Interrogatório de ALBERTO YOUSSEF na Ação Penal n. 503652823.2015.4.04.7000/PR:

Juiz Federal: O senhor pode me esclarecer agora a sua relação então com a Braskem?

Alberto: Na verdade, a relação com a Braskem vinha de 2006 por conta do senhor José Janene, que me apresentou o Alexandrino para que na época eu pudesse receber alguns valores que então a Braskem estava doando ao partido progressista, e aí então criou-se esse relacionamento com o Alexandrino e com a Braskem.

Juiz Federal: Alexandrino, Alexandrino Alencar?

Alberto: Alexandrino Alencar.

Juiz Federal: E isso começou em 2006 e foi até quando aproximadamente?

petroquímica, as quais culminaram na fixação de preço baseado em cesta de produtos, com piso de 92,44% e teto de 105% do ARA, sendo que, na prática, o preço permaneceu desde então, até pelo menos 2014, em patamar próximo ao piso, com evidente prejuízo à Petrobras. O relatório da comissão interna da Petrobras concluiu que os critérios adotados ao fim das negociações para o cálculo do preço não tinham embasamento técnico identificado, bem assim que o estabelecimento desses critérios se deu por orientação de PAULO ROBERTO COSTA em acerto com os representantes da BRASKEM⁴⁸. Ademais, o pagamento das propinas originadas deste acerto ilícito pela BRASKEM se dava da mesma forma verificada quanto ao

Alberto: Olha, **depois o senhor José faleceu e aí eu que fiquei nesse contato com o Alexandrino e o partido, na verdade eu continuei, dei sequência ao andamento desses valores.**

Juiz Federal: E até quando mais ou menos a Braskem efetuou esses pagamentos?

Alberto: Eu acho que **o último pagamento deve ter acontecido em 2011, começo de 2012, pode ser.**

Juiz Federal: Nesses pagamentos feitos pela Braskem isso também beneficiava o senhor Paulo Roberto Costa?

Alberto: Olha, na verdade **o partido progressista tinha um compromisso com o Paulo Roberto Costa de que tudo que se arrecadasse 30% ele mandaria para o Paulo Roberto**, e assim eu o fazia.

Juiz Federal: Então desses valores que a Braskem repassava ao senhor parte também ia para o Paulo Roberto Costa?

Alberto: Ia para o Paulo Roberto Costa, **por conta de que o partido tinha um compromisso com Paulo Roberto Costa** de que tudo que se arrecadasse repassaria 30% ao Paulo Roberto Costa.

Juiz Federal: Na Braskem, com que executivos o senhor teve contato?

Alberto: Eu tive contato só com o Alexandrino.

Juiz Federal: O senhor tratou diretamente com ele esses assuntos relativos a esses pagamentos?

Alberto: **Na verdade eu tratei com ele relativo a esses pagamentos, mas sempre tinha a situação de que não era ele que decidia e sim o presidente da Braskem, no primeiro momento era o Gradim e no segundo momento, se não me engano, o José Carlos.**

Juiz Federal: O senhor teve contato direto com os presidentes?

Alberto: Nenhum dos dois.

Juiz Federal: Mas eu não entendi, o Alexandrino lhe dizia que ele tinha que obter autorização, alguma coisa?

Alberto: Sim, sim.

Juiz Federal: Para esses pagamentos?

Alberto: Para que ocorressem essas doações.

Juiz Federal: **E esses pagamentos, o senhor menciona doações, mas essas são comissões também à semelhança do que eram os pagamentos da Odebrecht no caso das obras, o senhor pode me esclarecer?**

Alberto: **O Alexandrino sempre tratava isso como uma doação, ele nunca tratava isso como uma propina, nós entendíamos que era como propina, mas a empresa sempre tratou esse assunto como doação.**

Juiz Federal: Mas foi feita doação eleitoral registrada?

Alberto: Não.

Juiz Federal: A Braskem repassava esses valores ao senhor como?

Alberto: **Eu recebia esses valores no exterior, algumas vezes foi pago valores em reais no meu escritório, da mesma maneira que foram pagos pela Odebrecht.**

Juiz Federal: Havia uma distinção dos valores que eram da Braskem e os valores que eram pagos pela Odebrecht?

Alberto: Havia, era totalmente separado, uma coisa não tinha vínculo com a outra, nenhum.

Juiz Federal: E essas doações da Braskem tinham por base algum percentual também em cima de contratos?

Alberto: Olha, eu sei que, inclusive eu já prestei depoimento com referência a isso, e discutimos esse

pagamento geralmente promovido pelo Grupo ODEBRECHT da propina originada dos contratos celebrados com as empreiteiras cartelizadas, é dizer, por meio de transferências de valores realizadas no exterior por meio de *offshores* de que se valia o Grupo ODEBRECHT, a partir das quais a parcela de vantagens ilícitas destinadas a PAULO ROBERTO COSTA era vertida a *offshores* do então Diretor de Abastecimento da Petrobras, ao passo que a parcela de vantagens ilícitas destinadas ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e seus integrantes era repassada para *offshores* vinculadas ao doleiro ALBERTO YOUSSEF, o qual promovia operações dólar cabo para reintroduzir os valores equivalentes em reais para distribuição no

assunto inclusive numa acareação com o doutor Paulo Roberto Costa, havia uma questão da Nafta e existia um contrato muito grande na Petrobras com a Braskem na questão Nafta, e sempre o PP deu apoio para que esse contrato fosse mantido.

Juiz Federal: Mas isso lá desde 2006?

Alberto: Eu acredito que até antes. Como eu não estava no processo em 2006, eu só entrei no processo final de 2005, começo de 2006, mas eu acredito que isso já vinha de antes.

Juiz Federal: E como que o PP dava apoio para que esse contrato fosse mantido?

Alberto: Através do José Janene e também através do diretor Paulo Roberto Costa.

Conferir também o Termo de Colaboração n. 16 de ALBERTO YOUSSEF: "QUE indagado acerca dos fatos mencionados no Anexo n. 16, afirma que a BRASKEM comprava e ainda compra diversos produtos da PETROBRÁS; QUE os produtos objetos de compra eram nafta, propeno, dentre outros; QUE para a cesta de produtos que a BRASKEM comprava há muito tempo, a PETROBRÁS praticava preços diferentes para o mercado interno e o internacional; QUE o preço da cesta no mercado internacional era bastante inferior ao praticado no mercado interno; QUE nesse sentido, **com o intuito de se favorecer na aquisição de produtos da PETROBRÁS com preço inferior ao praticado no mercado interno, a BRASKEM, inicialmente por intermédio de ALEXANDRINO, funcionário do alto escalão de empresa, procurou JOSE JANENE, e este, por sua vez, juntamente com PAULO ROBERTO COSTA, negociaram que o valor da cesta fosse similar ao praticado no mercado internacional, em contrapartida ao pagamento de vantagem indevida pela BRASKEM anualmente, em média US\$ 5 milhões de dólares, dos quais 30% eram destinados a PAULO ROBERTO COSTA e o restante ao PARTIDO PROGRESSISTA;** QUE o presidente da BRASKEM, JOSÉ CARLOS, era quem posteriormente, ratificava os termos do acordo ilícito, batendo o martelo; **QUE anualmente, o declarante se reunia com ALEXANDRINO, acompanhado também de JOSÉ JANENE enquanto este era vivo, PAULO ROBERTO COSTA e JOÃO GENU, às vezes no Hotel HAYT ou TIVOLI, em São Paulo/SP;** QUE nestas reuniões eram fixados os termos do acordo, estipulando-se quanto seria pago de vantagem indevida naquele ano; QUE posteriormente havia uma segunda reunião entre PAULO ROBERTO COSTA e o presidente da BRASKEM, JOSÉ CARLOS, para confirmar os termos do acordo ilícito; **QUE essas reuniões iniciaram-se no ano de 2006 até o ano em que PAULO ROBERTO COSTA deixou a Diretoria de Abastecimento, em 2012;** QUE afirma que a Diretoria de Abastecimento tinha diversas gerências, sendo que os contratos da BRASKEM passavam por uma gerência subordinada a PAULO ROBERTO COSTA, mas não sabe dizer quem era o gerente específico; QUE havia uma grande diferença no valor dos preços praticados nas compras pela BRASKEM junto à PETROBRÁS, mas não sabe dizer quanto, embora tenha certeza de isso era mais do que suficiente para a BRASKEM fizesse frente ao pagamento das vantagens indevidas; **QUE a operação dos pagamentos ilícitos se dava inicialmente pela transferência de contas das subsidiárias da BRASKEM no exterior em contas indicadas pelo declarante, que eram contas de clientes de NELMA PENASSO KODAMA, CARLOS ALEXANDRE ROCHA e LEONARDO MEIRELLES;** QUE no caso de NELMA, as transferências eram para conta de chineses comerciantes; QUE no caso de LEONARDO, as transferências foram para a conta da RFY, DGX ou ELITE DAY; **QUE esses doleiros disponibilizaram reais em espécie ao declarante no Brasil; QUE de posse do numerário, o declarante entregava os valores a JOAO GENU e este repassava a PAULO ROBERTO COSTA; QUE a parte do PARTIDO PROGRESSISTA era entregue a JOSE JANENE, quando este era deputado federal; QUE quando JOSÉ JANENE deixou de ser deputado, entregava na residência oficial de JOÃO PIZZOLATI, em Brasília/DF;** QUE o declarante

país⁴⁹.

A corroborar, segundo foi relatado por RAFAEL ÂNGULO LOPEZ⁵⁰, o doleiro ALBERTO YOUSSEF indicava contas no exterior para ALEXANDRINO ALENCAR, que providenciava o depósito dos valores na condição de interlocutor da BRASKEM encarregado de dar andamento às demandas de pagamento de propina que envolviam as relações com a PETROBRAS⁵¹, sendo que ALBERTO YOUSSEF operacionalizava tais transações, fazendo a

mantinha o contato de ALEXANDRINO, da BRASKEM, em um dos seus telefones apreendidos, especificamente o I-phone, e agendava as reuniões com ele via mensagens, whatsapp ou telefonemas, e posteriormente tratava dos assuntos pessoalmente” – Doc. 85.

48 Relatório DIP Dabast 46/2015 (**Doc. 161**) e anexos (**Docs. 162 a 166**), com complemento no Relatório DIP Dabast 130, de 29/09/2015 (**Doc. 167**).

"Diante das evidências verificadas, a comissão pôde constatar que a inclusão do Marlim na fórmula do preço da Nafta e a definição dos limites de piso e teto não tiveram embasamento técnico no âmbito da Petrobrás que pudesse esclarecer suas vantagens e desvantagens. Igualmente, a Comissão verificou que a equipe técnica, responsável pela elaboração das propostas de preço, teve que acatar decisões superiores, oriundas de acordo feitos entre representantes da Braskem e o ex-Diretor Paulo Roberto Costa.” - fl. 18 do Doc. 161.

"Sendo assim, entende essa Comissão que a proposição constante do DIP ABMC 110/2009 de aprovação da nova política de preços da Nafta vinculada à futura negociação de contrapartidas constitui uma não conformidade do processo de contratação. Isto porque: (i) não existia prévio acordo entre as partes acerca das contrapartidas a serem conferidas pelas centrais petroquímicas à Petrobrás; (ii) não havia certeza de que as contrapartidas apresentadas à Diretoria Executiva seriam efetivamente executadas; e (iii) não foi quantificado eventual benefício para a Petrobrás, de forma a que a Diretoria pudesse analisar todo o cenário de formação de preço da Nafta e todas as vantagens auferidas pela Companhia.” - fl. 32 do Doc. 161.

A influência de PAULO ROBERTO COSTA na renegociação contratual também é evidenciada por mensagens eletrônicas de que constam que o piso e teto haviam sido definidos "entre Paulo Roberto Costa e Bernardo Gradin", este o então Presidente da BRASKEM - **fls. 64 e 66 do Doc. 165**

49 Interrogatório de PAULO ROBERTO COSTA na Ação Penal n. 503652823.2015.4.04.7000/PR:

Juiz Federal: *No caso da Braskem, o senhor mencionou que o senhor foi membro do conselho, o senhor recebeu também valores de comissão, propina, da Braskem?*

Paulo: *Sim, recebi.*

Juiz Federal: *Esse era um acerto junto com aquele acerto da Odebrecht ou era uma coisa separada?*

Paulo: *Esse, que eu me lembro, teve uma reunião em São Paulo onde eu participei com o José Janene e com o Alexandrino, onde foi definido então um valor anual que seria pago para o PP e isso foram vários anos desse acordo, e a minha parte em relação à Odebrecht, que a maior acionista da Braskem é a Odebrecht, **a minha parte também o Bernardo mencionou várias vezes que parte minha da Braskem estava sendo paga nessas contas do exterior, agora, além disso, era pago também aqui no Brasil para o PP.***

Juiz Federal: *Então essas contas do exterior também receberam valores a título de propina da Braskem?*

Paulo: *Perfeitamente, da minha parte sim.*

Interrogatório de ALBERTO YOUSSEF na Ação Penal n. 503652823.2015.4.04.7000/PR:

Juiz Federal: *Quando o senhor foi ouvido no inquérito, foram lhe mostrados alguns extratos de uma conta chamada, em nome de uma **offshore chamada RFY**, o senhor se recorda de ter visto esses extratos?*

Alberto: *Sim, me recordo.*

Juiz Federal: *Esses extratos se encontram aqui nos autos, no evento 3, anexo 220, eu vou lhe mostrar novamente os extratos dessa conta RFY no Standard Chartered Bank. No depoimento que o senhor prestou no inquérito o senhor identificou algumas operações, o senhor mencionou operação 16/12/2009, de 480*

entrega do numerário acordado⁵². O transportador RAFAEL ÂNGULO também ficava responsável por levar ao doleiro os comprovantes de transferência internacional (*swifts*) e apresentou cópias de alguns desses documentos, assim sumariados:

(1) Transferência de **US\$ 300,000.00**, em 29 de junho de 2009, de uma conta da empresa KLIENFELD SERVICES (*offshore* utilizada pela ODEBRECHT para pagamento de propina no exterior) para uma conta de beneficiário não identificado (documento ilegível nessa parte).

mil dólares, 18/12/2009 320 mil dólares, 10/03/2010 400 mil dólares e 15/03/2010 350 mil dólares. **O senhor identificou essas operações como sendo provenientes da Odebrecht ou da Braskem, o senhor se recorda disso?**

Alberto: Me recordo e confirmo.

Juiz Federal: E como o senhor identificou, assim, essas operações são delas por que não poderiam ser de outras empreiteiras? O que levou o senhor a fazer essa identificação?

Alberto: Porque na verdade eu, por identificar que esses valores vieram da Odebrecht e da Braskem por conta de que esta conta RFY, que na verdade era do Leonardo Meireles, dificilmente eu indicava essa conta para um terceiro pagar ou uma outra empreiteira pagar, então eu me lembro muito bem que esta conta eu indiquei para que a Odebrecht e Braskem pagassem.

Juiz Federal: E o senhor sabe me dizer se essas operações são da Odebrecht ou se são da Braskem?

Alberto: Olha, eu lembro que houve recebimentos que a Braskem, pagamentos que a Braskem fez e que a Odebrecht também fez mais ou menos na mesma época, então, portanto, eu não pude dizer se era direcionado da Braskem ou da Odebrecht, mas que com certeza era de uma das duas empresas.

50 Termo de Declarações n. 07: **“Que o declarante tinha muito contato com um diretor da BRASKEM, da área financeira, de nome ALEXANDRINO; Que em 2007 ou 2008 ALBERTO YOUSSEF se reunia com bastante frequência com ALEXANDRINO em restaurantes perto do escritório da Pedrosa Alvarenga; Que ALEXANDRINO era conhecido entre o declarante e YOUSSEF como “BARBA”; Que YOUSSEF, depois de 2007/2008 começou a frequentar a empresa BRASKEM, que ficava situada no edifício Vila Lobos, ao lado do Shopping Vila Lobos, na Marginal Pinheiro, em São Paulo; Que o declarante sabe que o YOUSSEF ia à empresa, pois este último comentava com o declarante; Que também YOUSSEF pedia para o declarante ir entregar documentos na BRASKEM, enquanto YOUSSEF se encontrava naquele local; Que questionado sobre o que discutiam YOUSSEF e ALEXANDRINO, o declarante não sabe dizer e tampouco YOUSSEF comentou; Que, com certeza, era um acerto de contrato de propina e de transferências de dinheiro no exterior; Que em relação a estas transferências de valores no exterior, YOUSSEF levava número de contas situadas no exterior para ALEXANDRINO e este último providenciava o depósito dos valores nas contas indicadas; Que o declarante apresenta nesta oportunidade alguns destes comprovantes para juntada, em anexo; Que também o declarante pessoalmente levou número de contas situadas no exterior para ALEXANDRINO; Que entregou pessoalmente tais números de contas para ALEXANDRINO, na própria BRASKEM; Que após a transferência dos valores no exterior, o declarante também ia buscar os comprovantes das transferências interacionais (*swifts*), tais como estes que ora junta; QUE era ALEXANDRINO quem entregava pessoalmente estes *swifts* ao declarante; Que em geral era a própria BRASKEM que fazia tais transferências internacionais, pois isto consta em alguns dos *swifts* que ora junta, conforme se pode ver no cabeçalho; Que tais *swifts* foram retirados na BRASKEM e entregues em seguida para YOUSSEF; Que nunca enviou estes *swifts* para ninguém, por e-mail ou fax; Que nunca enviou estes números de contas para ALEXANDRINO por e-mail, mas apenas pessoalmente; Que o número da conta era apontado em uma folha de sulfite ou era a impressão ou cópia de um e-mail recebido por YOUSSEF, que era colocado no interior de um envelope; Que em um destes documentos que ora apresenta pode-se verificar a inscrição “Manual Printout on 'Default Printer' by VMARCHIORI”, no dia 22.12.2009, às 14h45min; Que questionado ao declarante se tal pessoa pode ser VAL MARCHIORI, o declarante diz que é possível, mas não tem certeza; Que, entretanto, não conhece referida pessoa; Que por volta de 2011, ALEXANDRINO foi transferido para a ODEBRECHT; Que a ODEBRECHT se situava**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

(2) Transferência de **US\$ 480,000.00**, em 16 de dezembro de 2009, de uma conta da empresa TRIDENT INTERTRADING LTD., junto ao Commerzbank em Frankfurt am Main, para conta da empresa SUPER NE PTE LTD., mantida no banco BNP Paribas de Cingapura.

(3) Transferência de **US\$ 400,000.00**, em 10 de março de 2010, de uma conta da empresa INTERCORP LOGISTIC LTD., mantida no banco Commerzbank de Frankfurt am Main, para conta da empresa WELL EASE INDUSTRIES LTD., mantida no banco HSBC de Hong Kong.

na Avenida das Nações Unidas, 8501, 32 andar, sala 25; Que inclusive o telefone de lá, conforme suas anotações, era 11 30968426, ramal 8426; Que este telefone, ao que se recorda, era direto da sala do ALEXANDRINO; Que soube da mudança de ALEXANDRINO para a ODEBRECH pois YOUSSEF pediu para o declarante entregar número de contas e retirar swifts na ODEBRECH, onde ALEXANDRINO passou a trabalhar; Que quando foi buscar swifts na ODEBRECH pode verificar que quem fazia a remessa era alguma pessoa que operava para ALEXANDRINO; Que a ODEBRECH não aparecia nos swifts; Que questionado quem era o operador da ODEBRECH, o declarante disse não saber quem era; Que por vezes ALEXANDRINO chamava uma pessoa, na frente do declarante, e dizia para "providenciar isto", ou seja, realizar a transferência internacional; Que esta pessoa chamada trabalhava na própria BRASKEM e na ODEBRECH, mas não era sempre a mesma pessoa; Que, no entanto, pode afirmar que esta pessoa que fazia as operações trabalhava dentro da BRASKEM e ODEBRECH, pois ALEXANDRINO fazia a ligação interna e a pessoa aparecia em pouco tempo, por volta de cinco minutos depois; Que nunca foi levar ou buscar dinheiro na BRASKEM ou na ODEBRECH; Que somente o declarante ou YOUSSEF iam na BRASKEM/ODEBRECH e portanto pode afirmar com certeza que nenhum outro funcionário de YOUSSEF ia nestas empresas; Que questionado se a ODEBRECH tinha conta com YOUSSEF, o declarante diz não saber responder; Que não conhecia ninguém da BRASKEM ou da ODEBRECH que fosse nos escritórios de YOUSSEF; Que, conforme dito, sempre YOUSSEF se encontrava com ALEXANDRINO em lugares externos; Que nunca viu mais ninguém participar destas reuniões ou almoços; **Que questionado quem apresentou ALEXANDRINO para YOUSSEFF, acredita que foi JANENE;** Que questionado se viu ALEXANDRINO com JANENE, diz que não; **Que, porém, o declarante pode afirmar que ALEXANDRINO sempre marcava almoços com YOUSSEF quando JANENE estava na região, seja na CSA ou em algum hotel na região;** Que solicitado ao declarante que descrevesse ALEXANDRINO, disse que tinha por volta de 1,70m, barba, pouco cabelo, falava grosso, viajava bastante, e podia se perceber que era um alto executivo; Que ao que consta ele era diretor da área financeira da BRASKEM/ODEBRECH e na sala dele havia caricaturas, diversos troféus, fotos com pessoas e bustos de ALEXANDRINO; Que ALEXANDRINO parecia ser bem relacionado externamente; **Que questionado quantas vezes foi na BRASKEM e na ODEBRECH, diz que ia ao menos uma vez por mês ou a cada duas vezes no mínimo;** Que ia sempre sozinho nestas empresas; Que somente possui estes swifts que ora apresentava, pois os demais foram entregues para YOUSSEF, sem ter ficado com cópias; Que não sabe e nunca ouviu falar de qualquer relacionamento entre PAULO ROBERTO COSTA e BRASKEM/ODEBRECH/ALEXANDRINO; Que só veio a saber de PAULO ROBERTO COSTA no ano de 2012; **Que o declarante foi mais na BRASKEM entre 2010 e 2011; Que foi mais vezes depois da morte de JANENE, pois antes disso era YOUSSEF quem ia mais pessoalmente;** Que somente tinha contato com ALEXANDRINO na BRASKEM e com uma secretária dele, bastante antiga, cujo nome não se recorda; **Que foi entre 10 e 15 vezes, ao que imagina, na BRASKEM/ODEBRECH;** Que como não levava dinheiro, não sabe dizer com maior precisão a quantidade de vezes que ia; **Que também foi várias vezes entregar documentos em restaurantes em que ALEXANDRINO se encontrava, a pedido de YOUSSEF;** Que não sabia o sobrenome de ALEXANDRINO pois YOUSSEF preferia não passar maiores dados ao declarante para preservar a pessoa, ao que acredita; Que mostrada foto extraída da internet de ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR, cuja cópia ora é juntada, o declarante o reconhece com certeza como sendo a pessoa mencionada; Que nunca viu contato entre ALEXANDRINO e políticos; Que ALBERTO YOUSSEF tinha um telefone exclusivo com ALEXANDRINO e o próprio declarante levou várias vezes telefones enviados por YOUSSEF para ALEXANDRINO usar; Que na maioria das vezes era da operadora TIM; Que o celular vinha já liberado ou YOUSSEF já dava o número do CPF das pessoas para o declarante

(4) Transferência de **US\$ 350,000.00**, em 15 de março de 2010, de uma conta da empresa INTERCORP LOGISTIC LTD., mantida no banco Commerzbank de Frankfurt am Main, para conta da empresa WELL EASE INDUSTRIES LTD., mantida no banco HSBC de Hong Kong.

Evidenciam a consistência dessas assertivas dos colaboradores, ademais, a Informação nº 87/2014-DELEFIN/DRCOR/SR/DPF/PR28⁵³, elaborada no bojo da investigação criminal que indica mensagens de BBM trocadas entre ALBERTO YOUSSEF e ALEXANDRINO ALENCAR, conforme interceptação do terminal de blackberry utilizado por ALBERTO YOUSSEF⁵⁴, sendo que o contato de ALEXANDRINO ALENCAR encontrava-se cadastrado no BBM pelo nickname “Alexandrino de Alencar”, sendo o e-mail a ele vinculado “alexandrino@odebrecht.com.br”. Em consonância com o alegado por ALBERTO YOUSSEF, nessas mensagens o operador financeiro e o então diretor marcavam encontros em que se davam os acertos para a entrega dos valores indevidos, pagos a título de propina.

Portanto, a par das vantagens ilícitas que o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e seus integrantes receberam a partir do esquema de corrupção estabelecido na Petrobras e baseado nas contratações feitas pelo cartel de empreiteiras, ajustadas em procedimentos licitatórios, restou cabalmente comprovado que também era paga propina no valor anual de US\$ 5 milhões, totalizando US\$ 35 milhões no período de 2006 a 2012, importe do qual destinaram 70% – equivalentes a US\$ 24,5 milhões – para a mesma agremiação e seus integrantes⁵⁵.

*cadastrar; Que o declarante e YOUSSEF buscavam números de CPF no diário oficial, de pessoas devedoras, que possuíam problemas de cheque; Que YOUSSEF também usou CPFs de pessoas que tiveram cheques devolvidos; **Que no período de dois anos o declarante se recorda de ter trocado de quatro a cinco vezes o telefone de ALEXANDRINO, a pedido de YOUSSEF; Que quando trocava um telefone, trocava os dois; Que estes telefones eram exclusivos ALEXANDRINO e YOUSSEF; Que por isto YOUSSEF usava entre 12 a 15 aparelhos celulares ao mesmo tempo; Que o próprio declarante preparava os telefones, colocando o nome PRIMO e o outro como BARBA; Que não era de responsabilidade do declarante elaborar nenhuma planilha da BRASKEM ou da ODEBRECH” – Doc. 87.***

Em seu Termo de Colaboração n. 17, CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA também menciona a coleta de documentos de transferência internacional referentes a propina paga pela BRASKEM (ODEBRECHT) – **Doc. 88.**

51ANEXO 74.

52Observe-se o quanto declarado pelo operador financeiro: “**QUE**, informava a ALEXANDRINO o número das contas onde os valores eram depositados, competindo ao responsável pelas mesmas (NELMA, CARLOS ROCHA e LEONARDO MEIRELLES), disponibilizar os valores em reais no Brasil” - **ANEXO 75.**

53ANEXO 72.

54Deferida em sede dos autos 5049597-33.2013.404.7000.

55 Utilizando-se como referência a cotação do dólar em 31/12/2012, tem-se as seguintes conversões: I) propina

IV – OS DEMAIS ELEMENTOS PROBATÓRIOS DOS ATOS DE IMPROBIDADE PERPETRADOS PELOS INTEGRANTES DO PARTIDO PROGRESSISTA (PP). A PERCEPÇÃO DE VANTAGEM ILÍCITA EM PREJUÍZO DA PETROBRAS. INDIVIDUALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO DAS CONDUTAS

No contexto acima exposto, tem-se que os integrantes da cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) – PEDRO CORRÊA, PEDRO HENRY, JOÃO PIZZOLATTI, MÁRIO NEGROMONTE e NELSON MEURER, além do ora falecido JOSÉ JANENE –, foram os grandes responsáveis por indicar PAULO ROBERTO COSTA para a Diretoria de Abastecimento da Petrobras, bem como por sustentá-lo politicamente no cargo, além de terem articulado, com o auxílio direto de JOÃO GENU e ALBERTO YOUSSEF, a arrecadação e distribuição das vantagens ilícitas originadas do esquema, em prejuízo da estatal. Por isso mesmo, uma vez que não se limitaram a receber vantagens ilícitas, mas, antes, reuniram-se de forma estável, organizada e permanente para garantir a arrecadação contínua de vantagens ilícitas para si e também para terceiros, todos esses demandados praticaram diretamente atos de improbidade, ou induziram e concorreram para a prática de atos de improbidade (como é o caso de PEDRO CORRÊA e JOÃO GENU nos períodos em que não ocupavam cargos públicos), que ensejaram o dano total de R\$ 460.636.517,60, em prejuízo da Petrobras, equivalente ao locupletamento ilícito auferido por eles e também por terceiros, pelo qual respondem todos solidariamente.

Sem prejuízo de que PEDRO CORRÊA, PEDRO HENRY, JOÃO PIZZOLATTI, MÁRIO NEGROMONTE, NELSON MEURER e JOÃO GENU respondam solidariamente pelo total do dano causado à Petrobras, nos moldes expostos, foram amealhados elementos demonstrando, de maneira específica, as vantagens ilícitas que recebiam diretamente, o que apenas vem a corroborar a sua destacada participação no esquema ilícito instalado na Diretoria de Abastecimento da Petrobras, como será exposto nos itens individuais a seguir.

Ademais, também o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) deve responder pelo dano total de R\$ 460.636.517,60, em prejuízo da Petrobras, equivalente ao locupletamento ilícito auferido pela agremiação e também por terceiros, solidariamente com os demandados acima referidos, uma vez que a sigla concorreu para os atos de improbidade praticados, bem

paga no período de 2006 a 2012: R\$ 71.400.000,00 (USD 35 milhões); II) 70% do total: R\$ 49.980.000,00 (USD 24,5 milhões). <http://www1.folha.uol.com.br/indicadores/1208526-moedas.shtml>.

como deles se beneficiou, direta e indiretamente, como será exposto no item V.

Já os demandados LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA, JOSÉ OTÁVIO GERMANO e ROBERTO PEREIRA BRITTO – que não integravam a cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) quando da nomeação de PAULO ROBERTO COSTA, mas que se beneficiaram do esquema instalado – praticaram atos de improbidade administrativa que ensejaram dano em prejuízo da Petrobras, incluído naquele montante total, respondendo nesta ação civil pública pelo que se deslindou terem-se locupletado diretamente, como também será exposto nos itens individuais a seguir.

Por seu turno, o demandado ARTHUR LIRA, que teve destacada participação no esquema ímprobo a partir de 2011, chegando até mesmo a se tornar líder do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) na Câmara dos Deputados no período de fevereiro de 2012 a outubro de 2013, também praticou atos de improbidade administrativa que ensejaram dano em prejuízo da Petrobras, incluído naquele montante total, respondendo nesta ação civil pública pelo que se deslindou ter-se locupletado diretamente, como também será exposto nos itens individuais a seguir.

Já MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR é terceiro particular que concorreu e se beneficiou do esquema ímprobo, em montante equivalente à soma dos valores relativos às vantagens ilícitas direcionadas a seu pai MÁRIO NEGROMONTE, cujo recebimento auxiliou e das quais se beneficiou, mais o valor da propina recebida de forma dissimulada como doação eleitoral “oficial” em 2010 diretamente para sua própria campanha à Câmara dos Deputados.

Realmente, além dos inúmeros elementos já indicados, que evidenciam cabalmente o esquema criminoso e ímprobo estabelecido em detrimento da Petrobras, há ainda alentada prova de que o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e seus integrantes foram os maiores beneficiários diretos do locupletamento ilícito originado na Diretoria de Abastecimento, em cenário de gravíssima corrupção político-partidária, como se verá adiante.

IV.1 – PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO

PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO ocupou o cargo

eletivo de Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, por dois mandatos consecutivos, de 1979 a 1987, e, por quatro mandatos consecutivos, a partir de 1991, tendo sido cassado em 15/03/2006 por envolvimento no escândalo do “Mensalão”. Filiou-se ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) em 1995, agremiação da qual foi Vice-Presidente da Executiva Nacional a partir de 2001, durante a presidência de Paulo Maluf, e, em 2003, foi eleito Presidente da Executiva Nacional, tendo sido reeleito em 2005 em Convenção Nacional.

Inicialmente, registra-se que os fatos caracterizadores de improbidade administrativa imputada ao demandado PEDRO CORRÊA nesta Ação Civil Pública também foram objeto de denúncia na esfera penal, perante o Juízo da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, sendo certo que já foi prolatada sentença condenatória naqueles autos⁵⁶. Ademais, PEDRO CORRÊA também foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Ação Penal n.º 470, por envolvimento no escândalo do “Mensalão”.

PEDRO CORRÊA atuou no âmago do núcleo político do esquema e, em conjunto com os demais líderes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) dentre os quais JOSÉ JANENE, já falecido, PEDRO HENRY, JOÃO PIZZOLATTI, MÁRIO NEGROMONTE e NELSON MEURER, foram os responsáveis por capitanear todo o esquema em prol desse partido, com o auxílio direto de JOÃO GENU.

Além disso, não se pode deixar de enfatizar que PEDRO CORRÊA, como presidente do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), no ano de 2004, foi um dos responsáveis por conduzir a indicação de PAULO ROBERTO COSTA para a Diretoria de Abastecimento da estatal, conforme acima já relatado.

De ressaltar que PEDRO CORRÊA, inicialmente, recebeu as vantagens indevidas para si e para o PARTIDO PROGRESSISTA (PP), na condição de Deputado Federal, além de presidente da agremiação. Após março de 2006, com a cassação de seu mandato, por envolvimento no escândalo do “Mensalão”, continuou a locupletar-se com as propinas negociadas na Diretoria de Abastecimento, porquanto permaneceu exercendo papel de liderança no partido em situação que lhe permitia prosseguir dando suporte a PAULO ROBERTO COSTA⁵⁷, induzindo, concorrendo para os atos de improbidade por ele perpetrados, bem assim recebendo benefício decorrente.

Entre 2004 e 2014, PEDRO CORRÊA recebeu vantagens indevidas oriundas

56 Sentença na Ação Penal n. 5023135-31.2015.404.7000 – **Doc. 138**

57 Ação Penal 50833518920144047000, Evento 606, Video 5, 13:25' e Evento 654, TERMO1 – **Doc. 11**

de contratos firmados no âmbito da Diretoria de Abastecimento da Petrobras, diretamente do doleiro ALBERTO YOUSSEF ou por meio de intermediários, em Recife/PE, Brasília/DF e São Paulo/SP.

O réu colaborador RAFAEL ÂNGULO LOPEZ, empregado do doleiro ALBERTO YOUSSEF, descreveu minuciosamente em suas declarações como eram feitos os repasses aos parlamentares nos escritórios localizados em São Paulo/SP, acentuando que PEDRO CORRÊA era um dos que mais compareciam ao local para buscar a propina oriunda dos contratos firmados no âmbito da Diretoria de Abastecimento da Petrobras⁵⁸. A corroborar, verifica-se que há registro do então parlamentar nos locais de trabalho do doleiro ALBERTO YOUSSEF nos dias 10/10/2011, 18/10/2011, 19/10/2011, 25/10/2011, 08/11/2011 (duas vezes neste dia), 16/11/2011, 10/01/2012, 30/01/2012, 23/03/2012, 24/04/2012, 14/05/2012, 15/05/2012, 30/07/2012, 31/07/2012, 15/08/2012, 16/08/2012, 05/09/2012, 13/09/2012, 21/02/2013 (duas vezes neste dia) e 26/08/2013 (duas vezes neste dia). Realmente, o edifício onde localizado o escritório de ALBERTO YOUSSEF, na Av. São Gabriel, 149, Sala 809, São Paulo (JPJPAP Assessoria e Participações)⁵⁹ registrou 19 (dezenove) acessos de PEDRO CORRÊA, naquelas datas⁶⁰, além de outros 4 (quatro) acessos no escritório

58 Termo de Declarações n. 19 de RAFAEL ANGULO LOPEZ: ***“Que no início, em meados de 2008 a meados de 2009, o declarante começou a ver os referidos políticos irem ao escritório da Rua Tabapuã, de ALBERTO YOUSSEF, buscar dinheiro; Que os que mais frequentavam nesta localidade eram PEDRO CORREA e JOÃO PIZZOLATTI; Que algumas vezes ia também NELSON MEURER, nesta época; Que neste escritório a maior frequência eram destes três personagens; Que em 2009 o escritório de YOUSSEF se mudou para a Av. São Gabriel; Que neste escritório iam buscar dinheiro com maior frequência os mesmos políticos, ou seja, PEDRO CORREA, JOÃO PIZZOLATI e NELSON MEURER; Que a partir de então passou a ver também MARIO NEGROMONTE com bastante frequência; Que estes quatro frequentavam o escritório de YOUSSEF com bastante frequência; Que questionado se o declarante viu YOUSSEF entregar valores a tais políticos, responde que sim; Que solicitado ao declarante que esclarecesse como se dava tal entrega, respondeu que tais políticos se reuniam inicialmente com ALBERTO YOUSSEF; Que, em seguida, ALBERTO YOUSSEF pedia para o declarante separar determinada quantia em dinheiro e colocar em envelopes ou sacolas de shopping ou de mercado; Que em seguida o declarante entregava tais envelopes ou sacolas com dinheiro em espécie para ALBERTO YOUSSEF na frente dos políticos; Que YOUSSEF entregava, em seguida, a quantia para o político, na frente do declarante, ou já pedia para o declarante entregar diretamente para o político; Que o declarante esclarece que, por vezes, alguns políticos já iam ao escritório portando uma maleta de viagem de bordo ou pastas; Que além dos políticos, também ia buscar dinheiro MERCEDÃO, ou seja, JOÃO GENU; Que questionado quem levava as malas de bordo ou pastas, o declarante esclarece que era PEDRO CORREA, JOÃO PIZZOLATI e, posteriormente, JOÃO LUIZ ARGOLO; Que questionado ao declarante quais os valores entregues a tais políticos, responde que era, em média, entre R\$ 50.000,00 e R\$ 200.000,00; Que por vezes pegavam valores menores, tais como R\$ 10.000,00, ou maiores, tais como R\$ 300.000,00; Que o valor entregue dependeria da frequência com que o político ia ao escritório; Que, esclarecendo, alguns políticos iam duas vezes por semana e saíam com valores menores e outros iam menos vezes e levavam maiores quantias”*** – **Doc. 28**

59 Autos 5070419-69.2014.4.04.7000/PR, Evento 7, INF8, Páginas 3/4 – Informação nº 036/2015-DELEFIN/DRCOR/SR/DPF/PR – **Doc. 29.**

60 **Doc. 29.**

da Rua Renato Paes de Barros, 778, São Paulo (GFD Investimentos)⁶¹.

Há anotações de RAFAEL ÂNGULO LOPEZ, em suas planilhas de controle da propina, de valores entregues diretamente a PEDRO CORRÊA, nos dias 27 de janeiro, 15 de maio e 05 de outubro de 2012, nos importes, respectivamente, de R\$ 40.300,54, R\$ 30.000,00 e R\$ 2.000.034,00⁶², ali consignadas as referências a “Band PC”, “Pcorrea” e “Pc”⁶³.

De ver que PEDRO CORRÊA recebia repasses efetuados por ALBERTO YOUSSEF e RAFAEL ÂNGULO LOPEZ também em seu apartamento funcional em Brasília/DF e no apartamento funcional ocupado por JOSÉ JANENE e, posteriormente, por JOÃO PIZZOLATTI. Em pelo menos três vezes, mas em datas não precisadas, PEDRO CORRÊA recebeu vantagens indevidas em Recife/PE, no seu endereço residencial situado na Avenida Boa Viagem, 2314, em valores que giravam em torno de R\$ 150.000,00 a R\$ 200.000,00, por meio de entregas efetuadas por RAFAEL ÂNGULO LOPEZ, conforme o depoimento desse⁶⁴.

Ademais, entre janeiro de 2005 e dezembro de 2006, e após no ano de 2013, PEDRO CORRÊA recebeu vantagens indevidas repassadas por ALBERTO YOUSSEF, em valores não precisados, por meio de entregas no estabelecimento denominado POSTO DA TORRE em Brasília/DF.

Efetivamente, em depoimento ALBERTO YOUSSEF informou que mantinha com CARLOS HABIB CHATER uma espécie de conta-corrente, na qual cabia a ele, YOUSSEF, efetuar pagamentos de fornecedores do POSTO DA TORRE, e, em contrapartida, HABIB disponibilizava valores em espécie para distribuição a integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) em Brasília/DF. Foi ouvido em sede policial, EDIEL VIANA DA SILVA, funcionário de CARLOS HABIB CHATER, que relatou que, entre 2005/2006 e após, em 2013, PEDRO CORRÊA esteve pessoalmente por algumas vezes no POSTO DA TORRE para receber valores em espécie, fato que foi confirmado pelo colaborador RAFAEL ÂNGULO LOPEZ.⁶⁵

Além do recebimento de vantagens indevidas pessoalmente, PEDRO

61 **Doc. 29.**

62 IPL 5070419-69.2014.4.04.7000/PR, Evento 23, DESP2, Páginas 4 e 8 – **Doc. 30.**

63 Sobre a expressão *Band* contida nas planilhas de RAFAEL ANGULO, o colaborador esclareceu que a expressão era utilizada para identificar a entrega para políticos. Explica que o termo decorre de uma situação em que questionou ALBERTO YOUSSEF sobre a entrega feita a um político e este respondeu: “Anota pro Bando” ou “Anota pra este Bandido”, referindo-se a um político – **Doc. 31.**

64 Por ocasião do depoimento em sede policial, RAFAEL ANGULO descreveu a residência de PEDRO CORREA com as seguintes características: apartamento triplex, na cobertura do edifício situado na Av. Boa Viagem, 2314, em Recife/PE; que no local há um escritório no meio do apartamento, ao lado direito, em que havia pastas A-Z, com anotações referentes a barcos, fazendas, manutenções, etc, nas etiquetas destas pastas – **Doc. 32.**

65 **Doc. 33.**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CORRÊA também recebia a propina, no período compreendido entre 14 de maio de 2004⁶⁶ e 17 de março de 2014⁶⁷, por meio do comparecimento de emissários seus aos escritórios de ALBERTO YOUSSEF na cidade de São Paulo/SP, entre eles seu filho, FABIO CORRÊA, e sua nora, MÁRCIA DANZI, em valores que giravam em torno de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por recebimento. Assim, nos dias 26/08/2010, 30/08/2010, 03/09/2010, 10/09/2010, 17/09/2010, 21/09/2010, 22/09/2010 (três vezes neste dia), 03/02/2011, 17/02/2011 (três vezes neste dia), 18/02/2011, 24/02/2011 (duas vezes neste dia), 25/02/2011 (três vezes neste dia), 28/02/2011, 01/03/2011 (três vezes neste dia), 26/05/2011, 30/05/2011, 30/07/2012 (duas vezes neste dia), 29/08/2012 (duas vezes neste dia), 25/09/2012, 26/09/2012, 28/09/2012, 02/10/2012, 03/10/2012, PEDRO CORRÊA recebeu a vantagem indevida, por meio de FABIO CORRÊA que compareceu por 33 vezes no escritório de ALBERTO YOUSSEF, fazendo-se acompanhar de MÁRCIA DANZI, nos dias 10/09/2010, 28/02/2011 e 01/03/2011 (por duas ocasiões)⁶⁸⁻⁶⁹

Ademais, as planilhas de movimentos utilizadas por RAFAEL ÂNGULO LOPEZ para registrar os valores que repassava a mando de ALBERTO YOUSSEF conferem com datas nas quais FABIO CORRÊA compareceu ao escritório de lavagem, cabendo citar, à guisa de exemplo, as datas de 28 de setembro de 2012 e 02 e 03 de outubro de 2012, onde constam as anotações "Band Pc" e "Fábio Dep."⁷⁰

Por derradeiro, cite-se a percepção de vantagem indevida por PEDRO CORRÊA mediante depósitos bancários em suas próprias contas e naquelas titularizadas por seu assessor parlamentar, IVAN VERNON, sua nora, MÁRCIA DANZI, e seu empregado rural, Jonas Aurélio.

Por meio de 448 operações bancárias, PEDRO CORRÊA recebeu, ao menos, a quantia de R\$ 1.649.213,98, a maioria dos valores creditados por meio de depósitos fracionados e não identificados, nas seguintes contas: 1 – Banco do Brasil, Agência 3596, Conta 2683369; 2 – Banco do Brasil, Agência 1666, Conta 166774; 3 – Banco do Brasil, Agência 3237, Conta 260746, 4 – Banco Citibank, Agência 26, Conta 26000288; 5 – Banco Santander, Agência 4049, Conta 100000185; 6 – Banco Santander, Agência 4661, Conta

66 Data em que Paulo Roberto Costa assumiu a função de Diretor de Abastecimento da Petrobras – **Doc. 17.**

67 Data da prisão de Paulo Roberto Costa em decorrência da Operação Lava Jato.

68 Autos 5014474-63.2015.4.04.7000, Evento 1, anexo 10 – **Doc. 34.**

69 Autos 5070419-69.2014.4.04.7000/PR, Evento 19, INQ2, Páginas 2/5 – **Doc. 35.**

70 Autos 5070419-69.2014.4.04.7000/PR, Evento 23, DESP2, Página 7 e 8 – **Doc. 30.**

10004471.

Especial destaque merecem os seguintes depósitos estruturados, com o evidente objetivo de dificultar a sua identificação:

I – Depósito ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2012, no valor de R\$ 26.100,00 (vinte e seis mil e cem reais). O registro do recebimento da propina consta na planilha de movimentos de RAFAEL ÂNGULO LOPEZ com a referência “Band Pc”⁷¹, a qual está em plena harmonia com os depósitos estruturados, no dia 17 de fevereiro de 2012, a crédito de PEDRO CORRÊA, na conta corrente 166774, Agência 1666 do Banco do Brasil;⁷²⁻⁷³

II – Depósito ocorrido no dia 22 de fevereiro de 2012, no valor de R\$ 23.900,00 (vinte e três mil e novecentos reais). Tais valores foram registrados na planilha de controle do colaborador RAFAEL ÂNGULO LOPEZ para “Band Pc” na data de 17 de fevereiro de 2012⁷⁴ e conferem com os 9 (nove) depósitos estruturados em benefício de PEDRO CORRÊA, efetuados no dia 22 de fevereiro de 2012, que totalizaram a quantia de R\$ 23.900,00;⁷⁵⁻⁷⁶

III – PEDRO CORRÊA, recebeu, ainda, nas contas titularizadas por MÁRCIA DANZI, ao menos, a quantia de R\$ 204.660,29 (duzentos e quatro mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e nove centavos), em 63 (sessenta e três) operações de crédito não identificadas e em grande parte fracionadas: a) Itaú Unibanco S/A, Agência 364, Conta 824623; b) Banco do Brasil, Agência 3258, Conta 1145274; c) Banco Real, Agência 1049, Conta 9012309. Na conta do Itaú Unibanco ocorreram pelo menos 8 (oito) depósitos efetuados por ALBERTO YOUSSEF, nas datas de 26/08/2010, 20/12/2010 (2 depósitos fracionados), 22/12/2010 (2 depósitos fracionados), 01/03/2011 e 01/10/2012 nas agências especificadas por RAFAEL ÂNGULO LOPEZ⁷⁷, bem como mais

71 Autos 5070419-69.2014.4.04.7000/PR, Evento 23, DESP2, Página 2 – **Doc. 30.**

72 Autos 5070419-69.2014.4.04.7000/PR, Evento 6, INQ2, Página 23 – **Doc. 36.**

73 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 1**

74 Autos 5070419-69.2014.4.04.7000/PR, Evento 23, DESP2, Página 2 – **Doc. 30.**

75 Autos 5070419-69.2014.4.04.7000/PR, Evento 23, DESP3, Página 1 – **Doc. 37.**

76 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 2**

77 **Doc. 38.**

55 operações não identificadas no Banco do Brasil e no Banco Real;⁷⁸⁻⁷⁹

IV – Nas contas titularizadas por IVAN VERNON, recebeu PEDRO CORRÊA em 98 (noventa e oito) operações a quantia de, pelo menos, R\$ 389.606,04 (trezentos e oitenta e nove mil, seiscentos e seis reais e quatro centavos), especialmente nas seguintes contas bancárias: a) Banco do Brasil, Agência 4884, Conta 2746859; b) HSBC, Agência 704, Conta 7040164753. As referidas 98 operações estão registradas na quebra do sigilo bancário⁸⁰. Como exemplo, no dia 11 de maio de 2012, PEDRO CORRÊA recebeu a quantia de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), valor repassado por ALBERTO YOUSSEF para o ex-parlamentar, mediante depósito na conta de IVAN VERNON no Banco do Brasil. A combinação para o recebimento de propina na conta do assessor e de outras pessoas físicas e jurídicas indicadas por PEDRO CORRÊA, está registrada no e-mail encaminhado pelo próprio PEDRO CORRÊA (pedrinhocorreatex@hotmail.com) para ALBERTO YOUSSEF (paulogoia58@hotmail.com), no dia 07 de maio de 2012,⁸¹⁻⁸²

V – Na conta corrente 5100169792, Ag. 1666, Banco do Brasil, de titularidade de Jonas Aurélio, PEDRO CORRÊA recebeu, no mínimo, a quantia de R\$ 639.859,18 (seiscentos e trinta e nove mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e dezoito centavos), em 94 operações bancárias;⁸³

VI – Em 22 de dezembro de 2010, PEDRO CORRÊA recebeu a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em conta própria e nas contas titularizadas por MÁRCIA DANZI, IVAN VERNON e Jonas Aurélio, após solicitação de depósito dirigida a ALBERTO YOUSSEF, por meio de correio eletrônico. Na ocasião, PEDRO CORRÊA utilizou sua conta de e-mail nsa.c@uol.com.br⁸⁴ para encaminhar um correio

78 Autos 5070419-69.2014.4.04.7000/PR, Evento 23, DESP3, Páginas 4/9 – **Doc. 37.**

79 **Docs. 38 e 39.**

80 Autos 5070419-69.2014.4.04.7000/PR, Evento 23, DESP3, Páginas 12/15 – **Doc. 37.**

81 Autos 5070419-69.2014.4.04.7000/PR, Evento 8, INQ6, Páginas 1 / 2 – **Doc. 40.**

82 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 3**

83 Autos 5070419-69.2014.4.04.7000/PR, Evento 23, DESP3, Páginas 9/12 – **Doc. 37.**

84 A titularidade do correio eletrônico nsa.c@uol.com.br por PEDRO CORREA confirma-se por ter este efetuado um requerimento para obtenção de passaporte, através do SISTEMA SINPA, com a indicação de tal e-mail como próprio. Além disso, a UOL, após diligenciada pela autoridade policial, confirmou que a referida conta de e-mail pertence a PEDRO CORREA. (IPL 5070419-69.2014.404.7000, evento 1, fl.15 e Evento 2, fls.

eletrônico para ALBERTO YOUSSEF, no endereço a.youssef@live.com, para tratar do fornecimento de informações de contas bancárias e valores para depósitos das vantagens indevidas oriundas da Diretoria de Abastecimento da Petrobras. No referido e-mail cujo assunto era “número das contas”, PEDRO CORRÊA repassou as informações a respeito das agências bancárias, números de contas, bem como os nomes de quatro pessoas físicas associadas a valores que chegam a R\$100.000,00, para que ALBERTO YOUSSEF efetuasse o repasse da vantagem indevida:

a) No próprio dia 22 de dezembro de 2010, data em que PEDRO CORRÊA indicou a ALBERTO YOUSSEF as contas nas quais iria receber a vantagem indevida, foi depositado em sua conta a quantia de R\$ 20.000,00, por meio de 2 (dois) depósitos de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) e 1 (um) depósito de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);⁸⁵⁻⁸⁶

b) No mesmo dia 22 de dezembro de 2010, foram identificados 3 (três) depósitos na conta de IVAN VERNON, no total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sendo 2 (dois) depósitos de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) e 1 (um) depósito de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), nas agências 2807 (Itaim Bibi – São Paulo) e 6811 (Nova Itaim – São Paulo);⁸⁷⁻⁸⁸

c) Ainda no dia 22 de dezembro de 2010, MÁRCIA DANZI recebeu, em favor de PEDRO CORRÊA, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), quantia que foi depositada por ALBERTO YOUSSEF na conta nº 82462-3, agência 364, do Banco Itaú Unibanco S/A, indicada por PEDRO CORRÊA. Foram realizados 2 (dois) depósitos no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) e 1 (um) no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais);⁸⁹⁻⁹⁰

d) Ademais, no próprio dia 22 de dezembro de 2010, R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a título de vantagem indevida a PEDRO CORRÊA foram depositados na conta corrente

19/20) – **Doc. 41.**

85 Autos nº 5070419-69.2014.404.7000, evento6, INQ2, pág. 20 – **Doc. 36**

86 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 4**

87 Autos nº 5070419-69.2014.404.7000, evento 7, LAU4 – **Doc. 42**

88 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 5**

89 Autos nº 5070419-69.2014.404.7000, evento 6, LAU20 – **Doc. 43**

90 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 6**

de Jonas Aurélio⁹¹.

VII – A título exemplificativo, PEDRO CORRÊA também recebeu, em maio de 2012, repasses de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), o que totaliza a quantia de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais). O recebimento da vantagem indevida está consignado para “Band PC” na planilha de RAFAEL ÂNGULO LOPEZ⁹², e é corroborado pelos depósitos fracionados em favor de PEDRO CORRÊA, nas contas de passagem de MÁRCIA DANZI RUSSO CORREA DE OLIVEIRA e IVAN VERNON GOMES TORRES JÚNIOR nos dias 08, 11, 14, 16, 18, 23 e 29 de maio de 2012⁹³.

Além dos repasses ordinários recebidos por PEDRO CORRÊA, eram feitos ainda pagamentos de maneira extraordinária.

Agenda de PAULO ROBERTO COSTA apreendida no curso da Operação Lava Jato indica que, **do total de “28,5” (28 milhões e 500 mil reais) de propina destinados ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) no ano eleitoral de 2010, “5,3” (5 milhões e 300 mil reais) foram direcionados a “Pe” (PEDRO CORRÊA)**, o que foi confirmado por PAULO ROBERTO COSTA e ALBERTO YOUSSEF em suas declarações⁹⁴.

91 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 7**

92 Autos 5070419-69.2014.4.04.7000/PR, Evento 23, DESP2, Página 4 – **Doc. 30**

93 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 8**

94 Termo de Declarações Complementar n. 13 de PAULO ROBERTO COSTA: “*QUE, mostrada a agenda do depoente apreendida pela Polícia Federal, na parte em que consta uma lista de siglas acompanhadas de números, ele ressaltou que copiou a referida lista de uma tabela que se encontrava no escritório de Alberto Youssef; QUE normalmente Alberto Youssef não apresentava ao depoente essas tabelas de repasse de valores; QUE o depoente copiou a tabela para ter uma noção do que havia sido repassado a agentes políticos, que viviam perturbando o depoente; QUE, esclarecendo as siglas, afirma que: “5,5 Piz” significa cinco milhões e meio de reais pagos a João Pizolatti; “5,0 Ma”, significa cinco milhões e meio de reais pagos a Mário Negromonte; **5,3 “Pe” significa cinco milhões e trezentos mil reais pagos a Pedro Correa**; “4,0 Nel” significa quatro milhões de reais pagos a Nelson Meurer; “1,0 Bl” significa um milhão de reais pagos a Benedito de Lira; “7,5 Pnac” significa sete milhões e meio de reais pagos ao diretório nacional do PP; “0,65 Adv Pizz” significa 560 mil pagos a advogados de João Pizzolatti (...)*”. (fls. 57/62 do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 44**

Termo de Declarações Complementar n. 27 de ALBERTO YOUSSEF: “*QUE mostrada uma tabela constante na agenda de PAULO ROBERTO COSTA, que ora é juntada em anexo, o declarante confirma que tais valores conferem com os apontados pelo declarante; QUE confirma que PAULO ROBERTO COSTA fez tais anotações a partir de um ‘batimento de contas’ que o declarante fez com PAULO ROBERTO COSTA, em 2010, durante a campanha; QUE durante a campanha era o período que mais fizeram reuniões, pois havia muitas demandas e estavam sempre tratando do levantamento de valores; QUE a anotação “28,5 PP” significa R\$ 28,5 milhões, que era o valor que já havia sido pago ao Partido Progressista; QUE a anotação “7,5 PNAC” significa provavelmente o valor referente à QUEIROZ GALVÃO que o declarante repassou como doações oficiais, conforme já mencionado em termo anterior”* (fls. 79/87 do Inquérito n. 1992/DF) – **Doc. 23**

Portanto, PEDRO CORRÊA praticou atos de improbidade por haver engendrado o esquema ilícito enquanto em exercício de mandato parlamentar, em concerto com PAULO ROBERTO COSTA⁹⁵, ALBERTO YOUSSEF, PEDRO HENRY, JOÃO PIZZOLATTI, NELSON MEURER e MÁRIO NEGROMENTE, e o ora falecido JOSÉ JANENE, contando com o auxílio do assessor parlamentar JOÃO GENU. Aceitou e recebeu promessas de pagamento de vantagens indevidas pagas pelas empresas contratadas pela Petrobras, tendo sido fundamental para a consecução dos atos ímprobos sua condição de parlamentar integrante da cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) que alçou PAULO ROBERTO COSTA ao cargo de Diretor de Abastecimento. Mesmo após a cassação de seu mandato parlamentar, em 15/03/2006, por envolvimento no esquema criminoso denominado "Mensalão", dado o seu prestígio na agremiação partidária, prosseguiu sua atuação na sustentação política de PAULO ROBERTO COSTA, condição na qual foi mantido para "zelar" pelos interesses das empresas cartelizadas em procedimentos licitatórios e contratos no âmbito da estatal, bem como "zelar" pelos interesses da BRASKEM, pelo que, comprovado restou, haver induzido, concorrido e obtido benefício direto decorrente dos atos de improbidade praticados por PAULO ROBERTO COSTA, para si e para integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), inclusive para agentes políticos da referida agremiação detentores de mandato parlamentar federal, bem assim para a própria agremiação política.

O elemento doloso das condutas ímprobos resta patenteado pelos depoimentos dos réus colaboradores, pelos fatos elementos que demonstraram, cabalmente, o pagamento periódico de propina ao parlamentar, além de sua própria confissão. Não há dúvida de que PEDRO CORRÊA atuou ativamente para alçar e manter PAULO ROBERTO COSTA no cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras, de molde a viabilizar o esquema de corrupção político-partidário instaurado no âmbito da estatal, do qual se beneficiou diretamente, por anos a fio, mediante o recebimento de propinas pagas pelas empreiteiras cartelizadas e pela BRASKEM.

Em suma, **PEDRO CORRÊA** praticou **atos de improbidade administrativa que consubstanciam enriquecimento ilícito (art. 9º da Lei 8.429/92)** porque:

95 Em face de PAULO ROBERTO COSTA já foram promovidas as ações de improbidade n. 5006628-92.2015.404.7000, n. 5006675-66.2015.404.7000, n. 5006694-72.2015.404.7000, n. 5006695-57.2015.404.7000, 5006717-18.2015.404.7000, n. 5027001-47.2015.404.7000, n. 5011119-11.2016.404.7000 e 5051170-64.2016.404.7000. PAULO ROBERTO COSTA foi denunciado nas ações penais 5026212-82.2014.404.7000, 5083258-29.2014.404.7000, 5083351-89.2014.404.7000, 5083360-51.2014.404.7000, 5083376-05.2014.404.7000, 5083401-18.2014.404.7000, 5083838-59.2014.404.7000.

a) recebeu vantagem indevida, para si e para terceiros, no período de 2004 a 15/03/2006 em razão dos atos praticados no exercício de mandato parlamentar dirigidos a alçar PAULO ROBERTO COSTA ao cargo de direção da estatal, dando suporte político à sua permanência na Diretoria de Abastecimento e colocando seu mandato a serviço de PAULO ROBERTO COSTA, de ALBERTO YOUSSEF e das empreiteiras contratadas pela Petrobras, para que todos obtivessem desmedido locupletamento ilícito, o que, inelutavelmente caracteriza a prática de ato de ofício em infração de dever funcional. Após a perda do mandato, é partícipe dos atos de improbidade perpetrados por PAULO ROBERTO COSTA como indutor e beneficiário direto desses atos por força do artigo 3º da Lei n.º 8.429/92. O valor total em todo o período é de, ao menos, R\$ 460.636.517,60 (**art. 9º, caput e inciso I, c/c o art. 3º da Lei 8.429/92**);

b) recebeu tais vantagens das empresas ENGEVIX, GALVÃO ENGENHARIA, CAMARGO CORRÊA, UTC, OAS, MENDES JÚNIOR, QUEIROZ GALVÃO e ODEBRECHT que tinham interesses com ampla e efetiva potencialidade de ser amparado por ações ou omissões suas (**art. 9º, caput e inciso I, da Lei 8.429/92**);

As condutas do requerido em auferir vantagens indevidas também caracterizam, por consequência, **atos de improbidade administrativa que acarretaram danos ao erário no valor de, ao menos, R\$ 460.636.517,60 (art. 10, caput e incisos I e XII, da Lei 8.429/92)**.

Como já enfatizado, a totalidade da vantagem ilícita vertida ao esquema montado na Diretoria de Abastecimento constitui efetivo prejuízo ao erário, por ser indene de dúvida que o custo da propina foi repassado à Petrobras, seja por meio da cobrança de preço superior à estimativa dos contratos e aditivos celebrados no esquema envolvendo as empresas cartelizadas, seja por meio dos preços vantajosos obtidos pela BRASKEM na renegociação do contrato de fornecimento de nafta, o que evidentemente era propiciado pela própria corrupção, com o que a estatal arcou com prejuízo no valor equivalente, sendo assim este demandado responsável pela reversão do referido locupletamento ilícito, visto que ele corresponde a prejuízo evidente suportado pela Petrobras.

Também evidente que as condutas importaram em **atos de improbidade por ofensa aos princípios administrativos (art. 11, caput, da Lei 8.429/92)**, notadamente os princípios da legalidade e da moralidade, e os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

IV.2 – PEDRO HENRY

PEDRO HENRY NETO ocupou o cargo eletivo de Deputado Federal pelo Estado do Mato Grosso, por cinco mandatos consecutivos, desde 1995. Filiou-se ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) desde 2001. Na Câmara dos Deputados, foi o líder do PP entre fevereiro de 2003 e fevereiro de 2005. Foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Ação Penal n.º 470, por envolvimento no escândalo do “Mensalão”, à pena de 07 anos e 02 meses de reclusão, pela prática dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

PEDRO HENRY atuou no âmago do núcleo político do esquema e, em conjunto com os demais líderes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) dentre os quais JOSÉ JANENE, já falecido, PEDRO CORRÊA, JOÃO PIZZOLATTI, MÁRIO NEGROMONTE e NELSON MEURER, foram os responsáveis por capitanear todo o esquema em prol desse partido, com o auxílio direto de JOÃO GENU.

Além disso, não se pode deixar de enfatizar que PEDRO HENRY, como líder do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) na Câmara dos Deputados, no ano de 2004, foi um dos responsáveis por conduzir a indicação de PAULO ROBERTO COSTA para a Diretoria de Abastecimento da estatal.

Como anteriormente exposto, PEDRO CORRÊA relatou de maneira detida como se deu a nomeação de PAULO ROBERTO COSTA para a Diretoria de Abastecimento da Petrobras. Em especial, narrou que o então Deputado Federal PEDRO HENRY, na condição de líder do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) na Câmara dos Deputados, juntamente com o próprio PEDRO CORRÊA e o ora falecido JOSÉ JANENE, foi um dos encarregados para tratar, junto ao governo LULA, da participação daquela agremiação na base governista, em troca de indicações para cargos chaves da Administração Pública Federal com vistas à arrecadação de vantagens ilícitas⁹⁶. Dessa maneira, PEDRO HENRY participou das reuniões mantidas com José

96 Termo de declarações prestado por PEDRO CORRÊA no Procedimento Investigatório Criminal n.º 1.25.000.003350/2015-98, em 01/09/2016: “QUE sobre a **NOMEAÇÃO DE PAULO ROBERTO COSTA**, o colaborador afirmou que no início do mandato do LULA, a bancada do PP, antes da posse no Congresso Nacional, por volta do dia 10/12 de fevereiro de 2003, se reuniu no Hotel Nacional onde se acertou que a agremiação iria participar do Governo LULA. Essa reunião iria definir o líder da agremiação e a aprovação ou não a base do novo governo. Foi definido que o líder do partido seria o Deputado Federal PEDRO HENRY. O colaborador era o 2 Vice do PP, mas de fato era o presidente, pois MALUF não tinha tempo para se dedicar a agremiação. Foi feita uma reunião com JOSE DIRCEU e JOSÉ GENUÍNO, com ciência de LULA, para nomeação

Dirceu e seus assessores para tratar dos cargos visados pela agremiação, inclusive a nomeação de PAULO ROBERTO COSTA, primeiramente para a TBG e, depois, para a Diretoria de Abastecimento da Petrobras. Nesse íterim, PEDRO HENRY também compareceu nas reuniões havidas com Rogério Manso, precedente diretor da estatal, que a agremiação tentou cooptar para a pretendida arrecadação de vantagens ilícitas. Por derradeiro, PEDRO HENRY participou da reunião com o então presidente da República LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA na qual, em meio ao trancamento da pauta da Câmara dos Deputados, o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) logrou obter a nomeação de PAULO ROBERTO COSTA para a Diretoria de

*de cargos no interesse do PP para arrecadar propinas. Nessa época, o PP indicou PAULO ROBERTO COSTA para a TGB; houve uma queda do orçamento do TGB por imposição da PETROBRAS, e o recurso arrecadado pelo PP era muito pouco, ao que se lembra por volta de R\$ 200 mil reais por mês para toda a agremiação; assim, havia a necessidade de melhor arrecadação; os recursos arrecadados pelo PP eram gerenciados por JOSE JANENE. (...) **Ocorreu uma reunião no gabinete de JOSÉ GENUÍNO, com a presença de PEDRO CORREA, PEDRO HENRY, SILVO PEREIRA e JOSÉ JANENE.** Houve outra reunião com JOSÉ DIRCEU, SILVIO PEREIRA, MARCELO SERENO, SANDRA CABRAL para discutir cargos de interesse do PP; o que era consenso, JOSÉ DIRCEU definia; na hipótese de dissenso, o que ocorria na maioria das indicações, as definições eram feitas por LULA; a nomeação de PAULO ROBERTO COSTA para a TBG foi por consenso; para a DIRETORIA DA PETROBRAS a nomeação de PAULO ROBERTO COSTA passou por alguma etapas; PAULO ROBERTO COSTA havia atendido os interesses do PP na TBG, e, por isso, a iniciativa da indicação para a Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS; A partir do pleito da Diretoria de Abastecimento, o governo, por meio de JOSÉ DIRCEU, ponderou com o PP que este aproveitasse ROGÉRIO MANSO, Diretor de Abastecimento da época, o qual ficaria na cota de nomeações do partido, para que ele fosse apadrinhado pelo PP e que, para tanto, ele atenderia a necessidade de arrecadação de recursos do PP junto às empresas que prestavam serviços para a referida diretoria. Havia um compromisso com o responsável pela transição do governo FHC e o Ministro PALLOCCI para que ROGÉRIO MANSO permanecesse mais um ano na Diretoria de Abastecimento. **Foi marcada uma reunião com ROGÉRIO MANSO em 2003, para que este atendesse JANENE, PEDRO CORREA e PEDRO HENRY.** Esta reunião ocorreu na PETROBRAS e foi ruim, porque ROGÉRIO MANSO se negou a conversar qualquer assunto com aquele grupo de Parlamentares. Este mesmo grupo, mais uma vez representando a bancada, voltou ao Ministro JOSÉ DIRCEU para dizer que não aceitava o apadrinhamento de ROGÉRIO MANSO, pois este não servia para ser apadrinhado pelo PP, por isso não aceitaria a entrada dele na sua cota, já que não atenderia às intenções arrecadatórias do Partido. O Ministro JOSÉ DIRCEU insistiu que o grupo voltasse a ser reunir com ROGÉRIO MANSO, dizendo que "o Manso não entendeu o recado que mandei para ele, vou ligar pessoalmente e marcar uma nova visita dos líderes do PP". **Marcada a reunião, por JOSÉ DIRCEU, o grupo do PP, agora acompanhado do também Deputado JOÃO PIZZOLATTI (SC), voltou à PETROBRAS.** Esta segunda reunião foi ainda pior do que a primeira, pois, desta vez, além de levarem um "chá de cadeira", receberam do Dr. ROGÉRIO MANSO a seguinte resposta: "entendi a ordem do Ministro JOSÉ DIRCEU, só que não fui nomeado para este cargo para cumprí-la". Após esta segunda reunião, o relacionamento de aproximação do partido PP com o governo que já estava tenso, ficou ainda pior e, diante da resposta de ROGÉRIO MANSO, finalmente o governo abriu a oportunidade para que o PP indicasse um nome para assumir a Diretoria de Abastecimento. Ai o PP indicou o nome de PAULO ROBERTO COSTA. Era o que o PP queria, indicar uma pessoa de confiança para viabilizar a arrecadação de propina. O Governo realizava a nomeação exatamente para este fim, viabilizando a continuidade da base aliada. Após a indicação, durou aproximadamente de 06 meses para que PAULO fosse nomeado. O governo "ficou cozinhando". O governo também fez isso com outros partidos que pretendia cooptar para a base: PP, PTB e PL. Em razão da demora, os partidos, juntos, resolveram obstruir a pauta da Câmara dos Deputados, que durou cerca de 3 meses. Nesse período, 17 Medidas Provisórias ficaram trancando a pauta. **Em mais uma reunião de cobrança ao Ministro JOSÉ DIRCEU, com a presença PEDRO CORREA, PEDRO HENRY e JOSE JANENE, o ministro confessou que já tinha feito tudo que podia, dentro do governo, para cumprir a promessa de nomeação de PAULO ROBERTO, como de outros cargos, em compromisso com o PP. Naquele momento, estaria fora da sua alçada de poder a solução daquela nomeação e que somente***

Abastecimento da Petrobras, tudo como detidamente exposto no item III.1.

A atuação de PEDRO HENRY no esquema criminoso e ímprobo estabelecido no âmbito da Diretoria de Abastecimento da Petrobras foi confirmada por PAULO ROBERTO COSTA⁹⁷, que, ao ser indagado a respeito das pessoas com quem mantinha contato no âmbito político, respondeu: “No PP, Pedro Correia, tivemos alguns contatos, com o deputado, na época acho que era até o presidente do partido, o Pedro Henry, os principais no início eram esses’.

Neste contexto, uma parte das vantagens ilícitas foi recebida por PEDRO HENRY, de forma dissimulada, como doações eleitorais oficiais feitas pela CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A e pela JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS.

Registre-se inicialmente que cumprindo ordens dos integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), ALBERTO YOUSSEF procurou OTHON ZANOIDE DE MORAES FILHO, Diretor Geral da CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO, em 2010, com vistas a obter doações eleitorais para aquela agremiação, o que se efetivou em favor do Diretório Nacional

no 3º andar, com o Presidente LULA, seria resolvido isso. Somente LULA teria força para resolver essa nomeação. O Presidente LULA tinha conhecimento de que a manutenção do PP na base aliada dependeria da nomeação da Diretoria, sabendo que o interesse era financeiro e arrecadatário, pois esta era a base inicial de negociação com o Governo. O Presidente LULA estava preocupado com a paralisação da pauta no Congresso Nacional e com a base aliada; na época, até o PT queria arrecadar na Diretoria de Abastecimento; o presidente LULA tinha ciência inequívoca que o interesse do PP era arrecadar propinas na Diretoria de Abastecimento; **Foi marcada a reunião, no gabinete e na presença do Presidente LULA, estavam presentes o COLABORADOR PEDRO CORREA, o ex-deputado e líder do PP PEDRO HENRY, o ex-deputado e tesoureiro do PP JOSÉ JANENE, o Ministro das Relações Institucionais ALDO REBELLO, o Ministro da Casa Civil JOSÉ DIRCEU e o então Presidente da Petrobrás JOSÉ EDUARDO DUTRA.** Nesta reunião, o principal diálogo que se deu entre o Presidente LULA e o então Presidente da Petrobrás JOSÉ EDUARDO DUTRA foi relacionado a demora na nomeação de PAULO ROBERTO COSTA. LULA questionou a demora para a nomeação de PAULO ROBERTO COSTA por JOSÉ EDUARDO DUTRA, o qual disse que essa cabia ao Conselho de Administração da PETROBRAS. Na ocasião, LULA disse a DUTRA para mandar um recado aos conselheiros que se PAULO ROBERTO COSTA não estivesse nomeado em uma semana, ele iria demitir e trocar os conselheiros da PETROBRAS. Na ocasião, DUTRA informou que entendia a posição do Conselho, e que não era da tradição da Petrobrás, assim sem mais nem menos, trocar um diretor. De imediato, LULA rebateu e disse que se fosse pensar em tradição, nem DUTRA era Presidente da PETROBRAS, nem ele era Presidente da República. LULA reafirmou que se não fosse feita a nomeação de PAULO ROBERTO COSTA iria demitir o Conselho da PETROBRAS. Pouco tempo depois da reunião, foi nomeado PAULO ROBERTO COSTA diretor da Diretoria de Abastecimento e o PP abandonou a obstrução da pauta do Congresso. (...) **Depois, houve novas cobranças ao presidente LULA, em reuniões do Conselho Político, o PP pedia atendimento aos interesses políticos e arrecadatários. LULA dizia sempre que “Paulinho” (PAULO ROBERTO COSTA) lhe passava a informação que o PP estava muito bem atendido. Em uma reunião do Conselho Político, os integrantes do PP foram cobrar o Presidente LULA, pois queriam presença em um Ministério. Na oportunidade presenciaram o diálogo: o COLABORADOR, JANENE, PEDRO HENRY e JOSÉ DIRCEU. A resposta de LULA foi incisiva: “Você têm uma diretoria muito importante, estão muito bem atendidos financeiramente. Paulinho tem me dito” - Doc. 12.** Depoimento judicial prestado por PEDRO CORRÊA na Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000, em 12/01/2017 - **Doc. 13.**

97 Depoimentos de Pedro Correa, Paulo Roberto Costa e Pedro Barusco 5046512-94.2016.404.7000 – **Doc. 140.**

do partido no importe total de R\$ 2.740.000,00⁹⁸, por meio do grupo empresarial Queiroz Galvão, especificamente das empresas CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A e VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S/A, por meio de transferências feitas entre julho e setembro de 2010.

Tais fatos foram corroborados por *e-mails* trocados entre ALBERTO YOUSSEF e OTHON ZANOIDE DE MORAES FILHO, nos quais foram tratadas essas doações⁹⁹, e detalhadamente narrados nas declarações prestadas pelo réu colaborador ALBERTO YOUSSEF¹⁰⁰.

Registra-se que, além do pagamento de propina dissimulado sob a forma de doação feita ao Diretório Nacional do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), a CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A efetuou ainda outras várias doações diretamente para os candidatos, como é o caso de PEDRO HENRY, que recebeu o importe de R\$ 100.000,00, em 23/08/2010¹⁰¹.

Da mesma forma, cumprindo ordens dos integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), ALBERTO YOUSSEF procurou CRISTIAN JATY SILVA, em 2010, com vistas a obter doações eleitorais para candidatos daquela agremiação, o que se efetivou por meio da empresa JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS em favor de oito candidatos, entre os quais PEDRO HENRY, que recebeu doação no importe de R\$ 100.000,00, em 11/08/2010. O valor total das doações da empresa JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS para todos os candidatos do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) atingiu o importe total de R\$ 2.035.000,00¹⁰².

Tais fatos foram corroborados por *e-mails* trocados entre ALBERTO

98 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 32**

99 **Doc. 70.**

100 Termo de Declarações Complementar n. 07 de ALBERTO YOUSSEF afirmou: “*QUE mostrado ao declarante o e-mail do dia 30 de agosto de 2010, a partir da conta pauloioia58@hotmail.com, o declarante confirma que se trata deste repasse de vantagens indevidas; QUE em relação ao e-mail do dia 17 de agosto de 2010, com o assunto 'conta doação de campanha – primo', o declarante informa que está repassando a conta do Diretório Nacional do PP para pagamento pelo QUEIROZ GALVÃO; QUE em seguida há outro e-mail, datado de 30/08/2010, em que OTHON ZANOIDE solicita os recibos faltantes, em nome do PP DA BAHIA (R\$ 500.000,00), ALINE CORREA (250.000,00) ROBERTO TEIXEIRA (250.000,00), NELSON MEURER (500.000,00), PP DE PERNAMBUCO (R\$ 100.000,00), ROBERTO BRITO (R\$ 100.000,00), DIRETORIA NACIONAL P. PROGRESSISTA (R\$2.040.000) e PMDB DE RONDÔNIA (R\$ 300.000,00); QUE esta lista é dos recibos faltantes, ou seja, das pessoas que tinham recebido os valores da QUEIROZ GALVÃO, como doação 'oficial', mas que ainda não haviam enviado seus recibos para a construtora; (...) QUE em relação ao e-mail do dia 22 de outubro de 2010, nesse e-mail o declarante está enviando a OTHON ZANOIDE o endereço de NELSON MEURER, para que a construtora enviasse o documento original de doação; QUE questionado se todas estas pessoas que receberam tais valores tinham consciência de que os valores foram repassados do esquema da PETROBRAS, o declarante respondeu que 'com certeza'” (fls. 47/51 do Inquérito n. 3994/DF) – **Doc. 71.***

101 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 15**

102 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 16**

YOUSSEF e CRISTIAN JATY SILVA, um dos diretores da empresa, nos quais foram tratadas essas doações¹⁰³, e detalhadamente narrados nas declarações prestadas pelo réu colaborador ALBERTO YOUSSEF¹⁰⁴. Por seu turno, os diretores da empresa JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS confirmaram a solicitação de vantagem indevida por parte de ALBERTO YOUSSEF¹⁰⁵.

Portanto, PEDRO HENRY praticou atos de improbidade por haver engendrado o esquema ilícito em concerto com PAULO ROBERTO COSTA¹⁰⁶, ALBERTO YOUSSEF, PEDRO CORREA, NELSON MEURER, JOÃO PIZZOLATTI e MÁRIO NEGRMONTE, enquanto em exercício de mandato parlamentar. Aceitou e recebeu promessas de pagamento de vantagens indevidas pagas pelas empresas contratadas pela Petrobras, tendo sido fundamental para a consecução dos atos ímprobos sua condição de parlamentar integrante da cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) que alçou PAULO ROBERTO COSTA ao cargo de Diretor de Abastecimento. Ademais, atuou na sustentação política de PAULO ROBERTO COSTA, condição na qual foi mantido para “zelar” pelos interesses das empresas cartelizadas em procedimentos licitatórios e contratos no âmbito da estatal, bem como “zelar” pelos interesses da BRASKEM, pelo que, comprovado restou, haver induzido, concorrido e obtido

103 **Doc. 72.**

104 *“QUE na campanha de 2010, PIZZOLATTI também recebeu doação de campanha da empresa Jaraguá e o declarante confirma que estes valores eram também dinheiro de propina; QUE questionado ao declarante sobre o e-mail enviado no dia 30/08/2011 às 14:17, pelo e-mail “Paulo ggoia” <paulogoia58@hotmail.com> para <cristian.silva@jaraguaequipamentos.com>, com o assunto “prestação_de_contas_primo”, em que o declarante escreveu “boa tarde obrigado pelas doações aguardo os dados para emitir os recibos abraço”, confirma que se trata de valores de propina referentes a contratos da RNEST que a Jaraguá possuía com a PETROBRAS; QUE confirma que em seguida CRISTIAN enviou os dados da empresa JARAGUÁ para emissão dos recibos, pois se tratava de propina paga por meio de doações oficiais; Que CRISTIAN SILVA era vice-presidente ou diretor da JARAGUÁ; Que teve contato com CRISTIAN por várias vezes, tanto no escritório da Jaraguá em Alphaville, como no escritório do declarante na Av. São Gabriel; Que na de 2010, informado ao declarante que a Jaraguá doou para outros candidatos do PARTIDO PROGRESSISTA, como MÁRIO NEGROMONTE, MÁRIO NEGROMONTE FILHO, LUIZ FERNANDO RAMOS DE FARIA, ROBERTO BRITTO, ALINE CORREA, ROBERTO TEIXEIRA e questionado se tais doações foram referentes ao pagamento de propina, declarou que sim, referente a um único contrato, que era na RNEST; QUE questionado se tais parlamentares sabiam que as doações eram pagamento de propina, responde por sim”.* (fls. 348/349 do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 73.**

105 Os diretores da JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, NASARENO DAS NEVES, RICARDO PINTO KORPS, WAGNER OTHERO e CRISTIAN JATY SILVA, prestaram depoimentos nesse sentido (fls. 351/353, 356/358, 382/384 e 732/735 do Inquérito n. 3992/DF). NASARENO DAS NEVES, inclusive, tem registro de entrada no escritório de ALBERTO YOUSSEF em 14/01/2012 (Informação Policial n. 116/2015, fls. 798/805 do Inquérito n. 3992/DF) – **Docs. 74, 75, 76, 77 e 78.**

106 Em face de PAULO ROBERTO COSTA já foram promovidas as ações de improbidade n. 5006628-92.2015.404.7000, n. 5006675-66.2015.404.7000, n. 5006694-72.2015.404.7000, n. 5006695-57.2015.404.7000, 5006717-18.2015.404.7000, n. 5027001-47.2015.404.7000, n. 5011119-11.2016.404.7000 e 5051170-64.2016.404.7000. PAULO ROBERTO COSTA foi denunciado nas ações penais 5026212-82.2014.404.7000, 5083258-29.2014.404.7000, 5083351-89.2014.404.7000, 5083360-51.2014.404.7000, 5083376-05.2014.404.7000, 5083401-18.2014.404.7000, 5083838-59.2014.404.7000.

benefício direto decorrente dos atos de improbidade praticados por PAULO ROBERTO COSTA, para si e para integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), inclusive para agentes políticos da referida agremiação detentores de mandato parlamentar federal, bem assim para a própria agremiação política.

O elemento doloso das condutas ímprobas resta patenteado pelos depoimentos dos réus colaboradores e pelos fatos elementos que demonstraram, cabalmente, a propina recebida de forma dissimulada como doações eleitorais “oficiais” feitas em favor do parlamentar. Não há dúvida de que PEDRO HENRY atuou ativamente para alçar e manter PAULO ROBERTO COSTA no cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras, de molde a viabilizar o esquema de corrupção político-partidário instaurado no âmbito da estatal, do qual se beneficiou diretamente, por anos a fio, mediante o pagamento de propinas pagas pelas empreiteiras cartelizadas e pela BRASKEM.

Em suma, **PEDRO HENRY** praticou **atos de improbidade administrativa que consubstanciam enriquecimento ilícito (art. 9º da Lei 8.429/92)** porque:

a) recebeu vantagem indevida, para si e para terceiros, no período de 2004 a 2014, em razão dos atos praticados no exercício de mandato parlamentar dirigidos a alçar PAULO ROBERTO COSTA ao cargo de direção da estatal, dando suporte político à sua permanência na Diretoria de Abastecimento e colocando seu mandato a serviço de PAULO ROBERTO COSTA, de ALBERTO YOUSSEF e das empreiteiras contratadas pela Petrobras, para que todos obtivessem desmedido locupletamento ilícito, o que, inelutavelmente caracteriza a prática de ato de ofício em infração de dever funcional, no valor de ao menos R\$ 460.636.517,60 (**art. 9º, caput e inciso I, da Lei 8.429/92**);

b) recebeu tais vantagens das empresas ENGEVIX, GALVÃO ENGENHARIA, CAMARGO CORRÊA, UTC, OAS, MENDES JÚNIOR, QUEIROZ GALVÃO e ODEBRECHT que tinham interesses com ampla e efetiva potencialidade de ser amparado por ações ou omissões suas (**art. 9º, caput e inciso I, da Lei 8.429/92**);

As condutas do requerido em auferir vantagens indevidas também caracterizam, por consequência, **atos de improbidade administrativa que acarretaram danos ao erário no valor de, ao menos, R\$ 460.636.517,60 (art. 10, caput e incisos I e XII, da Lei 8.429/92)**.

Como já enfatizado, a totalidade da vantagem ilícita vertida ao esquema montado na Diretoria de Abastecimento constitui efetivo prejuízo ao erário, por ser indene

de dúvida que o custo da propina foi repassado à Petrobras, seja por meio da cobrança de preço superior à estimativa dos contratos e aditivos celebrados no esquema envolvendo as empresas cartelizadas, seja por meio dos preços vantajosos obtidos pela BRASKEM na renegociação do contrato de fornecimento de nafta, o que evidentemente era propiciado pela própria corrupção, com o que a estatal arcou com prejuízo no valor equivalente, sendo assim este demandado responsável pela reversão do referido locupletamento ilícito, visto que ele corresponde a prejuízo evidente suportado pela Petrobras.

Também evidente que as condutas importaram em **atos de improbidade por ofensa aos princípios administrativos (art. 11, caput, da Lei 8.429/92)**, notadamente os princípios da legalidade e da moralidade, e os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

IV.3 – JOÃO ALBERTO PIZZOLATTI JÚNIOR

JOÃO ALBERTO PIZZOLATTI JÚNIOR ocupou o cargo eletivo de Deputado Federal pelo Estado de Santa Catarina desde 1995, por cinco mandatos consecutivos, não se tendo candidatado nas eleições de 2014, em virtude da Lei Complementar n.º 135/2010. Filiou-se ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) desde 2003. Na Câmara dos Deputados, foi o líder do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) entre fevereiro de 2010 e fevereiro de 2011. Atualmente ocupa o cargo comissionado de Secretário Extraordinário de Promoção de Investimentos – SEPIN, para o qual foi nomeado em 06/02/2017 por correligionária, a governadora SUELY CAMPOS¹⁰⁷.

Inicialmente, registra-se que os fatos caracterizadores de improbidade

107 Em 06/02/2017 PIZZOLATTI foi exonerado da Secretaria de Estado Extraordinária de Relações Institucionais e, na mesma data, nomeado para a Secretaria Extraordinária de Promoção de Investimentos do Estado de Roraima. JOÃO ALBERTO PIZZOLATTI JÚNIOR reside no interior de Santa Catarina, no extremo oposto do território brasileiro. Nessas circunstâncias, sua nomeação para o cargo comissionado em questão tem todas as características de ser apenas uma formalidade para garantir-lhe prerrogativa de foro perante tribunais, como ressaltaram várias matérias jornalísticas: <http://oglobo.globo.com/brasil/ex-deputado-por-sc-arruma-emprego-em-roraima-para-escapar-de-investigacao-da-lava-jato-no-pr-15368152>.

A Governadora do Estado de Roraima, SUELY CAMPOS, é esposa do ex-governador NEUDO CAMPOS, condenado a 13 (treze) anos de reclusão por envolvimento no chamado “Escândalo dos Gafanhotos”, consistente no desvio milionário, por meio de “funcionários fantasmas”, de recursos públicos federais transferidos ao Estado de Roraima, entre os anos de 1998 e 2003, o qual foi alvo da “Operação Praga do Egito”, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal: <http://www.bvnews.com.br/noticia.php?intNotID=7581> – Docs. 45 e 46.

administrativa imputada ao demandado JOÃO PIZZOLATTI nesta Ação Civil Pública também foram objeto de denúncia na esfera penal, perante o Supremo Tribunal Federal¹⁰⁸.

JOÃO PIZZOLATTI atuou no âmago do núcleo político do esquema e, em conjunto com os demais líderes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) dentre os quais PEDRO CORRÊA, JOSÉ JANENE, já falecido, PEDRO HENRY, MÁRIO NEGROMONTE e NELSON MEURER, foram os responsáveis por capitanear todo o esquema em prol desse partido, com o auxílio direto de JOÃO GENU.

Além disso, não se pode deixar de enfatizar que JOÃO PIZZOLATTI, como figura de destaque da cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), no ano de 2004, foi um dos responsáveis pela nomeação de PAULO ROBERTO COSTA para a Diretoria de Abastecimento da estatal, conforme acima já relatado.

Entre 2004 e 2014, JOÃO PIZZOLATTI recebeu vantagens indevidas oriundas de contratos firmados no âmbito da Diretoria de Abastecimento da Petrobras, diretamente do doleiro ALBERTO YOUSSEF ou por meio de intermediários, em Santa Catarina, Brasília/DF e São Paulo/SF.

O réu colaborador RAFAEL ÂNGULO LOPEZ, empregado do doleiro ALBERTO YOUSSEF, descreveu minuciosamente em suas declarações como eram feitos os repasses aos parlamentares nos escritórios localizados em São Paulo/SP¹⁰⁹. Ademais,

108 Denúncia – **Doc. 147**.

109 Termo de Declarações n. 19 de RAFAEL ANGULO LOPEZ: “Que no início, em meados de 2008 a meados de 2009, o declarante começou a ver os referidos políticos irem ao escritório da Rua Tabapuã, de ALBERTO YOUSSEF, buscar dinheiro; Que os que mais frequentavam nesta localidade eram PEDRO CORREA e JOÃO PIZZOLATTI; Que algumas vezes ia também NELSON MEURER, nesta época; Que neste escritório a maior frequência eram destes três personagens; Que em 2009 o escritório de YOUSSEF se mudou para a Av. São Gabriel; Que neste escritório iam buscar dinheiro com maior frequência os mesmos políticos, ou seja, PEDRO CORREA, JOÃO PIZZOLATI e NELSON MEURER; Que a partir de então passou a ver também MARIO NEGROMONTE com bastante frequência; Que estes quatro frequentavam o escritório de YOUSSEF com bastante frequência; Que questionado se o declarante viu YOUSSEF entregar valores a tais políticos, responde que sim; Que solicitado ao declarante que esclarecesse como se dava tal entrega, respondeu que tais políticos se reuniam inicialmente com ALBERTO YOUSSEF; Que, em seguida, ALBERTO YOUSSEF pedia para o declarante separar determinada quantia em dinheiro e colocar em envelopes ou sacolas de shopping ou de mercado; Que em seguida o declarante entregava tais envelopes ou sacolas com dinheiro em espécie para ALBERTO YOUSSEF na frente dos políticos; Que YOUSSEF entregava, em seguida, a quantia para o político, na frente do declarante, ou já pedia para o declarante entregar diretamente para o político; Que o declarante esclarece que, por vezes, alguns políticos já iam ao escritório portando uma maleta de viagem de bordo ou pastas; Que além dos políticos, também ia buscar dinheiro MERCEDÃO, ou seja, JOÃO GENU; Que questionado quem levava as maletas de bordo ou pastas, o declarante esclarece que era PEDRO CORREA, JOÃO PIZZOLATI e, posteriormente, JOÃO LUIZ ARGOLLO; Que questionado ao declarante quais os valores entregues a tais políticos, responde que era, em média, entre R\$ 50.000,00 e R\$ 200.000,00; Que por vezes pagavam valores menores, tais como R\$ 10.000,00, ou maiores, tais como R\$ 300.000,00; Que o valor entregue dependeria da frequência com que o político ia ao escritório; Que, esclarecendo, alguns políticos iam duas vezes por semana e saíam com valores menores e outros iam menos vezes e levavam maiores quantias” -

consoante o depoimento do réu colaborador CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA ("CEARÁ"), empregado do doleiro ALBERTO YOUSSEF, o então Deputado Federal JOÃO PIZZOLATTI comparecia aos escritórios do doleiro em São Paulo/SP com frequência, preferindo retirar pessoalmente sua parte da propina para evitar a cobrança da comissão pelo transporte dos valores para outros estados¹¹⁰. A corroborar, verifica-se que há registro de ingresso do então parlamentar nos escritórios de ALBERTO YOUSSEF nas datas de 08/02/2011, 22/02/2011, 01/03/2011, 15/03/2011, 22/03/2011, 29/03/2011, 06/04/2011, 19/04/2011, 05/05/2011, 12/05/2011, 07/06/2011, 14/06/2011, 20/07/2011, 01/09/2011, 06/09/2011, 20/09/2011, 27/09/2011, 04/10/2011, 11/10/2011, 19/10/2011, 16/11/2011, 24/11/2011, 16/02/2012, 24/04/2012¹¹¹, o que significa acessos semanais ou quinzenais no período compreendido entre fevereiro de 2011 e abril de 2012. Na visita feita em 20/09/2011, JOÃO PIZZOLATTI foi acompanhado do seu correligionário, Deputado Federal LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA¹¹², que também recebia propina no esquema criminoso¹¹³.

Outras tantas vezes, o pagamento da propina a JOÃO PIZZOLATTI foi realizado em Santa Catarina, seu estado de origem, por meio de RAFAEL ÂNGULO LOPEZ e CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA ("CEARÁ")¹¹⁴. A corroborar, verificou-se o registro de

Doc. 28.

110 Termo de Colaboração n. 02, CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA, conhecido como "CEARÁ", um dos entregadores dinheiro de ALBERTO YOUSSEF, afirmou: "QUE o declarante conheceu JOÃO PIZZOLATTI no escritório de ALBERTO YOUSSEF localizado na Rua São Gabriel, no Itaim Bibi, em São Paulo; QUE JOÃO PIZZOLATTI era frequentador assíduo desse escritório; QUE JOÃO PIZZOLATTI ia ao escritório de ALBERTO YOUSSEF pegar dinheiro em espécie; QUE JOÃO PIZZOLATTI preferia ir pessoalmente pegar dinheiro no escritório de ALBERTO YOUSSEF para não pagar a comissão de transporte dos valores cobrada por ALBERTO YOUSSEF; QUE ALBERTO YOUSSEF cobrava uma comissão de 3% pelo transporte dos valores, repassando ao declarante, quando este realizava a entrega do dinheiro, 1,5% a 2,0%" (fls. 02/05 do Apenso V do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 47.**

111 Informação Policial n. 93/2015 de fls. 646/647 do Inquérito n. 3992/DF - **Doc. 48.**

112 Informação Policial n. 85/2015 – fls. 491/495 do Inquérito n. 3992/DF - **Doc. 49.**

113 Termo de Declarações Complementar n. 02 de ALBERTO YOUSSEF assegurou que o parlamentar em questão recebia periodicamente propina do esquema: "QUE conhece o deputado LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA; QUE sempre que foi levar a Brasília dinheiro arrebanhado de obras da Petrobras para o Partido PP, via o LUIZ FERNANDO retirar valores do líder do Partido; QUE ou LUIZ FERNANDO já estava presente ou chegava logo em seguida para retirar os valores; QUE, inclusive, viu o deputado LUIZ FERNANDO retirando valores em espécie; QUE LUIZ FERNANDO era um dos deputados que recebia valores mensalmente das obras da Petrobras; Que não sabe a quantia exata que LUIZ FERNANDO retirava; QUE questionado quantas vezes o viu nestas circunstâncias, afirma que 'todas as vezes que foi lá o encontrou'; QUE, em outras palavras, todas as vezes que o declarante foi pessoalmente o Deputado LUIZ FERNANDO FARIA estava presente; Que tais entregas ocorreram na casa de JOSÉ JANENE e depois na casa de JOÃO PIZOLLATI, em seus apartamentos funcionais em Brasília" - **Doc. 50.**

114 Termo de Declarações n. 19 de RAFAEL ANGULO LOPEZ: "Que as entregas de dinheiro para PIZZOLATTI feitas pelo declarante foram na residência dele, em Balneário Camboriú, por duas vezes; Que PIZZOLATTI morava próximo do mar; Que consultando as suas anotações, verifica que o apartamento se situava na Av. Atlântica, 4410, apt. 802, tel 47 33676735; Que na primeira oportunidade entregou o dinheiro na hora do almoço; Que foi PIZZOLATTI quem atendeu o declarante; Que o declarante foi ao banheiro, retirou o valor,

quatro viagens de RAFAEL ÂNGULO LOPEZ a Santa Catarina em 2009 e 2011¹¹⁵. CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA ("CEARÁ") também realizou entregas em Santa Catarina, o que foi facilitado pelo fato de residir no Balneário Camboriú/SC na época, consoante os inúmeros registros de voo que fez com destino a Santa Catarina¹¹⁶.

A corroborar o pagamento de propina em espécie para o então Deputado Federal JOÃO ALBERTO PIZZOLATTI JÚNIOR, planilha elaborada por RAFAEL ÂNGULO LOPEZ e intitulada "Transcareca", relativa às entregas feitas por JAYME ALVES DE OLIVEIRA FILHO ("CARECA"), registra, nas datas de 18/05/2011 e 24/05/2011, os pagamentos de R\$

inseriu em um envelope, colocou na pasta do declarante e, na sala do apartamento, entregou o envelope nas mãos de PIZZOLATTI; Que em seguida o declarante foi embora; Que na segunda oportunidade em que entregou valores na residência de PIZZOLATTI, estava também a filha dele e a esposa; Que nesta vez disse a PIZZOLATTI que precisava entregar um documento a ele e que queria conversar sobre este documento em particular; Que então foram para um quarto, o declarante tirou a quantia do corpo em frente de PIZZOLATTI e entregou em seguida a quantia para ele; Que PIZZOLATTI colocou a quantia em um móvel deste quarto; Que este quarto possuía detalhes femininos, com cores e detalhes rosas, ao que se recorda; Que inclusive nesta oportunidade JOÃO PIZZOLATTI chamou o declarante para jantar em um restaurante próximo à residência dele e foram caminhando para tal local; Que o declarante jantou com PIZZOLATTI, a filha e a esposa dele; Que todos os políticos já sabiam como o declarante fazia tais entregas; Que todos os políticos chamavam o declarante pela alcunha de VEIO; Que consultando seus apontamentos, que ora junta, recorda-se que fez uma entrega, em benefício de PIZZOLATTI, para uma pessoa de prenome NILO que utilizava o telefone 47 91124001 e 47 33676352; Que o endereço de entrega foi Av. Brasil, 664, ap. 404; Que reconhece este prédio como sendo o indicado na fotografia cuja cópia é juntada, extraída do google street view; Que não se recorda da pessoa de NILO; Que também levou várias vezes quantias para JOÃO PIZZOLATTI na sala VIP do aeroporto de Congonhas; Que conforme mencionado acima, fez entregas no apartamento funcional de JOÃO PIZZOLATTI em Brasília; Que em diversas destas entregas JOÃO PIZZOLATTI estava reunido com NELSON MEURER, MÁRIO NEGROMONTE, JANENE e PEDRO CORREA, ou todos ou apenas alguns destes; Que por uma ou duas vezes JOÃO PIZZOLATTI mandava alguém buscar o declarante no aeroporto de Brasília, oportunidade em que o declarante já colocava o dinheiro em uma bolsa que se encontrava atrás do banco do motorista; Que não conhecia a pessoa que dirigiu o veículo nesta oportunidade" - Doc. 28 (fls. 234/235 do Apenso I do Inquérito n. 3992/DF).

Termo de Colaboração n. 02 de CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA ("CEARÁ"): "QUE o declarante chegou a efetuar três ou quatro entregas de dinheiro a JOÃO PIZZOLATTI em Balneário Camboriú/SC; QUE JOÃO PIZZOLATTI morava em um apartamento na Avenida Atlântica, número aproximado 4000, oitavo andar, Edifício Nobless, em Balneário Camboriú/SC, onde ocorreram as entregas de dinheiro; QUE nessas oportunidades o declarante entregou o dinheiro pessoalmente a JOÃO PIZZOLATTI; QUE, em uma dessas entregas efetuadas em Balneário Camboriú/SC, ALBERTO YOUSSEF solicitou que o depoente trocasse reais por euros e francos suíços; QUE o depoente efetuou o câmbio e entregou os euros e francos suíços à esposa de JOÃO PIZZOLATTI; QUE os reais que sobraram o declarante entregou alguns dias depois pessoalmente a JOÃO PIZZOLATTI; QUE essas entregas ocorreram em datas das quais o declarante não se recorda; QUE, no entanto, o declarante se lembra de que as entregas ocorreram no ano em que a filha de JOÃO PIZZOLATTI estudava na Suíça, na escola TESIS, pois os euros e francos suíços entregues à esposa de JOÃO PIZZOLATTI destinavam-se a custear uma visita dela à filha; QUE, na ocasião em que o declarante entregou as moedas estrangeiras à esposa de JOÃO PIZZOLATTI, ela inclusive afirmou que iria entregar o marido à Polícia Federal, em razão de desentendimentos pessoais de longo tempo com ele e por saber que aquilo 'era dinheiro roubado'; (...) QUE o declarante fez apenas uma entrega de dinheiro a JOÃO PIZZOLATTI em Blumenau/SC; QUE JOÃO PIZZOLATTI morava em um apartamento de cobertura em Blumenau/SC, de cujo endereço o declarante não se recorda; QUE a entrega de dinheiro realizada pelo declarante em Blumenau/SC ocorreu em 2010; QUE o dinheiro, nessa oportunidade, foi entregue pessoalmente a JOÃO PIZZOLATTI; QUE os valores das entregas de dinheiro realizadas pelo declarante em favor de JOÃO PIZZOLATTI eram de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) ou R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); QUE

415.000,00 e R\$ 170.000,00, respectivamente, para beneficiário apontado como “Band Jp”¹¹⁷, a respeito da qual o réu colaborado RAFAEL ÂNGULO LOPEZ afirmou: “Que JOÃO PIZZOLATTI era identificado na planilha em geral como Band JP, especialmente para diferenciar de JOÃO PROCÓPIO, que tinha como apelido Vô ou JP”¹¹⁸.

Segundo os depoimentos dos réus colaboradores RAFAEL ÂNGULO LOPEZ¹¹⁹ e ALBERTO YOUSSEF¹²⁰, o motorista de JOÃO PIZZOLATTI¹²¹ presenciou a entrega de valores ao então Deputado Federal, tendo-se deslindado que, além disso, o motorista Osnildo Theis também recebeu parte das vantagens indevidas em suas contas bancárias pessoais, no importe de R\$ 131.695,00, mediante 62 operações realizadas entre 2006 e 2014, valendo destacar que a sua única fonte de renda declarada era a Câmara dos Deputados, consoante suas declarações de imposto de renda e Dossiê Integrado da Receita Federal do Brasil, não havendo explicação para tais movimentações sem origem identificada¹²².

Por outro lado, entre 2006 e 2014, ao menos R\$ 330.600,38 das vantagens ilícitas recebidas em espécie por JOÃO PIZZOLATTI passaram por suas contas bancárias pessoais, consoante evidenciam reiterados depósitos em dinheiro sem identificação de

ALBERTO YOUSSEF disse para o declarante que JOÃO PIZZOLATTI era um dos líderes do PARTIDO PROGRESSISTA e que por isso recebia valores maiores a título de 'mesada'; QUE, segundo ALBERTO YOUSSEF, essa 'mesada' servia para 'segurar' os líderes com o objetivo de fazer com que o PARTIDO PROGRESSISTA votasse com o governo” (fls. 02/05 do Apenso V do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 47**.

115 Informação Policial n. 74/2015, fls. 465/476 do Inquérito n. 3992/DF – **Doc. 68**

116 **Doc. 68**.

117 Fls. 841/843 do Inquérito n. 3994/DF – **Doc. 51**.

118 Fls. 218/240 do Apenso I do Inquérito n. 3992/DF – **Doc. 28**

119 Termo de Declarações n. 19 de RAFAEL ANGULO LOPEZ: “Que também levou várias vezes quantias para JOÃO PIZZOLATTI na sala VIP do aeroporto de Congonhas; Que conforme mencionado acima, fez entregas no apartamento funcional de JOÃO PIZZOLATTI em Brasília; Que em diversas destas entregas JOÃO PIZZOLATTI estava reunido com NELSON MEURER, MÁRIO NEGROMONTE, JANENE e PEDRO CORREIA, ou todos ou apenas alguns destes; Que por uma ou duas vezes JOÃO PIZZOLATTI mandava alguém buscar o declarante no aeroporto de Brasília, oportunidade em que o declarante já colocava o dinheiro em uma bolsa que se encontrava atrás do banco do motorista; Que não conhecia a pessoa que dirigiu o veículo nesta oportunidade” – **Doc. 28**

120 “QUE sempre que o reinquirido ia ao encontro de PIZZOLATTI, a fim de levar dinheiro, pousava em NAVEGANTES/SC ou FLORIANÓPOLIS/SC, sendo regra que NIDO, motorista de PIZZOLATTI, fosse pegar o declarante; QUE NIDO costumava presenciar as entregas de valor em espécie” (fls. 438/437 do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 52**.

121 Elke Wege Pizzolatti, esposa do ex-parlamentar: “QUE durante cerca de 20 anos PIZZOLATTI teve como motorista a pessoa de NIDO, OSNILDO THEIS” (fls. 435/436 do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 53**.

Osnildo Theis: “QUE o declarante está desempregado, sendo que, mais recentemente, foi assessor do ex-deputado federal PIZZOLATTI; QUE exerceu essa função por cerca de 20 anos, sendo registrado na Câmara dos Deputados apenas em 1998; QUE trabalhava em Santa Catarina e, apesar de ser registrado como assessor parlamentar, trabalhava apenas como motorista” (fls. 563/564 do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 54**.

122 Conforme tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 09**. Íntegra dos dados bancários reunidos no Caso SIMBA 1400 é enviada nesta oportunidade para Secretaria dessa Vara Federal para que lá permaneça acautelada e disponível para consulta pelas partes interessadas.

origem. Entretanto, consoante suas declarações de imposto de renda e Dossiês Integrados da Receita Federal do Brasil, o ex-parlamentar tinha como única fonte de renda lícita a Câmara dos Deputados¹²³. No mesmo sentido, testemunhas confirmaram que JOÃO PIZZOLATTI demonstrava claramente realizar gastos incompatíveis com os seus vencimentos de Deputado Federal¹²⁴.

Ademais, diligências de busca e apreensão realizadas em julho de 2015, no âmbito da Operação Politeia, amealharam elementos indicativos de que JOÃO PIZZOLATTI adquiriu bens imóveis com uso de valores em espécie, mantidos em nome de terceiras pessoas.

Em sua residência em Pomerode/SC (Rua Henrique Karsten, n. 1111, Ribeirão Herdt) foi apreendido contrato de promessa de compra e venda, datado de 2013, de apartamento não informado à Receita Federal em declarações de imposto de renda, localizado no Edifício Rosa dos Açores Residence, em Florianópolis/SC, tendo sido também apreendidos recibos de pagamentos no valor total de R\$ 152.900,20, em relação ao qual não existe rastro na movimentação financeira bancária do ex-parlamentar¹²⁵.

No mesmo local e na empresa SÓLIDA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. (Rua Eugênio Krause, n. 1405, sala 02, Penha/SC) foram apreendidos documentos de negócio realizado em 2014, por meio do qual JOÃO PIZZOLATTI permutou um apartamento em Blumenau/SC, registrado em nome de terceiro, mais R\$ 40.000,00 em espécie, por terrenos em Balneário Piçarras/SC, para fins de construção de um empreendimento imobiliário (Auto de Apresentação e Apreensão, item 09, da Equipe SC-31 e Auto de Apresentação e Apreensão, itens 18 e 33, da Equipe SC-36– Ação Cautelar n. 3891/DF¹²⁶), negócio sobre o qual são esclarecedoras as declarações do corretor de imóveis

123 Conforme tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 10**. Íntegra dos dados bancários reunidos no Caso SIMBA.

124 WANDERLEI PEDRINI, pessoa próxima a JOÃO ALBERTO PIZZOLATTI JUNIOR, prestou depoimento em que destacou os elevados gastos em dinheiro do ex-parlamentar. Na ocasião, ele afirmou o seguinte: “*QUE o ex-deputado PIZZOLATTI, em seu apartamento em Balneário Camboriú/SC, na Av. Atlântica, 4410, costumava, diariamente, receber cerca de 20 pessoas; QUE imagina que PIZZOLATTI sempre mantinha valores em espécie em casa, cerca de R\$ 15.000,00 a R\$ 30.000,00, uma vez que sempre dava valores que variavam de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00 às pessoas que lá iam lhe pedir ajuda*”; (...) *QUE PIZZOLATTI durante o período em que exerceu o mandato sempre teve um padrão de vida muito alto, acreditando o declarante que PIZZOLATTI tivesse uma despesa fixa de cerca de, pelo menos R\$ 100.000,00 (cem mil reais); QUE não acredita que PIZZOLATTI tenha guardado dinheiro, uma vez que sempre foi muito pródigo, gastando com os prazeres da vida*” (fls. 431/433 do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 55**.

125 Auto de Apresentação e Apreensão, item 09, da Equipe SC-31 – Ação Cautelar n. 3891/DF – **Doc. 57**

126 Auto de Apresentação e Apreensão, item 09, da Equipe SC-31 e Auto de Apresentação e Apreensão, itens 18 e 33, da Equipe SC-36– Ação Cautelar n. 3891/DF - **Doc. 58**.

João Pereira Neto¹²⁷.

Além do recebimento de propina em espécie, diretamente de ALBERTO YOUSSEF ou por meio de entregadores, pessoalmente ou por intermediários, o então Deputado Federal JOÃO PIZZOLATTI beneficiou-se do esquema criminoso instalado na Petrobras de outras maneiras, como restou evidenciado pelas declarações do réu colaborador RAFAEL ÂNGULO LOPEZ¹²⁸⁻¹²⁹.

Em 13/04/2011, RAFAEL ANGULO LOPEZ realizou três depósitos em dinheiro, no total de R\$ 27.827,50, em favor da pessoa física Leandro Geremias, tratando-se

*127 "QUE o declarante possuía uma proposta de permuta em que o declarante se comprometia a construir 24 apartamentos em sistema de condomínio na Av. Antônio Joaquim Tavares (atual Residencial Almirante), sendo que o proprietário do terreno ficaria com dois apartamentos por ceder o local; QUE o declarante não conseguiu efetivar o contrato, tendo oferecido como corretor a oportunidade de PIZZOLATTI ficar com o negócio; QUE isto se deu por volta de janeiro de 2014; QUE após alguns dias o declarante foi à casa de PIZZOLATTI levar os projetos, ocasião em que PIZZOLATTI disse que ficaria com o negócio e que iria atuar no empreendimento a construtora DV Construtora e Incorporadora Ltda., de nome Constrular, a qual era administrada por Giovani; QUE PIZZOLATTI iria pagar os projetos, tendo pago cerca de R\$ 40.000,00 parcelados e em espécie; QUE PIZZOLATTI deu um apartamento duplex em Blumenau/SC, Edifício Maison de Ville, na Rua Paraguai, 436, ap 802, ao empreiteiro Gilberto Farias, dono da empreiteira Victorino, de Balneário Camboriú/SC; QUE essa obra está sendo tocada e em fase de fundamento; QUE PIZZOLATTI forneceu toda a papelada do referido duplex, a fim de que o declarante pudesse concretizar a negociação; QUE o duplex nunca esteve em nome de PIZZOLATTI, mas em nome da construtora Procave, em Balneário Camboriú/SC" (fls. 427/428 do Inquérito n. 3992) – **Doc. 59.***

128 Termo de Declaração n. 19: "Que o declarante ainda se recorda que efetuou pagamentos de contas e realizou depósitos em nome de terceiros indicados por JOÃO PIZZOLATTI; Que se recorda de uma oportunidade, no escritório da Av. São Gabriel, em que JOÃO PIZZOLATTI disse ao declarante: 'Então VEIO deposita para mim que eu estou devendo parcela da academia'; Que PIZZOLATTI entregou ao declarante os dados e valores de uma conta para efetuar o pagamento respectivo; Que o declarante não sabe se fez pessoalmente este pagamento ou se determinou que este pagamento fosse feito por alguém; Que inclusive consta cópia do comprovante deste pagamento no pen drive apresentado pelo declarante com o nome 'Band Jp-Fitness 5.000 d18.11.11'; Que analisando o comprovante que ora junta em anexo, verifica que o valor depositado foi de R\$ 5.000,00 e ocorreu no dia 18 de novembro de 2011; Que as anotações do lado direito, manuscritas, são de ALBERTO YOUSSEF; Que questionado sobre depósito identificado como 'Band Jp – Leandro 27.827 d13.04.11' esclarece que certamente se trata de um depósito feito a pedido de JOÃO PIZZOLATTI; Que questionado sobre a pessoa de LEANDRO GEREMIAS, disse que, provavelmente, era uma pessoa para quem JOÃO PIZZOLATTI deveria repassar alguma quantia; Que questionado porque foram três depósitos, declara que isto foi para evitar que tivesse que declarar os valores no caixa; Que por vezes, como iam com bastante frequência fazer depósitos, os caixas acabavam liberando o depósito parcelado de valores, sem a necessidade de prestar as informações; Que por vezes o declarante enviava a recepcionista, que era mais bonita, para tentar convencer os caixas a realizar os pagamentos fracionados; Que, no presente caso, porém, verifica que os depósitos foram fracionados em momentos distintos; Que o primeiro foi realizado às 11h46min, o segundo às 12h36min e o terceiro às 14h e pouco; Que isso era uma forma de burlar o controle necessário nos depósitos em valores iguais ou acima de dez mil reais; Que por isto faziam os depósitos em horários parcelados e caixas diferentes, para evitar que precisassem declarar os valores, o motivo e a identificação do depositante; Que em relação aos depósitos identificados como Band Jp-Paulo 10.000 d04.08.11 e Band Jp-Saliba 10.000 04.08.11 o declarante confirma que também eram valores pagos por determinação de YOUSSEF em favor de JOÃO PIZZOLATTI, para pessoas indicadas por este último; Que também estes depósitos, cada um deles, foram fracionados para evitar a identificação do depositante junto aos bancos, com o motivo, valor, etc; Que embora o declarante tenha apresentado apenas estes quatro comprovantes de depósitos com a identificação específica Band JP, sabe que ocorreram muitas outras entregas e muitos outros depósitos em favor de PIZZOLATTI ou pessoas por ele indicadas, porque o próprio declarante o fez; Que pode ter ocorrido de valores entregues a

do pagamento de dívidas junto a uma gráfica de campanha de JOÃO PIZZOLATTI nas eleições de 2010, consoante minuciosamente relatado por Leandro Geremias em seu depoimento e também em relatório de diligências policiais¹³⁰.

Em 04/08/2011, RAFAEL ANGULO LOPEZ realizou depósitos fracionados em dinheiro, no total de R\$ 10.000,00, em favor de Paulo Silva Advocacia e Consultoria, bem como, na mesma data, efetuou depósitos fracionados em dinheiro, no mesmo total de R\$ 10.000,00, em favor de Saliba Oliveira Advogados, tratando-se do pagamento de despesas advocatícias do então parlamentar, consoante confirmado pelos advogados Paulo Goyaz Alves da Silva e Michel Saliba Oliveira¹³¹.

Ademais, o escritório Paulo Silva Advocacia e Consultoria recebeu, entre 2009 e 2011, outros depósitos em dinheiro de valor igual ou superior a R\$ 10.000,00, fracionados ou não, sem identificação do depositante, nas mesmas datas e na mesma conta bancária, indicando que se tratava sempre de valores oriundos do doleiro ALBERTO YOUSSEF e repassados no interesse do então Deputado Federal JOÃO PIZZOLATTI¹³².

O mesmo se deu em relação ao escritório Saliba Oliveiras Advogados, ainda com maior frequência, entre 2011 e 2012¹³³. Note-se que esse escritório havia sido contratado pelo ex-parlamentar para representá-lo em ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, que ensejou a sua inelegibilidade¹³⁴.

Em 18/11/2011, RAFAEL ANGULO LOPEZ depositou R\$ 5.000,00 em favor da empresa Fitness Império dos Nobres Academia Ltda., a pedido de JOÃO PIZZOLATTI, o que se evidenciou, posteriormente, ser auxílio financeiro ao ex-Deputado Federal José Edmar Ronivon Santiago de Melo, correligionário do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) no Estado do Acre (notoriamente envolvido em inúmeros casos de corrupção desde a década de 1990), consoante as declarações do próprios beneficiários¹³⁵.

*JOÃO PIZZOLATTI terem sido contabilizados como entregues a outros políticos próximos e que ficaram de dividir depois com ele; Que, nestes casos, o registro pode ter ficado apenas para o responsável pelo recebimento do dinheiro na ocasião" (fls. 235/236 do Apenso I do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 28.***

129 **Doc. 56** – Voos de RAFAEL ANGULO LOPEZ.

130 **Doc. 60.**

131 **Docs. 61 e 62.**

132 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 11**

133 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 12**

134 **Doc 63.**

135 *"QUE foi deputado federal pelo partido progressista pelo Acre; QUE foi deputado federal por três mandatos, tendo deixado o parlamento em 2002; QUE conheceu o Deputado JOÃO ALBERTO PIZZOLATTI, também do partido progressista; QUE no final do ano de 2011 se lembra de ter encontrado PIZZOLATTI no*

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Finalmente, por volta de 2012, JOÃO PIZZOLATTI recebeu o importe de US\$ 20.000,00 de ALBERTO YOUSSEF, entregue por CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA ("CEARÁ"), com vistas ao custeio de viagem que faria aos Estados Unidos, consoante as declarações do transportador¹³⁶.

Outrossim, no ano de 2010, em datas não especificadas, JOÃO PIZZOLATTI recebeu vantagens indevidas oriundas de contratos firmados no âmbito da Diretoria de Abastecimento da Petrobras, destinadas à campanha eleitoral de 2010.

Agenda de PAULO ROBERTO COSTA apreendida no curso da Operação Lava Jato indica que, **do total de "28,5" (28 milhões e 500 mil reais) de propina destinados ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) no ano eleitoral de 2010, "5,5" (5 milhões e meio de reais) foram direcionados a "Piz" (JOÃO PIZZOLATTI)**, o que foi confirmado por PAULO ROBERTO COSTA e ALBERTO YOUSSEF em suas declarações¹³⁷.

Parte do pagamento desse importe foi feita parceladamente, nas ocasiões em que CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA ("CEARÁ") e ANTONIO CARLOS BRASIL

aeroporto de Brasília/DF, ocasião em que o declarante revelou a PIZZOLATTI que tinha descoberto um câncer de próstata; QUE, em razão dos altos custos dos exames para definir qual cirurgia seria feita, pediu a PIZZOLATTI um apoio financeiro; QUE o declarante não estipulou valores, tendo fornecido apenas o número da conta e da agência; QUE forneceu a conta número 0023944-5, da agência 1994-1, em nome da academia de musculação que está em nome de sua esposa, THAIS DE OLIVEIRA E SILVA, cujo nome é FITNES IMPÉRIO DOS NOBRES ACADEMIA; QUE efetivamente PIZZOLATTI fez o depósito de R\$ 5.000,00 na conta indicada, depois de 15 dias" (fls. 449 do Inquérito n. 3992) – Doc. 64.

136 CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA ("CEARÁ"), em seu Termo de Colaboração n. 02, afirmou: "QUE uma vez, em 2012, JOÃO PIZZOLATTI foi à casa do declarante, em Balneário Camboriú/SC, pegar US\$ 20.000,00 (vinte mil dólares) para viajar para os Estados Unidos da América; QUE a entrega do dinheiro foi solicitada ao declarante por ALBERTO YOUSSEF" - Doc. 47.

137 Termo de Declarações Complementar n. 13 de PAULO ROBERTO COSTA: "QUE, mostrada a agenda do depoente apreendida pela Polícia Federal, na parte em que consta uma lista de siglas acompanhadas de números, ele ressaltou que copiou a referida lista de uma tabela que se encontrava no escritório de Alberto Youssef; QUE normalmente Alberto Youssef não apresentava ao depoente essas tabelas de repasse de valores; QUE o depoente copiou a tabela para ter uma noção do que havia sido repassado a agentes políticos, que viviam perturbando o depoente; QUE, esclarecendo as siglas, afirma que: "**5,5 Piz**" significa cinco milhões e meio de reais pagos a João Pizolatti; "5,0 Ma", significa cinco milhões e meio de reais pagos a Mário Negromonte; 5,3 "Pe" significa cinco milhões e trezentos mil reais pagos a Pedro Correa; "4,0 Nel" significa quatro milhões de reais pagos a Nelson Meurer; "1,0 Bl" significa um milhão de reais pagos a Benedito de Lira; "7,5 Pnac" significa sete milhões e meio de reais pagos ao diretório nacional do PP; "0,65 Adv Pizz" significa 560 mil reais pagos a advogados de João Pizzolatti (...)" (fls. 57/62 do Inquérito n. 3992/DF) – Doc. 44

Termo de Declarações Complementar n. 27 de ALBERTO YOUSSEF: "QUE mostrada uma tabela constante na agenda de PAULO ROBERTO COSTA, que ora é juntada em anexo, o declarante confirma que tais valores conferem com os apontados pelo declarante; QUE confirma que PAULO ROBERTO COSTA fez tais anotações a partir de um 'batimento de contas' que o declarante fez com PAULO ROBERTO COSTA, em 2010, durante a campanha; QUE durante a campanha era o período que mais fizeram reuniões, pois havia muitas demandas e estavam sempre tratando do levantamento de valores; QUE a anotação "28,5 PP" significa R\$ 28,5 milhões, que era o valor que já havia sido pago ao Partido Progressista; QUE a anotação "7,5 PNAC" significa provavelmente o valor referente à QUEIROZ GALVÃO que o declarante repassou como doações oficiais, conforme já mencionado em termo anterior" (fls. 79/87 do Inquérito n. 1992/DF) – Doc. 23

FIORAVANTE PIERUCCINI, transportadores do doleiro ALBERTO YOUSSEF, repassaram pessoalmente valores, no ano de 2010, em ocasiões não precisadas, diretamente a JOÃO PIZZOLATTI, em Brasília/DF e no Balneário Camboriú/SC, consoante as declarações dos colaboradores "CEARÁ"¹³⁸ e PIERUCCINI¹³⁹. Os registros de voos de "CEARÁ" confirmam que esse transportador deslocou-se por cinco vezes a Brasília/DF em 2010¹⁴⁰⁻¹⁴¹.

Outra parte foi recebida por JOÃO PIZZOLATTI mediante o disfarce de doações eleitorais oficiais feitas pela CONSTRUTORA QUEIRÓZ GALVÃO S/A e pela JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS.

138 Termo de Colaboração n. 05: "QUE o declarante efetuou entregas de dinheiro em espécie em um apartamento funcional na Quadra 311 Sul, em Brasília; QUE o declarante não sabia exatamente quem morava nesse apartamento, sabendo apenas que, nas oportunidades em que compareceu ao local para entregar dinheiro, estavam presentes os deputados federais JOÃO PIZZOLATTI, MÁRIO NEGROMONTE, PEDRO CORREA, além de outros deputados dos quais o depoente não se recorda; QUE essas entregas de dinheiro realizadas pelo depoente em Brasília ocorreram no ano de 2010; QUE o declarante foi umas quatro vezes nesse apartamento funcional entregar dinheiro em espécie; QUE nessas oportunidades o declarante transportava R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); QUE o declarante transportava o dinheiro no corpo, usando meias de futebol e calças próprias (mais folgadas), calças "de trabalho"; QUE, ao chegar ao apartamento, o declarante ia ao banheiro para retirar o dinheiro das pernas, que estava embalado em filmes plásticos, e retornava com uma sacola de dinheiro e apresentava a todos que estavam à espera, na sala do apartamento; QUE os deputados federais mencionados recebiam o declarante e pegavam o dinheiro; QUE o declarante não sabia como eles dividiam os valores; QUE os deputados federais sempre perguntavam para o depoente: "Cadê o resto?"; QUE o depoente apenas respondia que aquela era a quantia que ele estava transportando; QUE ALBERTO YOUSSEF disse que, na campanha de 2010, repassou R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) a MÁRIO NEGROMONTE" (fls. 02/05 do Apenso IV do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 65**.

Em seu Termo de Colaboração n. 02 de CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA, acrescentou: "QUE ALBERTO YOUSSEF disse que, na campanha de 2010, repassou R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e meio de reais) a JOÃO PIZZOLATTI" (fls. 02/05 do Apenso V do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 66**.

139 Termo de Colaboração n. 03: "QUE, no ano de 2010, o declarante fez duas entregas de valores para o então Deputado Federal JOÃO PIZZOLATTI, em Balneário Camboriú, a pedido de ALBERTO YOUSSEF; QUE a primeira entrega ocorreu no início do ano de 2010; QUE a segunda entrega ocorreu posteriormente, antes das eleições de outubro de 2010; (...) QUE o declarante efetuou as entregas de dinheiro de carro, em seu próprio automóvel; QUE o declarante pegou os valores no escritório de ALBERTO YOUSSEF com o funcionário RAFAEL ANGULO LOPEZ; QUE ALBERTO YOUSSEF passou ao declarante o endereço e o telefone de JOÃO PIZZOLATTI; QUE o endereço de entrega dos valores a JOÃO PIZZOLATTI era Avenida Atlântica, n. 4410, Edifício Noblesse, Balneário Camboriú; QUE o declarante não guardou o telefone de JOÃO PIZZOLATTI; QUE o declarante não se recorda se o telefone de JOÃO PIZZOLATTI era de Brasília ou Santa Catarina; QUE o declarante acredita que não chegou a efetuar nem a receber ligações de JOÃO PIZZOLATTI; QUE na primeira entrega de valores, o declarante compareceu ao endereço indicado e entregou os valores ao próprio JOÃO PIZZOLATTI; QUE o apartamento de JOÃO PIZZOLATTI era em um andar intermediário, de frente para o mar; QUE a primeira entrega foi de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), acondicionados em um envelope; QUE o valor dessa entrega foi informado ao declarante por ALBERTO YOUSSEF ou RAFAEL ANGULO LOPEZ; QUE JOÃO PIZZOLATTI não abriu o envelope nem contou o dinheiro; QUE na segunda entrega de valores, o declarante compareceu ao mesmo endereço indicado e entregou os valores à esposa de JOÃO PIZZOLATTI; QUE ALBERTO YOUSSEF avisou antes ao declarante que JOÃO PIZZOLATTI não estaria em Balneário Camboriú nessa segunda entrega, devendo os valores serem repassados à esposa do então parlamentar; QUE, pelo volume do envelope, semelhante ao primeiro, o depoente acredita que a segunda entrega foi de valor semelhante ao da primeira, ou seja, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), acondicionados em um envelope; QUE a esposa de JOÃO PIZZOLATTI não abriu o envelope nem contou o dinheiro" - **Doc. 67**.

140 **Doc. 68**.

141 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 13**.

Como anteriormente já referido, cumprindo ordens dos integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), ALBERTO YOUSSEF procurou OTHON ZANOIDE DE MORAES FILHO, Diretor Geral da CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO, em 2010, com vistas a obter doações eleitorais para aquela agremiação, o que se efetivou em favor do Diretório Nacional do partido no importe total de R\$ 2.740.000,00¹⁴², por meio do grupo empresarial Queiroz Galvão, especificamente das empresas CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A e VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S/A, por meio de transferências feitas entre julho e setembro de 2010, sendo que, deste montante, foram repassados R\$ 869.038,08, pelo Diretório Nacional, para JOÃO PIZZOLATTI, por meio de quatro cheques¹⁴³.

Tais fatos foram corroborados por *e-mails* trocados entre ALBERTO YOUSSEF e OTHON ZANOIDE DE MORAES FILHO, nos quais foram tratadas essas doações¹⁴⁴, e detalhadamente narrados nas declarações prestadas pelo réu colaborador ALBERTO YOUSSEF¹⁴⁵.

Como igualmente já foi referido, cumprindo ordens dos integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), ALBERTO YOUSSEF procurou CRISTIAN JATY SILVA, em 2010, com vistas a obter doações eleitorais para candidatos daquela agremiação, o que se efetivou por meio da empresa JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS em favor de oito candidatos, entre os quais JOÃO PIZZOLATTI, que recebeu doação no importe de R\$ 500.000,00, em 11/08/2010. O valor total das propinas sob a forma de dissimuladas doações da empresa JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS para todos os candidatos do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) atingiu o importe total de R\$ 2.035.000,00¹⁴⁶.

Tais fatos foram confirmados por *e-mails* trocados entre ALBERTO YOUSSEF e CRISTIAN JATY SILVA, um dos diretores da empresa, nos quais foram tratadas essas doações¹⁴⁷, e detalhadamente narrados nas declarações prestadas pelo réu colaborador ALBERTO YOUSSEF¹⁴⁸. Por seu turno, os diretores da empresa JARAGUÁ EQUIPAMENTOS

142 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 32**

143 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 14**

144 **Doc. 70.**

145 **Doc. 71.**

146 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 16**

147 **Doc. 72.**

148 *“QUE na campanha de 2010, PIZZOLATTI também recebeu doação de campanha da empresa Jaraguá e o declarante confirma que estes valores eram também dinheiro de propina; QUE questionado ao declarante sobre o e-mail enviado no dia 30/08/2011 às 14:17, pelo e-mail “Paulo ggoia” <paulogoia58@hotmail.com> para <crystian.silva@jaraguaequipamentos.com>, com o assunto “prestação_de_contas_primo”, em que o declarante escreveu “boa tarde obrigado pelas doações aguardo os dados para emitir os recibos abraço”, confirma que se trata de valores de propina referentes a contratos da RNEST que a Jaraguá possuía com a*

INDUSTRIAIS confirmaram a solicitação de vantagem indevida por parte de ALBERTO YOUSSEF¹⁴⁹.

Não apenas JOÃO PIZZOLATTI beneficiou-se do pagamento de propinas camufladas de doações eleitorais "oficiais", como também atuou, juntamente com MÁRIO NEGROMONTE, para que da mesma maneira fossem beneficiados correligionários candidatos nas eleições de 2010, tais como LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA, JOSÉ OTÁVIO FERMANDO e ROBERTO PEREIRA BRITTO. Esses fatos serão expostos adiante em tópico específico.

Finalmente, as construtoras envolvidas no esquema efetivaram outros pagamentos em favor de JOÃO PIZZOLATTI.

Além das doações eleitorais "oficiais", a QUEIROZ GALVÃO pagou propina a JOÃO PIZZOLATTI também camufladamente por meio do custeio de serviços advocatícios relativos a causa eleitoral em que o então Deputado Federal figurava como parte. A já referida agenda de PAULO ROBERTO COSTA, apreendida no curso das investigações, registra a anotação "0,56 Adv Piz", tratando-se de referência ao pagamento de R\$ 560.000,00 feitas a advogado do então Deputado Federal, como esclarecido por PAULO ROBERTO COSTA¹⁵⁰.

No mesmo sentido, ALBERTO YOUSSEF também referiu em suas declarações que despesas advocatícias de JOÃO PIZZOLATTI, por serviços prestados em demanda relativa à "ficha suja", haviam sido custeados pela QUEIROZ GALVÃO, com o uso dos créditos que detinha no caixa do esquema delitivo¹⁵¹. Recentemente, o doleiro forneceu maiores detalhes¹⁵², esclarecendo que se tratava de pagamento ao escritório LACOMBE E

PETROBRAS". (fls. 348/349 do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 73.**

149 **Docs. 74, 75, 76, 77 e 78.**

150 Termo de Declarações Complementar n. 13, afirmou que "*0,56 Adv Pizz' significa quinhentos e sessenta mil reais pagos a advogados de João Pizzolatti*" e em seu Termo de Declarações Complementar n. 21 explicou que "*com relação ao pagamentos de advogados de Pizzolatti, no valor de R\$ 560 mil, se recorda que dizia respeito a resolução de algum problema na área eleitoral*" (fls. 57/68 do Inquérito n. 3992/DF) – **Docs. 44, 86 e 79.**

151 Termo de Colaboração n. 35, ALBERTO YOUSSEF já afirmara que a "*QUEIROZ GALVAO teria pago o advogado do deputado JOAO PIZZOLATTI em uma demanda relativa a 'ficha suja', salvo engano, sendo o valor em torno de seiscentos ou setecentos mil reais*" – **Doc. 80.**

152 "*QUE, em relação ao advogado de PIZZOLATTI que recebeu valores em 2010, conforme anotação em agenda apreendida de PAULO ROBERTO COSTA, ressaltou que a quantia em questão foi paga ao escritório de FERNANDO NEVES, que defendida PIZZOLATTI em processo eleitoral no qual se discutia a inelegibilidade do parlamentar; QUE o pagamento foi feito mediante a utilização de crédito de R\$ 7,5 milhões de reais de propina devidos pela empresa QUEIROZ GALVÃO; QUE, conforme já esclarecido anteriormente, esse crédito foi pago em sua maior parte por meio de doações eleitorais oficiais; QUE, no entanto, um montante entre R\$ 760 mil reais e R\$ 560 mil reais foi pago por meio da remuneração do advogado de PIZZOLATTI, no caso FERNANDO NEVES; QUE a QUEIROZ GALVÃO ou alguma empresa do grupo transferiu esses valores diretamente para FERNANDO NEVES, provavelmente com base em um contrato de prestação de serviços advocatícios fictícios celebrado entre ambos; QUE tratou do assunto na QUEIROZ GALVÃO com OTHON ZANOIDE; QUE OTHON ZANOIDE disse para o depoente: 'a empresa conhece o advogado e vai resolver*"

NEVES DA SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS, pertencente ao advogado FERNANDO NEVES DA SILVA.

De fato, o escritório LACOMBE E NEVES DA SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS representou JOÃO PIZZOLATTI em processo eleitoral, perante o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal, versando a causa sobre a aplicabilidade da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar n.º 135/10) no pleito de 2010 (Recurso Ordinário n. 892.476/SC). A remuneração de R\$ 700 mil por esse serviço foi custeada em parte pelo PARTIDO PROGRESSISTA, no importe de R\$ 140 mil¹⁵³, ao passo que os demais R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais) foram pagos pela QUEIROZ GALVÃO, conforme os depoimentos colhidos.

Dados fiscais QUEIROZ GALVÃO registram o pagamento de R\$ 560.000,00 ao escritório LACOMBE E NEVES DA SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS¹⁵⁴, em agosto de 2010, o que é corroborado pela transferência de R\$ 525.560,00 da empreiteira para o escritório de advocacia, em período coincidente, com o valor declarado ao Fisco com a dedução dos tributos¹⁵⁵.

Ambos os envolvidos tentaram justificar o pagamento com base em um contrato de consultoria em licitações do setor elétrico, mas nenhuma comprovação da efetiva prestação dos respectivos serviços foi apresentada¹⁵⁶.

Ainda em 2010, JOÃO PIZZOLATTI recebeu R\$ 500.000,00 em espécie de ALBERTO YOUSSEF, montante este originado da construtora ANDRADE GUTIERREZ. O doleiro esclareceu em suas declarações que, embora a ANDRADE GUTIERREZ usualmente se valesse dos serviços de FERNANDO BAIANO para efetivar o repasse de vantagens ilícitas, nessa ocasião foi acionado pontualmente para tanto¹⁵⁷.

diretamente esse problema” (fls. 584/585 do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 81**.

153 **Doc. 82**

154 Quebra de sigilo de dados fiscais nº 5075022-88.2014.4.04.7000 e Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte, p. 346 – **Doc. 148 e Doc. 149**.

155 A íntegra dos dados do Caso SIMBA n. 1.400 será encaminhada por ofício para Secretaria desta Vara Federal.

156 Foi elaborado um instrumento contratual referente ao assunto (fls. 02/04 do Apenso III do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 83**. Contudo, há indicativos de que se trata de contrato fictício: a) a definição genérica e abstrata dos serviços (prestação de consultoria em licitações, especialmente as relativas ao projeto da Hidrelétrica de Belo Monte); b) extrema simplicidade das cláusulas, em discrepância com o elevado valor dos honorários contratados; c) falta de correspondência entre a época em que foi celebrado o contrato e os fatos que ensejariam os serviços, já que o instrumento contratual data de agosto de 2010 e o consórcio integrado pela empresa contratante foi vencedor da licitação, em relação à qual haveria a suposta consultoria, meses antes, em maio de 2010; d) falta de prova documental da efetiva prestação dos serviços contratados.

157 Termo de Colaboração n. 44: “QUE, afirma que a empresa ANDRADE GUTIERREZ fazia parte do esquema

Por fim, houve ainda o pagamento de vultosas quantias pela empresa BRASKEM, integrante do grupo empresarial ODEBRECHT, em favor de PAULO ROBERTO COSTA, do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e de seus integrantes, em especial JOÃO PIZZOLATTI, consoante relatou detalhadamente ALBERTO YOUSSEF¹⁵⁸ e também foi referido pelo ex-diretor da estatal¹⁵⁹, mediante transações financeiras realizadas no exterior, como já exposto no item III.2.2 acima.

A evidenciar a especial participação de JOÃO PIZZOLATTI nesse tocante, ALBERTO YOUSSEF relatou “*QUE a parte do PARTIDO PROGRESSISTA era entregue a JOSE*

*de cartelização dos contratos da PETROBRAS todavia quem tratava do recebimento de comissões relativas aos contratos realizados pela mesma era FERNANDO SOARES, conhecido como FERNANDO BAIANO; QUE, FERNANDO SOARES arrecadava dinheiro junto as empreiteiras para o PMDB; QUE, segundo sabe o comissionamento era, de regra, de um por cento sobre o valor dos contratos; QUE a ANDRADE GUTIERREZ mantinha diversas obras junto a PETROBRAS, inclusive junto ao COMPERJ, sendo que todos os contratos eram objeto de comissionamento, não sabendo de detalhes, pois o assunto era tratado por FERNANDO SOARES e PAULO ROBERTO COSTA; QUE, não sabe informar se FERNANDO utilizava empresas de terceiros nos mesmos moldes do declarante a fim de emitir notas para justificar o pagamento de comissões pelas empreiteiras, sabendo apenas que FERNANDO possui uma empresa com sede na Av. Rio Branco, no Rio de Janeiro; QUE, acrescenta que a fim de atender uma demanda específica do Partido Progressista, FERNANDO BAIANO disse ao declarante que fosse até a sede da ANDRADE GUTIERREZ, que ficava em uma paralela ou travessa da Av. Berrini, e buscasse 1,5 milhão de reais em três parcelas semanais de quinhentos mil reais; QUE, ao chegar na empresa ANDRADE GUTIERREZ e identificar-se já foi direcionado a um funcionário que lhe entregou uma mala com o dinheiro, sendo que após conferi-lo o declarante retirou-se do local; QUE, esse dinheiro foi usado para financiar a campanha do PP de 2010, sendo que parte foi para Brasília, parte para Recife a fim de subsidiar a campanha de ROBERTO TEIXEIRA e parte para Santa Catarina para a campanha de ROBERTO PIZZOLATTI; QUE, com relação da remessa desses valores aos Estados o mesmo teria sido entregue por CARLOS ROCHA ou RAFAEL ÂNGULO LOPES; QUE, questionado acerca dos executivos da ANDRADE GUTIERREZ que mantinham a interlocução com FERNANDO BAIANO e PAULO ROBERTO COSTA, recorda-se dos nomes de OTAVIO, presidente do Conselho e FLAVIO, Diretor de Relações Institucionais” (fls. 14/16 do Inquérito n. 4000/DF) – **Doc. 84.***

158 Termo de Colaboração n. 16: “*QUE indagado acerca dos fatos mencionados no Anexo n. 16, afirma que a BRASKEM comprava e ainda compra diversos produtos da PETROBRÁS; QUE os produtos objetos de compra eram nafta, propeno, dentre outros; QUE para a cesta de produtos que a BRASKEM comprava há muito tempo, a PETROBRÁS praticava preços diferentes para o mercado interno e o internacional; QUE o preço da cesta no mercado internacional era bastante inferior ao praticado no mercado interno; QUE nesse sentido, com o intuito de se favorecer na aquisição de produtos da PETROBRÁS com preço inferior ao praticado no mercado interno, a BRASKEM, inicialmente por intermédio de ALEXANDRINO, funcionário do alto escalão de empresa, procurou JOSE JANENE, e este, por sua vez, juntamente com PAULO ROBERTO COSTA, negociaram que o valor da cesta fosse similar ao praticado no mercado internacional, em contrapartida ao pagamento de vantagem indevida pela BRASKEM anualmente, em média US\$ 5 milhões de dólares, dos quais 30% eram destinados a PAULO ROBERTO COSTA e o restante ao PARTIDO PROGRESSISTA; QUE o presidente da BRASKEM, JOSÉ CARLOS, era quem posteriormente, ratificava os termos do acordo ilícito, batendo o martelo; QUE anualmente, o declarante se reunia com ALEXANDRINO, acompanhado também de JOSÉ JANENE enquanto este era vivo, PAULO ROBERTO COSTA e JOÃO GENU, às vezes no Hotel HAYT ou TIVOLI, em São Paulo/SP; QUE nestas reuniões eram fixados os termos do acordo, estipulando-se quanto seria pago de vantagem indevida naquele ano; QUE posteriormente havia uma segunda reunião entre PAULO ROBERTO COSTA e o presidente da BRASKEM, JOSÉ CARLOS, para confirmar os termos do acordo ilícito; QUE essas reuniões iniciaram-se no ano de 2006 até o ano em que PAULO ROBERTO COSTA deixou a Diretoria de Abastecimento, em 2012; QUE afirma que a Diretoria de Abastecimento tinha diversas gerências, sendo que os contratos da BRASKEM passavam por uma gerência subordinada a PAULO ROBERTO COSTA, mas não sabe dizer quem era o gerente específico; QUE havia uma grande diferença no*

JANENE, quando este era deputado federal; **QUE quando JOSÉ JANENE deixou de ser deputado, entregava na residência oficial de JOÃO PIZZOLATI, em Brasília/DF**¹⁶⁰.

A corrupção relacionada ao pagamento de vantagens indevidas pela BRASKEM no contexto acima delineado foi reconhecida nos autos da Ação Penal n.º 5036528-23.2015.4.04.7000¹⁶¹ (Juízo da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR), tendo causado prejuízo de US\$ 35 milhões à Petrobras, equivalente a US\$ 5 milhões anuais no período de 2006 a 2012.

Portanto, JOÃO PIZZOLATTI praticou atos de improbidade por haver engendrado o esquema ilícito em concerto com PAULO ROBERTO COSTA¹⁶², ALBERTO YOUSSEF, PEDRO CORRÊA, PEDRO HENRY, NELSON MEURER e MÁRIO NEGROMENTE, enquanto em exercício de mandato parlamentar. Aceitou e recebeu promessas de pagamento de vantagens indevidas pagas pelas empresas contratadas pela Petrobras, tendo sido fundamental para a consecução dos atos ímprobos sua condição de parlamentar integrante

*valor dos preços praticados nas compras pela BRASKEN junto à PETROBRÁS, mas não sabe dizer quanto, embora tenha certeza de isso era mais do que suficiente para a BRASKEN fizesse frente ao pagamento das vantagens indevidas; QUE a operação dos pagamentos ilícitos se dava inicialmente pela transferência de contas das subsidiárias da BRASKEM no exterior em contas indicadas pelo declarante, que eram contas de clientes de NELMA PENASSO KODAMA, CARLOS ALEXANDRE ROCHA e LEONARDO MEIRELLES; QUE no caso de NELMA, as transferências eram para conta de chineses comerciantes; QUE no caso de LEONARDO, as transferências foram para a conta da RFY, DGX ou ELITE DAY; QUE esses doleiros disponibilizaram reais em espécie ao declarante no Brasil; QUE de posse do numerário, o declarante entregava os valores a JOAO GENU e este repassava a PAULO ROBERTO COSTA; **QUE a parte do PARTIDO PROGRESSISTA era entregue a JOSE JANENE, quando este era deputado federal; QUE quando JOSÉ JANENE deixou de ser deputado, entregava na residência oficial de JOÃO PIZZOLATI, em Brasília/DF;** QUE o declarante mantinha o contato de ALEXANDRINO, da BRASKEM, em um dos seus telefones apreendidos, especificamente o I-phone, e agendava as reuniões com ele via mensagens, whatsapp ou telefonemas, e posteriormente tratava dos assuntos pessoalmente” – **Doc. 85.***

159 Termo de Declaração Complementar n. 21, ele afirmou: “*QUE [quanto] aos fatos narrados no TC n. 16 de Youssef, relacionado a fatos envolvendo a Braskem, afirma que todo dinheiro recebido pelo depoente da Braskem foi feito no exterior e está incluído no depoimento que narra os recebimentos de propina pela Odebrecht; QUE quando o depoente fala em propina recebida pela Odebrecht também está incluída a empresa Braskem, visto que são empresas do mesmo grupo; QUE nunca discutiu a parte do Partido Progressista com a Odebrecht ou com os representantes da Braskem José Carlos e Alexandrino, limitando-se a parte da propina que cabia ao próprio depoente; QUE o contato que teve com João Genu foi até 2006 e nunca recebeu dinheiro da Odebrecht das mãos de Genu, reafirmando que todos os repasses foram feitos diretamente o exterior; QUE as reuniões eram feitas na sede da Braskem em São Paulo e em hotéis na mesma cidade; QUE Janene era muito ligado Alexandrino, da Braskem” (fls. 77/80 do Inquérito n. 3980/DF) – **Doc. 86.***

160 Termo de Colaboração n. 16 – **Doc. 85.**

161 **Doc. 146.**

162 Em face de PAULO ROBERTO COSTA já foram promovidas as ações de improbidade n. 5006628-92.2015.404.7000, n. 5006675-66.2015.404.7000, n. 5006694-72.2015.404.7000, n. 5006695-57.2015.404.7000, 5006717-18.2015.404.7000, n. 5027001-47.2015.404.7000, n. 5011119-11.2016.404.7000 e 5051170-64.2016.404.7000. PAULO ROBERTO COSTA foi denunciado nas ações penais 5026212-82.2014.404.7000, 5083258-29.2014.404.7000, 5083351-89.2014.404.7000, 5083360-51.2014.404.7000, 5083376-05.2014.404.7000, 5083401-18.2014.404.7000, 5083838-59.2014.404.7000.

da cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) que alçou PAULO ROBERTO COSTA ao cargo de Diretor de Abastecimento. Ademais, atuou na sustentação política de PAULO ROBERTO COSTA, condição na qual foi mantido para “zelar” pelos interesses das empresas cartelizadas em procedimentos licitatórios e contratos no âmbito da estatal, bem como “zelar” pelos interesses da BRASKEM, pelo que, comprovado restou, haver induzido, concorrido e obtido benefício direto decorrente dos atos de improbidade praticados por PAULO ROBERTO COSTA, para si e para integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), inclusive para agentes políticos da referida agremiação detentores de mandato parlamentar federal, bem assim para a própria agremiação política.

O elemento doloso das condutas ímprobas resta patenteadado pelos depoimentos dos réus colaboradores e pelos fatos elementos que demonstraram, cabalmente, o pagamento periódico de propina ao parlamentar. Não há dúvida de que JOÃO ALBERTO PIZZOLATTI JÚNIOR atuou ativamente para alçar e manter PAULO ROBERTO COSTA no cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras, de molde a viabilizar o esquema de corrupção político-partidário instaurado no âmbito da estatal, do qual se beneficiou diretamente, por anos a fio, mediante o recebimento de propinas pagas pelas empreiteiras cartelizadas e pela BRASKEM.

Em suma, **JOÃO ALBERTO PIZZOLATTI JÚNIOR** praticou **atos de improbidade administrativa que consubstanciam enriquecimento ilícito (art. 9º da Lei 8.429/92)** porque:

a) recebeu vantagem indevida, para si e para terceiros, no período de 2004 a 2014, em razão dos atos praticados no exercício de mandato parlamentar dirigidos a alçar PAULO ROBERTO COSTA ao cargo de direção da estatal, dando suporte político à sua permanência na Diretoria de Abastecimento e colocando seu mandato a serviço de PAULO ROBERTO COSTA, de ALBERTO YOUSSEF e das empreiteiras contratadas pela Petrobras, para que todos obtivessem desmedido locupletamento ilícito, o que, inelutavelmente caracteriza a prática de ato de ofício em infração de dever funcional, no valor de ao menos R\$ 460.636.517,60 (**art. 9º, caput e inciso I, da Lei 8.429/92**);

b) recebeu tais vantagens das empresas ENGEVIX, GALVÃO ENGENHARIA, CAMARGO CORRÊA, UTC, OAS, MENDES JÚNIOR, QUEIROZ GALVÃO, ANDRADE GUTIERREZ e ODEBRECHT que tinham interesses com ampla e efetiva potencialidade de ser amparado por ações ou omissões suas (**art. 9º, caput e inciso I, da Lei 8.429/92**);

As condutas do requerido em auferir vantagens indevidas também caracterizam, por consequência, **atos de improbidade administrativa que acarretaram danos ao erário no valor de, ao menos, R\$ 460.636.517,60 (art. 10, caput e incisos I e XII, da Lei 8.429/92)**.

Como já enfatizado, a totalidade da vantagem ilícita vertida ao esquema montado na Diretoria de Abastecimento constitui efetivo prejuízo ao erário, por ser indene de dúvida que o custo da propina foi repassado à Petrobras, seja por meio da cobrança de preço superior à estimativa dos contratos e aditivos celebrados no esquema envolvendo as empresas cartelizadas, seja por meio dos preços vantajosos obtidos pela BRASKEM na renegociação do contrato de fornecimento de nafta, o que evidentemente era propiciado pela própria corrupção, com o que a estatal arcou com prejuízo no valor equivalente, sendo assim este demandado responsável pela reversão do referido locupletamento ilícito, visto que ele corresponde a prejuízo evidente suportado pela Petrobras.

Também evidente que as condutas importaram em **atos de improbidade por ofensa aos princípios administrativos (art. 11, caput, da Lei 8.429/92)**, notadamente os princípios da legalidade e da moralidade, e os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

IV.4 – MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE E MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE JÚNIOR

MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE ocupou o cargo eletivo de Deputado Estadual da Bahia de 1991 a 1994. Em seguida, foi eleito Deputado Federal pelo Estado da Bahia, cargo que exerceu a partir de 1995 por cinco mandatos consecutivos. Filiou-se ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) desde 2003. Na Câmara dos Deputados, foi líder do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) entre fevereiro de 2005 e fevereiro de 2010. Posteriormente, entre fevereiro de 2011 e fevereiro de 2012, exerceu o cargo de Ministro das Cidades. Atualmente, ocupa o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, para o qual foi nomeado em 2014 pelo então Governador da Bahia JAQUES WAGNER, do Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁶³.

¹⁶³ Tratou-se de contrapartida pelo apoio prestado à candidatura ao Governo do Estado de RUI COSTA,

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Por seu turno, MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE JÚNIOR é filho de MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE. Ocupou o cargo eletivo de Deputado Estadual da Bahia de 2011 a 2014 e, em seguida, foi eleito Deputado Federal pelo Estado da Bahia, a partir de 2015, encontrando-se ainda no exercício do mandato parlamentar. Foi filiado apenas ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP).

Inicialmente, registra-se que os fatos caracterizadores de improbidade administrativa imputada aos demandados MÁRIO NEGROMONTE e MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR nesta Ação Civil Pública também foram objeto de denúncia na esfera penal, perante o Supremo Tribunal Federal¹⁶⁴.

MÁRIO NEGROMONTE atuou no âmago do núcleo político do esquema e, em conjunto com os demais líderes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) dentre os quais PEDRO CORRÊA, JOSÉ JANENE, já falecido, PEDRO HENRY, JOÃO PIZZOLATTI e NELSON MEURER, foram os responsáveis por capitanear todo o esquema em prol desse partido, com o auxílio direto de JOÃO GENU.

Além disso, não se pode deixar de enfatizar que MÁRIO NEGROMONTE, como figura de destaque da cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), no ano de 2004, foi um dos responsáveis pela nomeação de PAULO ROBERTO COSTA para a Diretoria de Abastecimento da estatal, conforme acima já relatado.

Entre 2006 e 2014, MÁRIO NEGROMONTE recebeu vantagens indevidas oriundas de contratos firmados no âmbito da Diretoria de Abastecimento da Petrobras, diretamente ou por meio de Tiago José de Souza Cavalcanti (sobrinho de sua esposa e seu ex-assessor parlamentar) e Hugo Hareng de Lima Quirino (seu ex-assessor parlamentar e atual assessor parlamentar de seu filho, Deputado Federal MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR), na Bahia e em Brasília/DF, mediante entregas feitas por RAFAEL ÂNGULO LOPEZ.

Os pagamentos foram detidamente relatados pelo réu colaborador RAFAEL ÂNGULO LOPEZ¹⁶⁵. A corroborar, diligências de busca e apreensão amalharam documentos

igualmente do PT, o qual acabou de fato se elegendo. Notas divulgadas na imprensa também chegam a estabelecer vínculo entre a indicação de MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia e o apoio do PARTIDO PROGRESSISTA à reeleição de DILMA ROUSSEF à Presidência da República em 2014: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/satelite-nomeacao-de-negromonte-ao-tcm-era-parte-de-pacote-para-apoio-do-pp-a-dilma/?cHash=4e6ebdf6015818f9852639851ca79bac> – **Doc. 90.**

164 Denúncia e recebimento. **Docs. 150, 151 e 152 e 153.**

165 “Que o declarante levou dinheiro para MÁRIO NEGROMONTE duas vezes no apartamento dele em Salvador; Que os valores eram entre R\$ 100.000,00 a R\$ 200.000,00; Que as duas vezes que foi a Salvador foi sozinho, por volta de 2009, começo de 2010, e foi recebido pessoalmente por MÁRIO NEGROMONTE; Que

financeiros de MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE no endereço de Tiago José de Souza Cavalcanti em Lauro de Freitas/BA, bem como no endereço de Hugo Hareng de Lima Quirino em Gama/DF¹⁶⁶. Outrossim, em poder de Tiago estava uma agenda com espécie de contabilidade informal de MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE e sua família¹⁶⁷.

Entre 2006 e 2014, ao menos R\$ 336.927,00 e R\$ 534.999,00 das vantagens ilícitas recebidas em espécie por MÁRIO NEGROMONTE passaram por contas bancárias pessoais de Tiago e Hugo, por meio de 169 e 116 operações, respectivamente, valendo destacar que a única fonte de renda declarada por eles era a oriunda de seus vínculos com a Câmara dos Deputados, consoante suas declarações de imposto de renda e Dossiê Integrado da Receita Federal do Brasil, não havendo explicação para tais movimentações sem origem identificada¹⁶⁸⁻¹⁶⁹.

Dos valores recebidos por Tiago em conta bancária sua, R\$ 60.395,00 foram repassados de maneira fracionada, por meio de 37 transferências bancárias, diretamente para

*questionado se se recordava os dados do apartamento, lembra que era um apartamento em um local alto; Que era uma sala grande e entregou o dinheiro em um escritório que havia ao lado esquerdo da sala; Que se recorda bem disto pois foi a primeira e única vez que MÁRIO NEGROMONTE deu uma "caixinha" para o declarante e entregou R\$ 500,00 para o declarante; Que havia outras pessoas na casa de MÁRIO NEGROMONTE, mas a entrega foi feita no escritório; Que o declarante retirou o dinheiro escondido na frente de MÁRIO NEGROMONTE; Que a segunda vez foi no mesmo local e da mesma forma; Que o declarante também foi, por duas vezes, em Salvador, em um escritório que YOUSSEF disse que era o escritório de MÁRIO NEGROMONTE; Que não sabe se era um escritório de partido ou um escritório de contabilidade ou particular; Que neste local, na primeira vez, entregou valores para uma pessoa de prenome HUGO, que trabalhava neste escritório; Que entregou o dinheiro para esta pessoa; Que neste mesmo local, em outra oportunidade, levou dinheiro destinado MÁRIO NEGROMONTE e procurou uma pessoa de prenome THIAGO; Que entregou os valores para ele; Que não se recorda a quantia; Que YOUSSEF e MÁRIO NEGROMONTE comentavam que este THIAGO era sobrinho de MÁRIO NEGROMONTE; Que houve outras entregas para MÁRIO NEGROMONTE em que referido THIAGO fora buscar o declarante no aeroporto, oportunidade em que o declarante entregou dinheiro no interior do carro; Que, em outra oportunidade, THIAGO também buscou o declarante no aeroporto, mas dessa vez a quantia foi entregue no interior do quarto do hotel onde o declarante se hospedava normalmente em Salvador, qual seja, um hotel no bairro Iguatemi, bastante próximo ao Shopping Iguatemi, na Rua Azaleias; Que se recorda que o nome do hotel era Spotlight e depois acredita que este hotel virou Hotelweb, em que YOUSSEF ou JANENE tinha, ao que acredita, uma participação; Que em consultas a seus apontamentos, identifica o endereço de Rua Artesão João da Prata, n. 267, ap. 801, Alto no Itaipara; Que acredita que este seja o endereço da residência de MÁRIO NEGROMONTE; Que o telefone para entrar em contato com MÁRIO NEGROMONTE era 71 33594131; Que possui os telefones utilizados por HUGO e THIAGO na época, que eram: 71 91486044; 71 99777594 e 71 33534510; Que HUGO era meio gordinho, tinha por volta dos trinta anos; Que o THIAGO era moreno, por volta também dos trinta anos" (fls. 237/238 do Apenso I do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 28.***

166 Auto de Arrecadação, itens 3, 4, 5 e 14, da Equipe 19-BA e Auto de Arrecadação, item 22, da Equipe DF-03 – Ação Cautelar n. 3891/DF – **Doc. 91**

167 Auto de Apresentação e Apreensão, item 12, da Equipe 19-BA e Relatório de Análise de Material Apreendido n. 012/2015 – Ação Cautelar n. 3891 – **Doc. 92**

168 Conferir tabelas que acompanham esta exordial – **Tabelas 17 e 18**

169 Caso Simba n. 1400, Caderno Bancário n. 10, Relatório Tipo 04 – Ação Cautelar n. 3871 – encaminhado na íntegra para Secretaria dessa Vara Federal.

conta conjunta de MÁRIO NEGROMONTE e seu filho MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR (n. 115487, agência n. 3158, do Banco do Brasil)¹⁷⁰⁻¹⁷¹.

Por outro lado, entre 2006 e 2014, ao menos R\$ 289.115,00 das vantagens ilícitas recebidas em espécie por MÁRIO NEGROMONTE passaram por contas bancárias pessoais suas, conjuntas ou não com seu filho MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR, consoante evidenciam reiterados depósitos em dinheiro sem identificação de origem. Daquele valor, passaram em conta conjunta mantida por ambos os demandados R\$ 34.315,00¹⁷²⁻¹⁷³.

Em diligência de busca e apreensão realizada na sede do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) no Estado de Bahia (Avenida Antônio Carlos Magalhães, n. 3213, salas 502, 503 e 504, Parque Bela Vista, Salvador/BA), foram encontrados vários comprovantes de depósito em dinheiro em conta titularizada por MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR, em conta mantida no Banco Bradesco (n. 93902-1, agência n. 3571-8), no total de R\$ 278.040,00 (duzentos e setenta e oito mil e quarenta reais)¹⁷⁴.

Não bastasse, MÁRIO NEGROMONTE e MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR valeram-se também de conta bancária da esposa deste e nora daquele – Camila Vasquez Pinheiro Gomes – em dezembro de 2014 e janeiro de 2015, na qual foram depositados valores em espécie no total de R\$ 225.500,00¹⁷⁵⁻¹⁷⁶, de forma estruturada, evitando a necessidade de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF¹⁷⁷.

Em relação a MÁRIO NEGROMONTE, não foram verificados registros de acesso ao escritório de ALBERTO YOUSSEF, porque o seu ingresso no local costumava se dar em companhia de seu irmão ADARICO NEGROMONTE FILHO, que trabalhava para o doleiro¹⁷⁸. De toda sorte, não há dúvidas de que o Deputado Federal retirava sua parte da

170 Caso Simba n. 1400, Caderno Bancário n. 10, Relatório Tipo 04 – Ação Cautelar n. 3871 – encaminhado na íntegra para Secretaria dessa Vara Federal.

171 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 19**

172 Caso Simba n. 1400, Caderno Bancário n. 10, Relatório Tipo 04 – Ação Cautelar n. 3871 – encaminhado na íntegra para Secretaria dessa Vara Federal.

173 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 20**

174 **Doc. 93**.

175 Caso Simba n. 1400, Caderno Bancário n. 10, Relatório Tipo 04 – Ação Cautelar n. 3871 – encaminhado na íntegra para Secretaria dessa Vara Federal.

176 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 21**

177 Cf. Carta Circular 3461/2009 – Banco Central.

178 Termo de Declarações n. 19, RAFAEL ANGULO LOPEZ afirmou: "Que em relação a MARIO NEGROMONTE, o declarante esclarece que também ele ia com frequência ao escritório de YOUSSEF, conforme mencionado acima, em especial no da Av. São Gabriel; Que MARIO NEGROMONTE retirava valores com YOUSSEF também; Que os valores eram similares aos demais; Que questionado qual escritório MARIO NEGROMONTE visitou com maior frequência, foi o da Av. São Gabriel; Que o próprio declarante entregou dinheiro pessoalmente para MÁRIO NEGROMONTE, da mesma forma que ocorria com os demais políticos"

propina junto ao doleiro, pois consta uma foto sua nas bases de dados de visitas a um dos locais de trabalho de ALBERTO YOUSSEF, o que é suficiente para demonstrar que o parlamentar frequentava o local, bem como há corroboração das entregas feitas consoante anotações nas planilhas mantidas por RAFAEL ÂNGULO LOPEZ¹⁷⁹.

Outras tantas vezes, o pagamento da propina a MÁRIO NEGROMONTE foi realizado na Bahia, seu estado de origem, diretamente ou aos já referidos Tiago José de Souza Cavalcanti e Hugo Hareng de Lima Quirino, por meio de RAFAEL ÂNGULO LOPEZ e seu próprio irmão ADARICO NEGROMONTE FILHO, transportadores do doleiro ALBERTO YOUSSEF¹⁸⁰.

A corroborar, verificou-se o registro de onze viagens de RAFAEL ÂNGULO LOPEZ à Bahia entre 2010 e 2012¹⁸¹, sendo que o transportador também relatou que, a partir de 2010, grande parte dos valores era entregue ao Deputado Federal MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE por seu irmão ADARICO NEGROMONTE FILHO¹⁸², sendo certo que também há registros de viagens deste à Bahia entre 2011 e 2013¹⁸³.

A corroborar o pagamento de propina em espécie para o então Deputado Federal MÁRIO NEGROMONTE, planilha elaborada por RAFAEL ÂNGULO LOPEZ registra, nas datas de 13/09/2012, 24/09/2012 e 15/10/2012, os pagamentos de R\$ 35.000,00, R\$

(fls. 237 do Apenso I do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 28.**

Por sua vez, CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA, em seu Termo de Colaboração n. 05, ressaltou: “*QUE conheceu MÁRIO NEGROMONTE no escritório de ALBERTO YOUSSEF situado na Rua São Gabriel, no Itaim Bibi, em São Paulo; QUE MÁRIO NEGROMONTE ia algumas vezes no escritório de ALBERTO YOUSSEF da Rua São Gabriel; QUE o declarante viu MÁRIO NEGROMONTE uma única vez no escritório de ALBERTO YOUSSEF situado na Rua Renato Paes de Barros, no Itaim Bibi, em São Paulo; QUE os políticos que compareciam aos escritórios de ALBERTO YOUSSEF iam lá pegar dinheiro, embora o declarante nunca tenha visto MÁRIO NEGROMONTE recebendo dinheiro; QUE ALBERTO YOUSSEF comentava com o declarante que MÁRIO NEGROMONTE, entre os políticos, era 'o mais achacador'; QUE ALBERTO YOUSSEF inclusive disse que MÁRIO NEGROMONTE perdeu o cargo de Ministro das Cidades, em 2012, porque não estava 'fazendo caixa' para o PARTIDO PROGRESSISTA, uma vez que estaria 'roubando apenas para ele próprio'*” (fls. 02/05 do Apenso IV do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 65.**

179 Termo de Declarações n. 19, RAFAEL ANGULO LOPEZ, com base nas planilhas por ele apresentadas, menciona pelo menos um dos repasses de propina realizados dessa forma: “*Que questionado sobre a entrega de 13 de setembro de 2012, constante da mesma planilha, identificada como Band Mn, no valor de R\$ 35.000,00, o declarante confirma que se refere a valor entregue a MÁRIO NEGROMONTE; Que este valor pode ter sido entregue no próprio escritório de YOUSSEF*” (fls. 239 do Apenso I do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 28.**

180 **Doc. 28.**

181 **Doc. 68.**

182 RAFAEL ANGULO LOPEZ, ainda em seu Termo de Declarações n. 19, afirmou que, a partir de 2010, grande parte dos valores entregues a MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE na Bahia era levada pelo próprio irmão do ex-parlamentar, ADARICO NEGROMONTE FILHO, funcionário de ALBERTO YOUSSEF. Ele ressaltou que “*passou a levar menos valores em Salvador pois o próprio irmão de MÁRIO NEGROMONTE (ADARICO) levava os valores para este último em Salvador*” (fls. 238 do Apenso I do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 28.**

183 **Doc. 94.**

65.000,00 e R\$ 40.000,00, respectivamente, para beneficiário apontado como "Band Mn"¹⁸⁴, a respeito da qual o réu colaborado RAFAEL ÂNGULO LOPEZ afirmou: *"Que tanto assim que no dia 03 de outubro de 2012 efetuou anotação, na planilha de movimentos referente a out2012.xls, da quantia de R\$ 60.000,00, com anotações de 'Band Mn', que era a referência a MÁRIO NEGROMONTE; (...) Que questionado sobre a entrega de 13 de setembro de 2012, constante da mesma planilha, identificada como Band Mn, no valor de R\$ 35.000,00, o declarante confirma que se refere a valor entregue a MÁRIO NEGROMONTE"*¹⁸⁵.

Além do recebimento de propina em espécie, diretamente de ALBERTO YOUSSEF ou por meio de entregadores, recebido pessoalmente ou por intermediários, o então Deputado Federal MÁRIO NEGROMONTE beneficiou-se do esquema criminoso instalado na Petrobras de outras maneiras.

Em 12/08/2011, por orientação do doleiro, ADARICO NEGROMONTE FILHO efetuou a transferência de R\$ 1.000,00 para a empresa K STAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., que se destinava ao pagamento de parte do preço do veículo KIA/Soul, placa EUS 8521, adquirido pela filha do ex-parlamentar, DANIELLA SOUZA NEGROMONTE. Pouco tempo depois, em 23/08/2011, ADARICO NEGROMONTE FILHO utilizou outros R\$ 16.000,00 em espécie para pagar a blindagem do veículo, valor este que foi debitado dos créditos de propina do ex-parlamentar no esquema de corrupção. Esses fatos foram revelados pelo transportador CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA ("CEARÁ")¹⁸⁶.

Ademais, MÁRIO NEGROMONTE também auxiliou indiretamente o ex-Deputado Federal José Edmar Ronivon Santiago de Melo, correligionário do Partido Progressista no Estado do Acre (notoriamente envolvido em inúmeros casos de corrupção desde a década de 1990). Em 14/02/2013, Tiago José de Souza Cavalcanti, que recebia propina em nome de MÁRIO NEGROMONTE, efetuou transferência no valor de R\$ 1.800,00 a partir de sua conta bancária pessoal (n. 212113, agência n. 3571, do Banco Bradesco), em favor da empresa Fitness Império dos Nobres Academia Ltda¹⁸⁷.

184 **Doc. 30.**

185 **Doc. 28**

186 Termo de Colaboração n. 05 de CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA: *"QUE, em 2012 ou 2013, o declarante tomou conhecimento, por ALBERTO YOUSSEF, de que este custeou a compra de um veículo Kia Soul, de cor vermelha (e também a instalação de blindagem), destinado à filha de MARIO NEGROMONTE, que residia em São Paulo/SP, em apartamento que era de JOSÉ JANENE; QUE inclusive certo dia ADARICO NEGROMONTE saiu do escritório de ALBERTO YOUSSEF com dinheiro em espécie para pagar o carro ou a blindagem; QUE o declarante chegou a andar nesse carro, tendo pegado uma carona com ADARICO NEGROMONTE, que havia pegado o veículo na empresa de blindagem"* - **Doc. 65.**

187 Caso Simba n. 1400, Caderno Bancário n. 08, Relatório Tipo 04 – Ação Cautelar n. 3871 – encaminhado

Outrossim, no ano de 2010, em datas não especificadas, MÁRIO NEGROMONTE recebeu vantagens indevidas oriundas de contratos firmados no âmbito da Diretoria de Abastecimento da Petrobras, destinadas à campanha eleitoral de 2010.

Agenda de PAULO ROBERTO COSTA apreendida no curso da Operação Lava Jato indica que, **do total de "28,5" (28 milhões e 500 mil reais) de propina destinados ao Partido Progressista no ano eleitoral de 2010, "5,0" (5 milhões de reais) foram direcionados a "Ma" (MÁRIO NEGROMONTE)**, o que foi confirmado por PAULO ROBERTO COSTA e ALBERTO YOUSSEF em suas declarações¹⁸⁸.

Parte do pagamento desse importe foi feito parceladamente, nas ocasiões em que CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA ("CEARÁ"), transportador do doleiro ALBERTO YOUSSEF, repassou pessoalmente valores, no ano de 2010, em ocasiões não precisadas, diretamente a MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE, em Brasília/DF, consoante as declarações do colaborador "CEARÁ"¹⁸⁹.

na íntegra para Secretaria dessa Vara Federal.

188 Termo de Declarações Complementar n. 13 de PAULO ROBERTO COSTA: "QUE, mostrada a agenda do depoente apreendida pela Polícia Federal, na parte em que consta uma lista de siglas acompanhadas de números, ele ressaltou que copiou a referida lista de uma tabela que se encontrava no escritório de Alberto Youssef; QUE normalmente Alberto Youssef não apresentava ao depoente essas tabelas de repasse de valores; QUE o depoente copiou a tabela para ter uma noção do que havia sido repassado a agentes políticos, que viviam perturbando o depoente; QUE, esclarecendo as siglas, afirma que: "5,5 Piz" significa cinco milhões e meio de reais pagos a João Pizolatti; **"5,0 Ma", significa cinco milhões e meio de reais pagos a Mário Negromonte**; 5,3 "Pe" significa cinco milhões e trezentos mil reais pagos a Pedro Correa; "4,0 Nel" significa quatro milhões de reais pagos a Nelson Meurer; "1,0 Bl" significa um milhão de reais pagos a Benedito de Lira; "7,5 Pnac" significa sete milhões e meio de reais pagos ao diretório nacional do PP; "0,65 Adv Pizz" significa 560 mil pagos a advogados de João Pizzolatti (...)" (fls. 57/62 do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 44**

Termo de Declarações Complementar n. 27 de ALBERTO YOUSSEF: "QUE mostrada uma tabela constante na agenda de PAULO ROBERTO COSTA, que ora é juntada em anexo, o declarante confirma que tais valores conferem com os apontados pelo declarante; QUE confirma que PAULO ROBERTO COSTA fez tais anotações a partir de um 'batimento de contas' que o declarante fez com PAULO ROBERTO COSTA, em 2010, durante a campanha; QUE durante a campanha era o período que mais fizeram reuniões, pois havia muitas demandas e estavam sempre tratando do levantamento de valores; QUE a anotação "28,5 PP" significa R\$ 28,5 milhões, que era o valor que já havia sido pago ao Partido Progressista; QUE a anotação "7,5 PNAC" significa provavelmente o valor referente à QUEIROZ GALVÃO que o declarante repassou como doações oficiais, conforme já mencionado em termo anterior" (fls. 79/87 do Inquérito n. 1992/DF) – **Doc. 23**

189 Termo de Colaboração n. 05: "QUE o declarante efetuou entregas de dinheiro em espécie em um apartamento funcional na Quadra 311 Sul, em Brasília; QUE o declarante não sabia exatamente quem morava nesse apartamento, sabendo apenas que, nas oportunidades em que compareceu ao local para entregar dinheiro, estavam presentes os deputados federais JOÃO PIZZOLATTI, MÁRIO NEGROMONTE, PEDRO CORREA, além de outros deputados dos quais o depoente não se recorda; QUE essas entregas de dinheiro realizadas pelo depoente em Brasília ocorreram no ano de 2010; QUE o declarante foi umas quatro vezes nesse apartamento funcional entregar dinheiro em espécie; QUE nessas oportunidades o declarante transportava R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); QUE o declarante transportava o dinheiro no corpo, usando meias de futebol e calças próprias (mais folgadas), calças "de trabalho"; QUE, ao chegar ao apartamento, o declarante ia ao banheiro para retirar o dinheiro das pernas, que estava embalado em filmes plásticos, e retornava com uma sacola de dinheiro e apresentava a todos que estavam à espera, na sala do apartamento; QUE os deputados federais mencionados recebiam o declarante e pegavam o dinheiro; QUE o declarante não

Os registros de voos de CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA (“CEARÁ”) confirmam que esse transportador deslocou-se por cinco vezes a Brasília/DF em 2010¹⁹⁰. Conforme esclareceu o colaborador, no ano de 2010, efetuou diversas entregas de dinheiro em espécie em apartamento funcional na Quadra 311 Sul, em Brasília, local em que se reuniam MÁRIO NEGROMONTE, JOÃO PIZZOLATTI e PEDRO CORRÊA, além de outros parlamentares que lá compareciam para receber o dinheiro da propina destinada ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP).

Outra parte foi recebida por MÁRIO NEGROMONTE, de forma dissimulada, como doações eleitorais oficiais feitas pela QUEIROZ GALVÃO¹⁹¹ e pela JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS¹⁹².

Como anteriormente já referido, cumprindo ordens dos integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), ALBERTO YOUSSEF procurou OTHON ZANOIDE DE MORAES FILHO, Diretor Geral da CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO, em 2010, com vistas a obter doações eleitorais para a agremiação, o que se efetivou em favor do Diretório Nacional do partido no importe total de R\$ 2.740.000,00¹⁹³, por meio do grupo empresarial Queiroz Galvão, especificamente das empresas CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A e VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S/A, por meio de transferências feitas entre julho e setembro de 2010, sendo que, deste montante, foram repassados R\$ 411.515,54 para MÁRIO

*sabia como eles dividiam os valores; QUE os deputados federais sempre perguntavam para o depoente: “Cadê o resto?”; QUE o depoente apenas respondia que aquela era a quantia que ele estava transportando; QUE ALBERTO YOUSSEF disse que, na campanha de 2010, repassou R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) a MÁRIO NEGROMONTE” (fls. 02/05 do Apenso IV do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 23***

190 **Doc. 68.**

191 A construtora QUEIROZ GALVÃO celebrou diversos contratos com a PETROBRAS, no âmbito da Diretoria de Abastecimento, seja individualmente, seja por meio de consórcios com outras empreiteiras, tais como o Consórcio Refinaria Abreu e Lima (R\$ 429.200.000,00), o Consórcio CTC – Consórcio Terraplenagem Comperj (Contrato n. 0800.0040907.08.2, no valor de R\$ 819.800.000,00), o Consórcio Ipojuca II (R\$ 2.694.950.000,00), o Consórcio QGGI (Contrato n. 0800.00702.10.2, no valor de R\$ 977.814.500,00), o Consórcio QGGIT (Contrato n. 0858.0085780.13.2, no valor de R\$ 640.500.000,00), o Consórcio QGIT (Contrato n. 0858.0085740.13.2, no valor de R\$ 1.807.997.477,00 – de 2013, entre outros contratos.

192 A empresa JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS celebrou diversos contratos com a PETROBRAS, no âmbito da Diretoria de Abastecimento, seja individualmente, seja por meio de consórcios com outras empreiteiras, entre os quais estão os contratos referentes à montagem de fornos da unidade de destilação atmosférica da Refinaria do Nordeste – RNEST (R\$ 76.670.000,00), à montagem de fornos da unidade de coqueamento retardado e à montagem de fornos de hidrotreatamento da RNEST (R\$ 116.680.000,00), à montagem de fornos da unidade de geração de hidrogênio da RNEST (R\$ 151.240.000,00), entre outros contratos de interligação de unidades e de construção do parque de tancagem do COMPERJ (mídia de fls. 426 do Inquérito n. 3992/DF, que será encaminhada em mídia magnética para Secretária da Vara Federal responsável pelo processamento e julgamento da presente Ação Civil Pública, requerendo permanência acautelada e disponível para consulta pelas partes interessadas.

193 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 32**

NEGROMONTE, pelo Diretório Nacional, por meio de cinco transferências eletrônicas¹⁹⁴.

Tais fatos foram corroborados por *e-mails* trocados entre ALBERTO YOUSSEF e OTHON ZANOIDE DE MORAES FILHO, nos quais foram tratadas essas doações¹⁹⁵, e detalhadamente narrados nas declarações prestadas pelo réu colaborador ALBERTO YOUSSEF¹⁹⁶.

Como igualmente já referido, cumprindo ordens dos integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), ALBERTO YOUSSEF procurou CRISTIAN JATY SILVA, em 2010, com vistas a obter doações eleitorais para candidatos da agremiação, o que se efetivou por meio da empresa JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS em favor de oito candidatos, entre os quais MÁRIO NEGROMONTE, que recebeu doação no importe de R\$ 500.000,00, e MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR, que recebeu R\$ 85.000,00, ambos em 11/08/2010. O valor total das propinas dissimuladas sob a forma de doações da empresa JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS para todos os candidatos do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) atingiu o importe total de R\$ 2.035.000,00¹⁹⁷.

Tais fatos foram corroborados por *e-mails* trocados entre ALBERTO YOUSSEF e CRISTIAN JATY SILVA, um dos diretores da empresa, nos quais foram tratadas essas doações¹⁹⁸, e detalhadamente narrados nas declarações prestadas pelo réu colaborador ALBERTO YOUSSEF¹⁹⁹. Por seu turno, os diretores da empresa JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS confirmaram a solicitação de vantagem indevida por parte de ALBERTO YOUSSEF²⁰⁰.

Não apenas MÁRIO NEGROMONTE beneficiou-se do pagamento de propinas camufladas de doações eleitorais "oficiais", como também atuou, juntamente com JOÃO PIZZOLATTI, para que, da mesma maneira, fossem beneficiados correligionários candidatos nas eleições de 2010, tais como LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA, JOSÉ OTÁVIO FERMANO e ROBERTO PEREIRA BRITTO, conforme exposto adiante.

Ademais, em meio à reestruturação do setor petroquímico, o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e MÁRIO NEGROMONTE cobraram cerca de R\$ 20.000.000,00 de propina da empresa UNIPAR, entre os anos de 2007 e 2008, no contexto específico da criação da

194 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 22**

195 **Doc. 95.**

196 **Doc. 71.**

197 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 16**

198 **Doc. 72.**

199 **Doc. 73.**

200 **Docs. 74, 75, 76, 77 e 78.**

empresa QUATTOR pela Petrobras e a própria UNIPAR, por intermédio do empresário baiano JOSÉ DA SILVA MATTOS NETO. Desse importe, cerca de R\$ 12.000.000,00 foram destinados diretamente ao ex-parlamentar, ao passo que o restante foi direcionado à agremiação, consoante detalhado por ALBERTO YOUSSEF²⁰¹.

Para o pagamento da propina, deslindou-se que foram utilizadas de maneira interposta a empresa CEEMA – CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE LTDA. e outras do mesmo grupo, de propriedade de JOSÉ DA SILVA MATTOS NETO, bem como a CRUZ VERMELHA BRASILEIRA – FILIAL DO ESTADO DA BAHIA, de que o mesmo JOSÉ DA SILVA MATTOS NETO era presidente à época.

201 Termo de Colaboração n. 30: “*QUE, a respeito do que consta do Anexo 29, intitulado ASSOCIACAO DA PETROQUÍMICA UNIPAR COM A PETROBRAS CRIANDO UMA NOVA COMPANHIA CHAMADA QUATTOR; QUE, afirma que por volta do ano de 2005 o proprietário da empresa UNIPAR teria procurado JOSE JANENE, o que soube pelo último, a fim de que fosse criada uma nova empresa de nome QUATTOR em parceria com PETROBRAS, surgindo aí uma concorrência a BRASKEM que dominava o setor; QUE, a reunião para tratar desse assunto foi realizada em São Paulo estando presentes o declarante, JOSE JANENE JOAO GENU, o administrador e acionista majoritário da UNIPAR e o gerente financeiro da UNIPAR, não recordando se PAULO ROBERTO COSTA estava presente; QUE JOSE JANENE teria contatado PAULO ROBERTO COSTA, o qual providenciou as tratativas para a viabilização desse empreendimento, **QUE, a comissão para esse trabalho seria de dezoito milhões de reais, a serem pagos a JANENE; QUE, MARIO NEGROMONTE teria “atravessado” esse negócio, passando a receber a comissão por meio de um empresário da Bahia; QUE JANENE pressionou MARIO NEGROMONTE para que fizesse o repasse da parcela do PP, sendo que NEGROMONTE aceitou a proposta; QUE acredita que MARIO NEGROMONTE tenha recebido cerca de doze milhões de reais e repassou nesse período aproximadamente um milhão e meio a JANENE; QUE algumas parcelas desse repasse foram recebidas por RAFAEL ÂNGULO e pelo próprio declarante junto a esse empresário da Bahia, acreditando que RAFAEL possa identificar esse empresário; QUE, JOSE JANENE ficou um pouco insatisfeito com esse processo, e decidiu cobrar o restante do valor diretamente da QUATTOR, tendo sido realizada uma reunião em São Paulo onde presentes JOAO GENU, o administrador da UNIPAR, JOSE JANENE, o declarante e o gerente financeiro da UNIPAR; QUE, o empresário que na época dirigia a QUATTOR era ‘um turquinho’ dono da UNIPAR, não recordando o nome do mesmo nessa oportunidade, sendo que ele deve ter atualmente cerca de 45 anos; QUE, recorda que fazia parte do controle da UNIPAR uma tia desse ‘turquinho’ a qual consentia que o mesmo administrasse a empresa; QUE, a conversa de JANENE com esse empresário foi bastante ‘dura’ sendo que o mesmo acabou cedendo e pagou cerca de nove milhões de reais por meio de repasses em espécie e por meio de notas emitidas pelas empresas MO CONSULTORIA e outras empresas ligadas a WALDOMIRO DE OLIVEIRA; QUE, JOSE JANENE disse a esse empresário que ele poderia perder o controle da QUATTOR, sendo criados outros embaraços ao investimento da UNIPAR através de medidas a serem adotadas por PAULO ROBERTO COSTA; QUE, acrescenta que por obra da articulação entre JOSE JANENE e PAULO ROBERTO COSTA a UNIPAR detinha o controle acionário e administrativo da QUATTOR; QUE, acrescenta que houve outras reuniões de trabalho para tratar do assunto, inclusive acerca da administração da QUATTOR, lembrando que PAULO ROBERTO COSTA teria alguma desavença com uma das pessoas nomeadas para a diretoria da QUATTOR; QUE, ao lhe ser mencionado o nome de JOSE OCTAVIO VIANELLO DE MELO, afirma que o mesmo seria o gerente financeiro da UNIPAR, anteriormente referido; QUE, ao lhe ser mencionado o nome de FRANK ABUBAKIR, afirma, com segurança ser este o empresário titular da UNIPAR, o qual se referiu anteriormente como ‘turquinho’; QUE, acredita que PAULO ROBERTO tenha recebido uma parte da comissão paga pela UNIPAR, não sabendo qual seria o montante presumindo tenha sido em torno de trinta por cento” (fls. 185/187 do Apenso I do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 96.*****

Em diligências de busca e apreensão realizadas, foram colhidos diversos elementos que evidenciam a relação entre o ex-parlamentar MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE e o empresário baiano JOSÉ DA SILVA MATTOS NETO, tais como: (a) no celular do empresário foi encontrada extensa conversa mantida com o ex-parlamentar, tratando de indicações políticas para cargos comissionados na Bahia²⁰²; (b) na sede do diretório estadual do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) da Bahia, foi encontrada transmissão de fax, feita em abril de 2009, com o timbre da Câmara dos Deputados, contendo lista de nomes e empresas, da qual consta a UNIPAR e seu diretor FRANK GEYER ABUBAKIR, com solicitação de agendamento de reunião²⁰³; (c) em mídia de Tiago José de Souza Cavalcanti, assessor e intermediário do ex-parlamentar, foi encontrado o contato telefônico do empresário baiano²⁰⁴.

O repasse da propina à empresa CEEMA – CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE LTDA. foi feito parcialmente por pagamentos diretos da empresa UNIPAR – UNIÃO DE INDÚSTRIAS PETROQUÍMICAS S/A e em parte por intermédio da empresa POLIETILENOS UNIÃO S/A (do grupo UNIPAR). Em diligência de busca e apreensão, foram encontradas notas fiscais fictícias emitidas por ambas as empresas em favor da CEEMA, entre 26 e 28 de novembro de 2007, no importe total de R\$ 18.516.202,50²⁰⁵. Dados bancários amealhados também comprovam que nos anos de 2007 e 2008 houve transferências de valores significativos, no importe total de ao menos R\$ 5.133.781,85, em favor da CEEMA pelas empresas UNIPAR – UNIÃO DE INDÚSTRIAS PETROQUÍMICAS S/A, UNIPAR – Comercial e Distribuidora S/A e QUATTOR – Químicos Básicos S/A, todas do grupo UNIPAR²⁰⁶. As retiradas de dinheiro junto à empresa CEEMA eram feitas em Salvador/BA por RAFAEL ÂNGULO LOPEZ,

202 Auto de Apresentação e Apreensão, item 1, da Equipe BA-21 e Relatório de Análise de Material Apreendido n. 014/2015 – Ação Cautelar n. 3891/DF **Doc. 154.**

203 Relatório de Análise de Material Apreendido n. 011/2015 – Ação Cautelar n. 3891/DF – **Doc. 155.**

204 Auto de Apresentação e Apreensão, item 27, da Equipe BA-19 e Relatório de Análise de Material Apreendido n. 012/2015 – Ação cautelar n. 3891/DF – **Doc. 156.**

205 Auto de Apresentação e Apreensão, item 4, da Equipe BA-22 e Relatório de Análise de Material Apreendido n. 015/2015 – Ação Cautelar n. 3891/DF – **Doc. 157.**

206 Caso Simba n. 1400, Caderno Bancário n. 10, Relatório Tipo 04 – Ação Cautelar n. 3871 – encaminhado na íntegra para Secretaria dessa Vara Federal.

segundo o seu próprio relato²⁰⁷, que é corroborado pelo registro de que efetuou seis viagens àquela cidade entre 2007 e 2008²⁰⁸.

Portanto, MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE praticou atos de improbidade por haver engendrado o esquema ilícito em concerto com PAULO ROBERTO COSTA²⁰⁹, ALBERTO YOUSSEF, PEDRO CORREA, PEDRO HENRY, NELSON MEURER, JOÃO PIZZOLATTI, enquanto em exercício de mandato parlamentar. Aceitou e recebeu promessas de pagamento de vantagens indevidas pagas pelas empresas contratadas pela Petrobras, tendo sido fundamental para a consecução dos atos ímprobos sua condição de parlamentar

207 "QUE as anotações constantes do documento intitulado "agenda BBB", fornecido pelo próprio declarante em oitiva anterior, dizem respeito aos registros das entregas de dinheiro feitas por ele à ordem de ALBERTO YOUSSEF; **QUE, especificamente no tocante às inscrições "Zé Mattos – Ceema – 071.8891-9191 – Salvador - Av. Tancredo Neves, 2421 – 11º Andar – Sl 1105/1105", afirma que tal endereço se relaciona a algumas retiradas de dinheiro realizadas pelo declarante na empresa CEEMA; QUE, diante da fotografia extraída do Google Street View correspondente ao endereço Av. Tancredo Neves, 2421, Salvador/BA, afirma, com segurança, que se trata do endereço em que compareceu para apanhar dinheiro na empresa CEEMA, por volta dos anos de 2007/2008; QUE, em nome dessa empresa (CEEMA) sempre figurou a pessoa conhecida como "ZÉ MATTOS", a quem o declarante reconhece em fotografia que ora lhe é apresentada, ressaltando que, na época, tal pessoa usava bigode e estava um pouco mais magra; QUE, na primeira ocasião, o declarante retirou cerca de R\$ 600.000,00; QUE, como não havia a totalidade do dinheiro, o declarante recebeu em duas partes, no mesmo dia; QUE, portanto, retirou a primeira parcela dos valores pela manhã e o restante à tarde, valendo-se de uma mala para o transporte; QUE, após apanhar o dinheiro, o declarante realizou diversos depósitos bancários, de pequenos valores e em favor de pessoas físicas, a partir de dados que ALBERTO YOUSSEF havia lhe fornecido; QUE outra parte dos valores foi apanhada por duas pessoas enviadas por ALBERTO YOUSSEF ao hotel em que o declarante estava hospedado, em Salvador; **QUE uma dessas chamava-se TIAGO, pessoa que posteriormente o declarante ficou sabendo era parente de MARIO NEGROMONTE, o que foi confirmado por este em conversa no escritório de ALBERTO YOUSSEF, situado na Av. São Gabriel; QUE, no retorno a São Paulo, o declarante fez uma parada no Rio de Janeiro a fim de conduzir cerca de R\$ 80.000,00 a um escritório de advocacia indicado por ALBERTO YOUSSEF; QUE tal escritório situava-se na Av. Copacabana ou na Av. Rio Branco; QUE o declarante não conhecia as pessoas que estavam no citado escritório; QUE o restante dos valores, cerca de R\$ 150.000,00, foram transportados para São Paulo/SP e entregues a ALBERTO YOUSSEF; QUE, na segunda ocasião em que o declarante esteve no mesmo endereço, os valores retirados na CEEMA foram inferiores, em torno de R\$ 220.000,00, quantia que foi levada em parte ao escritório de uma empresa, em Salvador (em torno de R\$ 80.000,00) e o restante foi conduzido de volta a São Paulo/SP; QUE houve uma terceira vez em que o declarante foi a Salvador para apanhar valores na empresa CEEMA, mas houve alguns contratemplos que impediram a entrega, tendo o declarante retornado a São Paulo sem qualquer dinheiro, conforme orientação de ALBERTO YOUSSEF; QUE, após alguns dias, o declarante presenciou discussão entre JOSÉ JANENE e ALBERTO YOUSSEF no sentido de que ZÉ MATTOS não estava cumprindo o combinado e por isso não adiantaria retornar a Salvador para buscar dinheiro; QUE, de fato, o declarante não mais retornou à sede da CEEMA" - **Doc. 158.******

RAFAEL ANGULO LOPEZ já havia tratado da empresa CEEMA em seu Termo de Declarações n. 11 (fls. 215/217 do Apenso I do Inquérito n. 3992/DF) - **Doc. 97.**

208 Informação Policial n. 74/2015, fls. 465/476 do Inquérito n. 3992/DF – **Doc. 68.**

209 Em face de PAULO ROBERTO COSTA já foram promovidas as ações de improbidade n. 5006628-2.2015.404.7000, n. 5006675-66.2015.404.7000, n. 5006694-72.2015.404.7000, n. 5006695-57.2015.404.7000, 5006717-18.2015.404.7000, n. 5027001-47.2015.404.7000, n. 5011119-11.2016.404.7000 e 5051170-64.2016.404.7000. PAULO ROBERTO COSTA foi denunciado nas ações penais 5026212-82.2014.404.7000, 5083258-29.2014.404.7000, 5083351-89.2014.404.7000, 5083360-51.2014.404.7000, 5083376-05.2014.404.7000, 5083401-18.2014.404.7000, 5083838-59.2014.404.7000.

integrante da cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) que alçou PAULO ROBERTO COSTA ao cargo de Diretor de Abastecimento. Ademais, atuou na sustentação política de PAULO ROBERTO COSTA, condição na qual foi mantido para “zelar” pelos interesses das empresas cartelizadas em procedimentos licitatórios e contratos no âmbito da estatal, bem como “zelar” pelos interesses da BRASKEM, pelo que, comprovado restou, haver induzido, concorrido e obtido benefício direto decorrente dos atos de improbidade praticados por PAULO ROBERTO COSTA, para si e para integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), inclusive para agentes políticos da referida agremiação detentores de mandato parlamentar federal, bem assim para a própria agremiação política.

O elemento doloso das condutas ímprobas resta patenteado pelos depoimentos dos réus colaboradores e pelos fatos elementos que demonstraram, cabalmente, o pagamento periódico de propina ao parlamentar. Não há dúvida de que MÁRIO NEGROMONTE atuou ativamente para alçar e manter PAULO ROBERTO COSTA no cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras, de molde a viabilizar o esquema de corrupção político-partidário instaurado no âmbito da estatal, do qual se beneficiou diretamente, por anos a fio, mediante o recebimento de propinas pagas pelas empreiteiras cartelizadas e pela BRASKEM.

Em suma, **MÁRIO NEGROMONTE** praticou **atos de improbidade administrativa que consustanciam enriquecimento ilícito (art. 9º da Lei 8.429/92)** porque:

a) recebeu vantagem indevida, para si e para terceiros, no período de 2004 a 2014, em razão dos atos praticados no exercício de mandato parlamentar dirigidos a alçar PAULO ROBERTO COSTA ao cargo de direção da estatal, dando suporte político à sua permanência na Diretoria de Abastecimento e colocando seu mandato a serviço de PAULO ROBERTO COSTA, de ALBERTO YOUSSEF e das empreiteiras contratadas pela Petrobras, para que todos obtivessem desmedido locupletamento ilícito, o que, inelutavelmente caracteriza a prática de ato de ofício em infração de dever funcional, no valor de ao menos R\$ 460.636.517,60 **(art. 9º, caput e inciso I, da Lei 8.429/92);**

b) recebeu tais vantagens das empresas ENGEVIX, GALVÃO ENGENHARIA, CAMARGO CORRÊA, UTC, OAS, MENDES JÚNIOR, QUERIOZ GALVÃO e ODEBRECHT que tinham interesses com ampla e efetiva potencialidade de ser amparado por ações ou omissões suas **(art. 9º, caput e inciso I, da Lei 8.429/92);**

As condutas do requerido em auferir vantagens indevidas também caracterizam, por consequência, **atos de improbidade administrativa que acarretaram danos ao erário no valor de, ao menos, R\$ 460.636.517,60 (art. 10, caput e incisos I e XII, da Lei 8.429/92).**

Como já enfatizado, a totalidade da vantagem ilícita vertida ao esquema montado na Diretoria de Abastecimento constitui efetivo prejuízo ao erário, por ser indene de dúvida que o custo da propina foi repassado à Petrobras, seja por meio da cobrança de preço superior à estimativa dos contratos e aditivos celebrados no esquema envolvendo as empresas cartelizadas, seja por meio dos preços vantajosos obtidos pela BRASKEM na renegociação do contrato de fornecimento de nafta, o que evidentemente era propiciado pela própria corrupção, com o que a estatal arcou com prejuízo no valor equivalente, sendo assim este demandado responsável pela reversão do referido locupletamento ilícito, visto que ele corresponde a prejuízo evidente suportado pela Petrobras.

Também evidente que as condutas importaram em **atos de improbidade por ofensa aos princípios administrativos (art. 11 da Lei 8.429/92)**, notadamente os princípios da legalidade e da moralidade, e os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

Por seu turno, MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE JÚNIOR concorreu e se beneficiou dos atos de improbidade praticados no esquema ilícito de PAULO ROBERTO COSTA²¹⁰, ALBERTO YOUSSEF, PEDRO CORREA, PEDRO HENRY, MÁRIO NEGROMONTE, NELSON MEURER, JOÃO PIZZOLATTI.

O elemento doloso resta patenteado pelos depoimentos dos réus colaboradores e pelos fatos elementos que demonstraram, cabalmente, que MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR auxiliou seu genitor no recebimento das vantagens ilícitas, das quais se beneficiou, além de ter-se beneficiado diretamente também em virtude da propina disfarçada como doação “oficial” feita para a sua campanha eleitoral.

Em suma, **MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR** concorreu e se beneficiou de **atos de improbidade administrativa que consubstanciam enriquecimento ilícito (art. 9º,**

²¹⁰Em face de PAULO ROBERTO COSTA já foram promovidas as ações de improbidade n. 5006628-92.2015.404.7000, n. 5006675-66.2015.404.7000, n. 5006694-72.2015.404.7000, n. 5006695-57.2015.404.7000, 5006717-18.2015.404.7000, n. 5027001-47.2015.404.7000, n. 5011119-11.2016.404.7000 e 5051170-64.2016.404.7000. PAULO ROBERTO COSTA foi denunciado nas ações penais 5026212-82.2014.404.7000, 5083258-29.2014.404.7000, 5083351-89.2014.404.7000, 5083360-51.2014.404.7000, 5083376-05.2014.404.7000, 5083401-18.2014.404.7000, 5083838-59.2014.404.7000.

c/c o art. 3º da Lei 8.429/92). O valor total em todo o período é de, ao menos, R\$ 683.250,00, correspondente à soma dos valores relativos às vantagens ilícitas direcionadas a seu pai, cujo recebimento auxiliou e das quais se beneficiou, mais o valor da propina dissimulada como doação eleitoral “oficial” recebida diretamente em 2010.

Como já enfatizado, a totalidade da vantagem ilícita vertida ao esquema montado na Diretoria de Abastecimento constitui efetivo prejuízo ao erário, de modo que os atos de improbidade administrativa para os quais MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR concorreu e dos quais se beneficiou também caracterizam, por consequência, **atos de improbidade administrativa que acarretaram danos ao erário no valor de, ao menos, R\$ 683.250,00 (art. 10, caput e incisos I e XII, da Lei 8.429/92).**

Também evidente que as condutas importaram em **atos de improbidade por ofensa aos princípios administrativos (art. 11, caput, da Lei 8.429/92)**, notadamente os princípios da legalidade e da moralidade, e os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

IV.5 – NELSON MEURER

NELSON MEURER ocupa o cargo eletivo de Deputado Federal pelo Estado do Paraná desde 1995, encontrando-se atualmente em seu sexto mandato consecutivo. Filiou-se ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) em 2003. Na Câmara dos Deputados, foi o líder do PP entre fevereiro e agosto de 2011.

Inicialmente, registra-se que os fatos caracterizadores de improbidade administrativa imputada ao demandado NELSON MEURER nesta Ação Civil Pública também foram objeto de denúncia na esfera penal, perante o Supremo Tribunal Federal, sendo certo que já houve o recebimento da denúncia em 21/06/2016²¹¹.

NELSON MEURER atuou no âmago do núcleo político do esquema e, em conjunto com os demais líderes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) dentre os quais PEDRO CORRÊA, JOSÉ JANENE, já falecido, PEDRO HENRY, JOÃO PIZZOLATTI e MÁRIO NEGROMONTE, foram os responsáveis por capitanear todo o esquema em prol desse partido, com o auxílio direto de JOÃO GENU.

211 Docs. 150 até 153.

Além disso, não se pode deixar de enfatizar que NELSON MEURER, como figura de destaque da cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), no ano de 2004, foi um dos responsáveis pela nomeação de PAULO ROBERTO COSTA para a Diretoria de Abastecimento da estatal, conforme acima já relatado.

A prova colhida apontou que, pelo menos nos dias 29/02/2008, 11/04/2008, 05/06/2008, 07/08/2008, 21/10/2008, 08/06/2009, 11/08/2009 e 23/12/2010, NELSON MEURER recebeu vantagens indevidas oriundas de contratos firmados no âmbito da Diretoria de Abastecimento da Petrobras, diretamente ou por meio de seus filhos NELSON MEURER JÚNIOR e CRISTIANO AUGUSTO MEURER, a maior parte das vezes em Curitiba/PR, no Hotel Curitiba Palace ou no próprio Aeroporto Afonso Pena, por meio de RAFAEL ÂNGULO LOPEZ, que era empregado do doleiro ALBERTO YOUSSEF, no total de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Entre 2007 e 2013, RAFAEL ÂNGULO LOPEZ realizou dezenas de viagens a Curitiba/PR²¹², sendo que em praticamente todas as vezes para entregar a propina de NELSON MEURER. Constatou-se que, num primeiro momento, a propina era entregue diretamente para JOSÉ JANENE, que repassava a parte de NELSON MEURER, muito embora este costumasse estar presente nas reuniões²¹³. Após a morte de JOSÉ JANENE, em 2010, as viagens de RAFAEL ÂNGULO LOPEZ destinaram-se, em específico, ao repasse da propina diretamente a NELSON MEURER ou por intermédio de seus filhos NELSON MEURER JÚNIOR e CRISTIANO AUGUSTO MEURER, sendo que os repasses eram de em média R\$ 150.000,00²¹⁴.

212 Os dados das viagens de RAFAEL ANGULO LOPEZ foram extraídos da Informação Policial n. 55/2015, dos documentos de embarque por ele apresentados em seu acordo de colaboração premiada e dos registros de pontuação do programa de fidelidade da TAM – **Docs. 56 e 141**.

213 Termo de Declarações de RAFAEL ÂNGULO LOPEZ: “QUE, quando o depoente viajou para Curitiba, antes da morte de JOSÉ JANENE, ocorrida em 2010, entregou dinheiro geralmente para o próprio JOSÉ JANENE, no Hotel Curitiba Palace; QUE na maior parte das entregas JOSÉ JANENE estava acompanhado por NELSON MEURER no mesmo apartamento” - **Doc. 98**.

214 Termo de Declarações de ALBERTO YOUSSEF: “QUE, a partir do falecimento de JOSÉ JANENE, todas as vezes que Rafael Angulo veio para Curitiba foi para fazer entregas a NELSON MEURER” - **Doc. 145**.

Termo de Colaboração n. 19 de RAFAEL ÂNGULO LOPEZ: “Que em relação às entregas para NELSON MEURER, o declarante nunca foi na casa de NELSON MEURER e nem dos filhos; Que sempre o declarante entregava dinheiro para ele pessoalmente, em companhia do filho mais velho dele, a quem o declarante se referia como NELSINHO; Que os encontros para entregar dinheiro ou eram no Hotel Curitiba Palace em Curitiba ou no aeroporto Afonso Pena; Que NELSON MEURER e seu filho NELSINHO aguardavam o declarante no saguão, pegavam o veículo no estacionamento, davam uma volta ao redor do aeroporto, o declarante retirava as quantias do corpo, no próprio banco de trás do veículo, e colocava na pasta indicada por NELSON MEURER; (...) Que as quantias entregues para MEURER eram em torno de R\$ 100.000,00 a 150.000,00 por vez; Que quando levava notas de R\$ 100,00 levava R\$ 150.000,00 e por vezes R\$ 200.000,00” - **Doc. 28**.

Termo de Declarações de RAFAEL ÂNGULO LOPEZ: “QUE em Curitiba entregava dinheiro diretamente a NELSON MEURER no Hotel Curitiba Palace; QUE em cerca de metade dessas entregas o filho de NELSON MEURER, de nome NELSON MEURER JÚNIOR, estava presente; QUE NELSON MEURER JÚNIOR inclusive

A corroborar, constatou-se que NELSON MEURER, NELSON MEURER JÚNIOR e CRISTIANO AUGUSTO MEURER hospedavam-se no Hotel Curitiba Palace, local de entrega da propina, consoante os registros de hospedagem daquele estabelecimento, tendo havido coincidência com as viagens realizadas por RAFAEL ÂNGULO LOPEZ nas indicadas datas de 29/02/2008, 11/04/2008, 05/06/2008, 07/08/2008, 21/10/2008, 08/06/2009, 11/08/2009 e 23/12/2010²¹⁵.

Ademais, Claudio Tomasini e Joaquim Tadeu Silveira (empregados do Hotel Curitiba Palace) confirmaram, em depoimento, que NELSON MEURER é hóspede muito antigo do estabelecimento e costumava estar acompanhado de seus filhos NELSON MEURER JÚNIOR e CRISTIANO AUGUSTO MEURER²¹⁶.

Outrossim, no ano de 2010, em datas não especificadas, NELSON MEURER recebeu vantagens indevidas oriundas de contratos firmados no âmbito da Diretoria de Abastecimento da Petrobras, diretamente ou por meio de seu filho NELSON MEURER JÚNIOR, em Curitiba/PR (no Hotel Curitiba Palace) ou em Brasília/DF (no apartamento funcional do parlamentar), por meio de CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA ("CEARÁ"), que era empregado do doleiro ALBERTO YOUSSEF, no total de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), destinado à campanha eleitoral de 2010.

Agenda de PAULO ROBERTO COSTA apreendida no curso da Operação Lava Jato indica que, **do total de "28,5" (28 milhões e 500 mil reais) de propina destinados ao**

chegava a fazer a conferência das 'cabeças' de notas de dinheiro; QUE algumas vezes o depoente entregou dinheiro em Curitiba a NELSON MEURER dentro de um veículo dirigido por NELSON MEURER JÚNIOR; QUE NELSON MEURER e NELSON MEURER JÚNIOR, nessas ocasiões, pegavam o depoente no aeroporto Afonso Pena e davam uma volta em torno do estacionamento, enquanto o depoente descarregava o dinheiro em uma pasta entregue por ambos; QUE o depoente, inclusive, nessas oportunidades, umas duas ou três vezes, já chegou a vir a Curitiba e voltar para São Paulo no mesmo avião, só ficando na capital paranaense pelo curto espaço de tempo necessário à entrega do dinheiro a NELSON MEURER e NELSON MEURER JÚNIOR no interior do veículo; QUE, entre os anos de 2011 e 2012, o depoente entregou umas duas vezes dinheiro ao outro filho de NELSON MEURER, de nome CRISTIANO MEURER, no Hotel Curitiba Palace; QUE nessas ocasiões NELSON MEURER não estava presente; QUE o depoente entregou o dinheiro apenas a CRISTIANO MEURER, que fez a conferência das 'cabeças' das notas de dinheiro; QUE, mostrada a fotografia de NELSON MEURER JÚNIOR, em anexo, o depoente o reconheceu como sendo o filho mais velho de NELSON MEURER, que teve maior participação nas entregas de dinheiro narradas; QUE o depoente ressalta apenas que, nas fotografias, NELSON MEURER JÚNIOR está mais velho e com menos cabelo; QUE, mostrada a fotografia de CRISTIANO AUGUSTO MEURER, em anexo, o depoente o reconheceu como sendo o filho mais novo de NELSON MEURER, que teve menor participação nas entregas de dinheiro narradas" – Doc. 98.

215 Conforme tabela que acompanha esta exordial – **Tabelas 23, 24 e 25**

216 CLAUDIO TOMASINI: "Ele é hóspede antiquíssimo. Ele vinha com os filhos, com a esposa, ele tem três filhos. (...) Um dos filhos chama-se Cristiano, outro se chama Nelson Meurer Júnior (...)" – **Doc. 100.**

JOAQUIM TADEU SILVEIRA: "Geralmente ele se hospeda sozinho ou com 'Beto', um motorista que trabalha com NELSON MEURER (...) Ele também costumava se hospedar com a esposa ou com o filho Júnior (Nelson Meurer Júnior) e o Cristiano" - **Doc. 101.**

Partido Progressista no ano eleitoral de 2010, “4,0” (4 milhões de reais) foram direcionados a “Nel” (NELSON MEURER), o que foi confirmado por PAULO ROBERTO COSTA e ALBERTO YOUSSEF em suas declarações²¹⁷.

O pagamento do importe deu-se de maneira parcelada, nas ocasiões em que CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA (“CEARÁ”), um dos empregados do doleiro ALBERTO YOUSSEF, repassou pessoalmente os valores, no ano de 2010, em ocasiões não precisadas, diretamente a NELSON MEURER, no apartamento funcional do parlamentar em Brasília/DF, ou a seu filho NELSON MEURER JÚNIOR, no Hotel Curitiba Palace, em Curitiba/PR, consoante as declarações do réu colaborador “CEARÁ”²¹⁸.

217 Termo de Declarações Complementar n. 13 de PAULO ROBERTO COSTA: “QUE, mostrada a agenda do depoente apreendida pela Polícia Federal, na parte em que consta uma lista de siglas acompanhadas de números, ele ressaltou que copiou a referida lista de uma tabela que se encontrava no escritório de Alberto Youssef; QUE normalmente Alberto Youssef não apresentava ao depoente essas tabelas de repasse de valores; QUE o depoente copiou a tabela para ter uma noção do que havia sido repassado a agentes políticos, que viviam perturbando o depoente; QUE, esclarecendo as siglas, afirma que: “5,5 Piz” significa cinco milhões e meio de reais pagos a João Pizolatti; “5,0 Ma”, significa cinco milhões e meio de reais pagos a Mário Negromonte; 5,3 “Pe” significa cinco milhões e trezentos mil reais pagos a Pedro Correa; **“4,0 Nel” significa quatro milhões de reais pagos a Nelson Meurer; “1,0 Bl” significa um milhão de reais pagos a Benedito de Lira; “7,5 Pnac” significa sete milhões e meio de reais pagos ao diretório nacional do PP; “0,65 Adv Pizz” significa 560 mil pagos a advogados de João Pizzolatti (...)**”. (fls. 57/62 do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 44** e conferir também **Doc. 102**.

Termo de Declarações Complementar n. 27 de ALBERTO YOUSSEF: “QUE mostrada uma tabela constante na agenda de PAULO ROBERTO COSTA, que ora é juntada em anexo, o declarante confirma que tais valores conferem com os apontados pelo declarante; QUE confirma que PAULO ROBERTO COSTA fez tais anotações a partir de um 'batimento de contas' que o declarante fez com PAULO ROBERTO COSTA, em 2010, durante a campanha; QUE durante a campanha era o período que mais fizeram reuniões, pois havia muitas demandas e estavam sempre tratando do levantamento de valores; QUE a anotação “28,5 PP” significa R\$ 28,5 milhões, que era o valor que já havia sido pago ao Partido Progressista; QUE a anotação “7,5 PNAC” significa provavelmente o valor referente à QUEIROZ GALVÃO que o declarante repassou como doações oficiais, conforme já mencionado em termo anterior” (fls. 79/87 do Inquérito n. 1992/DF) – **Doc. 23**

218 Termo de Colaboração n. 06: “QUE, no ano de 2010, antes das eleições, o declarante efetuou duas entregas de dinheiro ao deputado federal NELSON MEURER no Hotel Curitiba Palace, em Curitiba/PR; QUE os valores não foram entregues diretamente a NELSON MEURER; QUE o declarante entregou o dinheiro ao filho de NELSON MEURER; QUE uma das entregas foi no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); QUE a outra entrega foi em valor entre R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil) e R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); QUE o declarante se deslocou de carro de Balneário Camboriú/SC para Curitiba/PR, com o objetivo de realizar essas entregas; QUE ao chegar ao hotel, o declarante chegava à recepção, perguntava pelo nome do filho de NELSON MEURER, do qual não se recorda, e subia para o quarto onde o destinatário estava hospedado; QUE, no quarto, o declarante retirava o dinheiro das pernas, nas quais os valores eram transportados, e entregava para o filho de NELSON MEURER; QUE nas duas entregas o filho de NELSON MEURER estava sozinho dentro do quarto; QUE em uma dessas entregas o filho de NELSON MEURER ofereceu uma gorjeta de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao declarante, que rejeitou a oferta”. - **Doc. 103**.

Termo de Colaboração n. 06: “QUE o declarante efetuou entregas de dinheiro em espécie em um apartamento funcional na Quadra 311 Sul, em Brasília; QUE o declarante não sabia exatamente quem morava nesse apartamento, sabendo apenas que, nas oportunidades em que compareceu ao local para entregar dinheiro, estavam presentes os deputados federais JOÃO PIZZOLATTI, MÁRIO NEGROMONTE, PEDRO CORREA, além de outros deputados dos quais o depoente não se recorda; QUE essas entregas de dinheiro realizadas pelo depoente em Brasília ocorreram no ano de 2010; QUE o declarante foi umas quatro vezes nesse apartamento funcional entregar dinheiro em espécie; QUE em uma dessas entregas o declarante viu o deputado federal

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

A corroborar, registros de viagem comprovam os deslocamentos de CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA ("CEARÁ"), a Brasília/DF no ano de 2010.

Ademais, em dezembro de 2008 e janeiro de 2009, NELSON MEURER recebeu vantagens indevidas repassadas por ALBERTO YOUSSEF, em valores não precisados, por meio de entregas no estabelecimento denominado POSTO DA TORRE em Brasília/DF.

Efetivamente, em depoimento ALBERTO YOUSSEF informou que mantinha com CARLOS HABIB CHATER uma espécie de conta-corrente, na qual cabia a ele, YOUSSEF, efetuar pagamentos de fornecedores do POSTO DA TORRE, e, em contrapartida, HABIB disponibilizava valores em espécie para distribuição a integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) em Brasília/DF. Em relação ao Deputado Federal NELSON MEURER, como já ressaltado, ALBERTO YOUSSEF confirmou ter efetuado repasses para o parlamentar por meio do POSTO DA TORRE.

No curso da Operação Lava Jato, foi apreendido o sistema de contabilidade daquele estabelecimento comercial, denominado "Sismoney", que foi submetido à análise técnica. Nesse contexto, o Laudo Pericial n.º 1.890/14²¹⁹ indicou que NELSON MEURER recebeu R\$ 94.000,00 em 19/12/2008, R\$ 13.000,00 em 22/12/2008, R\$ 42.000,00 em 04/01/2009 e R\$ 10.000,00 em 27/01/2009, o que foi confirmado por André Catão de Miranda, empregado do POSTO DA TORRE. Por seu turno, o Laudo Pericial n.º 1.211/15-INC/DITEC/DPF evidencia que, logo após os recebimentos em espécie no POSTO DA TORRE, em 2009, NELSON MEURER efetuou depósitos fracionados em contas pessoais²²⁰.

Finalmente, em 26/08/2010 e 10/09/2010, houve ainda o recebimento de vantagens indevidas por NELSON MEURER, consistente no importe de R\$ 500.000,00, mediante o disfarce de doações eleitorais "oficiais" feitas pela CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A²²¹.

Cumprindo ordens dos integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP),

*NELSON MEURER; QUE, na ocasião, PEDRO CORREA apresentou o declarante a NELSON MEURER, que afirmou: 'Ah, então o senhor é o famoso Ceará!'; QUE nessas oportunidades o declarante transportava R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); QUE o declarante transportava o dinheiro no corpo, usando meias de futebol e calças próprias (mais folgadas), calças 'de trabalho'; QUE, ao chegar ao apartamento, o declarante ia ao banheiro para retirar o dinheiro das pernas, que estava embalado em filmes plásticos, e retornava com uma sacola de dinheiro e apresentava a todos que estavam à espera, na sala do apartamento; QUE os deputados federais mencionados recebiam o declarante e pegavam o dinheiro; QUE o declarante não sabia como eles dividiam os valores; QUE os deputados federais sempre perguntavam para o depoente: 'Cadê o resto?'; QUE o depoente apenas respondia que aquela era a quantia que ele estava transportando" - **Doc. 103.***

219 **Doc. 142.**

220 **Doc. 143.**

221 Conferir tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 15**

ALBERTO YOUSSEF procurou OTHON ZANOIDE DE MORAES FILHO, em 2010, com vistas a obter doações eleitorais para a campanha de NELSON MEURER à Câmara dos Deputados, o que se efetivou no importe de R\$ 500.000,00, em duas parcelas de R\$ 250.000,00, descontado do montante de vantagens devidas pela construtora.

As doações em questão efetivam-se, como referido, em 26/08/2010 e 10/09/2010, consoante os recibos emitidos por NELSON MEURER²²².

Tais fatos foram corroborados por *e-mails* trocados entre ALBERTO YOUSSEF e OTHON ZANOIDE DE MORAES FILHO, nos quais foram tratadas essas doações²²³, e detalhadamente narrados nas declarações prestadas pelo réu colaborador ALBERTO YOUSSEF²²⁴.

Portanto, NELSON MEURER praticou atos de improbidade por haver engendrado o esquema ilícito em concerto com PAULO ROBERTO COSTA²²⁵, ALBERTO YOUSSEF, PEDRO CORREA, PEDRO HENRY, MÁRIO NEGROMENTE e JOÃO PIZZOLATTI, enquanto em exercício de mandato parlamentar. Aceitou e recebeu promessas de pagamento de vantagens indevidas pagas pelas empresas contratadas pela Petrobras, tendo sido fundamental para a consecução dos atos ímprobos sua condição de parlamentar integrante da cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) que alçou PAULO ROBERTO COSTA ao cargo de Diretor de Abastecimento. Ademais, atuou na sustentação política de PAULO ROBERTO COSTA, condição na qual foi mantido para “zelar” pelos interesses das empresas cartelizadas em procedimentos licitatórios e contratos no âmbito da estatal, bem como “zelar” pelos interesses da BRASKEM, pelo que, comprovado restou, haver induzido, concorrido e obtido benefício direto decorrente dos atos de improbidade praticados por PAULO ROBERTO COSTA, para si e para integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), inclusive para agentes políticos da referida agremiação detentores de mandato parlamentar federal, bem assim para a própria agremiação política.

O elemento doloso das condutas ímprobos resta patenteadado pelos depoimentos dos réus colaboradores e pelos fatos elementos que demonstraram,

222 **Doc. 144.**

223 **Doc. 98.**

224 **Doc. 71.**

225 Em face de PAULO ROBERTO COSTA já foram promovidas as ações de improbidade n. 5006628-92.2015.404.7000, n. 5006675-66.2015.404.7000, n. 5006694-72.2015.404.7000, n. 5006695-57.2015.404.7000, 5006717-18.2015.404.7000, n. 5027001-47.2015.404.7000, n. 5011119-11.2016.404.7000 e 5051170-64.2016.404.7000. PAULO ROBERTO COSTA foi denunciado nas ações penais 5026212-82.2014.404.7000, 5083258-29.2014.404.7000, 5083351-89.2014.404.7000, 5083360-51.2014.404.7000, 5083376-05.2014.404.7000, 5083401-18.2014.404.7000, 5083838-59.2014.404.7000.

cabalmente, o pagamento periódico de propina ao parlamentar. Não há dúvida de que NELSON MEURER atuou ativamente para alçar e manter PAULO ROBERTO COSTA no cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras, de molde a viabilizar o esquema de corrupção político-partidário instaurado no âmbito da estatal, do qual se beneficiou diretamente, por anos a fio, mediante o recebimento de propinas pagas pelas empreiteiras cartelizadas e pela BRASKEM.

Em suma, **NELSON MEURER** praticou **atos de improbidade administrativa que consubstanciam enriquecimento ilícito (art. 9º da Lei 8.429/92)** porque:

a) recebeu vantagem indevida, para si e para terceiros, no período de 2004 a 2014, em razão dos atos praticados no exercício de mandato parlamentar dirigidos a alçar PAULO ROBERTO COSTA ao cargo de direção da estatal, dando suporte político à sua permanência na Diretoria de Abastecimento e colocando seu mandato a serviço de PAULO ROBERTO COSTA, de ALBERTO YOUSSEF e das empreiteiras contratadas pela Petrobras, para que todos obtivessem desmedido locupletamento ilícito, o que, inelutavelmente caracteriza a prática de ato de ofício em infração de dever funcional, no valor de ao menos R\$ 460.636.517,60 **(art. 9º, caput e inciso I, da Lei 8.429/92);**

b) recebeu tais vantagens das empresas ENGEVIX, GALVÃO ENGENHARIA, CAMARGO CORRÊA, UTC, OAS, MENDES JÚNIOR, QUEIROZ GALVÃO e ODEBRECHT que tinham interesses com ampla e efetiva potencialidade de ser amparado por ações ou omissões suas **(art. 9º, caput e inciso I, da Lei 8.429/92);**

As condutas do requerido em auferir vantagens indevidas também caracterizam, por consequência, **atos de improbidade administrativa que acarretaram danos ao erário no valor de, ao menos, R\$ 460.636.517,60 (art. 10, caput e incisos I e XII, da Lei 8.429/92).**

Como já enfatizado, a totalidade da vantagem ilícita vertida ao esquema montado na Diretoria de Abastecimento constitui efetivo prejuízo ao erário, por ser indene de dúvida que o custo da propina foi repassado à Petrobras, seja por meio da cobrança de preço superior à estimativa dos contratos e aditivos celebrados no esquema envolvendo as empresas cartelizadas, seja por meio dos preços vantajosos obtidos pela BRASKEM na renegociação do contrato de fornecimento de nafta, o que evidentemente era propiciado pela própria corrupção, com o que a estatal arcou com prejuízo no valor equivalente, sendo

assim este demandado responsável pela reversão do referido locupletamento ilícito, visto que ele corresponde a prejuízo evidente suportado pela Petrobras.

Também evidente que as condutas importaram em **atos de improbidade por ofensa aos princípios administrativos (art. 11, caput, da Lei 8.429/92)**, notadamente os princípios da legalidade e da moralidade, e os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

IV.6 – JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU

JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU foi assessor parlamentar do então Deputado Federal JOSÉ JANENE de agosto de 2003 até o início de 2007 e lhe prestava auxílio direto na articulação do esquema criminoso estabelecido na Diretoria de Abastecimento da Petrobras, acompanhando o então parlamentar nas reuniões periódicas que este mantinha com PAULO ROBERTO COSTA para tratar da arrecadação de vantagens ilícitas. A partir de 2007, quando JOSÉ JANENE deixou o exercício do mandato eletivo e teve agravamento do seu quadro de saúde, JOÃO CLÁUDIO GENU passou a desempenhar papel ainda mais proeminente no auxílio prestado ao ex-parlamentar que capitaneava o esquema criminoso, organizando todas as suas atividades, notadamente as reuniões tidas com PAULO ROBERTO COSTA. Mesmo após o falecimento de JOSÉ JANENE, ocorrido em 14/09/2010, JOÃO CLÁUDIO GENU continuou atuando ativamente no esquema criminoso estabelecido em detrimento da Petrobras, participando das reuniões com PAULO ROBERTO COSTA para discutir assuntos do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), tal como a arrecadação de vantagens ilícitas para o financiamento de campanhas eleitorais, além de ter passado a atuar também como espécie de operador do próprio PAULO ROBERTO COSTA.

Portanto, embora não ocupasse cargo eletivo, JOÃO GENU atuou no âmago do núcleo político do esquema e prestou auxílio direto para que os líderes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) dentre os quais JOSÉ JANENE, de quem era assessor parlamentar, PEDRO CORRÊA, PEDRO HENRY, JOÃO PIZZOLATTI, MÁRIO NEGROMONTE e NELSON MEURER, capitaneassem todo o esquema em prol desse partido.

Inicialmente, registra-se que os fatos caracterizadores de improbidade administrativa imputada ao demandado a JOÃO GENU também objeto de denúncia perante

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

o Juízo da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, sendo certo que já foi prolatada sentença condenatória naqueles autos²²⁶

Após autorização judicial, foi possível ter acesso às caixas de *e-mails* profissional33@gmail.com, ecopar33@gmail.com e jcgenu@gmail.com, pertencentes a JOÃO GENU, nas quais foram encontradas mensagens eletrônicas que confirmam a sua ingerência ilícita e criminosa em negócios da Petrobras, destacadamente:

- 1) Em 25/11/2008, JOÃO GENU negociou com empresários uma sonda para Angola²²⁷.
- 2) Em 30/12/2008, JOÃO GENU intermediou negócios da BR DISTRIBUIDORA para um empresário da Global Combustíveis²²⁸.
- 3) Em 25/07/2009, JOÃO GENU recebeu *e-mail* de pessoa identificada como "Daniel" (jasaoeosargonautas@gmail.com), que o indagou sobre uma projeção atualizada de quanto custaria o "CUMPERGE", provavelmente referindo-se ao COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro)²²⁹.
- 4) Em 08/01/2009, JOÃO GENU recebeu *e-mail* tratando de intermediação de negócios com a Petrobras, com destaque à menção sobre uma carta a ser entregue para José Sérgio Gabrielli e PAULO ROBERTO COSTA. Em resposta, JOÃO GENU informou o *e-mail* do diretor de abastecimento da Petrobras e de empregada da estatal de nome "Claudete"²³⁰.
- 5) Em 14/08/2009, JOÃO GENU expressou ter influência sobre a atuação de PAULO ROBERTO COSTA na Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS, o que se extrai do excerto da mensagem: "Se vc nao viu, mostre tbm p/ ralf, e bom eles verem Que Nao blefamos"²³¹.

226 Sentença na Ação Penal n. 5030424-78.2016.4.04.7000 – **Doc. 169.**

227 **Doc. 105.**

228 **Doc. 106.**

229 **Doc. 107.**

230 **Doc. 108.**

231 **Doc. 109.**

6) Em 10/10/2009, JOÃO GENU recebe *e-mail* solicitando convite para participar do certame envolvendo a termelétrica LUIZ CARLOS PRESTES, localizada em Três Lagoas/MS²³²⁻²³³;

7) Em 17/11/2009, JOÃO GENU faz uma apresentação de "oportunidades" da Área "PR" em que constam as seguintes obras²³⁴:

"1) HDT de querosene [querosene] médio do COMPERJ. Situação: Já saiu o convite e a entrega das propostas está programada para meados de Dezembro. Comentário: Acho difícil obter o convite.

2) HDT de Nafta da REPLAN Situação : Já saiu o convite , mas está suspenso. Aguardando o término do projeto, que só deve ficar pronto em dezembro. Comentário:podemos ser convidados sem problemas, pois está suspenso, é o mais rápido.

3)HDT de Nafta e Coque da COMPERJ U2300

Situação: O convite deverá sair em dez ou jan."

8) Em 13/04/2010, Leandro Farias, do Grupo Unipetro, enviou proposta técnica sobre "PETROBRAS fontes de contaminação" para pessoa identificada como "Osmir". Em 19/04/2010, JOÃO GENU enviou mensagem de *e-mail* para "Osmir" (osmirm@terra.com.br) afirmando que precisava de explicações, o que deveria ocorrer pessoalmente²³⁵. No relatório da Polícia Federal²³⁶, "Osmir" é identificado como sendo Osmir Lopes de Moraes, representante do Sindicato Nacional do Comércio Transportador-Revendedor -Retail de Combustíveis.

Enfim, o conjunto de *e-mails* evidencia que JOÃO GENU, embora não mais ocupasse cargos públicos desde 2007, tinha participação habitual nos ilícitos envolvendo a

232 (<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/termeltricas/luis-carlos-prestes.htm>, acesso em 22/06/2016)

233 **Doc. 110.**

234 **Doc. 111.**

235 **Doc. 112.**

236 **Doc. 113.**

Petrobras, funcionando como elo de ligação entre os empresários e os agentes públicos corruptos.

Além disso, durante o cumprimento do mandado de busca e apreensão em face de JOÃO GENU, em 15/07/2015, no bojo da Operação Politeia, foram apreendidos aparelhos celulares utilizados pelo ex-assessor parlamentar. Conversas registradas nos telefones apreendidos com JOÃO GENU, travadas em 2012, reforçam que ele mantinha influência nos diretores e gerentes da Petrobras e da BR Distribuidora²³⁷.

Não bastassem os elementos indicativos da interferência irregular de JOÃO GENU nos negócios da Petrobras, também restou demonstrado que o ex-assessor parlamentar era beneficiário direto de parcela considerável da propina originada do esquema ilícito estabelecido no âmbito da Diretoria de Abastecimento da estatal.

Como anteriormente narrado, o colaborador ALBERTO YOUSSEF relatou que, do montante de propina arrecadada na Diretoria de Abastecimento da Petrobras, descontado o valor destinado ao pagamento de despesas operacionais do esquema, 60% do quanto arrecadado em propinas eram destinados ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e seus integrantes, 30% eram destinados a PAULO ROBERTO COSTA e os outros 10% destinavam-se, **em parcelas iguais de 5%**, ao próprio doleiro ALBERTO YOUSSEF e a **JOÃO CLÁUDIO GENU**.

Por isso mesmo, restou demonstrado que JOÃO GENU, entre meados de 2008 e 03/07/2013, recebeu vantagens indevidas oriundas de contratos firmados no âmbito da Diretoria de Abastecimento da Petrobras, no montante aproximado de R\$ 4.393.195,00, EUR 125 mil (R\$ 475.000,00 em câmbio atualizado em 23/06/2016) e US\$ 390.000,00 (R\$ 1.365.000 em câmbio atualizado em 23/06/2016) por meio de entregas efetuadas em espécie por RAFAEL ÂNGULO LOPEZ, JAYME ALVES DE OLIVEIRA FILHO ("CARECA") e CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA ("CEARÁ"). As entregas ocorriam em Brasília/DF, no Posto da Torre ou na concessionária Subaru, em São Paulo/SP, numa empresa de som automotivo, e no Rio de Janeiro/RJ, no aeroporto Santos Dumont, sendo que JOÃO GENU se utilizava de emissários para a retirada dos valores²³⁸⁻²³⁹.

Ademais, o colaborador FERNANDO SOARES ("BAIANO"), conhecido por ser também operador de PAULO ROBERTO COSTA, mencionou que no final do ano de 2008,

237 **Doc. 114.**

238 **Doc. 115.**

239 Conforme tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 26**

recebeu ordens expressas do ex-diretor para efetuar as entregas de valores em espécie, oriundos de propina a que tinha direito PAULO ROBERTO COSTA, para a pessoa de JOÃO GENU²⁴⁰.

O réu colaborador RAFAEL ÂNGULO LOPEZ, empregado do doleiro ALBERTO YOUSSEF, descreveu minuciosamente em suas declarações como eram feitos os repasses de propina, acentuando que realizava periodicamente entregas de propina a JOÃO GENU, a cada dois meses, em valores que variavam entre R\$ 100 mil e R\$ 120 mil, ou, quando as entregas eram mensais, em valores que variavam de R\$ 30 mil a R\$ 70 mil²⁴¹.

RAFAEL ÂNGULO LOPEZ mantinha uma lista com o controle das entregas que realizava, sendo que JOÃO GENU era nela identificado como "Mercedão" e "Subaru", em referência ao fato de que as entregas feitas em Brasília/DF eram realizadas na concessionária Subaru. A partir dessa lista e dos depoimentos do colaborador, foi possível identificar viagens a Brasília/DF coincidentes com os registros de pagamento de propina²⁴².

No mesmo sentido, a planilha intitulada "Transcareca"²⁴³, relativa às entregas feitas por JAYME ALVES DE OLIVEIRA FILHO ("CARECA"), registra o pagamento de propina a JOÃO CLAUDIO DE CARVALHO GENU, mencionado como "Mercedão", "Gordo," "João" ou "Ronaldo", e ALBERTO YOUSSEF, no seu Termo de Colaboração nº 58, diz: "QUE, com relação a lista constante da representação que deu início a operação Lavajato 07, denominada "TRANSCARECA – 2013", afirma que a mesma foi elaborada por RAFAEL ÂNGULO e dizia respeito aos valores transportados pelo policial federal JAIME, conhecido como "CARECA" e entregues em vários locais do país a mando do declarante; (...) QUE, as expressões "MERCEDAO", "GORDO", "JOAO" e "RONALDO" referem-se a pessoa de JOAO GENU e dizem respeito tanto a comissões pagas ao mesmo como valores repassados a ele para que entregasse a PAULO ROBERTO COSTA (...) "²⁴⁴, nas seguintes quantias e datas:

- a) R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), em 16 de agosto de 2011.
- b) EUR 50.000,00 (cinquenta mil euros), em 29 de agosto de 2011.

240 **Doc. 116.** Termo de Declarações de Fernando Soares à Procuradoria-Geral da República: (...) *final de 2008, o depoente passou a fazer entregas de dinheiro à esposa de Paulo Roberto Costa, Marici, e a João Cláudio Genu; QUE isso ocorreu por determinação de Paulo Roberto Costa; QUE Paulo Roberto Costa, em determinado momento de execução do esquema criminoso, possivelmente no final de 2008, disse ao depoente: "a partir de agora, os valores que se destinam a mim você vai entregar a Marici ou a João Cláudio Genu"*

241 **Doc. 117.**

242 Conforme tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 27**

243 **Doc. 51**, p. 3.

244 Termo de Colaboração nº 58 de ALBERTO YOUSSEF – **Doc. 118.**

- c) R\$ 346.000,00 (trezentos e quarenta e seis mil reais) e EUR 75.000,00 (setenta e cinco mil euros), em 29 de novembro de 2011.
- d) R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em 12 de março de 2012.
- e) R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais), em 16 de abril de 2012.
- f) R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), em 31 de maio de 2012.
- g) R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em 05 de julho de 2012.
- h) R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em 26 de março de 2013.

Indagado sobre quem recebia os valores em espécie, "CARECA" confirmou pelo menos cinco entregas a JOÃO GENU, no Rio de Janeiro/RJ, que as recebia por meio de motorista, em veículo Hyundai/Azera de cor preta: *"No Rio de Janeiro, levei o dinheiro de YOUSSEF, mais de cinco vezes, para o JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU, mas ele não recebia pessoalmente, ele mandava o motorista dele. Eles, o YOUSSEF e o GENU, marcavam o local do encontro para entregar o dinheiro na rua mesmo. O carro que o motorista usava era um Azera da Hyundai, cor preta"*²⁴⁵.

Ainda a respeito das entregas de "CARECA" para JOÃO GENU, no Rio de Janeiro/RJ, foi possível identificar viagens nas datas, ou com intervalo entre as datas das supostas entregas, ou mesmo próximas, a partir de bilhetes de viagens²⁴⁶.

O colaborador CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA ("CEARÁ") também apontou JOÃO GENU como um dos beneficiários das entregas de dinheiro em espécie provenientes da propina da Petrobras, mencionando os seguintes pagamentos ao ex-assessor parlamentar²⁴⁷:

- 1) Por volta de 2008, "CEARÁ" fez entrega de US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares), para JOÃO GENU, em um veículo Subaru que seria de propriedade do ex-assessor parlamentar.

Registra-se que, na Declaração de Imposto de Renda – Pessoa Física, exercício 2008, JOÃO GENU declarou a propriedade de um *"AUTOMOVEL SUBARU TRIBECA 2008/2009 PLACA JHU-9444/DF, ADQUIRIDO EM JUN/2009 JUNTO A STAR MOTORS VEICULOS*

245 Termo de Declarações de JAYME ALVES DE OLIVEIRA FILHO ("CARECA"), perante a Polícia Federal – **Doc. 119.**

246 Conforme tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 28**

247 Conforme Termo de Colaboração nº 10 de CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA ("CEARÁ") – **Doc. 120.**

LTDA, CNPJ NO 02.824.796/0002-03, POR R\$85.000,00", sendo que o histórico de transferência do veículo comprova a propriedade de automóvel desta marca por JOÃO GENU²⁴⁸.

2) Em 2009, "CEARÁ" acompanhou ALBERTO YOUSSEF na entrega de valores em espécie, em um escritório de empresa de equipamento de som automotivo, em São Paulo/SP, sendo esse pagamento se relacionava a JOÃO GENU, que tinha uma empresa em Brasília/DF do mesmo ramo de atividade.

3) Em 2010, "CEARÁ" fez duas entregas a JOÃO GENU no Rio de Janeiro/RJ, cada qual em torno de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), sendo que os valores foram retirados por duas pessoas, em um veículo em veículo Hyundai/Azera de cor preta, que o haviam pegado no aeroporto.

4) Por volta de 2012, "CEARÁ" fez entrega de US\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil dólares), a JOÃO GENU, no Rio de Janeiro/RJ, por meio das mesmas duas pessoas no mesmo veículo Hyundai/Azera de cor preta. Ao retornar a São Paulo/SP, "CEARÁ" encontrou JOÃO GENU no escritório de ALBERTO YOUSSEF, sendo que JOÃO GENU lhe disse estar preocupado com a entrega dos US\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil dólares), porque esse montante seria utilizado na compra de um apartamento para a filha dele no Rio de Janeiro;

5) Em 2013, "CEARÁ" fez entrega de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) a JOÃO GENU em Brasília/DF, na residência dele, no Setor de Mansões Park Way. Conforme consta nas declarações de imposto de renda²⁴⁹, JOÃO GENU e sua esposa declararam residir SETOR SMPW QUADRA, nº 18, conj. 01, lote 02, Casa B, Park Way, em Brasília/DF.

Ainda a respeito das entregas de "CEARÁ" para JOÃO GENU, em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ, foi possível identificar viagens nas datas, ou com intervalo entre as

248 **Doc. 121.**

249 **Doc. 123.**

datas das supostas entregas, ou mesmo próximas, a partir de informações extraídas de programa de milhagem²⁵⁰.

Finalmente, ao menos em 2012 e 2013, JOÃO GENU recebeu vantagens indevidas repassadas por ALBERTO YOUSSEF, por meio de entregas no estabelecimento denominado POSTO DA TORRE em Brasília/DF.

No sistema de contabilidade daquele estabelecimento comercial, denominado "Sismoney", entre 31/08/2012 e 30/09/2012, ao lado do apelido "bb" – sigla utilizada para identificar os pagamentos em favor de ALBERTO YOUSSEF –, consta o nome de "LUCAS" como beneficiário de recebimentos diversos²⁵¹, tendo-se identificado que, em diversas ocasiões, quem efetivamente recebeu (assinou o recibo) os valores operacionalizados por HABIB CHATER foi LUCAS AMORIM ALVES, o qual, segundo EDIEL VIANA, apresentava-se como sócio de JOÃO GENU e atuou como emissário para o recebimento de recursos ilícitos²⁵². Ouvido na Polícia Federal, LUCAS AMORIM confirmou que recebeu valores em favor de JOÃO GENU por diversas vezes no POSTO DA TORRE²⁵³.

Neste sentido, em tais registros foram constatados recebimentos, por parte de "LUCAS", de R\$ 57.895,00 (31/08/2012), R\$ 70.000,00 (03/09/2012) e R\$ 40.000,00 (03/07/2013). Para este último repasse foi encontrado, inclusive, o recibo da operação supostamente assinado por "LUCAS"²⁵⁴.

A corroborar que o envolvimento de JOÃO GENU no esquema ilícito estabelecido no âmbito da Diretoria de Abastecimento da Petrobras perdurou por muito tempo após a morte de JOSÉ JANENE, até mesmo depois de PAULO ROBERTO COSTA deixar a referida diretoria, registra-se que o ex-assessor parlamentar visitou os escritórios de ALBERTO YOUSSEF por diversas vezes entre março de 2011 e fevereiro de 2014, sendo doze visitas no escritório da Avenida São Gabriel, entre 16/03/2011 e 29/10/2012, e cinco visitas no escritório da Rua Renato Paes de Barros, entre 21/03/2013 e 06/02/2014²⁵⁵⁻²⁵⁶.

Em arremate, vale destacar a existência de mensagem eletrônica enviada por JOÃO GENU (profissional33@gmail.com) a ALBERTO YOUSSEF (ay.youssef@live.com), em 28/08/2013, isto é, em data bastante próxima da deflagração da Operação Lava Jato, na qual

250 Conforme tabela que acompanha esta exordial – **Tabela 29**

251 **Doc. 124.**

252 **Doc. 125.**

253 **Doc. 126.**

254 **Doc. 127.**

255 Informação nº 111/2016-GT/LAVA-JATO/DRCOR/SR/DPF/PR – **Doc. 128.**

256 Conforme tabela que acompanha esta exordial – **Tabelas 30 e 31**

o ex-assessor parlamentar veicula reclamações a respeito de valores que lhe seriam devidos pelo doleiro, com referências, inclusive, a PAULO ROBERTO COSTA ("PR") e a JOSÉ JANENE ("finado"), bem como ameaça de JOÃO GENU a ALBERTO YOUSSEF caso não fosse atendido²⁵⁷. Confira-se o teor da mensagem (com letras embaralhadas, em virtude da diferença de sistemas):

"Prezado,

O que esta acontecendo? Nao tenho tido sucesso nas coisas que vc trata comigo. Nao entendo muito bem porque, sempre procurei te respeitar e considerar.

Ainda qdo o finado estava entre nos, a forma de aproximação [aproximação] era grande, o agrado era de todo jeito, se falava em amizade e tu do mais. Mas ele se foi e tudo que ouvia era da boca p fora

Vc se aproximou do PR. Nao tenho ciúme [ciúme], mas me sinto traído [traído].

Vc se aproximou das pessoas boas e poderosas que te apresentei, tbm nao sinto ciúme [ciúme], mas tbm me sinto traído [traído].

Tudo que fizemos e que vc ficou de honrar o que me é [é] de direito tem sido postergado a quase 2 anos. Nao compreendo. Hoje esta poderoso, cortejado por todos, resolve tu do para todos. Mas eu, nao quero nada, só [só] o que me e devido. Nao consigo mais ter confiança [confiança] em nada que é [é] tratado comigo.

Gostaria de avisar que nao vou abrir mão [mão] de nada a que tenho direito, vou até [até] as ultimas consequências [consequências]. Nem respeito as conversas serias que tenho, como naquela 4a, junto com minha esposa, vc consegue levar em consideração [consideração].

De todas as merdas estou sendo o mais prejudicado.

Meu advogado esta ciente deste email. Tudo conversa do c ele, inclusive as consequências [consequências], que estou disposto a assumir, mas nao vou deixar barato, o que vc esta fazendo é [é] muita sacanagem, as realidades, angustias e problemas de cada um de nós [nós] são [são] diferentes, mas precisam ser respeitados.

Lembre, qualquer problema e muito ruim tanto p vc, qto para min.

Nao sei se é [é] assim com os outros, mas e lamentável [lamentável] quee esta acontecendo comigo.

Vou até [até] as últimas consequências [consequências].

No aguardo. JC genu"

Portanto, JOÃO GENU praticou atos de improbidade por haver auxiliado o esquema ilícito estabelecido por PAULO ROBERTO COSTA²⁵⁸, ALBERTO YOUSSEF, PEDRO CORRÊA, PEDRO HENRY, JOÃO PIZZOLATTI, NELSON MEURER e MÁRIO NEGROMENTE, enquanto em exercício do cargo público de assessor parlamentar. Aceitou e recebeu promessas de pagamento de vantagens indevidas pagas pelas empresas contratadas pela Petrobras, tendo sido fundamental para a consecução dos atos ímprobos sua condição de assessor parlamentar de JOSÉ JANENE, este integrante da cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), que alçou PAULO ROBERTO COSTA ao cargo de Diretor de Abastecimento, condição na qual foi mantido para "zelar" pelos interesses das empresas cartelizadas em procedimentos licitatórios e contratos no âmbito da estatal, bem como "zelar" pelos interesses da BRASKEM,. Mesmo após JOÃO GENU deixar de ocupar cargo público, a partir de 2007, prosseguiu sua atuação no esquema delitivo, dada a confiança que tinha de JOSÉ JANENE e, depois, também de PAULO ROBERTO COSTA, pelo que, comprovado restou, haver induzido, concorrido e obtido benefício direto decorrente dos atos de improbidade praticados por PAULO ROBERTO COSTA, para si e para integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), inclusive para agentes políticos da referida agremiação detentores de mandato parlamentar federal, bem assim para a própria agremiação política.

O elemento doloso das condutas ímprobas resta patenteado pelos depoimentos dos réus colaboradores e pelos fatos elementos que demonstraram, cabalmente, a sua interferência em negócios de interesse da Petrobras, bem como o pagamento periódico de propina ao assessor parlamentar. Não há dúvida de que JOÃO GENU atuou ativamente prestando auxílio para viabilizar o esquema de corrupção político-partidário instaurado no âmbito da Diretoria de Abastecimento da Petrobras, do qual se beneficiou diretamente, por anos a fio, mediante o recebimento de propinas pagas pelas

²⁵⁸Em face de PAULO ROBERTO COSTA já foram promovidas as ações de improbidade n. 5006628-92.2015.404.7000, n. 5006675-66.2015.404.7000, n. 5006694-72.2015.404.7000, n. 5006695-57.2015.404.7000, 5006717-18.2015.404.7000, n. 5027001-47.2015.404.7000, n. 5011119-11.2016.404.7000 e 5051170-64.2016.404.7000. PAULO ROBERTO COSTA foi denunciado nas ações penais 5026212-82.2014.404.7000, 5083258-29.2014.404.7000, 5083351-89.2014.404.7000, 5083360-51.2014.404.7000, 5083376-05.2014.404.7000, 5083401-18.2014.404.7000, 5083838-59.2014.404.7000.

empreiteiras cartelizadas e pela BRASKEM.

Em suma, **JOÃO GENU** praticou **atos de improbidade administrativa que consubstanciam enriquecimento ilícito (art. 9º, caput e inciso I, c/c o art. 3º da Lei 8.429/92)** porque recebeu vantagem indevida, para si e para terceiros, no período de 2004 a 2007, em razão dos atos praticados no exercício do cargo público de assessor parlamentar dirigidos a auxiliar o esquema de corrupção político-partidário instaurado no âmbito da Diretoria de Abastecimento da Petrobras, para que ele mesmo, parlamentares do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), PAULO ROBERTO COSTA, ALBERTO YOUSSEF e as empreiteiras contratadas pela Petrobras obtivessem desmedido locupletamento ilícito, o que, inelutavelmente caracteriza a prática de ato de ofício em infração de dever funcional. Após deixar de ocupar cargo público, é partícipe dos atos de improbidade perpetrados por PAULO ROBERTO COSTA como indutor e beneficiário direto desses atos por força do artigo 3º da Lei n.º 8.429/92. O valor total em todo o período é de R\$ 460.636.517,60.

As condutas do requerido em auferir vantagens indevidas também caracterizam, por consequência, **atos de improbidade administrativa que acarretaram danos ao erário no valor de, ao menos, R\$ 460.636.517,60 (art. 10, caput e incisos I e XII, da Lei 8.429/92)**.

Como já enfatizado, a totalidade da vantagem ilícita vertida ao esquema montado na Diretoria de Abastecimento constitui efetivo prejuízo ao erário, por ser indene de dúvida que o custo da propina foi repassado à Petrobras, seja por meio da cobrança de preço superior à estimativa dos contratos e aditivos celebrados no esquema envolvendo as empresas cartelizadas, seja por meio dos preços vantajosos obtidos pela BRASKEM na renegociação do contrato de fornecimento de nafta, o que evidentemente era propiciado pela própria corrupção, com o que a estatal arcou com prejuízo no valor equivalente, sendo assim este demandado responsável pela reversão do referido locupletamento ilícito, visto que ele corresponde a prejuízo evidente suportado pela Petrobras.

Também evidente que as condutas importaram em **atos de improbidade por ofensa aos princípios administrativos (art. 11, caput, da Lei 8.429/92)**, notadamente os princípios da legalidade e da moralidade, e os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

IV.7 – LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA, JOSÉ OTÁVIO GERMANO E ROBERTO PEREIRA DE BRITTO

Além do quanto acima exposto, que diz respeito à atuação de PEDRO CORREA, PEDRO HENRY, NELSON MEURER, JOÃO PIZZOLATTI e MÁRIO NEGROMONTE, que integravam a cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e se beneficiaram do esquema criminoso instalado na Diretoria de Abastecimento da Petrobras do começo ao fim, também foram colhidos elementos corroborando que demais integrantes da agremiação estavam envolvidos no esquema e dele se beneficiaram.

É o que se verificou em relação aos demandados LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA, JOSÉ OTÁVIO GERMANO E ROBERTO PEREIRA DE BRITTO, sendo que os fatos caracterizadores de improbidade administrativa imputada a esses demandados nesta Ação Civil Pública também foram objeto de denúncia na esfera penal, perante o Supremo Tribunal Federal²⁵⁹.

JOSÉ OTÁVIO GERMANO ocupa o cargo eletivo de Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Sul desde 2003 até hoje, encontrando-se no quarto mandato consecutivo. Filiou-se ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) em 1995.

LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA ocupa o cargo eletivo de Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais desde 2007 até hoje, encontrando-se no terceiro mandato consecutivo. Filiou-se ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) em 1995 até 2004 e, depois de breve intervalo em outra sigla, voltou a filiar-se à mesma agremiação em 2005.

ROBERTO PEREIRA DE BRITTO ocupa o cargo eletivo de Deputado Federal pelo Estado da Bahia desde 2007 até hoje, encontrando-se no terceiro mandato consecutivo. Filiou-se ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) em 2005.

Como anteriormente referido, o réu colaborador ALBERTO YOUSSEF narrou que, além dos líderes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), quase toda a bancada da agremiação na Câmara dos Deputados recebia vantagens indevidas originadas do esquema ilícito estabelecido na Diretoria de Abastecimento da Petrobras, mas em valores menores, que variavam de R\$ 30.000,00 a R\$ 150.000,00 por mês, afirmando ter certeza de que esse era o caso de LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA, JOSÉ OTÁVIO GERMANO e ROBERTO PEREIRA DE BRITTO²⁶⁰.

259Denúncia – **Doc. 147.**

260Termo de Colaboração n. 17 de ALBERTO YOUSSEF: “*QUE quem comandava a alta cúpula do Partido*

Ainda, o réu colaborador ALBERTO YOUSSEF também relatou que sempre encontrou LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA retirando vantagens ilícitas, em espécie, junto à liderança do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), em todas as vezes que foi à Brasília/DF para levar os recursos públicos desviados da Petrobras. Também disse que encontrava JOSÉ OTÁVIO GERMANO nas mesmas circunstâncias²⁶¹.

Por isso mesmo, a respeito das planilhas mantidas por RAFAEL ÂNGULO LOPEZ, o doleiro ALBERTO YOUSSEF esclareceu que a menção a "Otavio" dizia respeito a JOSÉ OTÁVIO GERMANO, o qual recebeu pagamentos de R\$ 50 mil, R\$ 100 mil e R\$ 50 mil, em março e maio de 2012²⁶². Ainda, registre-se novamente que LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA

*Progressista tinha participação maior nos valores a serem recebidos, como JOSE JANENE, MARIO NEGROMONTE, JOAO PIZZOLATTI, PEDRO CORREIA e NELSON MEURER; QUE recebiam em torno de R\$ 250.000,00 a R\$ 300.000,00 mensais; (...) QUE havia outros deputados do PP, cuja posição era de menor relevância dentro do partido, que recebiam entre R\$ 30.000,00 a R\$ 150.000,00 por mês; QUE dentre os deputados que tem certeza de que receberam valores, estão GLADISON CAMELI, ARTHUR LIRA, JOÃO LEÃO, **ROBERTO BRITTO**, JOSÉ LINHARES, ROBERTO BALESTRA, SANDES JÚNIOR, WALDIR MARANHÃO, **LUIZ FERNANDO FARIA**, AGUINALDO RIBEIRO, DILCEU SPERAFICO, EDUARDO DA FONTE, ROBERTO TEIXEIRA, SIMÃO SESSIM, JULIO LOPES, JERÔNIMO GOERGEN, AFONSO HAMM, **JOSÉ OTÁVIO GERMANO**, LUIS CARLOS HEINZE, RENATO MOLLING, VILSON COVATTI, CARLOS MAGNO, ALINE CORRÊA, MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO, LÁZARO BOTELHO" – Doc. 22.*

No mesmo sentido, Termo Complementar n. 27 de ALBERTO YOUSSEF: "QUE cada um dos líderes do Partido recebia, por mês, entre R\$ 250.000 e R\$ 500.000, a depender do recebimento do mês; QUE os líderes eram NELSON MEURER, MÁRIO NEGROMONTE, JOÃO PIZZOLATTI e PEDRO CORREA; QUE **para o restante da Bancada era entregue uma média de R\$ 1,2 milhão a R\$ 1,5 por mês, que seria dividido pelo líder do Partido Progressista**; QUE nem todos da bancada receberam; QUE **dentre os deputados que o declarante tem certeza de que receberam valores estão** GLADISON CAMELI, **ARTHUR LIRA**, JOÃO LEÃO, **ROBERTO BRITTO**, PADRE JOSÉ LINHARES, ROBERTO BALESTRA, SANDES JÚNIOR, WALDIR MARANHÃO, **LUIZ FERNANDO FARIA**, AGUINALDO RIBEIRO, DILCEU SPERAFICO, EDUARDO DA FONTE, ROBERTO TEIXEIRA, SIMÃO SESSIM, JERÔNIMO GOERGEN, AFONSO HAMM, **JOSÉ OTÁVIO GERMANO**, LUIS CARLOS HEINZE, RENATO MOLLING, VILSON COVATTI, CARLOS MAGNO, ALINE CORRÊA, MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO, LÁZARO BOTELHO" – Doc. 23.

261Termo de Declarações Complementar n. 02 de ALBERTO YOUSSEF: "**QUE questionado sobre o deputado JOSÉ OTÁVIO GERMANO, sabe que este deputado era muito ligado ao Deputado LUIZ FERNANDO FARIA e que sempre estavam juntos; (...) QUE sempre que foi levar a Brasília dinheiro arrebanhado de obras da Petrobras para o Partido PP, via o LUIZ FERNANDO retirar valores do líder do Partido; QUE ou LUIZ FERNANDO já estava presente ou chegava logo em seguida para retirar os valores; QUE, inclusive, viu o deputado LUIZ FERNANDO retirando valores em espécie; QUE LUIZ FERNANDO era um dos deputados que recebia valores mensalmente das obras da Petrobras; Que não sabe a quantia exata que LUIZ FERNANDO retirava; QUE questionado quantas vezes o viu nestas circunstâncias, afirma que 'todas as vezes que foi lá o encontrou'; QUE, em outras palavras, todas as vezes que o declarante foi pessoalmente o Deputado LUIZ FERNANDO FARIA estava presente; Que tais entregas ocorreram na casa de JOSÉ JANENE e depois na casa de JOÃO PIZOLLATI, em seus apartamentos funcionais em Brasília; QUE às vezes, por circunstâncias, o declarante se encontrava, para entregar valores, no apartamento do NEGROMONTE, inclusive enquanto ele era Ministro; QUE encontrou o Deputado JOSÉ OTÁVIO GERMANO nas mesmas circunstâncias, para retirada de valores, por várias vezes; QUE na maioria das vezes viu ambos Deputados LUIZ FERNANDO e JOSÉ OTÁVIO GERMANO juntos" - Doc. 50.**

262 Doc. 30.

acompanhou o correligionário JOÃO PIZZOLATTI na visita feita em 20/09/2011 a escritório de ALBERTO YOUSSEF²⁶³.

Portanto, no período de janeiro de 2006 a março de 2014, na perspectiva mais conservadora, tomando-se o importe mínimo de R\$ 30.000,00 recebido mensalmente por JOSÉ OTÁVIO GERMANO, a vantagem indevida por ele percebida totalizou, ao menos, **R\$ 2.970.000,00** no interregno. Na mesma linha, destarte de concluir que, entre fevereiro de 2007 e março de 2014, também adotando-se o critério mais conservador, LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA e ROBERTO PEREIRA DE BRITTO obtiveram enriquecimento ilícito da ordem de, ao menos, **R\$ 2.550.000,00** individualmente, considerando o importe mínimo de R\$ 30.000,00 que receberam mensalmente, sendo provável que o realmente recebido seja significativamente maior. Não se alegue que seriam necessários registros documentais para cada um dos pagamentos, porquanto é certo que os lançamentos de anotações existentes servem de prova de corroboração das declarações dos réus colaboradores, especialmente ALBERTO YOUSSEF, apontando para que esses integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA participavam do esquema e dele se locupletavam de forma expressiva.

A corroborar o envolvimento desses parlamentares no esquema ilícito, como já exposto, o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e seus integrantes foram beneficiados por doações eleitorais "oficiais" feitas pela QUEIROZ GALVÃO e pela JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, tratando-se, na verdade, do pagamento camuflado de propina obtida no esquema criminoso estabelecido na Petrobras.

Além da vultosa doação total de R\$ 2.740.000,00 feita ao Diretório Nacional do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), as empresas CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A e VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S/A, ambas do grupo Queiroz Galvão, também realizaram doações individuais a candidatos da mesma agremiação, entre os quais os Deputados Federais LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA (R\$ 100.000,00, em 23/08/2010), JOSÉ OTÁVIO GERMANO (R\$ 200.000,00, em 26/08/2010) e ROBERTO PEREIRA DE BRITTO (R\$ 100.000,00, em 27/08/2010), valendo registrar que várias das empresas que teriam sido fornecedoras das campanhas eleitorais de LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA e ROBERTO PEREIRA DE BRITTO não tinham existência efetiva (diligências policiais de campo, realizadas no curso do Inquérito n. 3992/DF).

263 **Doc. 49.**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

A empresa JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS também efetuou doações individuais a candidatos da mesma agremiação, entre os quais os Deputados Federais LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA (R\$ 50.000,00, em 11/08/2010) e ROBERTO PEREIRA DE BRITTO (R\$ 50.000,00, em 11/08/2010), cientes da origem espúria das doações, que na verdade camuflavam o pagamento de propina.

Portanto, LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA, JOSÉ OTÁVIO GERMANO E ROBERTO PEREIRA DE BRITTO praticaram atos de improbidade por haverem integrado o esquema ilícito em concerto com os demais integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), enquanto em exercício de mandato parlamentar. Aceitaram e receberam promessas de pagamento de vantagens indevidas pagas pelas empresas contratadas pela Petrobras, tendo sido fundamental para a consecução dos atos ímprobos sua condição de parlamentares que sustentaram PAULO ROBERTO COSTA no cargo de Diretor de Abastecimento, em que foi mantido para “zelar” pelos interesses das empresas cartelizadas em procedimentos licitatórios e contratos no âmbito da estatal, bem como “zelar” pelos interesses da BRASKEM.

O elemento doloso das condutas ímprobos resta patenteado pelos depoimentos dos réus colaboradores e pelos fatos elementos que demonstraram, cabalmente, o pagamento de vantagens ilícitas em favor dos parlamentares.

Em suma, **LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA, JOSÉ OTÁVIO GERMANO E ROBERTO PEREIRA DE BRITTO** praticaram **atos de improbidade administrativa que consubstanciam enriquecimento ilícito (art. 9º da Lei 8.429/92)** porque:

a) receberam vantagem indevida, para si, nas datas indicadas, em razão dos atos praticados no exercício de mandato parlamentar dirigidos a manter PAULO ROBERTO COSTA ao cargo de direção da estatal, e colocando seu mandato a serviço de PAULO ROBERTO COSTA, de ALBERTO YOUSSEF e das empreiteiras contratadas pela Petrobras, para que todos obtivessem desmedido locupletamento ilícito, o que, inelutavelmente caracteriza a prática de ato de ofício em infração de dever funcional, nos valores individuais acima discriminados **(art. 9º, caput e inciso I, da Lei 8.429/92)**;

b) receberam tais vantagens das empresas que tinham interesses com ampla e efetiva potencialidade de ser amparado por ações ou omissões suas **(art. 9º, caput e inciso I, da Lei 8.429/92)**;

As condutas dos requeridos em auferir vantagens indevidas também caracterizam, por consequência, **atos de improbidade administrativa que acarretaram**

danos ao erário nos valores discriminados (art. 10, caput e incisos I e XII, da Lei 8.429/92).

Como já enfatizado, a totalidade da vantagem ilícita vertida ao esquema montado na Diretoria de Abastecimento constitui efetivo prejuízo ao erário, por ser indene de dúvida que o custo da propina foi repassado à Petrobras, o que evidentemente era propiciado pela própria corrupção, com o que a estatal arcou com prejuízo no valor equivalente, sendo assim estes demandados responsáveis pela reversão do referido locupletamento ilícito, visto que ele corresponde a prejuízo evidente suportado pela Petrobras.

Também evidente que as condutas importaram em **atos de improbidade por ofensa aos princípios administrativos (art. 11, caput, da Lei 8.429/92)**, notadamente os princípios da legalidade e da moralidade, e os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

IV.8 – ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA

ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA é filho do Senador BENEDITO DE LIRA, ocupou o cargo eletivo de Deputado Estadual em Alagoas entre 1999 e 2011, por três mandatos consecutivos, e foi eleito Deputado Federal pelo Estado de Alagoas em seguida, exercendo o cargo de 2011 até hoje. Filiou-se ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) em 2009, quando ainda era Deputado Estadual. Na Câmara dos Deputados, foi líder do PP entre fevereiro de 2012 e outubro de 2013.

Inicialmente, registra-se que os fatos caracterizadores de improbidade administrativa imputada ao demandado ARTHUR LIRA nesta Ação Civil Pública também foram objeto de denúncia na esfera penal, perante o Supremo Tribunal Federal²⁶⁴.

Ademais, como anteriormente referido no item II desta inicial, no contexto dos fatos relacionados aos integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) no âmbito da Diretoria de Abastecimento da Petrobras, a Advocacia Geral da União já promoveu **Ação Civil Pública n.º 5063442-90.2016.4.04.7000 (Juízo da 11ª Vara da Subseção Judiciária de Curitiba/PR)** em face de ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA e BENEDITO DE LIRA, tendo como

²⁶⁴Denúncia – **Doc. 159.**

objeto os atos ímprobos relacionados **(i)** ao repasse total de R\$ 400 mil, realizado em 23/07/2010 e 27/08/2010, disfarçada como doação eleitoral “oficial”, pela CONSTRAIN S/A, por ordem de RICARDO PESSOA, **(ii)** ao repasse de R\$ 200 mil, em 22/02/2010 e 07/01/2011, pelas empresas MO e RIDIGEZ, de ALBERTO YOUSSEF, para a empresa Câmara & Vasconcelos – Locação e Terraplanagem Ltda., com vistas a quitar empréstimo feito para saldar despesas da campanha eleitoral de 2010, **(iii)** ao repasse de R\$ 1 milhão, em espécie, em 16/06/2010, 03/02/2011, 24/02/2011 e 07/07/2011, por ALBERTO YOUSSEF, para quitar gastos da campanha eleitoral de 2010, e **(iv)** ao repasse de R\$ 1 milhão, em espécie no final de 2011, por RICARDO PESSOA. Esses fatos são também objeto de denúncia perante o Supremo Tribunal Federal²⁶⁵.

Além desses fatos, a empresa JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, após as eleições de 2010, ainda efetuou dois pagamentos à empresa MO CONSULTORIA E LAUDOS ESTATÍSTICOS LTDA., uma das empresas de fachada de ALBERTO YOUSSEF, nos montantes de R\$ 973.718,87, em 19/04/2011, e de R\$ 968.225,37, em 05/12/2011, no total de R\$ 1.941.944,24²⁶⁶. A negociação dessas transferências foi feita pelo Deputado Federal ARTHUR LIRA, em prol do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), consoante relatado por ALBERTO YOUSSEF²⁶⁷ e corroborado pelos registros de que o parlamentar efetivamente compareceu aos escritórios do doleiro, em 03/02/2011, 24/02/2011 e 07/07/2011, é dizer, contemporaneamente às transferências.

Portanto, ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA praticou atos de improbidade por haver integrado o esquema ilícito em concerto com os demais integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), enquanto em exercício de mandato parlamentar. Aceitou e recebeu promessas de pagamento de vantagens indevidas pagas por empresa contratada pela Petrobras, tendo sido fundamental para a consecução dos atos ímprobos sua condição de

265 Denúncia – **Doc. 159.**

266 Relatório de análise policial de fls. 551/556 do Inquérito n. 3992/DF – **Doc. 160.**

267 “QUE questionado ao declarante se nas reuniões com a empresa JARAGUÁ contou com a participação do deputado Artur Lira, o declarante afirma que em uma das reuniões ARTHUR LIRA esteve presente; QUE nesta ocasião ARTHUR LIRA estava em São Paulo no escritório do declarante e como o declarante já tinha marcado uma reunião na sede da Jaraguá, em Alphaville, para tratar de repasses referentes a RNEST, ARTHUR LIRA acompanhou o declarante; Questionado se nesta reunião em que ARTHUR LIRA esteve presente na empresa JARAGUÁ foi tratado do pagamento de propina, o declarante afirma que sim, pois foram tratar justamente do recebimento de valores; Que questionado ao declarante onde ocorreu esta reunião, declarou que foi na sede da empresa em Alphaville; Que o declarante fez várias reuniões com o pessoal da JARAGUÁ, tanto no escritório de Alphaville e também na sede da fábrica em Sorocaba; QUE, de políticos, só participou destas reuniões o Deputado ARTHUR LIRA, conforme mencionado; Que questionada a data em que ocorreu a reunião em que esteve presente ARTHUR LIRA, disse não se recordar, mas pode garantir que foi após a eleição de 2010 ou em 2011” (fls. 348/349 do Inquérito n. 3992/DF) – **Doc. 130.**

parlamentar que sustentou PAULO ROBERTO COSTA no cargo de Diretor de Abastecimento, em que foi mantido para “zelar” pelos interesses das empresas cartelizadas em procedimentos licitatórios e contratos no âmbito da estatal, bem como “zelar” pelos interesses da BRASKEM.

O elemento doloso das condutas ímprobas resta patenteado pelos depoimentos dos réus colaboradores e pelos fatos elementos que demonstraram, cabalmente, os valores recebidos com o auxílio do parlamentar.

Em suma, ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA praticou **atos de improbidade administrativa que consubstanciam enriquecimento ilícito (art. 9º da Lei 8.429/92)** porque:

a) recebeu vantagem indevida, para si, nas datas indicadas, em razão dos atos praticados no exercício de mandato parlamentar dirigidos a manter PAULO ROBERTO COSTA ao cargo de direção da estatal, e colocando seu mandato a serviço de PAULO ROBERTO COSTA, de ALBERTO YOUSSEF e das empreiteiras contratadas pela Petrobras, para que todos obtivessem desmedido locupletamento ilícito, o que, inelutavelmente caracteriza a prática de ato de ofício em infração de dever funcional, no valor de ao menos R\$ 1.941.944,24 (**art. 9º, caput e inciso I, da Lei 8.429/92**);

b) receberam tais vantagens de empresa que tinha interesses com ampla e efetiva potencialidade de ser amparado por ações ou omissões suas (**art. 9º, caput e inciso I, da Lei 8.429/92**);

As condutas do requerido em auferir vantagens indevidas também caracterizaram, por consequência, **atos de improbidade administrativa que acarretaram danos ao erário no valor de, ao menos, R\$ 1.941.944,24 (art. 10, caput e incisos I e XII, da Lei 8.429/92)**.

Como já enfatizado, a totalidade da vantagem ilícita vertida ao esquema montado na Diretoria de Abastecimento constitui efetivo prejuízo ao erário, por ser indene de dúvida que o custo da propina foi repassado à Petrobras por meio da cobrança de preço superior à estimativa dos contratos e aditivos celebrados, que evidentemente era propiciado pela própria corrupção, com o que a estatal arcou com prejuízo no valor equivalente, sendo assim o demandado responsável pela reversão do referido locupletamento ilícito, visto que ele corresponde a prejuízo evidente suportado pela Petrobras.

Também evidente que as condutas importaram em **atos de improbidade por ofensa aos princípios administrativos (art. 11, caput, da Lei 8.429/92)**, notadamente os princípios da legalidade e da moralidade, e os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

V – PARTIDO PROGRESSISTA

O PARTIDO PROGRESSISTA (PP) concorreu para o esquema de corrupção instalado na Diretoria de Abastecimento da Petrobras, bem como dele se beneficiou até a cessação desse esquema, devendo responder pelos atos de improbidade administrativa ora imputados, com base no artigo 3º da Lei n.º 8.429/92, como se passa a demonstrar.

De plano, registra-se que, embora os partidos políticos sejam parcialmente custeados com verbas públicas por meio do Fundo Partidário, é certo que são qualificados como **peças jurídicas de direito privado** (artigo 44, inciso V, do Código Civil) e, nessa condição, podem qualificar-se como terceiros particulares que concorrem para a prática de atos ímprobos, ou deles se beneficiam, como se dá no caso concreto.

A República Federativa do Brasil organiza-se como **democracia eletiva**, na qual todo o poder emana do povo e é exercido em regra por meio de **representantes eleitos** (artigo 1º, caput e parágrafo único, da Constituição Federal), e apresenta como fundamento o **pluralismo político** (artigo 1, inciso V, da Constituição Federal).

É a partir dessas noções fundamentais de **soberania popular, sistema representativo e pluralismo político** que desponta a figura do **partido político**, segundo ensina José Afonso da Silva, como *“uma forma de agremiação de um grupo social que se propõe a **organizar, coordenar e instrumentar a vontade popular** com o fim de assumir o poder para realizar seu programa de governo. No dizer de Pietro Virga, ‘são associações de pessoas com um ideologia ou interesses comuns, que, mediante uma organização estável (Partei-Apparat), miram exercer influência sobre a determinação da orientação política do país’²⁶⁸. A respeito, também ensina Paulo Bonavides: “Segundo esse publicista [James Bryce], sem os partidos políticos não poderia funcionar o **governo representativo**, nem a ordem despontar do caos eleitoral. **São os partidos portanto inevitáveis, principalmente nos grandes países onde a liberdade impera.** (...) Estudando com proficiência o tema dos*

268SILVA, José Afonso da, *Comentário Contextual à Constituição*, 9ª edição, São Paulo: Malheiros, 2014, p. 238.

partidos políticos, Sait pondera que 'sob o regime do sufrágio universal, os partidos são tão inevitáveis quanto as ondas do oceano'²⁶⁹.

Efetivamente, os partidos políticos são agremiações que têm como finalidade não apenas reunir pessoas ao redor de **ideologias e programas próprios**, mas **viabilizar o exercício do poder político**, nos termos e limites traçados pela ordem jurídica, de acordo com tais ideologias e programas **que o próprio povo abona e acredita nas urnas**. Na democracia eletiva brasileira, os partidos políticos foram previstos como instrumentos necessários para a formação da **vontade política do povo**, não se admitindo sequer a candidatura política dissociada da filiação partidária (artigo 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal).

Contudo, o que se deslindou no curso da Operação Lava Jato foi o patente desvirtuamento do sistema de representação política em nível federal, em meio a verdadeiro loteamento político-**partidário** de altos cargos na Administração Pública Federal, em que o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) colocou a sua estrutura partidária à disposição do governo de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, em troca da nomeação e manutenção de PAULO ROBERTO COSTA na Diretoria de Abastecimento da Petrobras, o que, por sua vez, viabilizou a arrecadação de vantagens ilícitas originadas do desvio de recursos públicos das contratações da estatal em favor da agremiação e seus integrantes.

Consoante narrado no item III.1, o então presidente da República LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA não dispunha, ao começo de seu mandato presidencial, de maioria parlamentar que desse sustentação suficiente ao seu governo, motivo pelo qual passou a cooptar variadas siglas partidárias com vistas a garantir apoio necessário no Congresso Nacional. Tais alianças acabaram viabilizando-se não por afinidades programáticas ou ideológicas, mas porque o governo de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA promoveu verdadeiro loteamento dos altos cargos da Administração Pública Federal, ciente de que as agremiações políticas interessadas em fazer indicações para esses cargos desejavam, em troca do apoio ao seu governo, garantir acesso a postos-chaves que lhes garantissem a arrecadação de vantagens ilícitas originadas do desvio de recursos públicos para o enriquecimento ilícito dos integrantes dessas agremiações partidárias e para o financiamento irregular de campanhas eleitorais.

²⁶⁹BONAVIDES, Paulo, *Ciência Política*, 17ª edição, São Paulo: Malheiros, 2010, p. 377.

No caso do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), como igualmente narrado no item III.1, o apoio ao governo de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA foi negociado diretamente pela **cúpula da agremiação partidária**, isto é, o seu então **vice-presidente PEDRO CORRÊA**, que logo após se tornaria **presidente** da agremiação, o seu **tesoureiro JOSÉ JANENE**, que se tornaria o operador do esquema ilícito, e o seu então **líder na Câmara dos Deputados, Deputado Federal PEDRO HENRY**. Também atuaram de maneira direta e ativa, articulando e sustentando PAULO ROBERTO COSTA no cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras, os **Deputados Federais MÁRIO NEGROMONTE, JOÃO ALBERTO PIZZOLATTI e NELSON MEURER**, destacadas figuras partidárias que, dada a sua posição de prestígio na agremiação, **sucederam, nesta ordem, o Deputado Federal PEDRO HENRY na liderança do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) na Câmara dos Deputados**, até agosto de 2011, durante praticamente todo o período em que PAULO ROBERTO COSTA ocupou o cargo diretivo na estatal.

Não por outro motivo, como esclareceu o réu colaborador ALBERTO YOUSSEF²⁷⁰, esses políticos da cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), em virtude de sua **posição de liderança partidária**, ordinariamente recebiam os valores individuais mais altos, que variavam de R\$ 250.000,00 a R\$ 300.000,00 mensais, ou até mesmo em importâncias ainda mais elevadas, de acordo com a arrecadação de propina do mês, ao passo que **praticamente todos os parlamentares da bancada da agremiação na Câmara dos Deputados**, com poucas exceções, também participavam do esquema e recebiam sua parte na distribuição das propinas em valores que variavam de R\$ 30.000,00 a R\$ 150.000,00 por mês²⁷¹.

Portanto, resta bem evidenciado que não se tratou de atos de corrupção isolados de parlamentares, mas verdadeiro esquema estável e organizado de corrupção que se baseava, em última análise, na própria **estrutura de representação partidária**, essencial

270Conforme Termo de Colaboração nº 17: "QUE quem comandava a alta cúpula do Partido Progressista tinha participação maior nos valores a serem recebidos, como JOSE JANENE, MARIO NEGROMONTE, JOAO PIZZOLATTI, PEDRO CORREIA e NELSON MEURER; QUE recebiam em tomo de R\$ 250.000,00 a R\$ 300.000,00 mensais" - **Doc. 22**

Conforme Termo de Declarações Complementar nº 27: "QUE cada um dos líderes do Partido recebia, por mês, entre R\$ 250.000 e R\$ 500.000, a depender do recebimento do mês; QUE os líderes eram NELSON MEURER, MÁRIO NEGROMONTE, JOÃO PIZZOLATTI e PEDRO CORREA" – **Doc. 23**

271Conforme Termo de Colaboração nº 17:

– **Doc. 22**

Conforme Termo de Declarações Complementar nº 27:

– **Doc. 23**

para o sucesso dos fins visados de manutenção dos integrantes do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) no exercício de mandatos parlamentares e seu enriquecimento ilícito, como deixa transparecer não apenas a articulação de sua cúpula na implementação e manutenção do esquema ilícito, mas também a adesão maciça de seus Deputados Federais à base governista em troca do recebimento de vantagens indevidas.

Nesse contexto, o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) deixou de desempenhar a sua finalidade precípua de garantir a **autenticidade do sistema representativo** (artigo 1º da Lei n.º 9.096/95), na contramão do diálogo democrático construído de acordo com os programas partidários e animado exclusivamente pelo interesse público, já que, ao contrário, atuou tendo em vista a sua manutenção no poder como um meio necessário para o atendimento de interesses particulares.

Portanto, o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) concorreu para a prática dos atos de improbidade administrativa praticados não apenas por PAULO ROBERTO COSTA, mas também por seus próprios parlamentares, uma vez que empregou sua estrutura partidária para a formação de maioria parlamentar artificial em favor do governo de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, em troca do acesso à Diretoria de Abastecimento da Petrobras e o desvio de recursos públicos da estatal, que eram revertidos, em parte, diretamente para a própria agremiação partidária, mediante o disfarce de doações eleitorais “oficiais”, e, em parte, para o enriquecimento ilícito dos seus parlamentares.

Por outro lado, o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) também se beneficiou dos atos de improbidade administrativa praticados por PAULO ROBERTO COSTA e por seus parlamentares, seja diretamente por meio do recebimento das propinas sob a forma de doações eleitorais “oficiais” feitas pelas empresas cartelizadas, seja indiretamente por meio da eleição de seus candidatos baseada nesse financiamento eleitoral irregular, e, conseqüentemente, por meio do recebimento proporcional de recursos públicos via fundo partidário.

De fato, esse esquema de corrupção tinha como objetivo não apenas o pagamento de propinas ao próprio diretor da Petrobras, aos operadores e a agentes políticos, como também, em grande parte, a arrecadação de propinas para as campanhas eleitorais dos candidatos do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), que foi beneficiado de maneira efetiva e direta pelo esquema de corrupção, mediante o **recebimento de propinas sob o**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

disfarce de doações eleitorais "oficiais" feitas por empresas integrantes do cartel estabelecido em desfavor da Petrobras, consoante acima narrado no item IV.

Para fins de ilustração, registra-se que o total de vantagens ilícitas arrecadadas diretamente pelo PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e seus integrantes a partir do esquema ímprobo instalado na Diretoria de Abastecimento de Petrobras, durante toda a extensão de seu funcionamento, chegou ao importe de, ao menos, **R\$ 296.373.910,56** (equivalente a 60% sobre o importe total da propina paga pelas empresas cartelizadas – R\$ 246.393.910,56 –, mais a propina paga pela BRASKEM – R\$ 49.980.000,00). Considerado o mesmo período de 2004 a 2014, o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) recebeu, via fundo partidário, o valor total de **R\$ 179.790.284,80**. Confira-se:

PP	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Duodécimos	9.812.616,31	9.560.132,98	10.275.730,22	8.459.008,40	9.631.877,16	11.133.275,71
Multas	768.808,16	930.091,76	2.167.765,33	2.408.769,85	2.447.019,06	2.082.882,42
SOMA	10.581.424,47	10.490.224,74	12.443.495,55	10.867.778,25	12.078.896,22	13.216.158,13
PP	2010	2011	2012	2013	2014	TOT 2004-2014
Duodécimos	11.272.699,62	19.546.922,38	20.604.053,97	19.756.408,99	20.301.561,46	150.354.287,20
Multas	2.555.217,95	3.184.241,50	4.565.637,16	4.537.548,68	3.788.015,73	29.435.997,60
SOMA	13.827.917,57	22.731.163,88	25.169.691,13	24.293.957,67	24.089.577,19	179.790.284,80

Até 2005, citado como PPB no TSE

Como se vê, **o total de vantagens ilícitas direcionadas à agremiação partidária e seus integrantes equivale a nada menos que 164% do importe licitamente distribuído por meio do fundo partidário**, o que patenteia, sobremaneira, o desequilíbrio no cenário eleitoral proporcionado pelo financiamento ilícito do PARTIDO PROGRESSISTA (PP) e seus integrantes a partir de recursos públicos desviados da Petrobras.

Esse financiamento eleitoral irregular, além de já caracterizar, por si só, vantagem ilícita diretamente auferida pela agremiação partidária, também acabou por beneficiar o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) de maneira indireta, por ter custeado, de forma substancial, as campanhas eleitorais de seus candidatos, com a **consequente repercussão na quantidade total de votos destinada à agremiação nos pleitos nacionais** e, em virtude do sistema proporcional nas eleições para a Câmara dos Deputados, também com repercussão na quantidade total de candidatos a Deputado Federal eleitos pelo PARTIDO PROGRESSISTA (PP). Para fins de ilustração, vale o registro de que, em virtude da adoção do sistema proporcional, de um total de 513 Deputados Federais, apenas 35 foram eleitos no pleito de 2010 com votos "próprios", é dizer, com votação que superou o coeficiente eleitoral²⁷².

²⁷²<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/150807- apenas-35-dos-513-deputados-foram-eleitos->

Como consequência final, tem-se também que o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) beneficiou-se, em virtude da quantidade de Deputados Federais eleitos com base em campanhas eleitorais irregularmente financiadas, também da **distribuição de verbas públicas via fundo partidário**, que, nos termos da Lei n.º 9.096/95, é quase que integralmente distribuído entre as siglas partidárias de acordo com a proporção de votos recebidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

Portanto, resta evidenciado que o PARTIDO PROGRESSISTA (PP) não apenas concorreu para o esquema de corrupção instalado na Diretoria de Abastecimento da Petrobras, mas também se beneficiou dele até a cessação desse esquema, respondendo pelos atos de improbidade administrativa ora imputados, com base no artigo 3º da Lei n.º 8.429/92.

VI – A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA PRESENTE AÇÃO CIVIL PÚBLICA.

VI.1 – A INEXISTÊNCIA DE PRERROGATIVA DE FORO.

Embora alguns dos demandados sejam detentores de mandato eletivo no Congresso Nacional, não se cogita do foro por prerrogativa de função no processamento e julgamento deste feito.

No plano federal, o foro por prerrogativa de função deve ter previsão específica na própria Constituição Federal ou na lei a que esta remeter, considerando que o instituto configura excepcional derrogação da competência ordinária dos juízos de primeira instância. Atualmente, há previsão constitucional de foro por prerrogativa de função, em se tratando de parlamentares federais, apenas para as ações de natureza penal (artigo 102, inciso I, alínea “b”), e não há remissão a que lei ordinária possa tratar dessa matéria. Por seu turno, **a persecução pela prática de atos de improbidade administrativa reveste-se de natureza cível**, apesar da sua natureza sancionatória, sendo certo que a responsabilização por atos ímprobos se dá “*sem prejuízo da ação penal cabível*” (artigo 37, § 4º, parte final, Constituição Federal). Portanto, **à míngua de previsão normativa expressa**, tem-se que **o processamento e julgamento de pretensões fundadas na Lei n.º 8.429/92 não**

comporta o foro por prerrogativa de função.

De fato, a controvérsia já foi amplamente debatida no E. Supremo Tribunal Federal e no C. Superior Tribunal de Justiça, tendo sido pacificada a jurisprudência das Cortes Superiores a respeito da inexistência de foro por prerrogativa de função na persecução de atos de improbidade administrativa imputados a parlamentares federais.

Por meio da Lei n.º 10.628/02, foi acrescentado o § 2º ao artigo 84 do Código de Processo Penal, prevendo que a ação de improbidade administrativa fundada na Lei n.º 8.429/92 seria proposta *“perante o tribunal competente para processar e julgar criminalmente o funcionário ou a autoridade na hipótese de prerrogativa de foro em razão do exercício de função pública (...)”*. Contudo, **o E. Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade do dispositivo no julgamento das ADI 2.767 e 2.860**. Confira-se a ementa:

“I. ADIn: legitimidade ativa: "entidade de classe de âmbito nacional" (art. 103, IX, CF): Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP 1. Ao julgar, a ADIn 3153-AgR, 12.08.04, Pertence, Inf STF 356, o plenário do Supremo Tribunal abandonou o entendimento que excluía as entidades de classe de segundo grau - as chamadas "associações de associações" - do rol dos legitimados à ação direta. 2. De qualquer sorte, no novo estatuto da CONAMP - agora Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - a qualidade de "associados efetivos" ficou adstrita às pessoas físicas integrantes da categoria, - o que basta a satisfazer a jurisprudência restritiva-, ainda que o estatuto reserve às associações afiliadas papel relevante na gestão da entidade nacional. II. ADIn: pertinência temática. Presença da relação de pertinência temática entre a finalidade institucional das duas entidades requerentes e os dispositivos legais impugnados: as normas legais questionadas se refletem na distribuição vertical de competência funcional entre os órgãos do Poder Judiciário - e, em conseqüência, entre os do Ministério Público . III. Foro especial por prerrogativa de função: extensão, no tempo, ao momento posterior à cessação da investidura na função dele determinante. Súmula 394/STF (cancelamento pelo Supremo Tribunal Federal). Lei 10.628/2002, que acrescentou os §§ 1º e 2º ao artigo 84 do C. Processo Penal: pretensão inadmissível de interpretação autêntica da Constituição por lei ordinária e usurpação da competência do Supremo Tribunal para interpretar a Constituição: inconstitucionalidade declarada. 1. O novo § 1º do art. 84 CPPrPen constitui evidente reação legislativa ao cancelamento da Súmula 394 por decisão tomada pelo Supremo Tribunal no Inq 687-QO, 25.8.97, rel. o em. Ministro Sydney Sanches (RTJ 179/912), cujos fundamentos a lei nova contraria inequivocamente. 2. Tanto a Súmula 394, como a decisão do Supremo Tribunal, que a cancelou, derivaram de interpretação direta e exclusiva da Constituição Federal. 3. Não pode a lei ordinária pretender impor, como seu objeto imediato, uma interpretação da Constituição: a questão é de inconstitucionalidade formal, ínsita a toda norma de gradação inferior que se proponha a ditar interpretação da norma de hierarquia superior. 4. Quando, ao vício de inconstitucionalidade formal, a lei interpretativa da Constituição acresça o de opor-se

ao entendimento da jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal - guarda da Constituição -, às razões dogmáticas acentuadas se impõem ao Tribunal razões de alta política institucional para repelir a usurpação pelo legislador de sua missão de intérprete final da Lei Fundamental: admitir pudesse a lei ordinária inverter a leitura pelo Supremo Tribunal da Constituição seria dizer que a interpretação constitucional da Corte estaria sujeita ao referendo do legislador, ou seja, que a Constituição - como entendida pelo órgão que ela própria erigiu em guarda da sua supremacia -, só constituiria o correto entendimento da Lei Suprema na medida da inteligência que lhe desse outro órgão constituído, o legislador ordinário, ao contrário, submetido aos seus ditames.

5. Inconstitucionalidade do § 1º do art. 84 C.Pr.Penal, acrescido pela lei questionada e, por arrastamento, da regra final do § 2º do mesmo artigo, que manda estender a regra à ação de improbidade administrativa.

IV. Ação de improbidade administrativa: extensão da competência especial por prerrogativa de função estabelecida para o processo penal condenatório contra o mesmo dignitário (§ 2º do art. 84 do C Pr Penal introduzido pela L. 10.628/2002): declaração, por lei, de competência originária não prevista na Constituição: inconstitucionalidade.

1. No plano federal, as hipóteses de competência cível ou criminal dos tribunais da União são as previstas na Constituição da República ou dela implicitamente decorrentes, salvo quando esta mesma remeta à lei a sua fixação.

2. Essa exclusividade constitucional da fonte das competências dos tribunais federais resulta, de logo, de ser a Justiça da União especial em relação às dos Estados, detentores de toda a jurisdição residual.

3. Acresce que a competência originária dos Tribunais é, por definição, derrogação da competência ordinária dos juízos de primeiro grau, do que decorre que, demarcada a última pela Constituição, só a própria Constituição a pode excetuar.

4. Como mera explicitação de competências originárias implícitas na Lei Fundamental, à disposição legal em causa seriam oponíveis as razões já aventadas contra a pretensão de imposição por lei ordinária de uma dada interpretação constitucional.

5. De outro lado, pretende a lei questionada equiparar a ação de improbidade administrativa, de natureza civil (CF, art. 37, § 4º), à ação penal contra os mais altos dignitários da República, para o fim de estabelecer competência originária do Supremo Tribunal, em relação à qual a jurisprudência do Tribunal sempre estabeleceu nítida distinção entre as duas espécies.

6. Quanto aos Tribunais locais, a Constituição Federal -salvo as hipóteses dos seus arts. 29, X e 96, III -, reservou explicitamente às Constituições dos Estados-membros a definição da competência dos seus tribunais, o que afasta a possibilidade de ser ela alterada por lei federal ordinária.

V. Ação de improbidade administrativa e competência constitucional para o julgamento dos crimes de responsabilidade.

1. O eventual acolhimento da tese de que a competência constitucional para julgar os crimes de responsabilidade haveria de estender-se ao processo e julgamento da ação de improbidade, agitada na Rcl 2138, ora pendente de julgamento no Supremo Tribunal, não prejudica nem é prejudicada pela inconstitucionalidade do novo § 2º do art. 84 do C.Pr.Penal.

2. A competência originária dos tribunais para julgar crimes de responsabilidade é bem mais restrita que a de julgar autoridades por crimes comuns: afora o caso dos chefes do Poder Executivo - cujo impeachment é da competência dos órgãos políticos - a cogitada competência dos tribunais não alcançaria, sequer por integração analógica, os membros do Congresso Nacional e das outras casas legislativas, aos quais, segundo a Constituição, não se pode atribuir a prática de crimes de

responsabilidade. 3. Por outro lado, ao contrário do que sucede com os crimes comuns, a regra é que cessa a imputabilidade por crimes de responsabilidade com o termo da investidura do dignitário acusado.”

(ADI 2797, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 15/09/2005, DJ 19-12-2006 PP-00037 EMENT VOL-02261-02 PP-00250)

Para que não haja dúvidas a respeito da atual posição do E. Supremo Tribunal Federal, em se tratando de parlamentares federais, confira-se a recente decisão:

*“AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. 1. **A ação civil pública por ato de improbidade administrativa que tenha por réu parlamentar deve ser julgada em Primeira Instância.** 2. Declaração de inconstitucionalidade do art. 84, §2º, do CPP no julgamento da ADI 2797. 3. Mantida a decisão monocrática que declinou da competência. 4. Agravo Regimental a que se nega provimento.”*

(Pet 3067 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 19/11/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-032 DIVULG 18-02-2015 PUBLIC 19-02-2015)

Já no âmbito do C. Superior Tribunal de Justiça, em alinhamento à jurisprudência da Suprema Corte, **firmou-se também o entendimento de que não há foro por prerrogativa de função na persecução de atos de improbidade administrativa**, como se vê na seguinte decisão:

*“PROCESSO CIVIL. COMPETÊNCIA. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. **A ação de improbidade administrativa deve ser processada e julgada nas instâncias ordinárias, ainda que proposta contra agente político que tenha foro privilegiado no âmbito penal e nos crimes de responsabilidade.***

Reclamação improcedente.”

(Rcl 12.514/MT, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, CORTE ESPECIAL, julgado em 13/03/2014, DJe 21/03/2014)

Portanto, tendo em vista a natureza cível da persecução dos atos de improbidade administrativa, a inexistência de preceito normativo expresso estabelecendo o foro por prerrogativa de função nesse caso e a jurisprudência consolidada no E. Supremo Tribunal Federal e no C. Superior Tribunal de Justiça, tem-se por inquestionável a competência do juízo de primeira instância para processar e julgar a presente Ação Civil Pública.

VI.2 – DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

A respeito da competência jurisdicional para **ações de improbidade administrativa** envolvendo sociedades de economia mista federais, já está pacificado o entendimento de que a competência é da Justiça Federal, em razão de haver nítido interesse da União na **apuração de atos ilícitos praticados por seus dirigentes** (STJ, AgRg AgRg no CC 104.375/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 04/09/2009).

E, com efeito, na hipótese vertente os atos de improbidade praticados por **dirigentes da Petrobras** repercutem direta e inevitavelmente no **patrimônio da União**, por ser esta detentora do capital majoritário da referida sociedade de economia mista.

Há, portanto, nítido **interesse jurídico e econômico** da União no feito, a atrair a competência da Justiça Federal.

O **interesse jurídico** da União decorre da própria apuração dos fatos e aplicação de sanções aos **agentes ímprobos**, a fim de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e atendimento aos princípios da legalidade, eficiência, lealdade à instituição e moralidade no âmbito da estatal. É notório que esses agentes ímprobos, frise-se, são escolhidos mediante um processo de indicações políticas feitas por integrantes da cúpula dos poderes da União. Ademais, no caso, houve o pagamento de vantagem ilícita a vários Deputados Federais, agentes políticos atuantes na esfera federal.

Em outros dizeres, se a União detém o capital majoritário da Petrobras, é de seu total interesse jurídico a apuração dos atos ímprobos praticados por seus diretores que importaram em prejuízo à companhia.

Ademais, no caso concreto, o interesse jurídico da União fica corroborado pelo **vultoso prejuízo à imagem e ao patrimônio da sociedade de economia mista da qual é acionista majoritária e controladora**, que se ilustra com as constantes notícias relacionadas à Petrobras em páginas policiais e com a queda vertiginosa do valor das ações da companhia, a patamares menores do que no longínquo ano de 2005²⁷³. Todo esse abalo

²⁷³<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2014/12/queda-nas-acoas-da-petrobras-ajuda-tirar-pequeno-investidor-da-bolsa.html>

<http://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2014/12/12/petrobras-cai-6-e-tem-menor-valor-em-10->

decorreu justamente dos atos ímprobos praticados pelos gestores da estatal, com a participação dos Deputados Federais ora demandados, sobre os quais a União possui interesse na investigação e repressão.

Por sua vez, o **interesse econômico** decorre da circunstância de a União ser a acionista majoritária da Petrobras, aliada ao fato de a demanda versar sobre a prática de atos de corrupção no âmbito da estatal que acarretaram desvios estrondosos do patrimônio público em benefício de gestores e agentes públicos.

Para corroborar o interesse econômico, colhe-se dos decretos não numerados a seguir transcritos que a União, nos últimos 5 anos, diretamente transferiu vultosas quantias para a Petrobras:

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 2014

Transfere as dotações orçamentárias constantes do Orçamento de Investimento para 2014 das empresas Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE e Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST **para Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.**

Art. 1º Ficam transferidas, das empresas Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE e Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST **para a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, os saldos das dotações orçamentárias constantes do Orçamento de Investimento para 2014 (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), no valor de R\$ 4.816.046.000,00 (quatro bilhões, oitocentos e dezesseis milhões e quarenta e seis mil reais), de acordo com os Anexos I e II.**

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, **em favor da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS** e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, **crédito suplementar no valor de R\$ 7.104.124.764,00**, para os fins que especifica.

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), **em favor da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS** e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, **crédito suplementar no valor de R\$ 7.104.124.764,00 (sete bilhões, cento e quatro milhões, cento e vinte e quatro mil, setecentos e sessenta e quatro reais)**, para atender à programação constante do Anexo I.

DECRETO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre ao Orçamento de Investimento para 2011, em favor da Companhia Docas do

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Estado de São Paulo - CODESP, **de empresas do Grupo PETROBRÁS** e da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, **crédito suplementar no valor de R\$ 1.330.127.000,00**, para os fins que especifica.

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei no 12.381, de 9 de fevereiro de 2011) **crédito suplementar no valor de R\$ 1.330.127.000,00 (um bilhão, trezentos e trinta milhões, cento e vinte e sete mil reais)**, em favor da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, **de empresas do Grupo PETROBRÁS** e da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, para atender à programação constante do Anexo I.

DECRETO DE 10 DE SETEMBRO DE 2010

Autoriza o aumento do capital social da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.

Art. 1o Fica autorizado o aumento do capital social da empresa Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, mediante oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais, **desde que mantido o controle acionário da União**, nos seguintes termos: (...)

Art. 2o **Fica a União autorizada a subscrever ações na proporção de sua participação acionária no capital social da PETROBRAS, bem como eventuais sobras de ações, e a integralizá-las com títulos da dívida pública mobiliária federal**, nos termos do disposto no art. 9o da Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010.

Por esse motivo, a União deverá, inclusive, aderir ao polo ativo desta lide, consoante autoriza o artigo 5º da Lei n.º 9.469/97:

Art. 5º **A União poderá intervir nas causas em que figurarem, como autoras ou rés**, autarquias, fundações públicas, **sociedades de economia mista** e empresas públicas federais.

Parágrafo único. **As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico**, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.

Ratifica tais argumentos o já citado **entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça que fixa a competência da Justiça Federal para ações de improbidade que versam sobre atos praticados em detrimento de sociedade de economia mista controlada pela União**, em virtude do interesse jurídico e econômico desta no julgamento

da causa.

A propósito, ao julgar o AgRg no Conflito de Competência n.º 122.629-ES, o Superior Tribunal de Justiça consignou que, em se tratando de ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público Federal, relativamente a **atos praticados por dirigentes de sociedade de economia mista, cujo capital majoritário pertença à União, a competência é da Justiça Federal:**

(...) AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. **AJUIZAMENTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. ATOS PRATICADOS POR DIRIGENTES DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, CUJO CAPITAL MAJORITÁRIO PERTENCE À UNIÃO. INTERESSE ECONÔMICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.**

1. Conforme o entendimento jurisprudencial da **Primeira Seção**, "**o mero ajuizamento da ação pelo Ministério Público Federal, por entender estar configurado ato de improbidade administrativa, fixa a competência na Justiça Federal**" (AgRg no AgRg no CC 104.375/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 04/09/2009). No mesmo sentido: CC 100.300/PI, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 25/05/2009. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no CC 122629/ES, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, 1ª Seção, julgado em 13/11/2013, DJe 02/12/2013)

Do voto condutor do acórdão, destaque-se elucidativo trecho, que deixa clara a razão pela qual a atuação do MPF, em situações tais, leva à competência da Justiça Federal:

"Se a União detém o capital majoritário da sociedade de economia mista, naturalmente, é do seu interesse a apuração de atos ilícitos praticados pelos seus dirigentes que importem prejuízo patrimonial à sociedade empresarial. De outro lado, tendo sido o Ministério Público Federal o autor da ação civil pública, a competência da justiça federal é indeclinável, conforme entendimento jurisprudencial pacífico da Primeira Seção do STJ"

Mais recentemente, em 26 de agosto de 2014, o **C. Superior Tribunal de Justiça** ratificou tal posicionamento no julgamento do **Recurso Especial 1249118/ES**, demanda que envolvia a prática de improbidade administrativa no âmbito de **sociedade de economia mista cujo capital majoritário pertence à União**, no caso, a Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. **AÇÃO DE IMPROBIDADE AJUIZADA NA JUSTIÇA FEDERAL** PARA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA CELEBRAÇÃO DE ACORDOS JUDICIAIS TRABALHISTAS **EM PREJUÍZO DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA (CODESA)**. DECLÍNIO EX OFFICIO DA COMPETÊNCIA. PRESENÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO POLO ATIVO DA AÇÃO. **INTERESSE JURÍDICO DA UNIÃO COMO ACIONISTA MAJORITÁRIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL RECONHECIDA.**

1. Na origem, o Ministério Público Federal ajuizou ação de improbidade administrativa para apurar responsabilidades pela prática de irregularidades consistentes na celebração de acordos judiciais em demandas trabalhistas por valores superiores àqueles aos quais a Codesa - Companhia Docas do Espírito Santo havia sido condenada, acarretando prejuízo de R\$ 502.443,57 (fl. 25), cujo valor atualizado para a presente data corresponde a R\$ 1.001.473,78 (um milhão, mil quatrocentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos), conforme os critérios da Tabela Prática do TJSP.

2. A específica questão sobre a competência para processar e julgar ação de improbidade para apuração de atos em prejuízo da Codesa foi solucionada no recentíssimo julgamento do AgRg no CC 122.629/ES, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 2/12/2013, **quando a colenda Primeira Seção consignou que "o mero ajuizamento da ação pelo Ministério Público Federal, por entender estar configurado ato de improbidade administrativa, fixa a competência na Justiça Federal** (AgRg no AgRg no CC 104.375/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 04/09/2009)". No mesmo sentido, os seguintes precedentes: CC 40534/RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 17.05.04; AgRg no CC 107.638/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 20/4/2012; CC 116.282/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 6/9/2011; CC 112.137/SP, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, DJe 1º/12/2010.

3. No mesmo julgamento (AgRg no CC 122.629/ES), **a Primeira Seção reconheceu a presença de interesse jurídico ao afirmar que, "Se a União detém o capital majoritário da sociedade de economia mista, naturalmente, é do seu interesse a apuração de atos ilícitos praticados pelos seus dirigentes que importem prejuízo patrimonial à sociedade empresarial."** Em idêntico sentido - inclusive versando caso análogo que envolve a Companhia Docas do Rio de Janeiro - o entendimento perfilhado no REsp 1281945/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 1º/12/2011, que trata de hipótese em tudo semelhante ao caso concreto.

4. Assim, adotar entendimento diverso do aqui exposto desaguaria em julgamento flagrantemente contraditório à orientação fixada pela Colenda Primeira Seção nos autos do Conflito de Competência 122.629/ES, oportunidade em que, debruçando-se sobre a específica questão aqui debatida, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da justiça federal.

5. A orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ACO 987 - "a presença de sociedade de economia mista em procedimento investigatório não acarreta, por si só, na presunção de violação de interesse, econômico ou jurídico, da União" - em nada conflita com o entendimento aqui exposto, **já que, no caso concreto, o interesse da União não fora presumido, mas sim evidenciado pela**

sua condição de acionista majoritária da Codesa, ostentando nada menos que 89,271% das suas ações e o controle acionário da mencionada sociedade de economia mista, **que somente no ano de 2013 recebeu dos cofres públicos aportes financeiros superiores a 90 milhões de reais, de modo que é inegável o interesse da União em investigar danos causados, em última análise, ao seu próprio patrimônio.**

6. Os precedentes do Colendo STF mencionados pelo nobre causídico da Tribuna, na sessão de 6.2.2014, não se amoldam ao presente caso, na medida em que neste a competência foi fixada não somente pelo polo ativo da demanda, **mas também pelo já reconhecido interesse da União no feito.**

7. Recursos Especiais providos.

(REsp 1249118/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/08/2014, **DJe 28/11/2014**)

Destacam-se as seguintes passagens do voto condutor do julgamento do **Recurso Especial 1249118/ES**, cujo acórdão foi publicado em 20/11/2014:

(...) São dois, portanto, os aspectos que determinam a competência da Justiça Federal no caso concreto.

O **primeiro** deles consiste no fato de a Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa ter sido ajuizada pelo Ministério Público Federal, o que, nos termos dos precedentes desta Corte, é suficiente para firmar a competência da Justiça Federal, conforme julgados que acrescento ao anteriormente transcrito para corroborar essa orientação: (...) O **segundo** aspecto que determina a competência da Justiça Federal diz com a presença do interesse jurídico manifestado pela União em relação à Ação Civil Pública que visa apurar atos de improbidade praticados em detrimento da Codesa – Companhia Docas do Espírito Santo, sociedade de economia mista cujo controle acionário é titularizado pela União, com nada menos que 89,271% das suas ações (fl. 44), informação corroborada pelo Relatório de Administração do exercício de 2007, disponível em "http://www.codesa.gov.br/site/LinkClick.aspx?fileticket=evASck_0uDc%3D&tabid=108&language=en-US", nestes termos:

(...) Nesse cenário, não restam dúvidas quanto à competência da Justiça Federal, **seja pela presença do Ministério Público Federal no polo ativo da Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa, seja pelo reconhecido interesse econômico-jurídico da União em relação à apuração de irregularidades em detrimento do patrimônio de sociedade de economia mista cujo capital é formado majoritariamente por verbas federais, tendo a União a qualidade de acionista controladora.**

(...) Ora, se a sociedade de economia mista recebera, só no ano de 2013, aporte superior R\$ 90 milhões pela União, **dúvida não há quanto ao interesse desta última na apuração de atos de improbidade que lesaram o conjunto de bens, direitos e obrigações da Codesa, que, em última análise, constitui patrimônio do próprio ente público, como largamente demonstrado. (...)**

Outrossim, de registrar que figuram no polo passivo da presente demanda diversos parlamentares federais. Neste contexto, a análise e julgamento sobre a prática de atos de improbidade cometidos por parlamentares federais é incontestavelmente de atribuição da Justiça Federal, sendo evidente o interesse jurídico e econômico da União relativamente à probidade de seus agentes políticos.

Em suma, diante da reunião do interesse jurídico e do interesse econômico da União no julgamento da demanda, **fixa-se a competência da Justiça Federal.**

De outra parte, a par de a competência da Justiça Federal decorrer diretamente do interesse jurídico e econômico da União, na hipótese dos autos a competência federal também deflui da relação de continência entre os fatos especificamente narrados nesta ação e o esquema criminoso instalado no seio da **Petrobras** para desviar recursos públicos em benefício indevido de partidos políticos e agentes políticos federais.

Diante disso, conclui-se que a **Justiça Federal** é definitivamente competente para o processamento e julgamento desta demanda, seja em razão do interesse jurídico da União na apuração dos atos praticados por agentes públicos, entre os quais Deputados Federais, seja por força do interesse econômico da União em sociedade de economia mista na qual detém mais de metade do capital social e na qual injetou significativos recursos diretos, seja ainda em razão de se estar diante da relação de continência entre os fatos específicos descritos nesta ação e o esquema de desvio de recursos públicos da Petrobras para abastecer o caixa de partidos políticos e beneficiar agentes políticos federais.

VI.3 – A COMPETÊNCIA TERRITORIAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

Fixada a competência da Justiça Federal de primeira instância para julgar o feito, está evidenciada a **competência territorial da Seção Judiciária do Paraná.**

Em sede de improbidade administrativa, não havendo disposição específica sobre competência na Lei n.º 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), entende-se aplicável o regramento da Lei n.º 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública), em razão de ambas as

ações voltarem-se à tutela coletiva – no caso, do patrimônio público e da probidade administrativa, como tem reiteradamente decidido o C. Superior Tribunal de Justiça²⁷⁴.

Assim, para a ação de improbidade administrativa a competência é a do **local do dano**, conforme exposto no artigo 2º da Lei n.º 7.347/85²⁷⁵.

Na hipótese dos autos, os danos causados pelos atos de improbidade administrativa praticados pelos demandados podem ser nitidamente qualificados como **danos difusos de âmbito nacional**. Tal se dá, essencialmente, porque **(1)** os desvios de recursos públicos e os pagamentos de vantagem ilícita atingem a todos os brasileiros, haja vista que estes exercem a titularidade indivisível dos bens jurídicos lesados, **(2)** os danos tiveram origem em diversas obras da Petrobras, que foram localizadas em diferentes unidades federativas do país, e **(3)** o esquema de corrupção era sustentado pela atuação de parlamentares federais.

Especificamente quanto ao ponto **(2)**, examinando-se as obras em relação às quais foi acertado entre os demandados o pagamento de propina para os agentes públicos, ex-agentes públicos e terceiros ora demandados, verifica-se que não se restringiram a um determinado complexo de obras ou sequer a um Estado da federação. Do contrário, os demandados nesta ação civil pública beneficiaram-se do pagamento de vantagens indevidas originadas, em detrimento do patrimônio público, de diferentes projetos e obras da Petrobras – até mesmo porque, como já devidamente descrito, essa prática ilícita permeou todos os contratos da empresa no período de 2004 a 2012.

Assim, ainda que se pretenda circunscrever o dano causado por tais condutas aos locais em que as obras foram realizadas, deve-se observar que os atos de improbidade descritos nas ações que estão sendo ajuizadas em conjunto, as quais dizem respeito a fatos umbilicalmente relacionados, relacionam-se a obras localizadas nos Estados do **Paraná (Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR**, localizada em Araucária), da Bahia, do Maranhão, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Assim, na hipótese de circunscrição do dano ao local das obras, todos esses locais seriam concorrentemente competentes para o ajuizamento desta ação.

274 **AgRg nos EDcl no CC 120.111/DF**, Rel. Ministra ELIANA CALMON, Primeira Seção, julgado em 08/05/2013, DJe 17/05/2013.

275 (Lei 7.347/85) "Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa."

Entretanto, o dano ocasionado pelas condutas ímprobas descritas nesta peça evidentemente não se limita ao local das obras realizadas pelas empresas cartelizadas. É que todas as empresas envolvidas no esquema tinham participação ativa no cartel de empreiteiras formado para fraudar o caráter competitivo de todas as licitações realizadas pela Petrobras no período de 2004 a 2012. Assim, o fato de uma das empresas envolvidas ter acertado, em reuniões com as demais integrantes do cartel, que somente realizaria obras em determinados Estados da Federação, não descaracteriza a conclusão de que ela também é responsável pelos prejuízos decorrentes das licitações que não venceu, pois nestas ela teve participação ativa consistente em deixar de apresentar propostas competitivas.

Resta evidente, por estas razões, que **os atos ímprobos perseguidos nesta ação civil pública não repercutiram ou causaram danos circunscritos a certas localidades ou regiões, mas atingiram o país de maneira uniforme e indistinta.**

Por isso mesmo, aplica-se analogicamente o artigo 93, inciso II, da Lei n.º 8.078/90, conferidor de **competência concorrente** aos foros das Capitais dos Estados e do Distrito Federal em tais casos²⁷⁶. A respeito, ensina Hugo Nigro Mazzilli que, *“em se tratando a ação civil pública ou coletiva que objetive a defesa de interesses difusos ou coletivos de caráter regional ou nacional, não há previsão normativa específica para determinar a competência. Por analogia ao que vem disposto em matéria parelha pelo CDC no tocante à defesa de interesses individuais homogêneos, mesmo as ações que versem interesses difusos e coletivos, envolvendo ou não consumidores, deverão ser ajuizadas na Capital do Estado ou no Distrito Federal”*²⁷⁷. Na mesma linha, confira-se a seguinte decisão do C. Superior Tribunal de Justiça:

“ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRIVATIZAÇÃO DA ELETROPAULO. RECURSOS ESPECIAIS. CONEXÃO. COMPETÊNCIA FUNCIONAL PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA DEMANDA. DANO DE NATUREZA NACIONAL. MAGNITUDE DOS INTERESSES ENVOLVIDOS. FORO DE ESCOLHA DO AUTOR DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. JUÍZO FEDERAL DE SÃO PAULO. SEDE DA EMPRESA PRIVATIZADA. OPÇÃO QUE FACILITA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA DOS RECORRENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

1. Os recursos especiais 1.326.593, 1.327.205, 1.320.693, 1.320.694, 1.320.695,

276(Lei 8.078/90) “Art. 93. Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local:

I - no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local;

II - no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente.”

277A *defesa dos interesses difusos em juízo*, 27ª edição, São Paulo: Saraiva, 2014, p. 296

1.320.697, 1.320.894 e 1.320.897, todos submetidos a minha relatoria, são conexos porque são resultantes do inconformismo em face do entendimento firmado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região no sentido de que é a subseção judiciária federal do Rio de Janeiro aquela competente para instrução e julgamento da ação civil pública por improbidade administrativa nº 2004.61.00.020156-5. Por essa razão, nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, devem as presentes demandas serem julgadas simultaneamente, a fim de evitar decisões contraditórias entre si.

2. Em se tratando de ação civil pública em trâmite na Justiça Federal, que tem como causa de pedir a ocorrência dano ao patrimônio público de âmbito nacional, a jurisprudência deste Sodalício orienta no sentido de que cumpre ao autor da demanda optar pela Seção Judiciária que deverá ingressar com ação, sendo que o Juízo escolhido se torna funcionalmente competente para o julgamento e deslinde da controvérsia, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.347/85.

3. A análise atenta do acórdão recorrido revela que os fatos se relacionam a empréstimos concedidos pelo BNDES em favor de empresas quando da privatização da ELETROPAULO S/A. Diante do inadimplemento do financiamento concedido, foi celebrado Termo de Acordo entre as partes interessadas o qual resultou na criação de outra empresa - Brasiliana Energia S/A, que ficou responsável pelo adimplemento das obrigações anteriormente contraídas.

4. A conclusão acima indicada - caráter nacional dos danos causados ao erário - se ratifica também em face dos vultuosos valores que são objeto da presente lide, sendo certo que o processo de privatização de uma empresa estatal de energia elétrica não se restringe aos limites territoriais de um determinado Estado por envolver interesses de investidores não só nacionais mas também internacionais. Assim, não há como negar a amplitude nacional dos danos ao erário que foram causados em decorrência da suposta fraude investigada no âmbito da referida ação civil pública.

5. Verifica-se que o Ministério Público Federal - autor da demanda - optou por ajuizar a referida ação civil pública por improbidade administrativa na subseção judiciária de São Paulo. Ressalta-se a racionalidade desta escolha, tendo em vista que a empresa que foi objeto do processo de privatização - ELETROPAULO - se situa no Estado de São Paulo.

6. Além disso, muitos dos recorrentes possuem residência na capital paulista ou mesmo facilidade de acesso àquela municipalidade, sendo certo que não seria plausível admitir que esta escolha do MPF acarretaria qualquer tipo de constrangimento ou mesmo de cerceamento de defesa àqueles que figuram no pólo passivo da referida ação civil pública por improbidade administrativa.

7. Recurso especial provido para declarar competente o Juízo Federal de São Paulo/SP”

(REsp 1320693/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 05/12/2012)

E, tendo em vista a concorrência de foros em casos como o presente, que envolve a ocorrência de danos difusos com abrangência nacional, a opção feita pelo

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Ministério Público Federal de propor esta ação civil pública na Seção Judiciária do Paraná encontra-se plenamente amparada em motivos de razoabilidade.

De início, vale ressaltar que os atos ímprobos em causa encontram-se inseridos no esquema de corrupção e loteamento político-partidário instalado no âmbito da Petrobras que foi deslindado pela **Operação Lava Jato, originada e desenvolvida substancialmente nesta Seção Judiciária do Paraná**, perante a qual tramitam todas as ações de improbidade administrativa e as ações penais propostas em face de pessoas não detentoras de foro por prerrogativa de função relacionada à referida investigação.

De fato, como já suficientemente esclarecido nos capítulos anteriores, na *Operação Lava Jato* desvelou-se a existência de um gigantesco esquema criminoso envolvendo a prática de crimes contra a ordem econômica, corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da Petrobras, especialmente na **Diretoria de Abastecimento**, na Diretoria de Serviços e na Diretoria Internacional, tendo como objetivo arrecadar vantagens ilícitas sobre contratações da estatal, as quais eram distribuídas entre **(i)** os diretores e empregados da petroleira responsáveis por facilitar os procedimentos internos nesses negócios, **(ii)** os operadores financeiros do esquema e **(iii)** os parlamentares federais que davam sustentação política dos diretores em seus cargos.

No caso em questão, vale destacar que os Inquéritos n.º 3.980/DF, 3.992/DF, 3.997/DF, 3.999/DF e 4.000/DF, instaurados com vistas à investigação criminal dos mesmos fatos caracterizadores da improbidade administrativa ora perseguida em relação aos demandados JOÃO PIZZOLATTI, MÁRIO NEGROMONTE, NELSON MEURER, ARTHUR LIRA, LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA, JOSÉ OTÁVIO GERMANO e ROBERTO PEREIRA DE BRITTO, e nos quais já foram oferecidas denúncias em seu desfavor, foram originalmente distribuídos à relatoria do Ministro Teori Zavascki, ora sob relatoria do Ministro Edson Fachin, dada a sua **manifesta conexão** com as demais ações penais relacionadas aos fatos apurados na *Operação Lava Jato* no âmbito do E. Supremo Tribunal Federal. **Não por outro motivo, uma vez determinado o desmembramento das investigações realizadas nos Inquéritos n.º 3.980/DF, 3.992/DF, 3.999/DF e 4.000/DF, em relação às pessoas não detentoras de prerrogativa de foro, por decisão do Ministro Teori Zavascki, de 19/04/2016, baixaram os autos desmembrados para o Juízo Federal da 13ª Vara de Curitiba/PR.**

Mas não é só. Diante da dificuldade em se delimitar o local do dano nas

ações de improbidade administrativa, o C. **Superior Tribunal de Justiça** decidiu que a competência também pode ser definida em razão da **prevalência da localidade onde está a maior parte dos elementos probatórios**, tendo como objetivos a celeridade processual, a ampla defesa e a razoável duração do processo. Confira-se:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. **AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**. LOCAL DO DANO - ART. 2º DA LEI 7.347/85. DIVERGÊNCIA QUANTO À AMPLITUDE DO DANO. **PREVALÊNCIA DA LOCALIDADE ONDE SE LOCALIZAM A MAIOR PARTE DOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS**. PREJUÍZOS MAIS GRAVES SOBRE A SEDE DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ENVOLVIDOS. **INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA. CELERIDADE PROCESSUAL, AMPLA DEFESA E RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO.**

1. Discute-se nos autos a competência para processar e julgar ação civil pública de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público Federal contra servidores públicos e particulares envolvidos na prática de crimes de descaminho de cigarros oriundos do Paraguai e destinados ao Estado de Sergipe.

2. Não há na Lei 8.429/92 regramento específico acerca da competência territorial para processar e julgar as ações de improbidade. Diante de tal omissão, tem-se aplicado, por analogia, o art. 2º da Lei 7.347/85, ante a relação de mútua complementariedade entre os feitos exercitáveis em âmbito coletivo, autorizando-se que a norma de integração seja obtida no âmbito do microsistema processual da tutela coletiva.

3. A *ratio legis* da utilização do local do dano como critério definidor da competência nas ações coletivas é proporcionar maior celeridade no processamento, na instrução e, por conseguinte, no julgamento do feito, dado que é muito mais fácil apurar o dano e suas provas no juízo em que os fatos ocorreram.

4. No caso em análise, embora haja ilícitos praticados nos Estados do Paraná, São Paulo e Sergipe, o que poderia, a princípio, caracterizar a abrangência nacional do dano, **deve prevalecer, na hipótese, a informação fornecida pelo próprio autor da demanda de que a maior parte dos elementos probatórios da ação de improbidade encontra-se situada em São Paulo. Ressalte-se, ainda, ser tal localidade alvo da maioria dos atos ímprobos praticados e sede dos locais de trabalho dos servidores públicos envolvidos.**

5. Interpretação que se coaduna com os princípios da celeridade processual, ampla defesa e duração razoável do processo.

6. Conflito conhecido para declarar competente o juízo federal de São Paulo, o suscitante.

(CC 97.351/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2009, DJe 10/06/2009)

No caso concreto, **a maior parte dos elementos probatórios desta ação encontra-se em Curitiba/PR** pois é a localidade em que foram apurados os fatos pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal e onde estão em curso as ações de improbidade administrativa e as ações penais em desfavor de pessoas não detentoras de

foro por prerrogativa de função relacionadas à *Operação Lava Jato*.

Portanto, analisadas as diferentes perspectivas pelas quais se pode entender a delimitação da competência territorial para as ações de improbidade administrativa, conclui-se que **o foro federal da Seção Judiciária do Paraná é competente** para o processamento e julgamento desta demanda, no caso concreto. Em síntese:

a) no caso de reconhecimento de dano de âmbito nacional, o foro da Seção Judiciária do Paraná é competente de modo igual aos demais foros federais das capitais dos Estados e do Distrito Federal para o julgamento desta demanda;

b) no caso de prevalência da localidade onde está a maior parte dos elementos probatórios (consoante jurisprudência do STJ), é o foro da Seção Judiciária do Paraná o competente.

A respeito da competência da Seção Judiciária do Paraná para julgamento do presente feito, insta ressaltar que em outras ações de improbidade ajuizadas em razão de enriquecimento ilícito, dano ao erário e violação aos princípios da Administração Pública decorrentes do pagamento de propina no âmbito da Petrobras, já foi reconhecida a competência da Justiça Federal de Curitiba.

Diante disso, em vista da extensão nacional do dano e da localização dos elementos probatórios, e em atenção aos princípios da celeridade processual, da ampla defesa e da duração razoável do processo, **firma-se a competência da Seção Judiciária de Curitiba** para o processamento e julgamento desta demanda.

Assim, com base no artigo 2º da Lei n.º 7.347/85, c/c o artigo 93, inciso II, da Lei n.º 8.078/90, resta evidenciada a competência do foro federal da Seção Judiciária do Paraná para processar e julgar a presente ação civil pública de responsabilização por atos de improbidade administrativa praticados em meio ao esquema de corrupção instalado na Petrobras.

VII – A TUTELA PROVISÓRIA CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DE BENS E VALORES DOS DEMANDADOS.

Considerando o expressivo enriquecimento ilícito deslindado e o gravíssimo prejuízo experimentado pela Petrobras, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 8.429/92, no artigo 12 da Lei nº 7.347/85 e nos artigos 294 e seguintes do Código de Processo Civil, requerer-se a **concessão de tutela provisória cautelar de indisponibilidade de bens e valores**, pelos fundamentos a seguir expostos.

O artigo 7º, da Lei nº 8.429/92²⁷⁸, com fundamento na diretriz constitucional (artigo 37, § 4º, da Constituição Federal²⁷⁹), prevê a **medida cautelar de indisponibilidade de bens e valores** com vistas a assegurar a aplicação das sanções devidas pela prática de atos de improbidade administrativa. O dispositivo legal prevê expressamente que a **medida cautelar** dessa natureza englobe bens suficientes para assegurar a **perda do acréscimo patrimonial ilícito** e a **reparação dos danos causados ao erário**, tendo restado pacificada a jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça sobre a sua incidência também para assegurar a **aplicação da multa civil, sanção pecuniária prevista na Lei de Improbidade Administrativa**²⁸⁰.

Ressalta-se, a respeito do dano causado ao erário, que a responsabilidade dos réus é **solidária**, na medida em que tenham agido conjuntamente, nos termos do artigo 275²⁸¹ c/c o artigo 942, *caput*, 2ª parte²⁸², ambos do Código Civil, e c/c o artigo 5º da Lei n.º 8.429/92. No mesmo sentido caminha a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça²⁸³.

A indisponibilidade de bens e valores integrantes do patrimônio dos

278Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

279Art. 37.

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

280**Precedentes: MC 24.205/RS**, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 19/04/2016, **AgRg no REsp 1383196/AM**, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 10/11/2015, **REsp 1161049/PA**, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/09/2014, DJe 29/09/2014, **AgRg no REsp 1414569/BA**, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014.

281Art. 275. O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.

282 Art. 942. Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

283REsp 678.599/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/10/2006, DJ 15/05/2007, p. 260.

demandados que ora se postula é medida impostergável para garantir o resultado útil deste processo em que se persegue a aplicação das sanções previstas no artigo 12, inciso I, da Lei n.º 8.429/92, porquanto se afigura estrondosa a lesão causada ao patrimônio público e desmedido o locupletamento ilícito obtido pelos réus em detrimento da Petrobras.

O *fumus boni iuris* necessário à medida ora postulada restou bem evidenciado na petição inicial da presente ação civil pública, porquanto minuciosamente narrado, com base em alentados e robustos elementos probatórios, o esquema de corrupção de que participaram os demandados para o favorecimento ilícito em detrimento da Petrobras. Efetivamente, bem evidenciada está a participação dos agentes públicos e também dos ex-agentes públicos ou terceiros que com eles se conluiaram, inclusive o próprio PARTIDO PROGRESSISTA (PP), seja concorrendo ou induzindo para os atos de improbidade perpetrados, seja deles beneficiando-se na espécie, bem assim o desmedido locupletamento ilícito obtido, tendo sido realizada na exordial desta ação a cabal delimitação das condutas individualmente protagonizadas.

Como já enfatizado, a totalidade da vantagem ilícita vertida ao esquema engendrado na espécie, no importe de, ao menos, R\$ 460.636.517,60, constitui efetivo prejuízo ao erário, por ser indene de dúvida que o custo do locupletamento foi repassado à Petrobras por meio da fixação de preços para os negócios que contemplavam o montante da propina, pois que evidentemente as contratações entabuladas eram propiciadas pela própria corrupção, com o que a estatal arcou com prejuízo ao menos no valor equivalente.

Tendo em vista que o esquema ilícito instalado na Diretoria de Abastecimento da Petrobras foi articulado e sustentado pelos integrantes da cúpula do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), com base na própria estrutura partidária, os demandados PEDRO CORRÊA, PEDRO HENRY, MÁRIO NEGROMONTE, JOÃO PIZZOLATTI, NELSON MEURER e JOÃO GENU, além do PARTIDO PROGRESSISTA (PP), são responsáveis pela reversão do referido locupletamento ilícito, visto que ele corresponde a prejuízo evidente suportado pela Petrobras, no total de, ao menos, R\$ 460.636.517,60.

Assim, em relação aos atos de improbidade administrativa relacionados ao esquema de corrupção instalado na Diretoria de Abastecimento da Petrobras, que são objeto da presente ação civil pública, como a condenação dos ora demandados PEDRO CORRÊA,

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PEDRO HENRY, MÁRIO NEGROMONTE, JOÃO PIZZOLATTI, NELSON MEURER e JOÃO GENU, além do próprio PARTIDO PROGRESSISTA (PP), à reparação dos danos causados à Petrobras deve ser **SOLIDÁRIA**, a indisponibilidade de bens e valores postulada deve considerar, **individualmente**, o valor integral do dano causado, que é, no mínimo, de R\$ 460.636.517,60, mais o valor da multa civil como sanção autônoma, no patamar de três vezes o valor do dano, **perfazendo o total de R\$ 1.842.546.070,40** (artigo 12, inciso I, da Lei n.º 8.429/92).

Quanto aos demais demandados, a indisponibilidade deve tomar por base o montante de enriquecimento ilícito de cada qual, que também configura dano causado à Petrobras, relacionado aos atos de improbidade administrativa respectivos.

Desta maneira, quanto a ARTHUR LIRA, a indisponibilidade de bens e valores postulada deve considerar o valor integral do dano causado, que é, no mínimo, de R\$ 1.941.944,24, mais o valor da multa civil como sanção autônoma, no patamar de três vezes o valor do dano, **perfazendo o total de R\$ 7.767.776,96** (artigo 12, inciso I, da Lei n.º 8.429/92).

Quanto a JOSÉ OTÁVIO GERMANO, a indisponibilidade de bens e valores postulada deve considerar o valor integral do dano causado, que é, no mínimo, de R\$ 2.970.000,00, mais o valor da multa civil como sanção autônoma, no patamar de três vezes o valor do dano, **perfazendo o total de R\$ 11.880.000,00** (artigo 12, inciso I, da Lei n.º 8.429/92).

Quanto a LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA, a indisponibilidade de bens e valores postulada deve considerar o valor integral do dano causado, que é, no mínimo, de R\$ 2.550.000,00, mais o valor da multa civil como sanção autônoma, no patamar de três vezes o valor do dano, **perfazendo o total de R\$ 10.200.000,00** (artigo 12, inciso I, da Lei n.º 8.429/92).

Quanto a ROBERTO PEREIRA DE BRITTO, a indisponibilidade de bens e valores postulada deve considerar o valor integral do dano causado, que é, no mínimo, de R\$ 2.550.000,00, mais o valor da multa civil como sanção autônoma, no patamar de três vezes o valor do dano, **perfazendo o total de R\$ 10.200.000,00** (artigo 12, inciso I, da Lei n.º 8.429/92).

Finalmente, quanto a MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE JÚNIOR, a

indisponibilidade de bens e valores postulada deve considerar o valor integral do dano causado, que é, no mínimo, de R\$ 683.250,00, mais o valor da multa civil como sanção autônoma, no patamar de três vezes o valor do dano, **perfazendo o total de R\$ 2.733.000,00** (artigo 12, inciso I, da Lei n.º 8.429/92).

Ademais, deve-se reconhecer implicitamente o *periculum in mora*, cuja caracterização, em se tratando de indisponibilidade patrimonial na persecução de atos ímprobos, é inerente ao comando do art. 7º da Lei n.º 8.429/92, consoante a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se, a respeito, a ementa do julgamento do recurso especial tido por representativo da controvérsia²⁸⁴:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. **RECURSO ESPECIAL REPETITIVO**. APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 543-C DO CPC. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DOS BENS DO PROMOVIDO. DECRETAÇÃO. REQUISITOS. EXEGESE DO ART. 7º DA LEI N. 8.429/1992, QUANTO AO PERICULUM IN MORA PRESUMIDO. MATÉRIA PACIFICADA PELA COLENDIA PRIMEIRA SEÇÃO.**

1. Tratam os autos de ação civil pública promovida pelo Ministério Público Federal contra o ora recorrido, em virtude de imputação de atos de improbidade administrativa (Lei n. 8.429/1992).

2. Em questão está a exegese do art. 7º da Lei n. 8.429/1992 e a possibilidade de o juízo decretar, cautelarmente, a indisponibilidade de bens do demandado quando presentes fortes indícios de responsabilidade pela prática de ato ímprobo que cause dano ao Erário.

3. A respeito do tema, a Colenda Primeira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial 1.319.515/ES, de relatoria do em. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Relator para acórdão Ministro Mauro Campbell Marques (DJe 21/9/2012), **reafirmou o entendimento consagrado em diversos precedentes** (Recurso Especial 1.256.232/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 19/9/2013, DJe 26/9/2013; Recurso Especial 1.343.371/AM, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 18/4/2013, DJe 10/5/2013; Agravo Regimental no Agravo no Recurso Especial 197.901/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 28/8/2012, DJe 6/9/2012; Agravo Regimental no Agravo no Recurso Especial 20.853/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 21/6/2012, DJe 29/6/2012; e Recurso Especial 1.190.846/PI, Rel. Ministro Castro Meira,

284REsp 1366721/BA, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão Ministro OG FERNANDES, julgado em 26/02/2014, DJe 19/09/2014 (grifos não originais). Precedentes: REsp 1319515/ES, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/08/2012, DJe 21/09/2012, REsp 1315092/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/2012, DJe 14/06/2012; AgRg no AREsp 133.243/MT, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2012, DJe 24/05/2012; MC 9.675/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011; EDcl no REsp 1211986/MT, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/05/2011, DJe 09/06/2011.

Segunda Turma, julgado em 16/12/2010, DJe 10/2/2011) de que, "(...) **no comando do art. 7º da Lei 8.429/1992, verifica-se que a indisponibilidade dos bens é cabível quando o julgador entender presentes fortes indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que cause dano ao Erário, estando o *periculum in mora* implícito no referido dispositivo**, atendendo determinação contida no art. 37, § 4º, da Constituição, segundo a qual 'os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível'. **O *periculum in mora*, em verdade, milita em favor da sociedade, representada pelo requerente da medida de bloqueio de bens**, porquanto esta Corte Superior já apontou pelo entendimento segundo o qual, em casos de indisponibilidade patrimonial por imputação de conduta ímproba lesiva ao erário, esse requisito é implícito ao comando normativo do art. 7º da Lei n. 8.429/92. Assim, a Lei de Improbidade Administrativa, diante dos velozes tráfegos, ocultamento ou dilapidação patrimoniais, possibilitados por instrumentos tecnológicos de comunicação de dados que tornaria irreversível o ressarcimento ao erário e devolução do produto do enriquecimento ilícito por prática de ato ímprobo, buscou dar efetividade à norma afastando o requisito da demonstração do *periculum in mora* (art. 823 do CPC), este, intrínseco a toda medida cautelar sumária (art. 789 do CPC), admitindo que tal requisito seja presumido à preambular garantia de recuperação do patrimônio do público, da coletividade, bem assim do acréscimo patrimonial ilegalmente auferido".

4. Note-se que a compreensão acima foi confirmada pela referida Seção, por ocasião do julgamento do Agravo Regimental nos Embargos de Divergência no Recurso Especial 1.315.092/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 7/6/2013.

5. Portanto, **a medida cautelar em exame, própria das ações regidas pela Lei de Improbidade Administrativa, não está condicionada à comprovação de que o réu esteja dilapidando seu patrimônio, ou na iminência de fazê-lo, tendo em vista que o *periculum in mora* encontra-se implícito no comando legal que rege, de forma peculiar, o sistema de cautelaridade na ação de improbidade administrativa**, sendo possível ao juízo que preside a referida ação, **fundamentadamente**, decretar a indisponibilidade de bens do demandado, quando presentes fortes indícios da prática de atos de improbidade administrativa.

6. Recursos especiais providos, a que restabelecida a decisão de primeiro grau, que determinou a indisponibilidade dos bens dos promovidos.

7. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e do art. 8º da Resolução n. 8/2008/STJ. (REsp 1366721/BA, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão Ministro OG FERNANDES, julgado em 26/02/2014, DJe 19/09/2014)

Mesmo que assim não fosse, as circunstâncias fáticas do caso concreto bem evidenciam o perigo da demora na concessão da cautela postulada, já que nesta ação civil pública se está diante da persecução de atos ímprobos ensejadores de enriquecimento ilícito e causadores de danos ao erário nos **expressivos importes acima indicados**, sendo certo que tais atos de improbidade administrativa envolvem agentes públicos, ex-agentes públicos

e agremiação partidária **amplamente implicados no esquema de corrupção** estabelecido no âmbito da Petrobras. O montante do prejuízo causado aos cofres públicos, aliado ao fato de que os demandados nesta ação civil pública encontram-se implicados em outros desdobramentos da *Operação Lava Jato*, fundamenta o receio de que, se a indisponibilidade de bens e valores postulada não for prontamente concedida, ao cabo deste feito não restará patrimônio suficiente para arcar com as sanções que certamente serão impostas.

Quanto aos bens a serem atingidos pela indisponibilidade, requer-se que a medida recaia sobre **todos os ativos** integrantes do patrimônio dos demandados, garantindo-se, com a cautela postulada, o retorno aos cofres públicos dos valores que deles foram desviados no grave e indecoroso esquema de corrupção exaustivamente narrado nesta exordial, bem como a reversão do enriquecimento ilícito. Contudo, em relação ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP), ressalva-se que a medida cautelar de indisponibilidade deve recair sobre **todos os ativos** integrantes do seu patrimônio, **excluídas as verbas repassadas por meio do fundo partidário, considerando a sua impenhorabilidade, a teor do artigo 833, inciso XI, do Código de Processo Civil.**

Requer-se, assim, seja **concedida a tutela provisória cautelar, *inaudita altera parte***, de indisponibilidade de bens e valores dos demandados, em importe suficiente para garantir a efetivação das sanções de perda do acréscimo patrimonial ilícito e ressarcimento do dano causado ao erário, solidariamente neste tocante, observadas as suas participações individuais nos fatos em apreço, mais três vezes o mesmo importe a título de multa civil como sanção autônoma (art. 12, inciso I, Lei nº 8.429/92), da seguinte maneira:

(1) PEDRO CORRÊA, PEDRO HENRY, MÁRIO NEGROMONTE, JOÃO PIZZOLATTI, NELSON MEURER, JOÃO GENU e PARTIDO PROGRESSISTA (PP) – **Individualmente**, o total histórico correspondente a **R\$ 1.842.546.070,40**, relativo **(i)** ao enriquecimento ilícito / dano ao erário (R\$ 460.636.517,60), **(ii)** mais três vezes o mesmo montante a título de multa civil (R\$ 1.381.909.552,80)

(2) ARTHUR LIRA – O total histórico de **R\$ 7.767.776,96**, relativo **(i)** ao enriquecimento ilícito / dano ao erário (R\$ 1.941.944,24), **(ii)** mais três vezes o mesmo montante a título

de multa civil (R\$ 5.825.832,72).

(3) JOSÉ OTÁVIO GERMANO – O total histórico de **R\$ 11.880.000,00**, relativo (i) ao enriquecimento ilícito / dano ao erário (R\$ 2.970.000,00), (ii) mais três vezes o mesmo montante a título de multa civil (R\$ 8.910.000,00).

(4) LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA – O total histórico de **R\$ 10.200.000,00**, relativo (i) ao enriquecimento ilícito / dano ao erário (R\$ 2.550.000,00), (ii) mais três vezes o mesmo montante a título de multa civil (R\$ 7.650.000,00).

(5) ROBERTO PEREIRA DE BRITTO – O total histórico de **R\$ 10.200.000,00**, relativo (i) ao enriquecimento ilícito / dano ao erário (R\$ 2.550.000,00), (ii) mais três vezes o mesmo montante a título de multa civil (R\$ 7.650.000,00).

(6) MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE JÚNIOR – O total histórico de **R\$ 2.733.000,00**, relativo (i) ao enriquecimento ilícito / dano ao erário (R\$ 683.250,00), (ii) mais três vezes o mesmo montante a título de multa civil (R\$ 2.049.750,00).

Decretada a medida cautelar, requer-se, para a respectiva operacionalização:

- a) emissão de ordem de indisponibilidade pela via da **Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB**²⁸⁵ de todos os imóveis localizados dos

285 Registre-se que a **Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB)** foi instituída pelo Provimento nº 39/2014, de 25/07/2014, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e destina-se a **recepcionar comunicações de indisponibilidade de bens imóveis não individualizados**. Sua regulamentação objetiva imprimir maior celeridade no intercâmbio de informações entre o Poder Judiciário e os órgãos prestadores de serviços notariais e de registro.

Nos termos do art. 2º do referido provimento, a finalidade da CNIB será “[...] a recepção e divulgação, aos usuários do sistema, das ordens de indisponibilidade que atinjam patrimônio imobiliário indistinto, assim como direitos sobre imóveis indistintos, e a recepção de comunicações de levantamento das ordens de indisponibilidade nela cadastrada”.

demandados;

b) indisponibilidade de ativos financeiros de qualquer natureza de que sejam titulares todos os demandados, **por meio do sistema BacenJud**, já que por serem dotados de maior liquidez, servem de maneira adequada e menos custosa ao objeto do presente requerimento, ressalvados os recursos transferidos ao PARTIDO PROGRESSISTA (PP) pelo fundo partidário (artigo 833, inciso XI, do Código de Processo Civil);

c) seja determinado à CVM – Comissão de Valores mobiliários que circularize entre as companhias prestadoras do serviço de custódia fungível e ações escriturais e aos demais participantes do mercado de valores mobiliários, depositários centrais, custodiantes e escrituradores, a adoção de medidas necessárias no âmbito de suas atribuições para efetivação da medida de indisponibilidade, devendo ser encaminhado o resultado diretamente ao Juízo, enfatizando-se que as instituições financeiras deverão apenas efetuar o bloqueio, sem a transferência do valor para conta judicial até ulterior determinação do juízo, evitando eventuais perdas em razão de resgates antecipados;

d) seja determinado às Juntas Comerciais que adotem as providências necessárias à indisponibilidade de ações, quotas, ou participações societárias de qualquer natureza em nome dos demandados, apresentando a esse Juízo a relação dessas ações, quotas ou participações societárias;

e) expedição de ofício aos DETRAN, para que adote as providências necessárias à indisponibilidade dos bens e informe os veículos cadastrados em nome dos

A utilização da CNIB no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região encontra-se regulamentada pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 25/2014, tendo o mesmo Tribunal, pela Portaria nº 650, de 06/07/2015, destacado servidores, inclusive na Seção Judiciária do Paraná, para atuarem como "Administradores Másters" junto à CNIB, viabilizando, portanto, a efetiva utilização da base de dados da Central para emissão de ordem de constrição sobre patrimônio não individualizado de investigado ou réu.

demandados, abstendo-se de registrar sua alienação.

VIII- DO DANO MORAL COLETIVO.

Além da fixação da reparação solidária do dano material suportado pela companhia, postula-se também a condenação dos demandados ao **pagamento dos danos morais coletivos**, em atenção ao artigo 5º da Lei n.º 8.429/92²⁸⁶, que consagra o princípio da reparação integral.

Sobre a possibilidade de reconhecimento dos danos morais na ação de improbidade administrativa, lecionam Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves:

“Do mesmo modo que as pessoas jurídicas de direito privado, as de **direito público também gozam de determinado conceito junto à coletividade**, do qual muito **depende o equilíbrio social e a subsistência de várias negociações**, especialmente em relação: a) aos organismos internacionais, em virtude dos constantes empréstimos realizados; b) aos investidores nacionais e estrangeiros, ante a freqüente emissão de títulos da dívida pública para a captação de receita; c) à iniciativa privada, para a formação de parcerias; d) às demais pessoas jurídicas de direito público, o que facilitará a obtenção de empréstimos e a moratória de dívidas já existentes etc.

(...)

Ao reconhecermos que o direito à imagem e à reputação é ínsito e inseparável da própria personalidade jurídica, integrando a esfera jurídica do sujeito passivo do ato de improbidade, **temos de atribuir, por via reflexa, ao sujeito ativo do ato de improbidade, o dever jurídico de respeitá-lo ou, em caso de descumprimento, o dever de ressarcir integralmente o dano causado**. Em casos tais, deverá o órgão jurisdicional contextualizar o ilícito praticado, transcendendo os lindes do processo e identificando a “dimensão da mácula causada à reputação do ente estatal, o que permitirá a correta valoração do dano não patrimonial e a justa fixação da indenização devida, que será revertida à pessoa jurídica lesada pelo ilícito.”²⁸⁷

A jurisprudência também reconhece a possibilidade de reparação do dano moral coletivo:

286(Lei 8.429/92) “Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, **dar-se-á o integral ressarcimento do dano.**”

287Garcia, Emerson; Alves, Rogério Pacheco. “Improbidade Administrativa - 7ª Ed. 2013.

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DANO AO ERÁRIO. MULTA CIVIL. DANO MORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. (...) 3. **Não há vedação legal ao entendimento de que cabem danos morais em ações que discutam improbidade administrativa seja pela frustração trazida pelo ato ímprobo na comunidade, seja pelo desprestígio efetivo causado à entidade pública que dificulte a ação estatal.**(...) (STJ, REsp 960.926/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 01/04/2008)

CONSTITUCIONAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PERITO JUDICIAL. JUSTIÇA DO TRABALHO. PRESCRIÇÃO. DANOS MORAIS. INOCORRÊNCIA.

(...) 9. **A doutrina mais abalizada, bem como a jurisprudência, admitem o ressarcimento de dano moral causado por ato de improbidade do agente público. Entretanto, não é todo e qualquer ato de improbidade que causa dano moral à coletividade. A identificação do dano moral demanda análise do conjunto probatório constante dos autos, devendo ser consideradas as circunstâncias que envolvem cada caso concreto.**

10. Não basta somente a ocorrência do suposto ato ímprobo, faz-se necessário que tal ato cause evidente e significativa repercussão no meio social, não sendo suficientes meras presunções ou mesmo a simples insatisfação da coletividade com a atividade administrativa. (...)

(TRF 3ª Região, Sexta Turma, Apelreex 0006786-54.2003.4.03.6105, Rel. Desembargadora Federal Consuelo Yoshida, julgado em 06.06.2013, e-DJF3 Judicial 1 Data: 14.06.2013).

Destaca-se sobre o tema, passagem do voto do Ministro Castro Meira no Recurso Especial 960.926/MG²⁸⁸, cuja ementa foi transcrita acima:

“Nada justifica a exclusão da pessoa jurídica de direito público, já que um ato ímprobo pode gerar um descrédito, um desprestígio que pode acarretar o desânimo dos agentes públicos e a descrença da população que, inclusive, prejudique a consecução dos diversos fins da atividade da Administração Pública, com repercussões na esfera econômica e financeira.”

Os **contornos jurisprudenciais** para reconhecimento do dano moral na ação de improbidade administrativa são bem definidos:

288STJ, REsp 960.926/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 01/04/2008.

“Somente quando haja **ultrapassado o limite de tolerância e o dano tenha atingido, efetivamente, valores coletivos, estará configurado o dano moral**, não sendo suficiente para caracterizá-lo a mera frustração da municipalidade ou o descrédito na administração pública (TRF 1, Apelação Cível 84420920094013901, e-DJF1 de 28/11/14);

“É possível a condenação em danos morais coletivos em ação de responsabilidade por atos de improbidade administrativa, **desde que o ato ímprobo cause evidente e significativa repercussão no meio social**, não sendo suficientes meras presunções ou mesmo a simples insatisfação da coletividade com a atividade administrativa. (TRF 1, 675320084013901, e-DJF1 de 29/11/13)

“É de se observar que a doutrina mais abalizada assim como a jurisprudência admitem o ressarcimento de dano moral causado por ato de improbidade do agente público. (...) De qualquer forma, não basta somente a ocorrência do suposto ato ímprobo, faz-se necessário que tal **ato cause evidente e significativa repercussão no meio social, não bastando meras presunções ou mesmo a simples insatisfação da coletividade com a atividade administrativa**. (TRF 3, AI 00021103520094030000, e-DJF3 de 26/01/2010)

A hipótese em testilha **enquadra-se perfeitamente à moldura jurisprudencial**.

Os fatos apurados na *Operação Lava Jato* possuem proporções gigantescas, a revelar a corrosão das entranhas da República por um esquema sofisticado para pagamento de propinas para agentes públicos nas diretorias da Petrobras. A representatividade da petroleira no Estado é revelada pelos seguintes dados:

- entre 2007 e 2010, a PETROBRAS foi responsável por investir **68,47%** de tudo o que a Administração Pública Federal, direta e indireta, investiu no país²⁸⁹;
- entre 2011 e 2014, estima-se que esse percentual ficou em torno de **49,1%**²⁹⁰, em que pese inexistir, no presente momento, números

289 Entre 2007-2010, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir do orçamento fiscal e de seguridade social, a União investiu R\$ 54,8 bilhões no país. No mesmo período, as empresas Estatais federais investiram R\$ 142,930 bilhões, dos quais a Petrobras respondeu por R\$ 135,387 bilhões. Com algumas contas simples, isso significa que todo o Governo Federal (orçamento fiscal, seguridade social e estatais) investiu R\$ 197,730 bilhões, dos quais o Grupo Petrobras foi responsável por R\$ 135,387 bilhões, ou 68,47% de tudo o que foi investido no país entre aqueles anos. Esses números estão disponíveis no parecer sobre as contas do governo que o TCU elaborou em 2010.

290 Entre 2011-2014, essa conta ficou mais difícil de ser feita, porque o Governo passou a incluir na conta de investimento os financiamentos feitos por meio dos bancos públicos (CEF, BB, BNDES), mesmo para pessoas físicas. Situação idêntica ocorreu com os financiamentos do BNDES para as ações da Copa do Mundo. Mesmo com essas limitações, é possível consolidar alguns números. Entre 2011-

consolidados sobre a efetiva execução orçamentária de 2014;

- para os próximos anos, projeta-se que esse percentual pode superar os **80%** em razão dos investimentos no Pré-Sal²⁹¹.

As sequelas são gravíssimas e se revelam, dentre outros aspectos, pela comoção social e descrédito que os atos ímprobos geraram nas instituições republicanas e pela já corroída imagem do país no exterior, esta sempre atrelada à corrupção.

No caso concreto – em que valores ilícitos foram repassados para o PARTIDO PROGRESSISTA e para seus integrantes demandados – os atos ímprobos também tiveram o condão de desvirtuar o regime democrático, na medida em que a utilização de tais recursos para financiamento das campanhas desequilibrou a igualdade nas disputas eleitorais, além de terem substituído o verdadeiro debate de ideias e propostas pela atuação direcionada a assegurar a manutenção do esquema de corrupção.

As quantias desviadas pelo corruptos e corruptores para satisfação de interesses não republicanos acarretam, ainda que indiretamente, prejuízos ao atendimento de necessidades primárias da sociedade brasileira, que clama por melhores condições de educação, saúde, segurança e estrutura de higiene sanitária. Corrupção de valores estratosféricos como a que é objeto desta ação constitui uma profunda violação dos direitos fundamentais individuais e sociais mais básicos que o Estado de Direito deve tutelar. Trata-se de um verdadeiro atentado contra os direitos humanos.

A corrupção, traiçoeira e silenciosa, tais como os crimes contra a vida, mata, todavia em condições mais avassaladoras, porque espalha seus efeitos nefastos de forma sistêmica e difusa para todas as regiões do país e a todos os setores da sociedade a um só tempo.

A corrupção perversiva – como aquela revelada na Petrobras – coloca em risco o regime republicano e democrático, ao criar uma pauta de motivações e finalidades

2014, a União previu investir R\$ 340 bilhões, dos quais as estatais (excluídos os bancos) responderam por 52,24% disso (ou R\$ 177,79 bilhões). No período, os investimentos da Petrobras foram de R\$ 167,12 bilhões, o que significa 49,1% de tudo o que a União previu investir em infraestrutura. Esses números estão disponíveis no parecer sobre as contas do governo que o TCU elaborou em 2013.

291 Para os próximos anos, com as previsões de investimento no Pré-Sal, a Petrobras anunciou despesas, de 2015 a 2018, de US\$ 220,6 bilhões (ou R\$ 584,59 bilhões, para um câmbio US\$ 1 = R\$ 2,65). Com esse último anúncio, o percentual a ser investido pela Petrobras deverá superar os 80% de tudo o que a União gastará no período (esses números poderão ser confirmados com a aprovação do PPA 2016-2019, que deve ser anunciado nesse ano).

privadas na condução da coisa pública. Ela privatiza, e gratuitamente, o que é público e pertence a todos. Coloca em cheque as regras do jogo e do funcionamento do Estado, isto é, a própria aptidão do Estado em agir em benefício dos cidadãos. Não só a quantidade, mas a própria qualidade dos serviços públicos é atingida, pois aqueles que deveriam fiscalizar a qualidade dos serviços se comprometeram de modo fatal com interesses privados e não podem mais se contrapor a tais interesses privados espúrios sem correr riscos.

Destacada evidência da gravidade dos fatos em questão e do abalo causado na sociedade é a participação de parlamentares federais nos fatos em questão, que se valeram do mandato eletivo para sustentar o esquema de corrupção instalado na Diretoria de Abastecimento da Petrobras e obter vantagens ilícitas, desvirtuando a finalidade da função parlamentar com vistas ao atendimento de interesses espúrios particulares e comprometendo a imagem da Câmara dos Deputados, além de terem promovido expedientes de lavagem de dinheiro para escamotear a origem ilícita desses valores.

Enfim, a prática de atos ímprobos debatida nessa demanda macula a imagem de todo o Poder Público perante a coletividade, na medida em que implica perda da credibilidade da sociedade na estrutura estatal destinada à administração da coisa pública e à consecução do bem comum. Mais ainda, é bastante documentada a expansão horizontal e vertical de situações alastradas de corrupção. A corrupção na Petrobras incentiva que as empresas que ali corrompem busquem a expansão do seu universo de benefícios mediante a corrupção de outras autoridades. Incentiva também que outras empresas corrompam para obter os mesmos benefícios. É, ainda, um mau exemplo da cúpula do Estado para os demais estratos sociais, reforçando uma cultura de corrupção e embasando racionalizações que conduzem à elisão e evasão fiscais.

Portanto, estão delineados todos os pressupostos para a condenação dos demandados ao pagamento de danos morais coletivos decorrente das condutas ímprobas.

Com relação à fixação do *quantum debeatur*, é de se ver que além de todos os malefícios gerados pela corrupção, a **ausência de punição rigorosa** faz surgir o sentimento de impunidade entre corruptos e corruptores de forma a fomentar a continuidade desta deletéria prática no sistema. Pertinentes as reflexões de Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves:

“Os desvios compartimentais que redundam **em estímulo à proliferação da corrupção**, na medida em que se apresentam como práticas rotineiras, ainda possuem uma dimensão mais deletéria e maléfica à organização estatal: **ensejam o surgimento de um código paralelo de conduta, à margem da lei e da razão, que paulatinamente se incorpora ao *standard* de normalidade do *homo medius***. Uma vez iniciado esse processo, difícil será a reversão ao *status quo*, fundado na pureza normativa de um dever ser direcionado à consecução do bem de todos.

Além disso, a **corrupção no ápice da pirâmide hierárquica serve de fator multiplicador da corrupção** dentre aqueles que ocupam posição inferior, desestimulando-os a ter conduta diferente. Como a corrupção “ama as alturas”, não é incomum que os servidores mais modestos sofram uma influência daninha dos superiores hierárquicos, resultando na proliferação desse fenômeno degenerativo de cima para baixo.

(...) A prática de atos de corrupção, dentre outros fatores, sofre um sensível estímulo nas hipóteses em que seja perceptível ao corrupto que reduzidas são as chances de que sua esfera jurídica venha a ser atingida em razão dos ilícitos que perpetrou. Por outro lado, a perspectiva de ser descoberto, detido e julgado, com a consequente efetividade das sanções cominadas, atua como elemento inibidor à prática dos atos de corrupção.

Ainda que esse estado de coisas não seja suficiente a uma ampla e irrestrita coibição à corrupção, seu caráter preventivo é indiscutível. Além das sanções de natureza penal, que podem restringir a liberdade individual, **é de indiscutível importância a aplicação de reprimendas que possam, de forma direta ou indireta, atingir o bem jurídico que motivou a prática dos atos de corrupção: o patrimônio do agente.** Quanto maiores forem os prejuízos patrimoniais que o agente poderá suportar e mais aprimorados se mostrarem os meios de controle, menores serão os estímulos à corrupção.²⁹²

E continuam os autores:

“(...) entendemos que o **valor da indenização deve ser suficiente para desestimular novas práticas ilícitas e para possibilitar que o Poder Público implemente atividades paralelas que possam contornar o ilícito praticado e recompor a paz social.** (...)”²⁹³

Nessa linha, os graves ilícitos praticados pelos demandados revelam terem eles agido com absoluto menosprezo à coisa pública e aos valores republicanos, o que implica a necessidade de reforçar a reprimenda estatal.

Portanto, verificada a ocorrência do dano moral coletivo, é mister seja

292Garcia, Emerson; Alves, Rogério Pacheco. “Improbidade Administrativa - 7ª Ed. 2013.

293Garcia, Emerson; Alves, Rogério Pacheco. “Improbidade Administrativa - 7ª Ed. 2013.

fixada a compensação, em caráter solidário, em patamares suficientes para desestimular a continuidade das práticas ilícitas pelos demandados e recompor, ainda que parcialmente, os danos difusos causados, cujos valores deverão ser revertidos ao Fundo Federal de Defesa de Direitos Difusos²⁹⁴.

Para que a indenização alcance integralmente tais objetivos, requer-se o arbitramento dos valores por esse Juízo da seguinte maneira:

(1) Para PEDRO CORRÊA, PEDRO HENRY, MÁRIO NEGROMONTE, JOÃO PIZZOLATTI, NELSON MEURER, JOÃO GENU e PARTIDO PROGRESSISTA (PP), montante não inferior a 01 (uma) vez o valor do dano material causado pelas condutas dos demandados, o que equivale à fixação de indenização por danos morais coletivos não inferior a R\$ 460.636.517,00.

(2) Para ARTHUR LIRA, montante não inferior a 01 (uma) vez o valor do dano material causado pelas condutas dos demandados, o que equivale à fixação de indenização por danos morais coletivos não inferior a R\$ 1.941.944,24.

(3) Para JOSÉ OTÁVIO GERMANO, montante não inferior a 01 (uma) vez o valor do dano material causado pelas condutas dos demandados, o que equivale à fixação de indenização por danos morais coletivos não inferior a R\$ 2.970.000,00.

(4) Para LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA, montante não inferior a 01 (uma) vez o valor do dano material causado pelas condutas dos demandados, o que equivale à fixação de indenização por danos morais coletivos não inferior a R\$ 2.550.000,00.

²⁹⁴Artigo 13 da Lei n.º 7.347/85.

(5) Para ROBERTO PEREIRA DE BRITTO, montante não inferior a 01 (uma) vez o valor do dano material causado pelas condutas dos demandados, o que equivale à fixação de indenização por danos morais coletivos não inferior a R\$ 2.550.000,00.

(6) Para MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE JÚNIOR, montante não inferior a 01 (uma) vez o valor do dano material causado pelas condutas do demandado, o que equivale à fixação de indenização por danos morais coletivos não inferior a R\$ 683.250,00.

IX – A PERDA DA APOSENTADORIA PELO REGIME DO PLANO DE SEGURIDADE DOS CONGRESSISTAS (PSSC)

Entre as sanções cabíveis para a prática de atos de improbidade administrativa, destaca-se a perda da função pública, consoante o artigo 37, § 4º, da Constituição Federal, e o artigo 12 da Lei nº 8.429/92, que fulmina os vínculos jurídicos decorrentes da relação mantida com a Administração Pública. Por isso mesmo, caso o agente ímprobo já tenha passado para a inatividade, a sanção de perda da função pública acaba por ensejar a cassação da própria aposentadoria concedida. Essa orientação também é amparada em recentes precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça, como se vê nos seguintes arestos:

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA. ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INCABÍVEL AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE.

(...)

- 4. A ausência de previsão expressa da pena de cassação de aposentadoria na Lei de Improbidade Administrativa não constitui óbice à sua aplicação na hipótese de servidor aposentado, condenado judicialmente pela prática de atos de improbidade administrativa.**
- 5. Trata-se de consequência lógica da condenação à perda da função pública, pela conduta ímproba, infligir a cassação da aposentadoria ao servidor**

aposentado no curso da Ação de Improbidade.

6. *Agravo Regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 826.114/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/04/2016, DJe 25/05/2016)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

(...)

2. A Lei 8.429/92 não comina, expressamente, a pena de cassação de aposentadoria a agente público condenado pela prática de atos de improbidade em sentença transitada em julgado. Todavia, é consequência lógica da condenação à pena de demissão pela conduta ímproba infligir a cassação de aposentadoria a servidor aposentado no curso de Ação de Improbidade.

(...)

4. *Segurança denegada.*

(MS 20.444/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/11/2013, DJe 11/03/2014)

No caso em tela, os demandados ocuparam ou ocupam os cargos de Deputado Federal, e, portanto, fariam jus ao “Plano de Seguridade dos Congressistas” (PSSC) instituído pela Lei n.º 9.506/97, da qual se destacam os seguintes dispositivos:

Art. 2º O Senador, Deputado Federal ou suplente que assim o requerer, no prazo de trinta dias do início do exercício do mandato, participará do Plano de Seguridade Social dos Congressistas, fazendo jus à aposentadoria:

I - com proventos correspondentes à totalidade do valor obtido na forma do § 1º:

a) por invalidez permanente, quando esta ocorrer durante o exercício do mandato e decorrer de acidente, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;

b) aos trinta e cinco anos de exercício de mandato e sessenta anos de idade;

II - com proventos proporcionais, observado o disposto no § 2º, ao valor obtido na forma do § 1º:

a) por invalidez permanente, nos casos não previstos na alínea a do inciso anterior, não podendo os proventos ser inferiores a vinte e seis por cento da remuneração fixada para os membros do Congresso Nacional;

b) aos trinta e cinco anos de contribuição e sessenta anos de idade.

§ 1º O valor dos proventos das aposentadorias previstas nos incisos I e II do caput será calculado tomando por base percentual da remuneração fixada para os membros do Congresso Nacional, idêntico ao adotado para cálculo dos benefícios dos servidores públicos civis federais de mesma remuneração.

§ 2º O valor da aposentadoria prevista no inciso II do caput corresponderá a um trinta e cinco avos, por ano de exercício de mandato, do valor obtido na forma do § 1º.

(...)

Art. 4º Para os fins do disposto nesta Lei considerar-se-á:

I - tempo de contribuição, aquele reconhecido pelos sistemas de previdência social do serviço público, civil ou militar, e da atividade privada, rural e urbana;

II - tempo de exercício de mandato, o tempo de contribuição ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas ou ao Instituto de Previdência dos Congressistas.

§ 1º A apuração do tempo de exercício de mandato e do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

§ 2º Para a concessão dos benefícios do Plano de Seguridade Social dos Congressistas, serão desconsiderados os períodos de tempo excedentes a trinta e cinco anos, bem como os concomitantes ou já considerados para a concessão de outro benefício, em qualquer regime de previdência social.

Assim, de acordo com a Lei n.º 9.506/97, o PSSC concede aos parlamentares federais os seguintes benefícios:

- **aposentadoria com proventos integrais**, após 35 anos de exercício de mandato e 60 anos de idade, para ambos os sexos.
- **aposentadoria com proventos proporcionais** ao tempo de exercício de mandato, após 35 anos de contribuição e 60 anos de idade, para ambos os sexos. Neste caso, os proventos serão calculados à razão de 1/35 (um trinta e cinco avos) por ano de mandato.
- **aposentadoria por invalidez permanente** decorrente de doença grave especificada em lei ou acidente de trabalho, com proventos integrais.
- **aposentadoria por invalidez permanente**, nos demais casos previstos em lei, com proventos proporcionais calculados à razão de 1/35 (um trinta e cinco avos) por ano de mandato, assegurado o mínimo de 26% (vinte e seis por cento) do subsídio parlamentar.
- **pensão por morte do segurado**, paga aos dependentes definidos em lei. A pensão corresponderá ao valor dos proventos de aposentadoria que o segurado recebia ou a que teria direito, assegurado o valor mínimo de 13% (treze por cento) do subsídio parlamentar.

De se notar, desta forma, que a prática de ato de improbidade

administrativa em razão do exercício mandato parlamentar deve acarretar a **cassação da aposentadoria eventualmente concedida e/ou a perda do direito à contagem e fruição do período contributivo, ainda que proporcional, na forma especial prevista no PSSC**, como decorrência ínsita à previsão constitucional e legal da sanção de perda da função pública, ainda que o mandato já tenha findado.

Neste ponto, vale destacar que o caráter contributivo do regime previdenciário e vislumbrado enriquecimento sem causa do Estado não configuram óbice ao pedido ora formulado, seja porque se trata da medida de natureza sancionatória, própria do sistema de responsabilização pela prática de atos de improbidade administrativa, como decorrência da própria sanção de perda da função pública, seja, ainda, porque o período contributivo envolvido apenas não deve ser utilizado para concessão de benefícios do próprio PSSC, ao qual o agente ímprobo se vinculou justamente em razão da função pública no exercício da qual praticou os atos de improbidade administrativa perseguidos, podendo ser considerado tal período para fins de contagem recíproca e aproveitamento no Regime Geral de Previdência Social.

Realmente, ao tratar da penalidade de cassação de aposentadoria em procedimento administrativo disciplinar, em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa – situação análoga à presente –, o E. Supremo Tribunal Federal já reconheceu que não há incompatibilidade com o caráter contributivo do regime previdenciário. Confira-se o seguinte aresto:

*AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. INFRAÇÃO DISCIPLINAR. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. ART. 142, I E § 2º, DA LEI N. 8.112/90. INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO APÓS A INATIVIDADE. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DISCIPLINAR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA. **CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA. APLICABILIDADE. INFRAÇÕES PRATICADAS DE FORMA CULPOSA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.** 1. O direito, da Administração Pública Federal, de punir seus servidores prescreve em cinco anos quanto às infrações passíveis de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão, contados a partir da data em que o fato tornou-se conhecido [art. 142, I e § 2º, da Lei n. 8.112/90]. 2. O fato do servidor público ter atendido aos requisitos para a concessão de aposentadoria não impede a instauração de processo administrativo para apurar a existência de falta eventualmente praticada no exercício do cargo. Precedente [MS n. 21.948, Relator o Ministro NÉRI DA SILVEIRA, DJ 07.12.95]. 3. O Presidente da República prescinde do assentimento do Tribunal de Contas da União para exercer sua competência disciplinar. Precedente [MS n. 20.882, Relator o Ministro CELSO DE MELLO, DJ 23.09.94]. 4. **Não obstante o caráter contributivo de que se reveste o benefício***

previdenciário, o Tribunal tem confirmado a aplicabilidade da pena de cassação de aposentadoria. Precedente [MS n. 23.299, Relator o Ministro SEPULVEDA PERTENCE, DJ 12.04.2002]. 5. A alegação de que os atos administrativos teriam sido praticados de forma culposa reclama dilação probatória incompatível com o mandado de segurança. 6. Agravo regimental a que se nega provimento.

(MS 23219 AgR, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 30/06/2005, DJ 19-08-2005 PP-00004 EMENT VOL-02201-1 PP-00111 LEXSTF v. 27, n. 321, 2005, p. 169-173 RTJ VOL-00195-01 PP-00038 RNDJ v. 6, n. 72, 2005, p. 55-57)

Por outro lado, também cuidando da penalidade de cassação de aposentadoria em procedimento administrativo disciplinar, em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa, o C. Superior Tribunal de Justiça assentou que o período contributivo que embasou a concessão do benefício cassado pode ser aproveitado para fins de contagem recíproca e aproveitamento no Regime Geral de Previdência Social, devendo o mesmo raciocínio nortear o caso em tela, o que evita o enriquecimento sem causa do Estado. A respeito, confira-se o seguinte excerto do voto do relator, Ministro Mauro Campbell, no julgamento do Mandado de Segurança n.º 21.084/DF:

"(...) Destaque-se que, nos termos do art. 201, § 9º, da Constituição Federal, "para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei", de modo que, o tempo de contribuição do impetrante para o Regime Próprio pode ser utilizado para eventual concessão de aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social, a afastar o alegado locupletamento ilícito da União. Portanto, a despeito do caráter contributivo da aposentadoria, nos moldes das Emendas Constitucionais 03/1993 e 20/1998, certo é que a pena de cassação de aposentadoria prevista no art. 127, IV e 146 da Lei 8.112/1990 não carece de constitucionalidade, consoante já decidiu o Pretório Excelso e esse Superior Tribunal de Justiça"

Ante o exposto, como decorrência da sanção de perda da função pública, deverá ser aplicada a **cassação da aposentadoria do demandado e/ou a perda do direito à contagem e fruição, ainda que proporcional, na forma especial prevista no PSSC, em razão do mandato eletivo, com base no qual se deu a prática dos atos de improbidade administrativa perseguidos**, admitindo-se, para fins de evitar enriquecimento sem causa do Estado, a averbação do tempo de contribuição junto ao Regime Geral de Previdência Social,

como consequência do artigo 13 da Lei n.º 9506/97²⁹⁵.

X – OS PEDIDOS FINAIS

Ante o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** requer:

a) sejam **NOTIFICADOS** os demandados para oferecerem manifestação escrita em 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 17, § 7º, da Lei n.º 8.429/92;

b) sejam **INTIMADAS** a **UNIÃO** e a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS** para integrarem o polo ativo da lide, nos termos do artigo 17, § 3º, da Lei n.º 8.429/92, c/c o artigo 6º, § 3º, da Lei n.º 4.717/92;

c) sejam **CITADOS** os demandados para, querendo, oporem-se à pretensão aqui deduzida, nos termos do § 9º do artigo 17 da Lei n.º 8.429/92, sob pena de revelia;

d) seja o pedido julgado procedente para **CONDENAR** os demandados pela prática de **ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA mediante CONDUTAS DOLOSAS**, com fundamento nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei n.º 8.429/92, com a consequente aplicação de todas as sanções do artigo 12, inciso I, da Lei 8.429/92, destacadamente as elencadas adiante:

d.1) PARTIDO PROGRESSISTA (PP), as sanções do artigo 12, inciso I, especialmente:

(i) reparação do dano causado ao erário da Petrobras, no importe de, ao menos, R\$ 460.636.517,60, no qual está incluído o enriquecimento ilícito experimentado diretamente ou proporcionado a terceiros.

(ii) multa civil de 03 (três) vezes o valor do enriquecimento ilícito apurado ao final da instrução processual.

(iii) caso se entenda ter havido apenas dano ao erário e violação aos

²⁹⁵Art. 13. O Deputado Federal, Senador ou suplente em exercício de mandato que não estiver vinculado ao Plano instituído por esta Lei ou a outro regime de previdência participará, obrigatoriamente, do regime geral de previdência social a que se refere a [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#).

princípios regentes da Administração Pública, as sanções previstas no artigo 12, incisos II e III, da Lei n.º 8.429/92.

d.2) PEDRO CORRÊA, PEDRO HENRY, MÁRIO NEGROMONTE, JOÃO PIZZOLATTI, NELSON MEURER e JOÃO GENU, as sanções do artigo 12, inciso I, especialmente:

(i) reparação do dano causado ao erário da Petrobras, no importe de, ao menos, R\$ 460.636.517,60, no qual está incluído o enriquecimento ilícito experimentado diretamente ou proporcionado a terceiros.

(ii) multa civil de 03 (três) vezes o valor do enriquecimento ilícito apurado ao final da instrução processual.

(iii) suspensão dos direitos políticos por 10 (dez) anos.

(iv) perda da função pública.

(v) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos.

(vi) caso se entenda ter havido apenas dano ao erário e violação aos princípios regentes da Administração Pública, as sanções previstas no artigo 12, incisos II e III, da Lei n.º 8.429/92.

d.3) ARTHUR LIRA, as sanções do artigo 12, inciso I, especialmente:

(i) reparação do dano causado ao erário da Petrobras, no importe de, ao menos, R\$ 1.941.944,24, que corresponde ao enriquecimento ilícito experimentado diretamente.

(ii) multa civil de 03 (três) vezes o valor do enriquecimento ilícito apurado no curso da instrução probatória.

(iii) suspensão dos direitos políticos por 10 (dez) anos.

(iv) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos.

(v) caso se entenda ter havido apenas dano ao erário e violação aos princípios regentes da Administração Pública, as sanções previstas no artigo 12, incisos II e III, da Lei n.º 8.429/92.

d.4) JOSÉ OTÁVIO GERMANO, as sanções do artigo 12, inciso I, especialmente:

(i) reparação do dano causado ao erário da Petrobras, no importe de, ao menos, R\$ 2.970.000,00, que corresponde ao enriquecimento ilícito experimentado diretamente.

(ii) multa civil de 03 (três) vezes o valor do enriquecimento ilícito apurado no curso da instrução probatória.

(iii) suspensão dos direitos políticos por 10 (dez) anos.

(iv) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos.

(v) caso se entenda ter havido apenas dano ao erário e violação aos princípios regentes da Administração Pública, as sanções previstas no artigo 12, incisos II e III, da Lei n.º 8.429/92.

d.5) LUIZ FERNANDO RAMOS FARIA, as sanções do artigo 12, inciso I, especialmente:

(i) reparação do dano causado ao erário da Petrobras, no importe de, ao menos, R\$ 2.550.000,00, que corresponde ao enriquecimento ilícito experimentado diretamente.

(ii) multa civil de 03 (três) vezes o valor do enriquecimento ilícito apurado no curso da instrução probatória.

(iii) suspensão dos direitos políticos por 10 (dez) anos.

(iv) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos.

(v) caso se entenda ter havido apenas dano ao erário e violação aos princípios regentes da Administração Pública, as sanções previstas no artigo 12, incisos II e III, da Lei n.º 8.429/92.

d.6) ROBERTO PEREIRA DE BRITTO, as sanções do artigo 12, inciso I, especialmente:

(i) reparação do dano causado ao erário da Petrobras, no importe de, ao menos, R\$ 2.550.000,00, que corresponde ao enriquecimento ilícito experimentado diretamente.

(ii) multa civil de 03 (três) vezes o valor do enriquecimento ilícito apurado no curso da instrução probatória.

(iii) suspensão dos direitos políticos por 10 (dez) anos.

(iv) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos.

(v) caso se entenda ter havido apenas dano ao erário e violação aos princípios regentes da Administração Pública, as sanções previstas no artigo 12, incisos II e III, da Lei n.º 8.429/92.

d.7) MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE JÚNIOR, as sanções do artigo 12, inciso I, especialmente:

(i) reparação do dano causado ao erário da Petrobras, no importe de, ao menos, R\$ 683.250,00, que corresponde ao enriquecimento ilícito experimentado diretamente.

(ii) multa civil de 03 (três) vezes o valor do enriquecimento ilícito apurado no curso da instrução probatória.

(iii) suspensão dos direitos políticos por 10 (dez) anos.

(iv) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos.

(v) caso se entenda ter havido apenas dano ao erário e violação aos princípios regentes da Administração Pública, as sanções previstas no artigo 12, incisos II e III, da Lei n.º 8.429/92.

e) em decorrência da sanção de **perda da função pública, na forma do artigo 12, inciso I, da Lei n.º 8.429/92, requer-se seja aplicada a **cassação da aposentadoria do demandado e/ou a perda do direito à contagem e fruição, ainda que proporcional, na forma especial prevista no Plano de Seguridade dos Congressistas (PSSC) instituído pela Lei n.º 9.506/97, em razão do mandato eletivo, com base no qual se deu a prática dos atos de improbidade administrativa perseguidos.****

f) com relação à **sanção de ressarcimento ao erário, a condenação dos demandados a esse título, de forma solidária, na medida em que tenham agido conjuntamente, nos termos do artigo 275²⁹⁶ c/c o artigo 942, *caput*, 2ª parte²⁹⁷, ambos do Código Civil, e c/c o artigo 5º da Lei n.º 8.429/92.**

g) com relação às **sanções de ressarcimento ao erário e perda do acréscimo patrimonial ilícito, a incidência de juros de mora e correção monetária desde a**

296 Art. 275. O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.

297 Art. 942. Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

data do ilícito²⁹⁸.

h) ainda, a condenação dos demandados à **compensação de danos morais coletivos** em patamares suficientes para desestimular a continuidade das práticas ilícitas, a ser arbitrado por V. Exa., atendidos os valores mínimos apontados no item VIII, **solidariamente** na parte que disser respeito ao dano causado à Petrobras²⁹⁹;

i) uma vez julgados procedentes os pedidos, seja comunicado o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para inclusão do nome dos ímprobos no Cadastro Nacional de Condenados por Improbidade Administrativa;

j) por fim, a produção de todas as provas em direito admitidas, em especial, depoimento pessoal dos requeridos, oitiva de testemunhas, perícias e outras que se fizerem necessárias.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 2.303.182.588,00**, equivalente à soma dos valores do dano material total causado à Petrobras (R\$ 460.636.517,60), da multa civil aplicável (R\$ 1.381.909.552,80) e dos danos morais causados à coletividade (R\$ 460.636.517,60).

Curitiba, 22 de março de 2017.

Deltan Martinazzo Dallagnol
Procurador da República

Antonio Carlos Welter
Procurador Regional da República

Carlos Fernando dos Santos Lima
Procurador Regional da República

Januário Paludo
Procurador Regional da República

Isabel Cristina Groba Vieira
Procuradora Regional da República

Orlando Martello
Procurador Regional da República

Diogo Castor de Mattos
Procurador da República

Roberson Henrique Pozzobon
Procurador da República

Julio Carlos Motta Noronha
Procurador da República

Jerusa Burmann Viecili
Procuradora da República

Paulo Roberto Galvão de Carvalho
Procurador da República

Athayde Ribeiro Costa
Procurador da República

Laura Gonçalves Tessler
Procuradora da República

²⁹⁸**Código Civil:** Art. 398. Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou; **STJ**, Súmulas 43 e 54.

²⁹⁹Artigos 275 c/c 942, *caput*, 2ª parte, do Código Civil c/c artigo 5º da Lei 8.429/92.